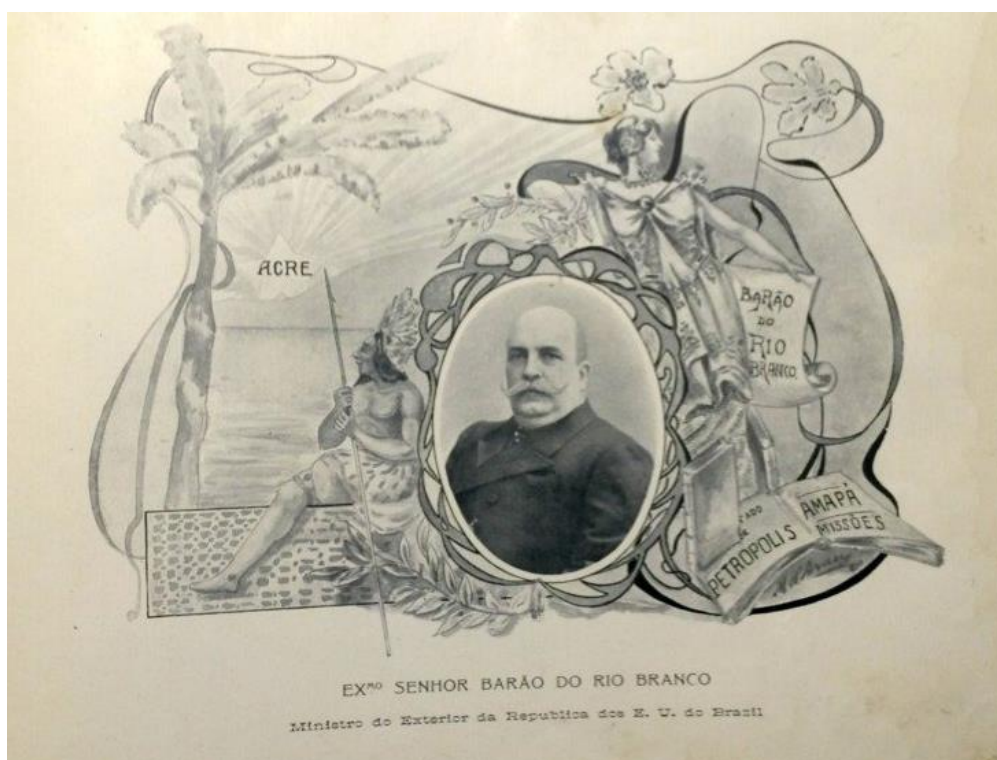




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
PPHIST - UFPA

Papel (des)dobrado: Diplomacia, memória e civismo nas representações do Barão do Rio Branco no Pará (1900-1912)



Oswaldo Soares Queiroz Júnior

Belém- Pará
2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
PPHIST – UFPA MESTRADO**

**Papel (des)dobrado: Diplomacia, memória e civismo nas representações do Barão
do Rio Branco no Pará (1900-1912)**

Oswaldo Soares Queiroz Júnior

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia

Orientador: Prof. Dr. Aldrin de Moura Figueiredo

**Belém-Pará
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Q3p Queiroz Junior, Osvaldo Soares
Papel (des)dobrado: : Diplomacia, memória e civismo nas
representações do Barão do Rio Branco no Pará (1900-1912) /
Osvaldo Soares Queiroz Junior. — 2017.
186 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Aldrin de Moura Figueiredo
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade
Federal do Pará, Belém, 2017.

1. barão do rio branco. 2. representações. 3. diplomacia. I.
Título.

CDD 981.15

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
PPHIST – UFPA MESTRADO

Papel (des)dobrado: Diplomacia, memória e civismo nas representações
do Barão do Rio Branco no Pará (1900-1912)

Osvaldo Soares Queiroz Júnior

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós
Graduação em História Social da Amazônia da Universidade
Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do
título de mestre em História Social da Amazônia

Orientador: Prof. Dr. Aldrin de Moura Figueiredo

Aprovada em ____/____/____

Banca examinadora:

Prof. Dr. Aldrin de Moura Figueiredo – Orientador - PPHIST – UFPA

Prof.(a) Dra. Franciane Gama Lacerda – Membro - PPHIST - UFPA

Prof. Dr. Silvio Ferreira Rodrigues - Membro - PPHIST - UFPA

Belém-Pará
2017

*Já de saída minha estrada entortou
Mas vou até o fim!*

Chico Buarque

À minha tia Jesiane do Nascimento Damasceno

In. Memoriam

Agradecimentos

Não posso me furtar de agradecer primeiramente a Deus, a grande força motriz do universo, que tudo rege e faz. Tudo parecia concorrer para o não desfecho deste trabalho, que por diversas intempéries, demorou três anos para ficar concluído. Contudo, grato estou por tudo conquistado até aqui.

Agradeço imensamente a minha família, que nunca desistiu e descreditou na finalização desse trabalho e em minhas capacidades. Em especial à minha mãe, uma verdadeira heroína. Amo-te! À minha irmã, mestrande em biologia pelo Goeldi, com quem troquei muitos conselhos e palavras de ânimo. Se não fosse minha família jamais teria vencido o quadro depressivo em que me encontrava há dois anos atrás. Amo todos vocês imensamente!

Agradeço ao meu orientador Aldrin de Moura Figueiredo, por quem tenho admiração profunda e sincera. Nunca conheci alguém com tanta inteligência e capacidade. Sua persistência e paciência foram de muita valia para mim. Não tenho como pagar apenas com esta breve citação, mas aqui fica uma prova de minhas estimas.

Agradeço aos professores do Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia, em especial às professoras Franciane Gama Lacerda, Magda Ricci, Nazaré Sarges, que foram grandes contribuintes para que este trabalho se desdobrasse de minha monografia para esta dissertação.

Agradeço ao professor Mauro César Coelho, que por vezes compreendeu minhas faltas e todo o período em que enfrentei o falecimento da minha tia Jesiane. Extremamente doloroso pra mim foi perdê-la e vê-la definhando ao câncer. Se não fosse a compreensão de muitos professores desse período, eu não teria continuado a assistir às aulas.

Agradeço os professores Silvio Rodrigues e Caroline Fernandes, os arguidores de minha qualificação. Apontamentos extremamente positivos foram feitos e pude então entrar nos rumos que ganhou esta pesquisa.

Não posso deixar de expressar minha gratidão a minhas colaboradoras de fontes, Marilene Guerreiro e Débora Muniz, proffucas pesquisadoras dos periódicos na Biblioteca Pública Arthur Vianna, na Fundação Cultural do Pará. Marilene Guerreiro em especial, por todas as contribuições, todo apoio, todo axé e compreensão na hora das correções. Também meus colegas de mestrado, que grandes contribuições fizeram.

Agradeço às escolas em que trabalho hoje e às que já trabalhei, por permitirem e entenderem algumas faltas e atrasos de prazos. Ao CTEM, na pessoa da antiga diretora Márcia, ao atual diretor Ronaldo Benchimol, coordenadores Gilmara, Glayse, Leandro e Mário. Betel,

na pessoa de Maria, Bianca e D. Joelma Kasahara. À Maria do Céu e Geane por todo apoio, chás e papos intermináveis. Geraldo Palmeira, na pessoa de Tia Helena e Ingrid, além dos proprietários. Ao Colégio Sagrado Coração de Jesus que acaba de me acolher, na pessoa do coordenador Fabio e da diretora Irmã Daniela. Meu muito obrigado.

Agradecimentos especiais a Mirley e Fábio, professores coordenadores do projeto Locus, em Castanhal. A amizade e todo o apoio serão recompensados. Muito agradecido.

Agradeço meu grande amigo e apoiador Arnaldo Vaz Neto, que em muito me ajudou na feitura desse trabalho, seja dando forças, revisando, dando sugestões e melhorando ideias. Você tem merecido a cada ano que passa o título de meu melhor amigo! Te amo seu tonto.

Agradeço aos meus alunos, com quem tenho construído uma relação nova com a história. Cada sorriso, cada palavra de incentivo e interesse foram combustível mais que eficiente para impulsionar esta conquista.

Agradeço ao Renan Cabral, com quem tenho dividido momentos mais que felizes e sublimes. Toda a felicidade e vitalidade que você trouxe a minha vida foi o arremate final necessário para a escrita deste trabalho, para o desfecho dessa trajetória em específico. Te amo muito, obrigado por tudo!

Agradeço a todos quantos não posso lembrar agora, e desde já, aceitem meus sinceros perdões, uma vez que a mente anda a processar um milhão de informações nesse momento.

Gratidão

Resumo

A atuação do Barão do Rio Branco e sua relevância para a política externa nacional já foi tema de diversas obras, pesquisas e representações. Contudo, o homem que transcendeu seu tempo teve duas de suas maiores vitórias encenadas na região Amazônica, a saber, o Amapá, em 1900, e o Acre, em 1903. Este trabalho é uma contribuição no sentido de analisar o período entre 1900 e 1912, concernente a grande produção de representações de imaginários acerca do Barão do Rio Branco no Pará. Outrossim, promover um vislumbre, através dos espectros do chanceler, em torno das diversas nuances e sentidos atribuídos ao pensamento e à prática diplomática, artística e cívica na região. Desde o projeto de avenida, nomeação de praça, coreto comemorativo, têm-se também a aquisição da tela *Arte e Pátria*, encomenda de um busto, a renomeação do 5º grupo escolar da capital. Por conseguinte, tanto sua morte, vivamente sentida no Pará, quanto a existência de críticas a sua atuação abrem um caminho de entendimento, onde Rio Branco encontra-se aos anseios de grupos locais, ao passo que também suscita conflitos e dissidências. Eis o Barão, sob um olhar das representações criadas na Amazônia.

Palavras chave: Barão do Rio Branco; Diplomacia; Representações.

Abstract

The work of the Baron of Rio Branco and its relevance to the national foreign policy has already been the subject of several works, researches and representations. However, the man who transcended his time had two of his greatest victories staged in the Amazon region, namely Amapá in 1900 and Acre in 1903. This work is a contribution to analyze the period between 1900 and 1912, concerning the great production of representations of imaginaries about the Baron of Rio Branco in Pará. Also, to promote a glimpse, through the chancellor's specters, around the various nuances and meanings attributed to the thought and the diplomatic, artistic and civic practice in the region. From the avenue design, plaza appointment, commemorative bandstand, there is also the acquisition of Arte and Pátria, ordering a bust, the renaming of the 5th school group of the capital. As a result, both his death, deeply felt in Pará, and the existence of criticism of his actions open a path of understanding, where Rio Branco meets the aspirations of local groups, while also provoking conflicts and dissent. Here is the Baron, under a glance of the representations created in the Amazon.

Keywords: Barão do Rio Branco; Diplomacy; Representations

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01: Dedicatória ao Barão do Rio Branco pela vitória na Questão do Acre (Capa).....	01
FIGURA 02: Mapa dos limites em litígio na Questão do Amapá.....	25
FIGURA 03: Planta da cidade de Belém, feita por José Sidrim, 1905.....	25
FIGURA 04: A Fundação da Cidade de Belém. Theodoro Braga, óleo s/tela, 1908.....	36
FIGURA 05: A Conquista do Amazonas. Antônio Parreiras, óleo s/tela, 1908.....	36
FIGURA 06: Heroicos defensores do território do Acre, Álbum do Acre, 1907.....	86
FIGURA 07: Exmo. Sr. Barão do Rio Branco, Álbum do Acre, 1907.....	86
FIGURA 08: Dedicatória “Ao Barão do Rio Branco e aos heróis da campanha acreana”, Álbum do Acre, 1907.....	87
FIGURA 09: Planta da cidade de Belém, feita por Manoel Odorico Nina Ribeiro, 1883-1886..	91
FIGURA 10: Avenida Primeiro de dezembro, Planta da cidade de Belém, 1905.....	91
FIGURA 11: Imagens aéreas da Avenida Primeiro de Dezembro, 1955.....	92
FIGURA 12: Postais do pavilhão filarmônico Primeiro de dezembro.....	96
FIGURA 13: Praça Batista Campos no final do século XIX.....	97
FIGURA 14: Pavilhão filarmônico Primeiro de dezembro, fotografia 1904.....	97
FIGURA 15: Catálogo de coretos da empresa escocesa Saracen foundry.....	99
FIGURA 16: Arte e Pátria. Carlo de Servi, óleo s/ tela, 1905.....	105
FIGURA 17: Barão do Rio Branco. Carlo de Servi, tela s/ tela, 1911.....	110
FIGURA 18: Barão do Rio Branco, perfil. Carlo de Servi, tela s/ tela, 1910.....	110
FIGURA 19: Barão do Rio Branco. Cesare Bacchi, óleo s/ tela, 1912.....	111
FIGURA 20: Dama. Carlo de Servi (?), óleo s/ tela, sem data.....	111
FIGURA 21: Homenagem ao Barão do Rio Branco, O Estado do Pará, 1912.....	115
FIGURA 22: comparativo das telas “A morte do Barão do Rio Branco”, fotografia.....	122
FIGURA 23: A morte do Barão do Rio Branco. Carlo de Servi, óleo s/ tela, 1914.....	123
FIGURA 24: A pátria chora a morte do Barão do Rio Branco.....	125
FIGURA 25: Charge sobre o choro dos crocodilos.....	127
FIGURA 26: Charge a tristeza do carnaval.....	127
FIGURA 27: A grande multidão no funeral de Rio Branco, fotografia.....	128
FIGURA 28: O caixão do Barão do rio Branco.....	128
FIGURA 29: O comércio do Rio de Janeiro fecha em luto ao Barão.....	129
FIGURA 30: Populares acompanham o cortejo fúnebre do Barão.....	129

FIGURA 31: Largo da Trindade. León Righini, desenho, 1867.....	151
FIGURA 32: Largo da Trindade, fotografia do final do XIX.....	152
FIGURA 33: Largo da Trindade, fotografia, 1902.....	152
FIGURA 34: Largo da Trindade, desenho em cartão postal, século XX.....	153
FIGURA 35: Fachada do 5º Grupo Escolar de Belém.....	158

SUMÁRIO

RESUMO.....	09
ABSTRACT.....	10
LISTA DE IMAGENS.....	11
INTRODUÇÃO.....	15
1. A AMAZÔNIA E A DIPLOMACIA DO BARÃO DO RIO BRANCO	23
1.1 1900: O AMAPÁ E O CONTEXTO (INTER)NACIONAL.....	23
1.1.2 A natureza e o território em disputa.....	30
1.1.3 O(s) discurso(s) diplomático(s): Modernidade, patriotismo e jogos de poder	38
1.1.4 Uma vitória em disputa.....	48
1.1.4.1 Emílio Goeldi: um suíço em favor do Brasil.....	51
1.1.4.2 Veiga Cabral: o vilão vira herói.....	53
1.1.5 O ritual do poder: O Pará em festa.....	58
1.1.5.1 O préstito oficial.....	60
1.1.5.2 A exposição Benjamin Constant.....	65
1.2 A disputa pelo Acre.....	66
1.2.1 Entre o patriotismo e a ordem civilizatória.....	71
1.2.2 O Tratado de Petrópolis: um desfecho impatriótico?.....	75
1.2.3 Lauro Sodré e Enéas Martins: discordâncias?.....	79
2. BARÃO DO RIO BRANCO ENTRE REPRESENTAÇÕES DO IMAGINÁRIO PARAENSE	88
2.1 Uma avenida e um pavilhão: paisagens da modernidade.....	88
2.2 A arte pintando a Pátria: 1909.....	100
2.3 1912: A Morte.....	113
2.3.1 Apoteótica agonia.....	117
2.3.2 Memórias e exéquias paraenses.....	130

2.3.3 As exéquias: Rituais de civismo no Pará.....	133
2.3.3.1 Entre o império e a República.....	137
2.4 Um busto para a posteridade.....	142
2.5 As praças Rio Branco: <i>lieux de memoire</i>	149
2.6 Grupo Escolar Barão do Rio Branco: 1912.....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
REFERÊNCIAS: FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	167

Introdução

“Em que pese os nossos sentimentos de legítima admiração pelo Sr. Barão do Rio Branco, o acordo celebrado com a Bolívia sobre a Questão do Acre (...) não representa uma solução satisfatória aos nossos embarços”.¹ Esse trecho é de uma matéria do *Folha do Norte*² sobre a polêmica questão do Acre, e por sua vez, infere que o celebrado Barão do Rio Branco encontrou oposição de ideias no Pará, para além das glórias e honras acumuladas. Daqui partimos para uma reflexão inicial, entendendo o diplomata como “papel dobrado”³ e o Barão, consciente ou inconscientemente visto por diversos ângulos e papéis, por sua vez, desdobrados pelos interesses de quem desejava manipulá-los.

Figura conhecida das elites paraenses desde idos tempos, o Barão do Rio Branco encontrou no Pará lugar na memória política e social ao longo das décadas. Desde os vivos a atuação de seu pai, o Visconde do Rio Branco na causa abolicionista, passando pelo reconhecimento de suas destacadas atuações nas questões de limites no Amapá, em 1900 e do Acre em 1903. Pinturas, desenhos, matérias de jornais, poesias, prêmios cívicos e cerimônias escolares se seguiram entre sua atuação nos assuntos internos brasileiros, até o seu falecimento em 1912⁴. Nesse episódio, a consagração do herói nacional ganhou contornos ainda mais evidentes.

Em um ambiente propício, o Pará lhe rendeu homenagens, fez nomear praça, cinema, Grupo escolar do mais alto destaque; avenida, coreto europeu; lhe fez construir um caro busto em plena crise da economia da borracha. Enquanto desdobramento das pesquisas realizadas durante a graduação e o decorrer deste mestrado, entre os anos de 2014 a 2016, esta pesquisa nasce trazendo apontamentos sobre nuances da política, diplomacia, arte e rituais de civismo no Pará. O ponto de partida é o Barão do Rio Branco, enquanto representação do imaginário, e

¹ Solução impatriótica. *Folha do Norte*. Belém, 2 de novembro de 1903. p. 1

² Escolheu-se atualizar nesse trabalho a grafia dos documentos de época tendo como finalidade facilitar a construção lógica da argumentação que se seguirá.

³ Para o dicionário Houaiss, este vocábulo tem origem grega, diploma e matos, que significa “objeto/ objeto duplo, tablete de papel dobrado em dois”. Para o dicionário Aurélio, o significado é: Pessoa que tem por profissão a diplomacia. Representante de um Estado junto a outro. Indivíduo de aspecto fino, distinto. Negociador hábil”. In: Houaiss, Antônio & Mauro de Salles Vilar. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. 6 vols. Lisboa: Círculo de Leitores. 2002-2003 e FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. FERREIRA, Marina Baird & ANJOS, Margarida dos (Org.) 5 eds. Editora Positivo: Curitiba. 2010. P. 720

⁴ Entre as homenagens, em 2002 fez-se a exposição “Barão do Rio Branco e a alma Carioca”, onde Funag, Instituto Rio Branco e Museu Histórico Nacional comemoraram o centenário de nomeação do Barão a ministro das relações exteriores. A exposição rendeu a publicação TELLES, Angela; HORTA, Sandra (orgs.). *O Barão do Rio Branco e a alma carioca*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.

fragmento de simbologias que, por sua vez, serviram a diversos grupos no Pará no início do século XX.

O Barão consta no panteão dos vultos que gozam do mais alto prestígio nas esferas do poder nacional, consagrado como patrono da diplomacia brasileira, fixador e negociador das divisas internacionais da nação. O *Deus terminus* de nossas fronteiras, em palavras de Rui Barbosa, um de seus principais opositores.⁵

Homem de grande sucesso público, foi indicado ao Nobel da Paz de 1911, para a presidência do Brasil e sempre fora chamado a intervir nos assuntos domésticos da Primeira República. Não é de se estranhar que sua imagem tenha circulado por várias localidades e, no caso específico desse estudo, no Pará. Personagem de diversas biografias, hinos, fotografias, emblemas, moedas, efígies, assim como de estudos posteriores sobre sua obra pública e a vida particular. Esta pesquisa em momento algum se pretendeu a atingir as expectativas de uma biografia, apesar do gênero constar entre diversos debates historiográficos, de onde podemos destacar Levi e Pierre Bourdieu.⁶

O que se apresenta é uma contribuição historiográfica dentro de uma compreensão que realoca o indivíduo como protagonista de ações potencialmente capazes de operar e modificar o corpo social, em diversos âmbitos. Francisco Doratiotto, historiador e diplomata de carreira traça importantes apontamentos em *Escrever a história do grande personagem Histórico*.⁷ Autor de vários artigos sobre o Barão do Rio Branco, destaca que é necessário reconhecer que “o grande personagem pode alterar o ritmo e a forma da História, nela deixando suas marcas, embora não possa reverter uma tendência histórica de longa duração” (2009. p. 19).

Logo, olhar o Pará do início do século XX, através das representações criadas em torno do Barão do Rio Branco, é permitir analisar conflitos, alianças, esperanças, ideologias, anseios, estranhamentos, permanências e transformações de uma região que experimentou grande movimento cultural, político, econômico e social no período supracitado.

Um dos conceitos que permeiam esse trabalho é o das *representações*. Seja nas artes plásticas, nas fotografias, nos discursos de jornal, desenhos, discursos do poder público, compreende-se o Barão do Rio Branco enquanto construção social, a partir de simbologias e

⁵ Ministério das Relações Exteriores. O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos: Série de artigos publicados pela *Revista Americana*, em abril de 1913/org. Fundação Alexandre de Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: Funag, 2002. p. 17

⁶ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 183-91; LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 167,169.

⁷ DORATIOTO, Francisco. Escrever a História do grande personagem histórico. In: PRIORI, Angelo (Org.). *História, memória e patrimônio*. Maringá: Eduem, 2009, pp. 13-22.

elementos que convergiam intenções e projetos, tanto individuais quanto de grupos. Entende-se que Rio Branco alcançou grande êxito no Pará, não apenas através dos protocolos oficiais de governo, mas dentro de uma comunidade de imaginação, que de alguma forma o reconhecia como signo de uma rede de valores e princípios prestigiados. Toda representação é interessada, segundo Roger Chartier.⁸ No caso do Barão do Rio Branco, este trabalho se mostra enquanto tentativa de desvendar os interesses que permearam os esforços em construir a imagem dele na região Paraense.

Ao mesmo tempo, as representações advêm de um *imaginário social*. Segundo Backzo, “os sistemas simbólicos em que se assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações” (1985, p. 311).⁹ Nenhuma representação, enquanto campo para construção das *tradições inventadas*,¹⁰ obtiveram sucesso quando lançadas no vazio simbólico. A ausência de uma *comunidade imaginada*,¹¹ segundo o conceito de Benedict Anderson, marca também o fracasso de qualquer ritual de construção de memória ou *lugares de memória*,¹² sob os quais vivem e repousam sentimentos, anseios e ideais.

O Barão do Rio Branco, enquanto representações do imaginário político de sua época, encontrará por vezes no sentimento público elementos para se fixar e perpetuar. Processo esse entendido nesse trabalho como fruto da ação de diversos grupos de intelectuais, artistas, políticos, diplomatas e populares que afluíam às cercanias do Palácio do Itamaraty, no Rio de

⁸ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados* 11(5), 1991.

⁹ BACKZO, B. A imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org). Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. V 5, pp. 296-231.

¹⁰ Em HOBBSAWM, Eric. “Introdução” In: HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23, o autor faz uma abordagem aclamada sobre os sentimentos nacionalistas e a criação de simbologias, discursos e tradições, que passam tanto da esfera privada para a pública, quanto do coletivo social para os indivíduos.

¹¹ ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p. 32, dentro de uma discussão sobre o nacionalismo, o autor recorre aos estudos culturais e simbólicos como forma de analisar o nascimento da nação nos corações e na alma pública. A comunidade imaginada congrega valores, anseios, temores e esperanças, toda a complexidade social que distingue e une indivíduos em grupos.

¹² Tomo aqui empresta o conceito de Pierre Nora, para quem uma série de mudanças observadas na França no final do século XX, deram forma a um “surto memorialístico”. Segundo este autor, os lugares de memória são os rituais de uma sociedade sem ritual, sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; (...) sinais de reconhecimento e pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento (...) que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, (...) celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (Idem. pp. 13. 1993). O lugar de memória é um epicentro de sentimentos coletivos e individuais, do qual sobrevive e está fundado o imaginário social. NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 21, dezembro de 1993.

Janeiro, em ocasião de sua morte, assim como os milhares que acompanharam o cortejo fúnebre em fevereiro de 1912.

Partindo do entendimento de um contexto de época, importante destacar alguns trabalhos que apontam a existência de uma preocupação constante em constituir a memória pública de determinados homens da política nacional. O próprio regime republicano, em seu costume de ressignificar nomes de ruas, escolas, prédios e datas nacionais, intensificou um processo iniciado ainda no Império. As abordagens feitas por Magda Ricci, ao biografar o Padre Diogo Antônio Feijó; Maria de Nazaré Sarges, ao relatar a vida de Antônio Lemos; assim como o trabalho de Lilia Schwarcz, auxiliaram essa pesquisa no sentido de pensar o Barão enquanto indivíduo altamente influente. Porém, repleto de contradições e vicissitudes dos quais uma análise como essa não poderia se furtar.¹³

A Fabricação do Imortal, conhecido trabalho de Regina Abreu em torno da construção da coleção Miguel Calmon serve também como apontamento para o modo como os objetos materiais, a exemplo de fotografias, pertences pessoais entre outros subsídios podem auxiliar na fabricação de uma narrativa interessada, no pós morte de um indivíduo.¹⁴ *A Fabricação do Rei*, de Peter Burke, por sua vez, faz uma abordagem em torno do Rei Luís XIV, grande expoente absolutista, que não só teve sua imagem fabricada, como atuou diretamente na construção da mesma.¹⁵

As biografias apontam que o Barão do Rio Branco recorria aos jornais, sob pseudônimos, para opinar sobre assuntos internos, sobre sua própria atuação ou para se

¹³ Magda Ricci em sua conhecida obra *Assombrações de um Padre Regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1846)*, empreende uma análise em torno da figura de Antônio Feijó, ator emblemático do período Regencial, pondo-o não como uma figura central isolada, mas sim como um ponto de partida para uma análise em torno de questões inerentes ao seu contexto. No capítulo 3, sob o título “Os mortos dirigem os vivos”, a autora destaca a figura de Feijó entremeada à uma cadeia de intenções e projetos de poder, onde a memória histórico política do país estava em disputa. Nazaré Sarges, que em sua tese intitulada *Memórias do Velho Intendente Antônio Lemos (1869-1973)*, publicada em 2002 pela editora Pakatatu. Lemos figura entre os vultos políticos que recorrentemente aparecem nos relatos de diferentes épocas da política paraense, como aponta Sarges. Sobre as memórias em torno dele, a autora destaca que não pretendia “fazer a ‘história de uma vida’, nem compreender a imortalidade de Lemos enquanto figura pública”, mas sim empreender um esforço em entender que “uma vida não pode ser compreendida através apenas dos seus desvios ou singularidades”, o que exige do historiador, antes e melhor, o realocamento de “cada desvio aparente nas normas, mostrando que ela toma lugar em um contexto histórico que o autoriza” (apud VALENSI, 1994, p 10). Por fim, Lilia Schwarcz em *Biografia como gênero e problema* destaca que “é fácil cair na tentação de tentar dar unicidade e ‘inventar’ trajetórias contínuas para nossos objetos de estudo”, como um meio de tentar compensar o fato de eles insistirem em “não se comportar como prevíamos ou gostaríamos que se conduzissem” (2013. p. 52). Também elucida o perigo de se procurar “defender” os personagens com os quais trabalhamos, findando em “criar heróis – paladinos em sua coerência”, não nos contentando “em deixar brotar ambivalências tão próprias às vidas dos outros, que são também nossas” (idem).

¹⁴ A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco/Lapa, 1996; ABREU, Regina, História de uma coleção: Miguel Calmon e o Museu Histórico Nacional. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2 p.199-233 jan./dez. 1994. pp. 200.

¹⁵ BURKE, Peter. A Fabricação do Rei. A construção da imagem pública de Luis XIV. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994, pp. 18, 19, 20.

defender.¹⁶ Ao recusar o Prêmio Nobel da Paz de 1911, devia estar certo de que era o melhor para não acirrar as disputas com a Argentina, com quem procurava entendimentos, assim como para não assanhar seus opositores no Congresso¹⁷. Ele preocupava-se com o que escreviam sobre ele, e por vezes recolhia-se, silenciava e aguardava.

Com isso e com a ajuda de inúmeros amigos e órgãos simpáticos, o Barão do Rio Branco foi considerado em seu tempo e em diversos espaços da atualidade como um dos grandes brasileiros construtores de nossa nacionalidade. O recente livro publicado pela Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), organizado por Ângela Porto, é resultado de um apanhado de charges colecionadas pelo próprio Barão, em um esforço de construir e selecionar, entre as mais variadas e férteis imagens, uma determinada “escrita de si”.¹⁸

As fontes desse trabalho, em grande parte, são compostas por jornais e periódicos que datam entre a segunda metade do século XIX até a segunda década do XX. Alguns recuos temporais foram adotados, pois fizeram-se necessários para a sustentação da argumentação aqui empreendida. A pesquisa se propõe a analisar o período entre 1900 e 1912, compreendendo a atuação do Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores, as questões envolvendo os limites do Amapá e Acre e o período de maior produção das representações em torno do chanceler na Amazônia.

Reconhecendo o jornal como produto midiático e mercadológico, a notícia é feita para circulação diária, efêmera, para públicos dos mais diversos. Seu impacto e aceitação é que a torna duradoura e parte da história. O jornal aqui é entendido como fonte privilegiada de informações, que cruzadas a outros documentos e trabalhos, apontam, inquirirem, respondem ou desconstroem narrativas relacionadas ao cotidiano de determinados indivíduos ou grupos.¹⁹

¹⁶ VIANA FILHO, Luís. A vida do Barão do Rio Branco. 8.^a edição. São Paulo/Salvador: UNESP/ EDUFBA, 2008.

¹⁷ MOURÃO, Gonçalo Mello. Fins de semana em Copenhague: o Barão do Rio Branco e o Prêmio Nobel da Paz – política externa ou política interna? In: Ministério das Relações Exteriores. Barão do Rio Branco 100 anos de memória. In: Cadernos de História e Documentação Diplomática. FUNAG: Brasília. Ano 11, n Especial. 2012. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/1003-Cadernos do CHDD - Ano 11- NUmero Especial - Segundo Semestre 2012.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1003-Cadernos_do_CHDD_-_Ano_11-_Numero_Especial_-_Segundo_Semestre_2012.pdf)

¹⁸ Ministério das Relações Exteriores. Barão do Rio Branco e a caricatura: coleção e memória. PORTO, Ângela (organizadora). Fundação Alexandre Gusmão: Rio de Janeiro. 2012

¹⁹ Sobre o papel das fontes de jornal; LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 116 discute, entre outros pontos, o lugar do jornal em uma sociedade. Reconhecer que seu caráter mercadológico pode muitas vezes, ou quase sempre afastá-lo da imparcialidade e da busca pela veracidade das informações publicadas. É o tipo de fonte que necessita ser questionada e analisada com rigor historiográfico. Outro trabalho que aponta a importância dos jornais para o fazer historiográfico é o de CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do historiador: conversa sobre história e imprensa. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do departamento de história da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n 35, São Paulo: EDUC, dez 2007, p. 256, 257, onde as autoras destacam que por serem “fontes de informações cotidianas” se tornam “material privilegiado para a recuperação de acontecimentos históricos”.

Ainda partindo das discussões feitas por Raymond Williams e Nelson Werneck Sodré,²⁰ entende-se o jornal como parte integrante dos movimentos da sociedade, da cultura e do cotidiano político. O que de certa forma, é composição representativa do *habitus* ou da *superfície social*, conceito apontado por Pierre Bourdieu.²¹ Os periódicos, a exemplo da *Folha do Norte*, órgão apoiador do grupo *laurista*, assim como de figuras oposicionistas da política federal, aparece enquanto fonte emblemática, que ora afina seus discursos com a imprensa opositora ora se distancia. De propriedade de Enéas Martins, amigo pessoal do Barão do Rio Branco, o jornal lançava algumas críticas a sua atuação, ao passo que também as louvava.

O *Estado do Pará*, por sua vez, colaborador da *Folha*, jornal diário, publicava além de notícias, diversos poemas, exposições de arte e artigos reeditados do Rio, São Paulo e do estrangeiro. Foi fonte importante para a análise do papel dos intelectuais nas exéquias que se seguiram após a morte do Barão, assim como dos trâmites que trouxeram o busto finalizado do diplomata, feito pela escultora paraense Julieta de França. A coleta fora feita em partes na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e no setor de Microfilmagem da Fundação Cultural do Pará, lugar onde foram coletados a maior parte dos jornais.

Os periódicos da imprensa carioca, a exemplo dos diários *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias*, *A Noite*, *Cidade do Rio* assim como o humorístico *O Malho*, mostram as dissidências em torno das representações do Barão do Rio Branco entre a imprensa da capital federal. A *Província do Pará*, conhecido órgão *lemista*, assim como *O Pará*, lançam dados em torno da vida artística, dos pensamentos e ideologias do grupo que dominou a vida política do Pará na primeira década do século XX. *O Jornal*, periódico aliado de Antônio Lemos, importante fonte dos acontecimentos em torno do caso do Amapá e dos embates travados no final do XIX em torno da diplomacia e dos enfrentamentos radicais ocorridos na região em litígio. Ademais, relatórios do poder público paraense e amazonense, coleções comemorativas do Ministério das Relações exteriores, assim como as biografias escritas por Álvaro Lins e Viana Filho serviram de aporte histórico documental para a elaboração de uma análise crítica acerca da visão contextual que abarcava a atuação de Rio Branco.

²⁰ WILLIAMS, Raymond. A imprensa e a Cultura Popular: Uma Perspectiva Histórica. In: Projeto História, São Paulo, n.35, 2007, p.15; SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Mauad, 1994

²¹ O conceito de superfície social enquanto um conjunto de sentidos, sentimentos, anseios, contexto econômico, social, cultural entre tanto está entremeado com outro importante conceito de Bourdieu, o do *habitus*. Pierre Bourdieu aponta que o *Habitus* está entremeado às (pré)disposições que os sujeitos sociais incorporam ao passo que se dá o processo de socialização. Integrando experiências passadas, o *Habitus* apresenta-se enquanto uma “matriz de percepções, de ações e apreciações”. BOURDIEU, Pierre. Entrevistado por Maria Andréa de Loyola. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002. Sobre isso também ler: SETTON, Maria da Graça Jacintho. A Teoria do Habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. Revista Brasileira de Educação, nº 20, maio/jun/Jul/ago, 2002.

As fontes visuais, a exemplo dos desenhos, mapas, charges, pinturas e fotografias servem enquanto registros e testemunhas do acontecido.²² Um acontecimento múltiplo, uma versão dos fatos. Logo, um protagonista histórico. Compreende-se aqui as imagens como detentoras de um discurso pertinente e de alcance muito mais amplo que o texto escrito. Em uma nação de poucos leitores, como a do início do século XX, as imagens cumprem o papel de transmitir e ensinar aos menos letrados aquilo que se pretendia. Nesta compreensão, consideramos o conceito de Baxandall e o método *idiográfico* de interpretar obras de arte.²³ Segundo o mesmo, “nós não explicamos um quadro: explicamos observações sobre um quadro”. O método ideográfico, enquanto tentativa de recolocar a obra em seu contexto histórico, sob as intenções que lhe são próprias e essenciais, ao mesmo tempo reconhece que por mais bem feita que seja uma descrição em torno de uma tela, por exemplo, esta descrição jamais será equivalente a obra.

No capítulo 1, intitulado “A Amazônia e a diplomacia do Barão do Rio Branco”, apresenta-se o contexto em que Rio Branco ganha enorme reconhecimento na Amazônia. Em uma primeira parte, apresenta-se o caso do Amapá, segunda questão de limites na qual o Barão atuou. Com alta erudição, leitura de documentos históricos e interpretação jurídica, o chanceler, apoiado por diversas figuras, inclusive paraenses e internacionais, granjeia apoio e ganho de causa para o Brasil.

Os subcapítulos seguintes mostram as tentativas dos grupos paraenses em eleger os heróis dessa conquista. Entre Emílio Goeldi, Veiga Cabral, Paes de Carvalho, Lauro Sodré entre outros; o Barão do Rio Branco, enquanto representação rivaliza as glórias do laudo de Berna. Destaque para as festas públicas e as homenagens diplomáticas. Assim como os discursos que circulavam tanto na imprensa quanto em ambientes políticos em torno de temas como diplomacia, fronteiras, patriotismo e civismo.

Na segunda parte é apresentado o caso do Acre, que em palavras do próprio Barão, foi o caso de maior relevância de sua atuação no Ministério das Relações Exteriores. Questão esta tão tormentosa que lhe rendeu inúmeras críticas, inclusive no Pará. O capítulo finda comparando as diferenças entre as duas questões de limites e a forma como foram celebradas, ou não, pelas elites locais.

No segundo Capítulo intitulado “Barão do Rio Branco entre representações do imaginário paraense” apresenta-se as diversas nuances em que as representações em torno de

²² BURKE, Peter. Testemunha Ocular. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

²³ BAXANDALL, Michael. Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 19.

Rio Branco se fizeram presentes no contexto paraense entre 1900 e 1912. Iniciamos mostrando o discurso da modernidade expresso nas construções públicas, a exemplo do projeto de Antônio Lemos em abrir a Avenida Primeiro de dezembro, em homenagem ao laudo de Berna. Junto ao projeto, o plano de construir um passeio público ao fim da referida avenida, a se chamar Praça Rio Branco. A discussão prossegue mostrando que ao invés da abertura da avenida, o poder público ocupava-se em preparar um monumento em comemoração à vitória do Amapá, situado no centro da Praça Batista Campos. A saber, um coreto de ferro alemão, inaugurado em 1904, junto com todas as reformas de embelezamento do logradouro.

A segunda parte do capítulo trata do universo das exposições de arte e da aquisição da obra “Arte e Pátria”, de Carlo de Servi, por parte da Intendência Municipal. Neste momento, as representações do Barão são apresentadas sob a ótica das belas artes e do cotidiano belenense apreciador dos pincéis.

A terceira parte se ocupa em tratar da consagração do herói nacional, em 1912, ano de sua morte. As exéquias, homenagens públicas, artísticas, políticas e de outras esferas do poder local são destaque para se entender o percurso do vulto histórico.

Na quarta parte do capítulo, apresenta-se o contexto da conclamação, abertura de subscrição pública e encomenda de um busto representativo ao Barão do Rio Branco. A ideia concebida ainda no início de 1912 abre caminho para a análise do contexto de gênero no campo das artes no Pará. Julieta de França, proeminente escultora paraense é quem vai ser encarregada desta produção.

Por fim, apresenta-se o Barão enquanto lugar de memória, a viver sob a nomenclatura de logradouros públicos, a exemplo da Praça Barão do Rio Branco e do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, umas das reminiscências mais fortes de sua permanência simbólica no corpo da cidade.

Capítulo 1 A Amazônia e a diplomacia do Barão do Rio Branco

1.1 1900: O Amapá e o contexto (inter)nacional

“É um dia de festa para todos os corações brasileiros”. Assim estampava *A República*, periódico belenense, em sua manchete no dia 02 de dezembro de 1900, a fim de contar a “boa nova” aos leitores.²⁴ A questão de limites entre Brasil e a Guiana Francesa foi a primeira negociação dirigida pelo Barão do Rio Branco na região amazônica e, conseqüentemente, foi o fato que deu início a um intenso processo de consagração de sua imagem em terras paraenses.

A preocupação com as fronteiras e a resolução dessas mesmas questões, ainda no final do século XIX, constava entre as urgências da agenda da primeira República, o que também apetecia às elites que disputavam e dominavam o poder na Amazônia. Antes mesmo da vitória sobre o território do Amapá, os periódicos locais veiculavam notícias envolvendo o agravamento das relações diplomáticas entre Brasil e Bolívia, em torno do Acre, dando o vislumbre de um intenso contexto onde o discurso diplomático se inter cruzara a muitos outros discursos, a exemplo do patriotismo, da construção da nação, a soberania da República e, principalmente, da inserção do Brasil entre as modernas nações do mundo.

É sabido que a Amazônia internacional, em especial, a brasileira, foi alvo de interesses e diferentes olhares ao longo de sua ocupação histórica, estando envolta meio ao discurso de uma região isolada, mal integrada, a qual precisava fechar as fronteiras e povoar as extensões desocupadas. Discursos oriundos de um longo processo de disputas e tratados diplomáticos, que se iniciaram ainda na Colônia. No mapa publicado pelo *O Jornal*, vislumbramos uma preocupação em delimitar imagneticamente o território conquistado, como a concretizar na memória o que o discurso já ufanava (Imagem 1). Para salientar o “empenho entre França e Portugal em conservar o vasto território ao norte do Amazonas”, a *Folha do Norte* transcrevera o discurso de Eládio Lima, no início do cortejo em comemoração ao laudo arbitral, o qual afirmava que este empenho era demonstração das “gloriosas conquistas dos navegadores portugueses e espanhóis na América”.²⁵ A imagem e o relato do jornal davam conta de um processo histórico que não podia ser deixado de lado: o território do Brasil.

Os mapas tinham funções diversas. Dentre elas cadastral e de registro de propriedades, assim como militar e científicas, com a melhoria na medição de longitude.²⁶ Neste momento, entre os séculos XIX e XX, imersos na urgência da expansão das nações imperialistas, dos

²⁴ A boa nova. *A República*. Belém, 02 de dezembro de 1900. p. 01.

²⁵ Procissão Cívica. *Folha do Norte*. Belém, 10 de dezembro de 1900. p. 01.

²⁶ BLACK, Jeremy. *Mapas e História: construindo imagens do passado*. Bauru: Edusc, 2005.

múltiplos interesses de construção dos territórios, capitais e neocolônias, os mapas se constituem mais que nunca, enquanto afirmação de poder, atrelados tanto “à estrutura espacial (...) do poder estatal e seus agentes”, quanto ao mesmo tempo, e de forma diversa para seus “usuários ou vítimas” (BAUMAN, 1999: p. 14).²⁷ Essas mesmas imagens sofrem, apesar de guardarem em si intenções de poder, múltiplos sentidos, a partir das interpretações dos diversos sujeitos representados e tocados por elas, de alguma forma.

Esses mapas são ainda armas políticas e diplomáticas como se pode acompanhar no desenrolar do laudo arbitral entre Brasil e França. O Barão do Rio Branco levava o processo a julgamento devido à insistência dos franceses em querer separar o rio Oiapoque (ou Japoc) do rio Vicente Pinzón, nome antigo do rio Oiapoque, presente nas documentações mais antigas.²⁸ Este laudo que foi por certo uma batalha de mapas, antes foi uma ferrenha batalha pela afirmação da modernidade, que mascarava inúmeros interesses expansionistas por detrás dela (Imagens 2 e 3).

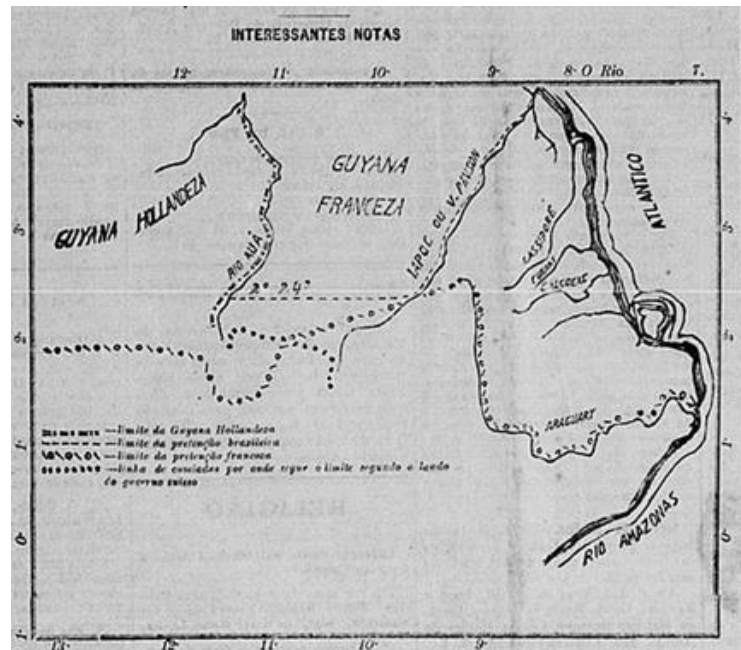
Retornando ao mapa d’*O Jornal*, faz-se importante destacar que, na condição de periódico apoiador do governo da situação, foi o único²⁹ jornal no qual a pesquisa empreendida encontrou um mapa acompanhando os discursos. Este fato se mostra como apontamento para a importância da imagem e na crença deste grupo político, de que esta imagem representava o poder e a glória pretendida. Um apontamento disso é que em 1905, logo após a solução das duas questões dos limites amazônicos, Lemos apresentaria a Planta da cidade de Belém, feita por José Sidrim, apoiado por José Moreira da Costa (Imagem 2).

²⁷ BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

²⁸ SENADO FEDERAL. *Rio Branco e a questão de fronteiras com a Guiana Francesa*. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria Especial de Editoração e Publicações: Brasília, 2003. P. 28-30.

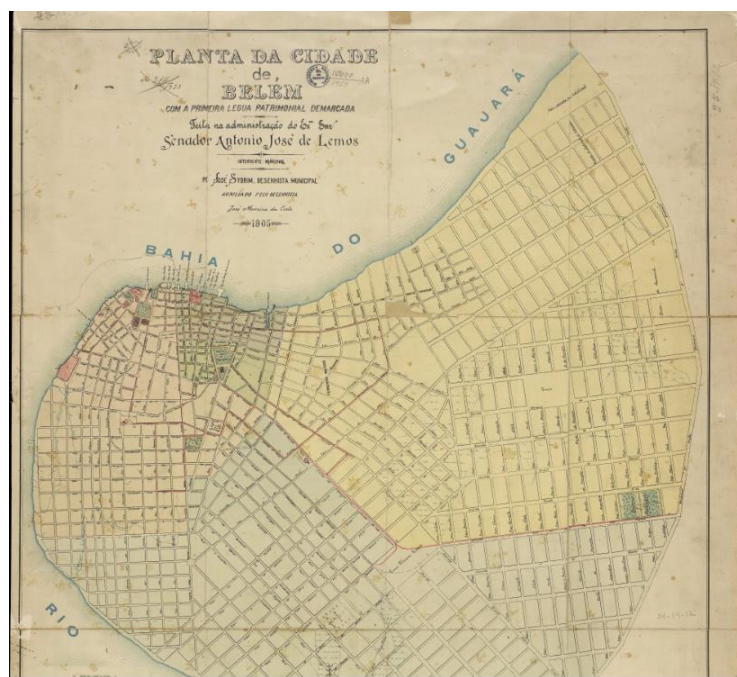
²⁹ Há de se considerar que não foi possível pesquisar o jornal *A Província do Pará*, um dos maiores apoiadores do grupo lealista, onde talvez encontrássemos o mesmo mapa, ou outros.

Imagem 2: Mapa ilustrativo d'O Jornal, presente nas edições dos dias 02, 03 e 04 de dezembro de 1900. O mesmo mapa aponta os limites com a Guiana holandesa, limite da pretensão brasileira, limite da pretensão francesa e a linha por onde se fez o limite segundo o laudo do governo suíço.



(Acervo: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).

Imagem 3: Planta da Cidade de Belém com a primeira légua patrimonial demarcada, feita na administração do Ex. Sr. Senador Antônio José de Lemos, Intendente Municipal. Por José Sidrim, desenhista municipal, auxiliado pelo desenhista José Moreira da Costa, 1905.



(Acervo: UFPA 2.0)

Além do mais, anos antes, em 1899, Arthur Vianna publicou um relatório apresentado ao governador Paes de Carvalho com a exposição de motivos dos direitos do Pará na questão de limites com o estado do Amazonas. Em 1900, o geógrafo e professor de cartografia do Liceu Paraense entregava ao mesmo governador um relatório sobre os limites do Pará com o estado do Mato Grosso.³⁰

Como se vê, o Pará estava imerso nesse esforço de delimitar as fronteiras, tanto municipais quanto estaduais e internacionais. Temos muitos mapas dos quais não é prioridade alongar aqui. O primeiro enquanto símbolo imagético da vitória no laudo arbitral, por meio de outros mapas, tratados, estudos de cartografia manuseados e apresentados pelo Barão do Rio Branco, em defesa do Brasil. O segundo enquanto símbolo da modernidade pretendida para a cidade de Belém. A expansão e planejamento das possessões municipais, assim como a figuração imagética de uma nova Belém, higiênica, salubre e desenvolvida.³¹

É relevante também compreender algumas especificidades do contexto de 1900, perto do início do transformador século XX, onde o Brasil e a Amazônia ganhavam os olhos do mundo. Os negócios da borracha evidentemente enriqueceram muitos barões e financistas. Além de patrocinar artistas e garantir, em grande medida, o intercâmbio entre a Amazônia e o estrangeiro (FIGUEIREDO, 2009, 2010; SARGES, 2004, 2002; ALVES, 2012).³² O Café ainda era um importante produto de exportação, e promotor de um intenso contato entre o Brasil e as grandes nações mundiais. Segundo Sevcenko, nas primeiras páginas da *História da Vida Privada no Brasil*, em nenhum período anterior ao século XX, houve tantas pessoas envolvidas de modo tão completo, no que se identifica como um rápido e dramático processo de transformação dos hábitos cotidianos, convicções pessoais, modos de percepção e até reflexos instintivos.³³

³⁰ ESTADO DO PARÁ. Estudos sobre o Pará. limites do Estado – primeira parte. Limites com o Estado do Amazonas. Relatório apresentado em 1º de setembro de 1898 ao Sr. governador do Estado Dr. José Paes de Carvalho, por Arthur Octavio Nobre Vianna. Belém, Imprensa do Diário Oficial, 1899.

ESTADO DO PARÁ. Estudos sobre o Pará. limites do Estado – Segunda Parte. Limites com o Estado do Mato Grosso. Relatório apresentado ao Sr. Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado do Pará por Arthur Octavio Nobre Vianna. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1900.

³¹ Sobre isso ler: SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do Velho Intendente*. Editora Pakatatu. Belém, 2008.

³² FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Pretérito imperfeito: arte, mecenato, imprensa e censura em Belém do Pará, 1898-1908. In: KUSHNIR, Beatriz (Org.). *Maços na gaveta: reflexões sobre Mídia*. Niterói: EdUFF, 2009. p. 11-34; Também o Quimera amazônica: arte, mecenato e colecionismo em Belém do Pará, 1890-1910. *Clio*, Recife, v. 28, p. 71-93, 2010b; SARGES, Maria de Nazaré. **Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-tatu, 2002. pp.138, 139; SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do Velho Intendente**. Editora Pakatatu. Belém, 2008. Pp 09, 10; ALVES, Moema de Bacelar. *Representações de poder e propaganda política nas exposições de arte do Pará do início do século XX*. Revista eletrônica Cantareira, UFF. 16º edição. jan-jun 2012.

³³ SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil*; 3ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

Num período ligeiramente anterior, o do final do século XIX, o Brasil passou por grandes mudanças, a exemplo da desagregação da casa dos Bragança e a proclamação da República em 1889, a abolição da escravidão em 1888 e um crescente aumento da lógica liberal fomentada desde o Império através da modernização do espaço público e da economia de exportação. Segundo Muñoz, a nova República transitava de um “Europeísmo monárquico” para um “americanismo idealista”, o que acabou por influenciar algumas ações das políticas interna e externa brasileira. Exemplo disso está expresso no acordo firmado entre o chanceler Quintino Bocaiuva e a Argentina, onde se dividiu, sem conflitos diretos, o território de Palmas, localizado a oeste de Santa Catarina.³⁴ Importante lembrar que a Questão de Palmas, ou das Missões, só foi resolvida definitivamente em 1895, com a submissão do caso, pelo Barão do Rio Branco ao arbitramento internacional, dirigido pelo presidente norte americano Glover Cleveland.³⁵

O redirecionamento dos interesses brasileiros da Europa para os Estados Unidos foi motivo de novas dinâmicas e também de novas preocupações. Segundo o mesmo autor, Rio Branco preocupava-se com a desenfreada influência e ambição do pan-americanismo norte-americano, refletido em ações a exemplo da Conferência de Washington em que os Estados Unidos buscavam largas vantagens comerciais nas Américas sob o pretexto de unificar os continentes em uma grande irmandade.³⁶

Segundo Paulo Vinentini, a política externa é determinada por especificidades bem particulares, como que em um jogo. Especificidades essas determinadas pela “orientação governamental de cada Estado a propósito de determinados Estados e/ou governos, ou ainda regiões, situações e estruturas, em conjunturas específicas” (1999, p. 134). A correlação de forças entra como o princípio diplomático que mantém dois projetos de poder em conformidade e constante negociação sob um certo *status* de harmonia. Segundo o mesmo autor, a política externa brasileira passou por três fases, sendo a primeira, a que vigora da colonização até o início do gabinete do Barão do Rio Branco, marcada pela constante dependência política e econômica brasileira em relação a Portugal e à lógica mercantilista europeia, que foi se desdobrando pouco a pouco por um desenrolar de fatos a exemplo da proclamação da República

³⁴ Muñoz, Luciano de Rosa. A política externa de Rio Branco. Caderno de Relações Internacionais, V. 2, n 2, 2009

³⁵ A política externa de Rio Branco, voltada para as Repúblicas latinas, vê-se analisada nos trabalhos: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. A política platina do Barão do Rio Branco. Revista Brasileira de Política Internacional. v. 43, n 2, 2000. P. 130-149. assim como HEINSFELD, Adelar. A relação Brasil-chile: O Pacto ABC de 1915. In: XXV Simpósio Nacional de História- ANPUH. Fortaleza, Ceará. 2009.

³⁶ Sobre a política expansionista norte-americana e a Doutrina Monroe, ler: BURNS, E. Bradford. A aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações Brasil – Estados Unidos. Trad. de Sérgio Bath. Rio de Janeiro: EMC, 2003; assim como BUENO, Clodoaldo. Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

e a Guerra do Paraguai, ora dava sinais de aprofundamento das dependências internacionais na condição de “Estado submisso” ora se impunha com certa independência e autonomia, como no caso da região do Prata (1999, p. 135).

Para Clodoaldo Bueno (2012, pp. 253-257), o período em que o Barão do Rio Branco esteve em frente à Pasta diplomática do Brasil, o contexto internacional se mostrava agressivo e delicado. De certa forma, o Brasil se via incluído no jogo de interesses das nações europeias quase que apenas por relações econômicas, sendo estas desde os investimentos internacionais de capital no país, seja pela compra dos produtos de exportação agrícola, a exemplo do café e da borracha amazônica por parte destas nações.³⁷ Outrossim, isso fazia com que o Brasil assumisse uma postura pragmática, porém cuidadosa em relação aos interesses estrangeiros.

O Império deixara um legado de fronteiras mal definidas e acordos até certo ponto frustrados. Contudo, o Barão não deixara de lado alguns princípios aprendidos durante o período do gabinete de seu pai no II Reinado. A figura do Visconde do Rio Branco e a diretriz da monarquia de D. Pedro II era a de manter uma “diplomacia do prestígio” e ao mesmo tempo assumia uma posição realista em torno das questões fronteiriças e da soberania do território (MUÑOZ, 2009. p. 3-5).

De certa forma, segundo Bueno, Rio Branco, o filho, assim como o pai, por mais que reconhecesse a inferioridade brasileira diante das potências, assumia uma atitude pragmática e cuidadosa diante dos interesses estrangeiros no país. Ainda segundo o autor:

À diplomacia brasileira não lhe era permitido errar nas apostas. O pragmatismo foi o caminho para preservar e ampliar a soberania territorial do país nas questões de fronteiras, para manter a nação ao largo de problemas internacionais, para promover suas exportações, além de aumentar e resguardar o prestígio, o brio e o amor próprio nacionais (BUENO, 2012. p. 253).

O Barão do Rio Branco refletia a influência desta diplomacia advinda do Império, contudo inaugurava um novo modo de ver as relações da novata República diante das outras nações, em especial, as potências mundiais do período. Grande parte dessa mudança se deve a emergência dos EUA como potência regional e a perda de força das grandes nações europeias nas Américas. Contudo, é evidente que estas mesmas potências europeias ainda estavam presentes em diversas relações econômicas e sociais no Brasil e gozavam de relevante influência, como no caso do Pará³⁸.

³⁷ BUENO, Clodoaldo. O Barão do Rio Branco e a política internacional de sua época. In: Barão do Rio Branco: 100 anos de memória. Manoel Gomes Pereira (org). Funag: Brasília. pp. 253-257.

³⁸Seixas analisa em seu trabalho a relação do Barão do Rio Branco com a Alemanha, uma potência imperialista em plena expansão, que desejava estreitar laços com o Brasil no início do século XX. A relação do Brasil com as

A forma como Rio Branco conduziu as negociações em torno dos territórios contestados lança luz sobre o que este trabalho persegue que são os múltiplos sentidos e interpretações em torno da política externa do Barão do Rio Branco no Pará do início do XX. Alguns documentos dão cabo dessa atuação e das ideias que norteavam sua política externa, a exemplo do trecho publicado no *Jornal do Commercio*, sem assinatura de Rio Branco, mas de sua autoria, segundo Luís Viana Filho. Nesse interim, Rio Branco destacava:

Desinteressando-se das rivalidades estéreis dos países sul-americanos, entretendo com esses Estados uma cordial simpatia, o Brasil entrou resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais, a que tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população.³⁹

A política externa do Barão do Rio Branco refletiu de forma muito satisfatória no contexto local e, em grande medida, influenciou muito do discurso político, no que tange às acirradas disputas entre as oligarquias. As representações criadas em torno de Rio Branco circularam repletas de sentidos e usos. A oratória republicana, por sua vez, fundamentava-se em um discurso de construção nacional conjunta, em que o todo fazia parte de uma grande nação, que por vezes, se condensava ou se materializavam em grandes figuras, arquétipos políticos, patriotas exemplares, “pavilhões da pátria”. Contudo, para Rio Branco era necessário assegurar a paz, pois “somente pelas vitórias fecundas da paz que poderemos um dia imitar a nossa poderosa irmã e aliada do norte e alcançar um dia, a seu lado, a influência que ela já tem sabido conquistar no mundo”. Essa paz seria a prova cabal da modernidade brasileira, sabendo pôr fim a “era das revoluções”, que “retardam ou paralisam o progresso de países. Pelas obras da paz, poderiam em pouco tempo ser ricos e fortes”, pondo ainda “um verdadeiro perigo grande parte do nosso continente em futuro não muito remoto”.⁴⁰ O objetivo era desfazer a imagem ruim que o Brasil, associado a imagem de América Latina, tinha diante das potências europeias e elevar o Brasil ao rol das modernas nações do mundo civilizado.

potências europeias sempre foi de cautela, contudo, sem perder o pragmatismo e a defesa de interesses nacionais mínimos. O autor afirma que “O exame da documentação existente no Arquivo Político do Ministério do Exterior alemão, revela, por sua vez, que o Barão, não só esteve muito ativo à frente dos interesses do Brasil, como também que desfrutava de bastante prestígio”. CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. O Barão do Rio Branco: missão em Berlim, 1901-1902. Brasília: FUNAG, 2009. p. 10.

³⁹ *Jornal do Commercio*. 12 de fevereiro de 1904. Rio de Janeiro, p. 01. Apud VIANA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. p. 393.

⁴⁰ Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro. Despacho para Buenos Aires, 22 nov. 1904. In: BUENO, Clodoaldo. O Barão do Rio Branco e seu projeto de América do Sul. CDDH. Funag: Brasília, 2012. P. 377.

1.1.2 A natureza e o território em disputa

Ademais destas questões mais gerais, o que ainda estava em jogo naquele momento era a construção do federalismo Republicano e a soberania de um novo regime. Garantir a vitória sobre tão antigas pendências viria assegurar os destinos da pátria, como apontara um contemporâneo da Primeira República, José Veríssimo. Ele era filho de terras paraenses, crítico literário e profundo conhecedor da região Amazônica, por onde incursionou em várias expedições durante o século XIX.

Ao falar sobre a região Amazônica numa série de publicações no ano de 1892 no *Jornal do Brasil*, periódico da capital federal, declarou a necessidade da integração da Amazônia, sendo esta “merecedora de atenção e estudo (...) [sobretudo] nesse momento histórico de reorganização da Pátria.”⁴¹ O autor continua apontando esta necessidade, vendo como solução o incentivo a uma migração maior para a região, que naquele momento estava representada pela vinda de nordestinos, principalmente, cearenses para os empreendimentos da borracha (LACERDA, 2010. p. 56).⁴²

Importante lembrar que Veríssimo publicou esta série de artigos em um jornal carioca, então capital da República. Isso se mostra como um esforço em chamar a atenção da política nacional para a importância e a urgência com que a Amazônia se punha naquele momento ou tomando palavras do próprio Veríssimo, o “futuro da Amazônia”. Evidência disso encontra-se em outros trechos, onde ele responsabiliza o Estado, incumbindo-o da tarefa de “orientar sua civilização no sentido nacional” (1970, p. 171). Como justificativas, além dos destinos da pátria, o autor colocava também o melhor aproveitamento de suas “prodigiosas riquezas naturais”, o qual só seria possível com o “melhor aproveitamento das populações indígenas” e um maior contingente populacional atraído para a região (1970, p. 169).

É sabido que ainda na primeira metade do século XIX a preocupação do poder público paraense esteve voltada para esta ocupação populacional da região. Inclusive, pensada inicialmente para ser efetivada por imigrantes estrangeiros que garantiriam não só a produção agrícola da região, mas o assentamento de famílias e núcleos capazes de colonizar os territórios ainda não integrados. Não cabe aqui aprofundar as questões relativas a colonização pensada no Pará no XIX, até porque esta discussão foi feita de forma intensa, tanto por historiadores de

⁴¹ VERÍSSIMO, José. “A Amazônia (aspectos econômicos)” [1892]. In: Veríssimo, José. Estudos Amazônicos. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. p. 202.

⁴² LACERDA, Franciane Gama. Migrantes cearenses no Pará, faces da sobrevivência (1889-1916). Belém: Editora Açaí. Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia (UFPA)- Centro de Memória da Amazônia (UFPA). 2010. p. 56.

formação, tanto por agentes e funcionários públicos, por meio de obras encomendadas, figuras de poder, a exemplo do engenheiro Palma Muniz, de Ernesto Cruz e Arthur Cezar Ferreira Reis.⁴³

Antes se faz relevante a esta pesquisa pensar este interesse colonizador enquanto fruto de uma integração ainda deficitária que havia sido herdada de tempos idos. Importante salientar que a Estrada de Ferro Belém Bragança teve importante papel neste projeto, sendo a transportadora de várias levas de migrantes para o interior do Estado, além de aglutinadora dos novos povoados que se formavam as suas margens. Ademais, constitui-se também como um dos símbolos de excelência do progresso, da civilização e da expansão destes dois últimos sob a nova velocidade temporal que se impunha.⁴⁴

Temos no discurso proferido pelo Relatório do governador Dr. Paes de Carvalho, de 1900, um vislumbre da complexidade destas questões. Importante transcrever um trecho deste discurso, a fim de se ter um panorama das ideias que justificaram as constantes preocupações com o território do Amapá. Eis que Paes de Carvalho declarara:

Não precisamos somente de braços para a exploração das riquezas de nosso solo ubérrimo e quase despovoado, mas ainda de indústrias alimentadas com os capitais de empresas idôneas, que aqui encontrarão todas as facilidades para auferir lucros certos e fabulosos, quer, aplicando-se as indústrias extrativas, atualmente grosseiras e primitivas, quer na agricultura que continua estacionária nos processos de cultura dos tempos coloniais. e de facto, em que região do globo poderão os agricultores produzir valores iguais aos que aqui se obtém com o fácil plantio de tabaco e de cacau, sempre altamente cotados nos mercados consumidores, e à preços a que nunca se atingiu o café em seus tempos áureos?⁴⁵

Paes de Carvalho criticava aqui o modo como a colonização estava sendo feita pelas leis anteriores ao seu governo, chegando a afirmar que “a experiência condena o sistema atual de colonização”. Nas linhas seguintes, ele continua a exaltar as largas vantagens que o Pará tinha frente a outras localidades do mundo, a exemplo de sua “rede fluvial de trezentos mil quilômetros livres à navegação”, além dos negócios gomíferos e de exploração da Castanha,

⁴³ MUNIZ, João de Palma. Estado do Grão-Pará. Imigração e colonização. 1616-1916. Belém: Imprensa oficial do Estado do Pará, 1916. p. 6-52; REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Seringal e o seringueiro. [1953] 2 edição revista. Manaus: EdUA- Governo do Estado do Amazonas, 1997. p. 213-227; TOCANTINS, Leandro. Brasil: alguns valores essenciais. Manaus: Edições do governo do estado do Amazonas, 1966; CRUZ, Ernesto. Colonização do Pará. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. 1958.

⁴⁴ Sobre isso ler: PENTEADO, Antônio Rocha. Problemas de colonização e uso da terra na região bragantina do Estado do Pará. Belém: Universidade Federal do Pará, 1967; SARGES, Maria de Nazaré. Capítulo 4: Belém: a urbe das riquezas. In: Belém: Riquezas produzindo a belle-epoque (1870-1912). Belém: Paka Tatu. 2002. p. 135-184.

⁴⁵ Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 01 de fevereiro de 1900. Belém, typ do Diário Oficial, 1900. p. 69.

que já superavam a produção aurífera brasileira. Mas, o Estado tinha ainda que se esforçar em dar subsídios para atrair migrantes. Tendo dito isto, o governador desfecha dizendo que devia-se, por estas razões, cada vez mais, incentivar a imigração espontânea, a fim de diminuir os custos estaduais para com a vinda destes forasteiros. Para ele, mais cedo ou mais tarde, a Europa e os Estados Unidos, por excesso de capital e população, “virão procurar-nos sem maiores sacrifícios de nossa parte e não temos porque oferecer-lhes [...] com sofreguidão humilhante de pedintes”.

Eis que temos um vislumbre dos brios de uma identidade e orgulho paraenses comuns aos discursos de época. Os altos gastos com a colonização levavam o governador a utilizar de um discurso quase que ufanista, a fim de justificar a diminuição dos gastos públicos para com os novos assentamentos coloniais. Vemos também uma nova lógica de ocupação sendo pregada, onde não apenas os núcleos agrícolas são vistos como o cerne da estratégia oficial, mas também o fomento à atração de capitais estrangeiros para a manutenção e o desenvolvimento de uma exploração mais expressiva, independente do orçamento governamental.

A confirmação disso se dá na Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado em 01 de fevereiro de 1901. O Dr. Paes de Carvalho chama a atenção para os altos gastos da colonização e a necessidade da venda das terras devolutas sob a direção de uma demarcação clara e objetiva. Ao apresentar esta venda como solução para o custeio da colonização dos sertões amazônicos, ele chama atenção de seus deputados ao novo desafio a ser enfrentado: as pouco povoadas terras do Amapá, restituídas pelos “nossos direitos e a capacidade e o patriotismo do benemérito Barão do Rio Branco”.⁴⁶ Uma considerável extensão de terra que agora passava à responsabilidade de um Estado que declaradamente vinha alegando dificuldades em custear os núcleos coloniais já existentes.

O Jornal *A República* imbuído da disputa contra o governo da situação, no dia 24 de janeiro de 1900, chamou a política de colonização de Paes de Carvalho de “precipitada”, sem planejamento claro.⁴⁷ A matéria falava sobre a rescisão de dois contratos firmados para o estabelecimento de colonos italianos no Pará. E ainda segundo o mesmo jornal, estas rescisões trariam “grandes prejuízos aos tesouros do Estado”, tendo em vista o pagamento das taxas de indenização e a perda do trabalho já feito. O periódico em questão não criticava a política de imigração em si, pois o próprio Lauro Sodré, enquanto governador, afirmara sua preocupação

⁴⁶ Mensagem dirigida ao Congresso legislativo do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 01 de fevereiro de 1901. Belém: Typ. do Diário Oficial. p. 71.

⁴⁷ Imigração. *A República*. Belém, 24 de janeiro de 1900. p. 01.

com a colonização e a ocupação do território.⁴⁸ Criticava-se, antes de tudo, o governo de oposição, que se encontrava dirigindo o projeto colonial.

O território, como se vislumbra, era ainda um grande desafio aos governos amazônicos, em especial ao do Pará, que empreende esforços em torná-lo parte integrada da nação, como declarou o governador Paes de Carvalho, em 1901, que o Estado do Pará era um dos “estados da União a que compete promover não só os meios de engrandecer-se a si próprio, mas de concorrer para a maior prosperidade do Brasil”.⁴⁹ Mesmo alegando dificuldades para efetivar a colonização das antigas regiões pertencentes ao Estado, as autoridades locais organizaram festejos e atos públicos, com a finalidade de celebrar o laudo de 1º de dezembro de 1900. Intelectuais e profissionais de imprensa incessantemente regozijam sua satisfação, patriotismo e alegria para com a anexação definitiva do território do Amapá ao Brasil. Comemoram a vitória sobre uma grande potência europeia, mediante um laudo arbitral que concorreu em grande medida, para a derrota da República brasileira.

Mais importante que preocupar-se com os gastos do porvir, o poder público da situação, interessava-se bem mais em fortalecer o civismo paraense, as festividades republicanas, ufanar o regime e exaltar o governo local diante da vitória. Temos também a afirmação do discurso naturalista, comum à época, presente em vários relatos sobre a Amazônia, que ora é vista como um “cosmos imperfeito e impreciso”,⁵⁰ dotado de um clima “insalubre e incompatível com as condições de vida do europeu”⁵¹ ora como um paraíso natural. Uma região de exploração em potencial, dotada de “riquezas naturais”⁵² ainda não exploradas em sua totalidade.

Franciane Gama Lacerda (2010) ao analisar os discursos do poder público entre a passagem do século XIX para o século XX aponta que “a ideia de uma terra fértil, mas que precisava ser explorada e valorizada por meio da agricultura, aliada a uma crítica ao exclusivo extrativismo da borracha, sem dúvida, é a tônica dos muitos discursos sobre a Amazônia”. O meio natural, dotado de inúmeras riquezas escondidas por detrás das dificuldades, ou mesmo

⁴⁸ ler: Mensagem dirigida pelo Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua segunda reunião em 1 de julho de 1892. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1892. p. 19-20.

⁴⁹ Mensagem dirigida ao Congresso legislativo do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 01 de fevereiro de 1901. Belém: Typ. do Diário Oficial. p. 71.

⁵⁰ Este trecho se refere à uma publicação feita em 1913 na folha do norte. Uma republicação de um artigo que circulou na imprensa carioca. FOLHA DO NORTE. “visão da Amazônia” por Severino Silva. 06 de janeiro de 1914. p. 01.

⁵¹ Trecho de uma fala do governador Paes de Carvalho, em protesto às notícias que corriam internacionalmente e no sul do país sobre o clima da região. In: Manifesto ao Estado do Pará pelo governador Dr. José Paes de Carvalho. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1897, p. 7.

⁵² Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 01 de fevereiro de 1900. Belém, typ do Diário Oficial, 1900. p. 70.

“aberrações” naturais, segundo palavras de Euclides da Cunha, precisava ser dominado, e exigia um enorme esforço de todo aquele que se propusesse a explorá-lo (CUNHA, 1994, p. 27).⁵³

O que se vislumbra é um contexto onde não apenas o corpo diplomático se debruça sobre as questões territoriais, mas os diferentes olhares que disputam as narrativas sobre o território amazônico, assim como os usos desse território. Dentro desta disputa, temos inúmeros viajantes, a exemplo de Bates, Wallace, Kidder, Cunha, assim como Godinho e Lindenberg que mesclaram visões de espanto, encantamento, elogios e críticas. Muitos fizeram rápida passagem, outros por alguns anos permaneceram e observaram o espaço, se debruçando em descrever não só o que observavam, mas experimentavam.⁵⁴

Muitos desses relatos eram utilizados para a elaboração de um discurso propagandista confeccionado pelo poder público com o objetivo de atrair não só imigrantes estrangeiros, mas o interesse nacional. Segundo Lacerda (2010, p. 150), se queria demonstrar “para os brasileiros e também para os outros países a imagem de um estado que progredia, que não era insalubre e que poderia caminhar nas sendas da civilização”. Assim como o próprio Paes de Carvalho declarou em 1899, em fala ao congresso legislativo do Estado, onde queria o Pará conhecido como “região próspera e frutuosa, com povo civilizado, industrial e progressivo”.⁵⁵

Concorrendo para isto, temos alguns documentos, a exemplo do Relatório de Antônio Lemos, de 1897 a 1902, ao Conselho Municipal de Belém, onde diz que Belém, devido ao seu rápido crescimento e desenvolvimento, “que a transformaram num dos mais convidativos núcleos de população do extremo norte do país”, achava-se naquele momento como “ponto preferido dos forasteiros acorridos de toda parte”.⁵⁶ Parte desta propaganda do espaço urbano e das vantagens do Pará, em vista de seus recursos naturais, também se vê na publicação de Jacques Ourique, Presidente da comissão Paraense que participou da Exposição Nacional de 1908, no Rio de Janeiro. Ao iniciar o texto, ele transcreve uma matéria publicada na Revista da Semana, periódico carioca, onde se dizia, em frase atribuída a Henri Caudreau: “Pará, reine de l’amerique chaude”, que em tradução seria “Pará, reino da América quente/tropical”. Prossegue

⁵³ CUNHA, 1994, p. 27.

⁵⁴ BATES, Henry Walter. (1825-1892). Um naturalista no rio Amazonas. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979; WALLACE, Alfred Russel (1823-1913). Viagens pelos rios Amazonas e Negro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979; KIDDER, Daniel P. (1815-1891). Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (província do Norte). Compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias. São Paulo: Livraria Martins, 1943. GODINHO, Victor & LINDENBERG, Adolf. Norte do Brasil. Através do Amazonas, do Pará e do Maranhão. Rio de Janeiro - São Paulo: Laemmert & C, 1906.

⁵⁵ Mensagem dirigida ao congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 15 de abril de 1899, apresentando a proposta de orçamento da receita e despesa para o exercício de 1899. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1899, p. 50.

⁵⁶ BELÉM, Intendência Municipal de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1902 pelo exmo Sr. Antônio José de Lemos; 1897-1902. Belém: A. A. Silva, 1902. p. 34.

o texto dizendo dos vários viajantes que aqui estiveram, entre Von Martius, La Condamini entre outros, aos quais se puseram a “perscrutar as maravilhas inéditas desta prodigiosa região”, da qual se gostaria de “registrar em síntese seu extraordinário progresso”.⁵⁷

Para além do discurso têm-se um contexto tão interessante quanto, que é da disputa de uma narrativa imagética, empreendida por artistas e figuras do poder público. Aldrin Moura de Figueiredo (2014) ao analisar a tela *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará*, de Theodoro Braga, chama a atenção não apenas para a permanência de uma tradição artística e histórica nascida no Império, mas para uma disputa de elementos imagéticos que deveriam contar a origem da cidade de Belém, então capital da borracha e detentora de um progresso latente.⁵⁸ A pesquisa histórica empreendida pelo artista, a mando de Antônio Lemos, e os objetivos que levaram a feitura da tela, terminada em 1908 e exposta no Da Paz em ocasião do aniversário de Lemos, acabaram por gerar consequentes fabricações em torno do fato, a exemplo do forte de pedra, que na verdade seria de paliçada, assim como a imagem gloriosa e ativa dos europeus, contrariando os relatos historiográficos da época.

Por mais que a tela falasse de um período anterior, ela serviria à República e a uma imagem pretendida ao Pará. Aquela imagem “esquálida e indigente da aventura europeia não combinava com o mito fundador da capital da borracha” (p. 24). Antes, interessava a construção de um relato que pusesse a natureza e todo seu cosmos sob a posse e autoridade humana, que a faria, dali em diante, trilhar a estrada do progresso, o mesmo progresso no qual abundava o Pará naquele momento (Imagem 4).

⁵⁷ OURIQUE, Jacques. Estado do Pará na Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1908. p. 5.

⁵⁸ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. O museu como patrimônio, a república como memória: arte e colecionismo em Belém do Pará (1890-1940). Antíteses (Londrina), v. 7, p. 20, 2014.

Imagem 4: THEODORO BRAGA: A fundação da cidade de Nsa Sra de Belém do Pará. 1908. Óleo sobre tela, 226 por 510 cm.



Fonte: Belém, Museu de Arte

Imagem 5: ANTONIO PARREIRAS: *Conquista do Amazonas*, 1907. Óleo sobre tela, 400 x 800 cm.



Fonte: Belém, Museu Histórico do Estado do Pará

O homem então vencera os empecilhos naturais e se aproveitando do trabalho e da exploração das fartas riquezas naturais existentes, construíra à beira do Guajará, diante uma floresta antes incivilizada, não só uma cidade, mas um símbolo do progresso e prosperidade, o “futuro ao qual a natureza nos destinou”, em palavras de Paes de Carvalho em 1900.⁵⁹ Era a vitória do homem sobre a natureza. Da luz da modernidade contra o atraso e as trevas da

⁵⁹ Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 01 de fevereiro de 1900. Belém, typ do Diário Oficial, 1900. p. 69.

selvageria. Nada mais propício para as elites locais, que viram impressos, em tela de tamanho e importância magistral, tão caros valores, elucidando olhares daquele tempo e direcionando os olhares do porvir.

Ainda segundo Figueiredo (2014), outros pintores, paraenses e nacionais, seguiriam essa nova forma de retratar a fauna e a flora na arte, o movimento *neomarajoara*. A tela de Theodoro Braga trazia uma busca pela retratação que buscava uma fidelidade às observações que faziam da natureza, assim como de elementos que indicassem a identidade local, a exemplo das cores da água. No caso desta tela, as águas da baía do Guajará são retratadas barrentas e amareladas, tal qual são.⁶⁰

Há um misto de reinvenções, mas também um esforço em não mais simplesmente transpor a natureza europeia aos quadros brasileiros, como acontecia desde tempos idos. Segundo Coelho (2007, p. 166), “é possível afirmar que o sentido mais presente na obra de Theodoro Braga, a principal bandeira de seu discurso, seja a nacionalização da arte brasileira. O brasileirismo do artista mostra-se recorrente na sua obra”.⁶¹ Antônio Parreiras, segundo Arraes (2006)⁶² e Figueiredo (2014), também seguiu essa diretriz, ocupando-se em retratar o espaço urbano e a natureza de forma a dar-lhe um certo impressionismo realista, como no caso da paleta de cores usada. Uma “cuidadosa escala cromática” que dava à imagem representativa da natureza “sua característica mais sutil” (2014, p. 26).⁶³

Há, nas primeiras décadas do século XX, um esforço para a afirmação da nacionalidade nas artes visuais, mas também de uma nova concepção natural, que colocava como natureza, “o homem que dela faz parte”, fazendo-se então um paradoxo da nacionalidade (2014, p. 27). Se por um lado temos uma natureza abundante, repleta de riquezas a serem exploradas, do outro, as artes visuais constroem a autenticidade identitária do meio natural enquanto afirmação da própria nacionalidade brasileira e do sentimento regional amazônico.

Importante refletir no papel relevante desempenhado pelas imagens numa sociedade ainda desconectada do regime republicano e, que segundo Carvalho, “não era afeta à palavra

⁶⁰ Essa busca por uma retratação da natureza e de uma arte brasileira capaz de se impor genuinamente, Theodoro Braga publicara um estudo de plantas, cuidadosamente retratadas na obra: BRAGA, Theodoro. A planta brasileira (copiada do natural) aplicada à ornamentação. Belém-Pará-Brasil, 1905. Manuscrito, enquanto auxílio não só para o paisagismo, mas para outros pintores.

⁶¹ COELHO, Edilson da Silveira. A Multifforme Obra Artística E Intelectual De Theodoro Braga. III Encontro De História Da Arte – IFCH / UNICAMP. Campinas, 2007.

⁶² ARRAES, Rosa Maria Lourenço. Paisagens de Belém: história, natureza e pintura na obra de Antônio Parreiras, 1895-1909. Dissertação de mestrado. Belém: PPHIST-UFPA, 2006.

escrita” (1990. p. 139).⁶⁴ A retratação da natureza estava associada à uma busca pelas origens e pelo relato histórico através da arte imagética, com um interesse em representar a natureza como sinal de afirmação do Brasil e de sua glória passada, presente e vindoura. A tela *A conquista do Amazonas*,⁶⁵ de Parreiras, passou a fazer parte deste imaginário, onde a exuberância e a riqueza natural estariam em evidência. Isto sem contar que “a representação do início do século XX, voltava-se para o XVII, através de relatos, destacando assim a importância das populações nativas e portuguesas que viveram este processo de colonização” (CASTRO. 2010).⁶⁶ Essa busca por um passado, uma origem, já se via ainda no contexto das comemorações do laudo arbitral do Amapá, como veremos a seguir.

Estas obras, para além de registros imagéticos, configuram num esforço de afirmação de valores há muito propagados. A unidade nacional, um futuro civilizado, nas sendas do progresso. Esse futuro só poderia ser afirmado com as devidas delimitações do território. A partir daí, os poderes locais poderiam direcionar, com segurança, seus interesses para o povoamento e integração das regiões mais distantes e isoladas.

Outrossim, é relevante refletir que o quadro social que se apresentava aos governos do Brasil e do Pará era o do surgimento de uma economia gomífera e uma expansão agrícola que pouco a pouco poria as questões de fronteiras e do próprio meio natural, por assim dizer, na ordem do dia. O Amapá, enquanto região de conflito e fruto de uma colonização brasileira dificultosa, se apresentava em 1900, como objeto de triunfo e desafio. Ao passo que concorria para a exaltação das glórias republicanas, configurava-se como um gasto a mais aos cofres públicos, que deveriam então empreender esforços para sua integração.

1.1.3 O(s) discurso(s) diplomático(s): Modernidade, patriotismo e jogos de poder.

Depois destes apontamentos é relevante fazer um apanhado de algumas matérias sobre diplomacia publicadas na imprensa paraense no início dos anos 1900. Elas podem apontar os variados caminhos seguidos ou que se pretendiam seguir pela política local. Além de oferecer um vislumbre dos sentidos sociais, morais e econômicos atribuídos à prática diplomática.

⁶⁴ Vemos isso também em [...]. Preocupados em legitimar o poder republicano, complementaram seus textos escritos com as imagens que exaltavam o novo regime. Era preciso assinalar, através de imagens, o início dos novos tempos marcados pelo ‘progresso’. Relacionadas com o novo regime, as imagens também poderiam atingir um grupo maior, ou seja, a camada letrada da sociedade, o que não poderia ser feito apenas através de discursos impregnados pelo cientificismo e, portanto, inacessível à maioria da sociedade. (FARIAS, 2005, p. 27)

⁶⁵ Tela encomendada pelo Dr. Augusto Montenegro, em 1905, em ocasião da estadia de Antônio Parreiras em Belém, no intuito de expor suas obras.

⁶⁶ CASTRO, Raimundo Nonato de. O quadro *Conquista do Amazonas* de Antônio Parreiras e a ideia de nação. [19&20](#), Rio de Janeiro, v. V, n. 4, out./dez. 2010.

No Jornal *O Industrial*, em 10 de janeiro de 1901, colocava-se uma nota sobre o falecimento do General Bittencourt, que havia lutado na Guerra do Paraguai. Após citar resumidamente a participação do General no conflito, o periódico segue dizendo que mesmo naqueles dias em que vinha “a luz da civilização reprovando as guerras como atos de ambições e vinganças” e “vem contrapor a diplomacia aos seus horrores, não deixamos, contudo, de louvar o desinteresse do soldado batendo-se unicamente pela pátria”.⁶⁷ Esse trecho suscita questionamentos, uma vez que apresenta a diplomacia como símbolo de novos ares, assim como o contraponto dos horrores dos velhos tempos em que a guerra era o principal meio de resolver conflitos entre as nações. Este era o discurso vigente da época, onde a República era louvada como a inauguração de um novo tempo, racional, regido pela ordem e progresso da civilização.

Nas entrelinhas seria uma forma de exaltar os feitos de um patriota, que a seu modo e sob as condições e conceitos da época específica do conflito, havia dado o sangue e a bravura em favor do Brasil. Eis que desse modo a guerra é posta como representação do atraso, da falta de civilização e instrução. Devemos lembrar os catastróficos efeitos que a Guerra do Paraguai causou ao Brasil, inclusive servindo de pretexto para os grupos desejosos do fim da monarquia. Por esta razão, ainda parecia mais pertinente ao jornal explicar o que se estava homenageando naquela nota. Ao passado imperial ficava relegada a vergonha de uma Guerra que levou o Império ao caos social, profundo endividamento, sofrível inflação entre outros problemas. A República assegurava, por sua vez, a modernidade, sob a luz da diplomacia.

Contudo, como vislumbre da conveniência de certos discursos, assim como da permanência de relações políticas e ideológicas do Império, veremos mais adiante que as grandes guerras nacionais serão lembradas como garantidoras do espírito nacional de defesa da pátria. Não se pode esquecer, porém, os discursos importados da Europa e as constantes republicações feitas de jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e correspondentes das grandes capitais europeias. Um exemplo está na primeira página d'*A República*, na edição de 08 de janeiro de 1900, num artigo traduzido por um correspondente na Alemanha.⁶⁸ Sob o título “A divisão do universo”. O artigo é uma análise de um jornalista alemão em torno do discurso do Ministro das Relações Exteriores do Império Alemão, Sr. Bulow.

Depois de expor a situação da Alemanha, até então insatisfeita com a partilha da África e Ásia entre as grandes potências europeias, o ministro declara que “pela própria posição exterior nossa ser favorável, devemos nos servir dela para garantir nosso futuro”. A situação diplomática na Europa se agravava gradativamente e de forma rápida, no então conhecido

⁶⁷ General Bittencourt. *O Industrial*. Cametá, 10 de janeiro de 1901. p.02.

⁶⁸ A divisão do universo. *A República*. Belém, 08 de janeiro de 1900. p. 1.

contexto da “Era dos Impérios”, em que a correlação de forças entre os mais poderosos impérios do mundo ruía e os esforços diplomáticos em manter a paz se esgotavam frente à Paz Armada.⁶⁹

Nesse seguimento, a fala segue afirmando que “a diplomacia de outrora vivia 25, 50 anos com uma simples questão. Hoje, elas aparecem de repente e desaparecem e outras vezes transformam-se em conflitos agudos e perigosos”. Podemos inferir que a diplomacia ainda representava um esforço em manter as negociações num certo clima de estabilidade entre as nações. Contudo, as ambições territoriais, as pretensões de dominação e os processos de afirmação das nacionalidades e soberanias estavam vertiginosamente levantando questionamentos acerca de antigos tratados de limites e acordos comerciais. E para além, a diplomacia servia como estágio preparatório para um confronto que se tornava cada vez mais inevitável.

Relevante o exercício de pensar o quão presente a discussão diplomática estava na imprensa e, conseqüentemente, no meio político e intelectual no qual se inseria no início do século XX. Enquanto ordem do dia no cenário europeu, a diplomacia era reproduzida em terras paraenses também como afirmação de uma nacionalidade recente e ainda mal consolidada. Ao bem da verdade, o próprio discurso diplomático era utilizado como meio de afirmação desse patriotismo pretendido pelas elites intelectuais.

Por um plano retórico a diplomacia era vista como a forma de inserção do Brasil em um quadro social e ideológico característico da modernidade das primeiras nações mundiais. Na *Folha do Norte*, no dia 02 de dezembro de 1900, uma matéria expunha o motivo de se fazer um monumento ao Barão do Rio Branco. Dentre as justificativas indagava o porquê de não se fazer como a “Inglaterra com Henrique Richard, o primeiro grande propagandista do arbitramento internacional neste século” ou ainda como a Alemanha, à Immanuel Kant, “o primeiro autor do Tratado da Paz Perpétua”.

Se bem analisarmos o trecho da obra de Kant, ver-se-á que o mesmo é enfático em afirmar que: “A razão [...] condena absolutamente a guerra como procedimento de direito e torna, ao contrário, o estado de paz um dever imediato, que, porém, não pode ser instituído ou assegurado sem um contrato dos povos entre si” (1989, pp. 40-41).⁷⁰ Podemos vislumbrar uma das referências dos políticos paraenses ao significar a prática diplomática, elevando-a enquanto uma prova do exercício racional, característico da civilização. Isso era bem oportuno ao Brasil que não se via capaz economicamente, tampouco militarmente para disputar no cenário das grandes potências. Ao mesmo tempo em que não desejava mais se colocar como mera peça do

⁶⁹ Sobre isso ler: HOBBSAWM, Eric. A era dos impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

⁷⁰ KANT, Immanuel. À paz perpétua. Porto Alegre: L&PM, 1989. pp. 40-41.

tabuleiro imperialista. Para o Brasil mais interessante seria que esse “novo direito público” se consolidasse ao ponto de evitar “para sempre entre brasileiros e filhos de outras terras o derramamento de sangue fraterno”.⁷¹ Evitar as guerras que ele fatalmente perderia.

Mais um apontamento sobre os significados da diplomacia está presente em uma matéria d’*A República*, de 26 de outubro de 1900, quando em feroz ataque ao Dr. Augusto Montenegro,⁷² candidato ao governo do Estado; o redator utiliza de suas “pretensões diplomáticas” para desqualifica-lo.⁷³ Desde agosto, matérias se seguiam publicando críticas à figura e à atuação política de Augusto Montenegro no cenário federal. Em certo momento da matéria do dia 26, afirma-se: “Não tem serviços políticos. Foi o único que da bancada paraense deu parecer favorável as pretensões dos franceses contra seus próprios conterrâneos e patrícios”. Uma acusação grave diante do patriotismo eivado nos discursos das elites intelectuais da época. Mais grave ainda se tornava diante da tensão que se instaurava diante da expectativa da publicação do parecer final do Árbitro plenipotenciário sobre a questão do Amapá, que só viria dia 01 de dezembro. A tentativa de fazê-lo um anti-herói, de quem falta o patriotismo e o sentimento aguerrido de defesa dos interesses da nação, dá um vislumbre sobre um dos sentidos da diplomacia nesse período, que era o da afirmação da soberania brasileira, enquanto nação livre e consolidada.

O episódio do qual fala o jornal laurista não é infundado, uma vez que o “Tratado Cerqueira Pichon”⁷⁴ ou Tratado do Amapá, como ficou conhecido. Foi perpetrado pelo ministro das relações exteriores, General Dionísio Cerqueira, em 10 de abril de 1897,⁷⁵ contando, na ocasião, para a aprovação na Câmara dos deputados, com o voto do então deputado Augusto Montenegro. Neste tratado, o contexto após a guerra entre a República do Cunani, liderada pelo Capitão Trajano e os patriotas liderados por Cabralzinho, colocou o Brasil e a França em delicada situação, haja vista não mais poder esperar uma medida que garantisse a paz entre as duas nações. O clima ficou tenso e bem próximo esteve à entrada do Barão do Rio Branco no cenário desta disputa.

⁷¹ KANT, Immanuel. À paz perpétua. Porto Alegre: L&PM, 1989. pp. 40-41.

⁷² Augusto Montenegro, por sua vez, era formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Pernambuco, a mesma onde o Barão do Rio Branco terminou seus estudos. Depois de formado, foi empossado como diplomata de 1º classe, primeiramente na legação brasileira na Suíça, depois Paris e Londres. Tendo abandonado a diplomacia, seguiu carreira política como Deputado Federal pelo Pará, até 1900, quando finalmente aceitou a candidatura de seu partido, apoiado por Antônio Lemos, ao governo do Pará.

⁷³ Uma autópsia. Archimedes. *A República*. Belém, 26 de outubro de 1900. p. 01.

⁷⁴ Nome designado pelo jornal: *A República*, 27 de maio de 1899. Belém, Pará. p. 01.

⁷⁵ O texto na íntegra do tratado:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=45509&norma=61263>, acesso em: 03 de abr. de 2017.

Este mesmo polêmico tratado aprovado em 8 de dezembro daquele ano e posto em execução por Prudente de Moraes, em decreto de 8 de agosto de 1898, foi o que pôs o Brasil em arbitramento com a França, tendo como árbitro o governo suíço. No Rio de Janeiro, periódicos, a exemplo do *Jornal do Brasil*, declarou em 12 de dezembro sobre a sessão noturna para “tratar secretamente o Tratado do Amapá”.⁷⁶ Outros jornais dão cabo desta mesma informação.

Em Belém, a votação do Tratado causou frisson, pelo que indica o *Cidade do Rio* ao publicar um telegrama de Belém, de 29 de novembro de 1897, informando que “gliceristas [iam] organizar um meeting em protesto ao Tratado do Amapá”.⁷⁷ A 28 de dezembro, o *Jornal do Brasil* publicou o seguinte telegrama: “Belém, 27. O Congresso do Partido Republicano Federal votou a condenação do Tratado do Amapá”.⁷⁸ Em continuação, o mesmo telegrama, publicado agora no *Jornal do Brasil*, transcrevia que o congresso do Partido Republicano Federal afirmava acreditar que diante “de tão extraordinária resolução, o governo francês desistirá do arbitramento”.⁷⁹

Ademais das rixas partidárias que alimentavam constantes embates na imprensa carioca e paraense contra o governo de Prudente de Moraes, vislumbra-se uma descrença no processo do arbitramento internacional, que diante dos esforços militares e conflitos armados perpetrados na região contestada, era vista como “caso perdido” por grande parte das elites da época. Este mesmo argumento será usado inúmeras vezes para atacar o grupo lealista, como se pode ver na matéria d’*O Jornal* de 4 de dezembro de 1900. O Dr. Arthur Lemos, correligionário lealista, em ocasião de um discurso proferido ao fim de uma passeata em Soure, aproveitou-se da vitória na Questão do Amapá e de Augusto Montenegro nas eleições estaduais para suscitar ataques antigos.

Dizia que “do Pará, apenas Augusto Montenegro teve a audácia de dar o seu voto a transação considerada ignóbil pela verbiagem insensata dos patrioteiros”.⁸⁰ Pelo indicativo dos jornais, Augusto Montenegro cumpria as ordens de orientação de seu partido. Isso bastou para suscitar ataques dos inimigos políticos. Antes, isso prova também a descrença que pairava no Pará em torno das garantias e cumprimento do direito internacional. Em continuação, Lemos dizia que sozinho ficara Montenegro, sendo acusado na imprensa, “em letras garrafais, de traidor de sua pátria”, mas “refugou-se em silêncio sistemático”, pois “forte era a sua convicção

⁷⁶ Amapá. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1897. p. 02.

⁷⁷ Telegramas. *Cidade do Rio*. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1897. p. 01.

⁷⁸ Notas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1897. p. 02.

⁷⁹ Telegramas, Belém, 27. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1897. p. 01.

⁸⁰ Uma passeata. *O Jornal*. Belém, 04 de dezembro de 1900. p. 01.

da vitória de nossa causa, que também era a do direito internacional e do princípio do arbitramento”. Agora, eleito governador e tendo no currículo político um apoio isolado a uma vitória incerta, Augusto Montenegro gozava dos louros que esta vitória lhe trazia, pondo-o “radiante em seu patriotismo”.

Mais uma vez um projeto de poder se impõe. Acreditar na modernidade e na afirmação do direito internacional não era tarefa fácil para o Brasil. Diminuto em sua influência internacional e perdido muitas das vezes nos joguetes das grandes potências europeias. Montenegro agora se impunha como homem a frente de seu tempo, tendo crido e arriscado crer na justiça dos tribunais internacionais. A ele se tornava arma de imposição no cenário político.

Retornando aos ataques, podemos analisar outro trecho da nota do dia 26 de outubro, quando se diz: “sempre foi um emérito apologista e historiador, e discursante da parte principal de seu fidalguismo e pretensão- a diplomacia”. E segue dizendo que “sempre foi ambicioso a ocupar um cargo diplomata para expandir sua astuciosa ambição”. Primeiramente, os ataques constantes encontram justificativa nas próprias páginas do jornal, que anunciavam Justo Chermont e Firmo Cardoso como candidatos de oposição ao Governo da situação, o do Dr. Paes de Carvalho. As eleições seriam realizadas dia 15 de novembro daquele ano. Logo, a corrida eleitoreira acirrava as dissidências entre ambos os lados. Essa disputa nos mostra, mais uma vez, implícito no discurso, o sentido do poder conferido à prática diplomática. Em outra matéria, em 31 de outubro, o mesmo periódico publicara em tom de indignação que Paes de Carvalho estava a comprar votos e convencer todo tipo de eleitor a votar em Augusto Montenegro, uma vez que este “lhe prometeu um lugarzito na diplomacia”.⁸¹

A diplomacia aparece então como moeda de trocas de favores entre políticos e, também, como objeto de negociatas políticas. Isso também se mostra ao tempo presente como apontamento de certa visão sobre a diplomacia, que por vezes, exaltada nos discursos retóricos, agora aparece como fonte de poder e tráfico de influência. As práticas clientelistas e os jogos de troca de favores entre políticos como acordos eleitoreiros, fraudes, tráfico de influência e negociatas de cargos públicos eram situações corriqueiramente denunciadas nos jornais. Logo, não configuravam novidade social para os leitores das gazetas nacionais, nem paraenses.

O que se pode inferir, analisando os trechos de jornal, é que a afirmação da nacionalidade brasileira figurava como esforço constante no discurso diplomático de imprensa e, até certo ponto, acabava por influenciar ou espelhar as ações concretas da diplomacia brasileira. A atuação de Rio Branco inegavelmente foi a concretização dos anseios de muitos

⁸¹ O Governo em Cabala. A República. Belém, 31 de outubro de 1900. p.01.

políticos e intelectuais que disputavam as simbologias da República, mas sabiam que não podiam enfrentar as grandes potências com a mesma influência ou força que estas últimas detinham.

O próprio Barão declarara que o Brasil não tinha as mínimas condições de se impor diante dos gigantes militares que se armavam, ano a ano, no velho mundo, na Ásia e na América do Norte. Como apontamento, temos uma carta de 29 de agosto de 1892, enviada por Rio Branco à Joaquim Nabuco, em ocasião da Questão de Palmas, onde o mesmo declara: “[...] sem esquadra, sem exército, sem torpedos, quando os nossos vizinhos têm tudo isso... Entendo que a nossa situação é gravíssima”. O Barão completava salientando: “se os argentinos aproveitarem agora o ensejo que a criminosa imprevidência de nossos governantes lhes oferece, teremos de passar por grandes vergonhas e humilhações”.⁸²

O que se vislumbra é que, segundo o relato de Rio Branco, o Brasil não detinha condições nem mesmo de se armar diante de seus próprios vizinhos, no caso, a Argentina, que dirá enfrentar as grandes potências europeias. O pensamento do uso do exército como “força diplomática” torna-se mais evidente nos discursos em ocasião das negociações da questão do Acre, como trataremos mais adiante.

Ademais, importante salientar que a diplomacia cumpria e cumpre até um hoje um importante papel na construção e manutenção das negociações econômicas internacionais. Uma boa relação diplomática entre países fronteiriços ou não, que pretendem manter comércio estável entre si exige um exercício constante. Não apenas do corpo diplomático, propriamente dito, mas de figuras políticas diretamente ligadas ao setor de comércio exterior.

No periódico *A República*, de 04 de janeiro de 1900, aparecia o desfecho de um discurso proferido por Serzedelo Corrêa na Câmara dos Deputados federais. A matéria, publicada primeiramente dia 15 de dezembro do ano anterior, continuava até aquela data relatando as preocupações de Serzedelo para com as taxas cobradas sobre produtos importados e exportados. Segunda as matérias anteriores, em 1897, a comissão de Tarifas da Câmara havia aprovado uma lei federal diminuindo sensivelmente algumas taxas relacionadas à importação, assim como aos produtos da “indústria indígena”.⁸³

Serzedelo, segundo na publicação do dia 15 de dezembro do mesmo periódico, reclamava que alguns produtos estrangeiros, sem similar no país, “podiam suportar um imposto mais elevado”, assim como “as taxas que auxiliavam a indústria indígena foram reduzidas

⁸² VIANA FILHO, Luiz. *A Vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1959, p. 114

⁸³ Revisão de tarifas. *A República*. Belém, 04 de janeiro de 1900. p. 01.

extraordinariamente”.⁸⁴ Seguindo atento para a importância destas taxas, afirmando que o Brasil, “país de importação, tirando daí a União sua principal renda, neste projeto está em jogo o futuro da República (...) pois daí procedem os recursos d’onde vai haurir o Governo os meios para desempenhar de suas responsabilidades”.

Neste momento de 1900, Serzedelo era deputado federal pelo Pará, mas em 1892, havia sido nomeado para o cargo de Ministro das Relações Exteriores no conturbado governo de Floriano Peixoto, onde permaneceu apenas entre fevereiro e junho do mesmo ano.⁸⁵ Talvez isso explique o motivo do mesmo ter declarado a Comissão de Tarifas que “a questão da política comercial sempre foi assunto da diplomacia, e por isso a comissão informou-me vai no substitutivo deixar ao Governo a amplitude para agir”.

Serzedelo, em 1892, havia se deparado com os problemas financeiros do novo regime, assim como com a Questão das Missões, entre Brasil e Argentina, que se agravava ano após ano. Apesar do pouco tempo à frente da pasta diplomática, pôde conhecer os grandes desafios que a nascente República enfrentaria dali em diante. Já em 1900, vinha em defesa do comércio e da produção nacional e da tomada de uma atitude mais protecionista em relação à entrada de produtos internacionais no Brasil. Apesar de parecer uma instituição complementar à política interna brasileira a diplomacia se descortina como um membro vital da política externa e interna do país nesse período. A Amazônia está posta como peça importante diante desse movimento diplomático, uma vez que a economia gomífera colocava Pará, Amazonas e Acre em constantes negociações estrangeiras.

A cobrança de taxas, concessão de privilégios comerciais, vantagens, concessões públicas, isenções de impostos e assinaturas de tratados era uma constante no cotidiano paraense da época, que se via muitas das vezes obrigado a recuar diante de outras nações em nome das boas relações diplomáticas e sociais. Uma mostra disso vemos na matéria d’*O Jornal*, quando o redator do periódico, ao defender o voto de Augusto Montenegro em favor do arbitramento entre Brasil e França, afirmou que “votou por ele, enfrentando a ira dos que não conhecem as exigências da diplomacia, dos que não podem perceber as vantagens de um sacrifício de momento para a conquista da mais completa vitória”.⁸⁶ Se viu anteriormente que a oposição o acusara de traidor do Pará e da pátria.

⁸⁴ Revisão de tarifas. A República. Belém, 15 de dezembro de 1899. p. 01.

⁸⁵ Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA,%20Serzedelo.pdf>, acesso em: 07 de dez. 2016.

⁸⁶ Amapá. Notícias diversas. O Jornal. Belém, 10 de dezembro de 1900. p. 01.

Na mensagem oficial enviada à Assembleia Legislativa do Estado, em 01 de fevereiro de 1901, o governador Dr. Paes de Carvalho se pronuncia acerca da vitória em torno da questão do Amapá. Aquela vitória obtida através da diplomacia e não da guerra era um símbolo de prestígio e modernidade, que punha o Brasil, segundo ele, entre as nações mais desenvolvidas e modernas da época.⁸⁷ Paes de Carvalho destacava que, ao se utilizar do arbitramento para a solução da causa, “a República Brasileira apresenta ao mundo civilizado mais um belo exemplo de seu espírito de paz e de progresso”, ao mesmo tempo em que fortalece a legitimidade do direito internacional. O documento continuava agradecendo ao Barão do Rio Branco “um nome já aureolado pela gratidão contemporânea e um exemplo imperecível de laborioso devotamento aos supremos interesses da nação”. O Pará agradecia aquele que pôde, “com o concurso de sua vasta erudição, produzir a argumentação evidenciadora de nosso direito”.

O governador findou sua fala sobre Rio Branco dizendo que além da feitura do monumento, o Estado ainda se esforçasse de outras maneiras a fim de tornar pública e notória a gratidão para com aquele a quem o “próprio nome é um patrimônio nacional”, assim como herança do pai. O Barão do Rio Branco, nesse momento, era visto como o espelho do pai, que havia alcançado, ainda no Império, a liberdade para os escravos recém-nascidos, com a promulgação da Lei do Ventre Livre.⁸⁸

O Império não estava totalmente superado. Até porque a nascente República ainda convivía com figuras que transitavam de alguma forma, entre os dois regimes, e em grande medida, figuras que representavam velhas relações de poder que se reinventaram na República. Neste entendimento, não apenas as relações de poder, mas também relações sociais, políticas e intelectuais.

⁸⁷ Sobre a simbologia da diplomacia para os tempos em questão, temos: BUENO, Clodoaldo. O Barão do Rio Branco e a Política internacional de seu tempo. In: Ministério das Relações Exteriores. Barão do Rio Branco 100 anos de memória. In: Cadernos de História e Documentação Diplomática. FUNAG: Brasília. Ano 11, n Especial. 2012. A partir da página 253 começa a analisar as especificidades da dinâmica internacional dos tempos de Rio Branco, em especial, destaca a insatisfação do chanceler com os entraves políticos da República para o avanço de uma diplomacia mais prática e eficiente, que garantisse a defesa do território.

⁸⁸ José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, foi um dos estadistas de atuação mais destacada da Monarquia brasileira. chefiou muitos gabinetes ministeriais, foi Deputado, Senador (1863), Ministro e Secretário de Estado dos Estrangeiros (1855, 1958 e 1868), da Marinha (1853 e 1856), da Guerra (1858 e 1871), da Fazenda (1861, 1871 e 1875), das Relações Exteriores. Presidente da Província do Rio de Janeiro (1858). Dignitário da Ordem de Cristo e Comendador da Ordem da Rosa. Exerceu as funções de secretário na missão especial no Rio da Prata, sob as ordens do Marquês de Paraná (1851) sendo enviado especial em missões nas repúblicas da Argentina, do Uruguai e Paraguai. Presidente do Conselho de Ministros, de 1871 a 1875, período do Segundo Reinado, em que lhe coube sancionar, em 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre e enfrentou, nos anos de 1873-1874, a questão religiosa entre a Igreja Católica e a Maçonaria. Presidiu, na condição de Grão-Mestre, a loja maçônica o Grande Oriente do Brasil. (BARBOSA, Virgínia. Visconde do Rio Branco. Fundação Joaquim Nabuco. Biblioteca Blanche Knope, Governo Federal. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=130%3Avisconde-do-rio-branco-jose-maria-da-silva-paranhos-&catid=56%3Aletra-v&Itemid=1).

Os ideais de progresso, ordem, liberdade, modernidade, saneamento e civilidade, muito comuns ao II Império, inclusive, acelerados no Pará graças à prosperidade econômica advinda com os negócios gomíferos entre 1870 a 1912,⁸⁹ agora ganhavam corpo também nos feitos diplomáticos de Rio Branco, que se preocupava em mostrar ao mundo o desenvolvimento de nossas relações internacionais. É sabido que uma das grandes preocupações, em especial do grupo *lemista*, era a de elaborar medidas e meios para que notícias da prosperidade e da modernidade que abundavam a capital paraense chegassem até as mais ricas nações e impérios do mundo, principalmente na Europa, de onde se importou grande parte da cultura *Belle-époque*, na segunda metade do *siecle XIX*.⁹⁰ Rio Branco era o novo símbolo desta República que agora caminhava na estrada progressista, rumo ao agigantamento das fronteiras e da civilização.

Dia 03 de fevereiro, a *Folha do Norte* publicara em sua primeira página a seguinte matéria: “O Amapá: A vitória do Brasil”. Logo no início, destacava o recebimento de um telegrama vindo do Barão do Rio Branco, no dia 02, endereçado ao Governador Paes de Carvalho, cujo conteúdo dizia: “Dr. Paes de Carvalho – Pará – nossos limites Oyapoque Serra Tamucumae. Parabéns – Rio Branco”. No prosseguir, o jornal declarava ter tido a França, na condição de potência europeia, empreendido enormes esforços com o fim de obter vitória sobre a questão e, para isso acionou “os maiores vultos da diplomacia e (d)a paleontologia, toda a sua legítima influência no terreno político e moral”⁹¹.

Os redatores da *Folha*, ao escrever esse trecho, tentavam imprimir na opinião pública a simbologia que a vitória sobre a questão de limites do Amapá representava naquele momento: a República brasileira, recente e problemática, se impunha soberanamente, e dentro do direito internacional, sobre uma potência europeia estabelecida e influente; e não menos que a França, a grande inspiração das elites paraenses no século XIX e início do XX.

Mais do que pensar e refletir sobre isso, é importante atentar que esse discurso fazia parte de um projeto, uma disputa, que servia de tijolo para a construção de uma representação gloriosa em torno do fato, onde o Pará e o Brasil, pacificamente e legitimamente, anexavam em definitivo um território reivindicado pelos franceses. Uma pista disso se encontra no prosseguir

⁸⁹ SARGES, 2003, pp. 70-89.

⁹⁰ Esta preocupação se reflete mais claramente na feitura dos Álbuns da administração pública, cuja análise é feita neste trecho: “É possível entender a preocupação dos administradores em construir uma imagem moderna do Brasil Republicano, através do texto escrito e visual na tentativa de “desconstruir” a imagem depreciativa consolidada no velho continente. (...) Era comum o poder público, ou mesmo a iniciativa privada, encomendar a confecção de álbuns com objetivo de enaltecer as melhorias urbanas e apresentar suas riquezas” PEREIRA, Rosa Claudia Cerqueira. Fotografia & natureza: A paisagem urbana no álbum do Pará de 1899. Anais do XXVII Simpósio Nacional da Anpuh. Natal: 2013. p. 2.

⁹¹ O Amapá: A Vitória do Brasil. Folha do Norte. Belém, 03 de dezembro de 1900. p. 01

da matéria que declarava ter tido “tanto maior alcance nosso triunfo pacífico, quanto afora o campo restrito da questão. Tudo concorria para dar vantagens a França”.

Mesmo com todas as forças colaborando para a vitória francesa sobre a questão, a *Folha do Norte* afirmava que “tão evidente era nosso direito, tão claras e poderosas as razões que o iluminavam”⁹². Não é exagero lembrar que o Brasil passara, em 1895, por uma questão bem delicada com a Inglaterra, relacionada a Ilha de Trindade. Os ingleses vilipendiaram a soberania nacional, ocupando a ilha que por direito era brasileira. Sem chances de negociar, o Brasil arrastou o caso ao longo de dois primeiros ministros britânicos, tendo o último se disposto a negociar e fechar o conflito, restituindo a posse à República brasileira⁹³.

Esse direito do qual a matéria fala estava encarnado e fundamentado não na sorte ou no acaso, mas em algumas atuações, brilhantes e repletas de competência e erudição, que por sua vez, garantiram a prova das razões brasileiras na questão do Amapá. No telegrama enviado por Dr. Gabriel de Pina, ministro brasileiro em Paris, à Paes de Carvalho, o mesmo confirmava as informações ditas por Rio Branco e findara a mensagem dizendo: “Cordiais saudações. Viva Rio Branco”.⁹⁴ O ministro deixara claro o nome de quem deveriam se lembrar e celebrar a partir dali. A atuação de Rio Branco foi celebrada e relembrada tantas vezes mais após o episódio. Contudo, o poder local não se furtou em utilizar-se desta vitória enquanto meio de autopromoção, como se verá mais adiante.

1.1.4 Uma vitória em disputa.

O periódico *O Jornal* publicou matérias detalhadas sobre a questão do Amapá e comparado à cobertura feita pela *Folha do Norte*, é o periódico que mais detalhes forneceu acerca dos percalços em torno deste fato. O periódico pertencia a um grupo simpático ao Governo do Estado, exercido por Paes de Carvalho e o grande entusiasmo das matérias que se seguiam dia após dia podem ser reflexo de um processo de construção e apropriação discursiva e memorialística sobre o fato.

⁹² O Amapá: A Vitória do Brasil. *Folha do Norte*. Belém, 03 de dezembro de 1900. p. 01

⁹³ Pode-se perceber ao longo de alguns estudos que o Brasil não se via forte o suficiente para negociar com outras nações estrangeiras, principalmente as grandes potências. No Trabalho de KÄMPF, Martin Normann. *Ilha da Trindade: a ocupação britânica e o reconhecimento da soberania brasileira (1895-1896)*. Brasília: FUNAG, 2016, o autor expõe a questão diplomática, destacando que “Artigos de jornais expressavam que a Inglaterra não tinha pressa em resolver a questão com o Brasil por ser este um país amigo e fraco; sob essa ótica, se a demanda pela restituição fosse feita pelos Estados Unidos, o Governo britânico, por temer reações prejudiciais aos seus interesses, se apressaria em desocupar a ilha brasileira” (p. 144).

⁹⁴ Os principais telegramas. *O Jornal*. Belém, 02 de dezembro de 1900. p. 01.

Na matéria do dia 02 de dezembro, o periódico em questão dá cabo do ritual de poder encenado em torno da questão do Amapá e, em especial, da personificação desta vitória na pessoa do então Dr. Paes de Carvalho, que de imediato “fez comunicar aos órgãos de imprensa da capital e ao Capitão Felinto Alcino Braga Cavalcante”, sendo este último ajudante da Comunidade mista de delimitação de limites da Guiana.⁹⁵

Além de expedir telegramas oficiais ao Presidente, aos senadores do Estado e aos governos dos Estados da República, Paes de Carvalho cuidou de enviar telegrama oficial ao Cônsul da França, com quem “se congratulou pela terminação honrosa do secular litígio”. Este simples dado, que passa por detalhe ou simples trâmite do poder público, neste caso ganha destaque e importância ímpar. A matéria coloca o poder público paraense em posição de prestígio e destaque, numa demonstração de alto civismo e diplomacia, que não apenas se restringia ao contexto nacional, mas sim internacional. Quando *O Jornal* utiliza o termo “honroso término da secular pendência”, ao mesmo tempo evoca-se o sentido obtido pela diplomacia em terras paraenses: a demonstração pública de civilidade e soberania do território, assim como a capacidade paraense de integração no espaço internacional através do direito e da erudição.

Contudo, sabe-se que a disputa que se travou em torno do Amapá nem sempre foi pacífica. Inclusive foi fruto de um longo processo histórico. O território que hoje compreende o Amapá, conhecido como “terras do Cabo Norte”, despertou a atenção de Portugal quando Inglaterra e França, ignorando o Tratado de Tordesilhas, iniciaram concessões de terras aos seus compatriotas, gerando uma reação portuguesa, num esforço maior de colonização efetiva e real da região. O que se sabe, inclusive por documentos do poder público paraense, é que aquela região se encontrava pouco habitada até fins do século XIX, e chegava em 1900, com pouca presença brasileira por lá, como aponta o relatório de Paes de Carvalho, de 1901.

Conta-se na matéria deste mesmo dia, no tópico “As impressões da cidade”, que logo a notícia se espalhou, “causando ótima impressão” tanto entre paraenses quanto em estrangeiros. Mais uma vez o olhar estrangeiro sobre o Pará é posto em questão, inferindo-se que estes mesmos estrangeiros terminam por confirmar, legitimar e prestigiar a vitória da diplomacia paraense diante da Questão do Amapá. *A Folha do Norte*, em 09 de dezembro falou sobre isso quando afirmou que “a esse fato não podem ser indiferentes os povos policiados” e ainda mais, por querer celebrar nos festejos oficiais “a vitória do direito e da justiça, daí o caráter internacional das comemorações”.⁹⁶

⁹⁵ Os principais telegramas. *O Jornal*. Belém, 02 de dezembro de 1900. p. 01.

⁹⁶ Amapá, passeata. *Folha do Norte*. Belém, 09 de dezembro de 1900. p. 01.

Apesar das negociações terem sido intermediadas diretamente por Rio Branco e seus auxiliares diretos, no Pará seguiu de forma intensiva o aproveitamento do poder público em chamar para si os louros dessa bem sucedida campanha de negociações. E para isso, Paes de Carvalho foi posto nos relatos oficiais e de imprensa como colaborador dedicado de Rio Branco, fornecendo documentos, dados e tudo mais que precisasse como aponta o próprio Relatório de Presidente de Província de 1901, escrito por Paes, e alguns documentos que veremos mais adiante⁹⁷.

O governador declara que a vitória de Rio Branco se torna ainda mais relevante porque se tornaria a partir de então o lema de “outros triunfos” que o Pará teria de alcançar em casos semelhantes, a exemplo das pendências de limites entre a Amazônia, a Holanda e a Inglaterra, no que diz respeito às Guianas.⁹⁸ Continuando o texto, Paes de Carvalho declarou que o Estado do Pará, “nunca hesitou em dar solícita atenção a um assumpto de que tão de perto lhe interessava”, e isto era notório, segundo ele. Esta solícita atenção se viu personificada na figura de uma pessoa em especial, tendo declarado o governador que o Pará “teve a fortuna de possuir na pessoa de um dos seus mais ilustres funcionários, o Sr. Dr. Emílio A. Goeldi, um competentíssimo servidor de nossa causa”, um auxiliar cujos serviços prestados não se poderia “assaz encarecer”.⁹⁹

⁹⁷ Sobre esses questionamentos acerca da participação de Paes de Carvalho e outras personalidades paraenses, muito há de se descobrir com o decorrer das publicações da FUNAG. Recentemente, em 2017, foram publicados três volumes do Caderno pessoal de notas do Barão. O período que compreende o terceiro volume, entre 1897 e 1898 não encontrou-se menção aos políticos do Pará ou possíveis colaborações, contudo, há de se aguardar o 4º volume, ainda não publicado, para a averiguação dos documentos transcritos. O próprio autor salientou que essa documentação importantíssima ficou esquecida, e por vezes, de propósito, a fim de não quebrar com a visão tradicional em torno da atuação de Rio Branco. Essa publicação vem então como esforço de reescrever a trajetória da diplomacia brasileira. SANTOS, Affonso José. Barão do Rio-Branco: cadernos de notas – a questão entre o Brasil e a França. Brasília: FUNAG, 2017.

⁹⁸ Mensagem dirigida em 01 de fevereiro de 1901 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Paes de Carvalho, Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial, 1901. pp. 02-04.

⁹⁹ Emílio A. Goeldi, zoólogo de origem suíça, atuou em diversas pesquisas na Europa, frequentando as Universidade de Leipzig e Gena, na Alemanha. Defensor da corrente evolucionista no campo da zoologia, a qual causava impacto no meio acadêmico alemão por volta de 1881, Goeldi foi o difusor da teoria da evolução em Schaffhausen e Sankt Gallen (Suíça). Em 1884, iniciou suas pesquisas na área de zoologia aplicada. Neste mesmo ano, recebeu um convite do diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Ladislau Neto (1839-1894), para assumir o cargo de subdiretor da seção zoológica daquela instituição. Em novembro de 1884, Emilio Goeldi chega ao Rio de Janeiro. Lá desenvolveu inúmeros trabalhos de pesquisa, e publicou diversos artigos sobre temas variados, com destaque para seus estudos sobre a relação entre plantas e insetos. O zoólogo permaneceu no Museu Nacional até maio de 1890, quando seu contrato não foi mais renovado. Presume-se que por conta das pesquisas desenvolvidas por Goeldi após sua saída do Museu Nacional que Lauro Sodré, então governador do Estado, tenha convidado o cientista para integrar o Museu Paraense no cargo de diretor, a fim de reformular as atividades da instituição. Ainda no final do século XIX, participou ativamente do processo envolvendo a questão de limites entre França e Brasil, no tocante à Questão do Amapá, negociada e vencida pelo Barão do Rio Branco dia 01 de dezembro de 1900. Disponível em: <http://www.museu-goeldi.br/portal/content/biografias> acesso em 22/09/2016.

1.1.4.1 Emílio Goeldi: um suíço em favor do Brasil.

Emílio Goeldi, naturalista e zoólogo suíço, chegou nas terras paraenses em 1894, por intermédio e convite de Lauro Sodré, então governador do Estado, para assumir o cargo de diretor do Museu Paraense. O órgão passava por reformulações e para a feitura das reformas necessárias, melhor parecia ao governo do Estado a aquisição de um nome consagrado na área científica nacional e internacional. Antes mesmo de vir ao Pará, Goeldi esteve envolvido com diversas pesquisas científicas na área de zoologia, a exemplo de aves, insetos e suas relações com as plantas. As pesquisas com animais seguiam a teoria evolucionista, uma corrente que causava muitas polêmicas até na escola alemã, onde formou-se.¹⁰⁰

O que se pode perceber é que o cientista em questão esteve envolvido com os mais afinados e atualizados estudos da segunda metade do século XIX, e por esta razão, trazê-lo ao Brasil e depois ao Pará, não apenas conferia prestígio ao poder local, quanto significava o alinhamento da Amazônia com as mais modernas teorias e pesquisas científicas. Um vislumbre disso está na Mensagem escrita por Lauro Sodré em 7 de abril de 1895, um ano após a contratação de Emílio Goeldi, onde o governador destaca que Goeldi era o impulso necessário para fazer do Museu “uma cousa digna da nossa civilização e na altura dos institutos congêneres”.¹⁰¹

Na continuação, Lauro Sodré citava diversas contratações que ocorreriam, entre antropólogos, botânicos e outros, visando o avanço dos “grandes interesses da ciência”, assim como para “produzir o estudo de nosso meio físico”, colaborando bastante “para os progressos do Estado, sob o ponto de vista moral e até material”. Ao entender do Relatório, Lauro Sodré justificava as despesas realizadas em torno do Museu citando os enormes retornos que eles trariam no futuro, e principalmente, no presente, através da inserção do Pará em uma rede de prestígio internacional. Além do mais, a participação de Goeldi na questão de limites do Amapá foi relevante, uma vez que o mesmo auxiliou o Barão do Rio Branco com documentos e dados coletados durante uma viagem expedicionária feita pessoalmente às terras do “Cabo Norte”, como era conhecida a região do contestado naquele momento.¹⁰² A viagem fora feita em 1895, e como conclusão das impressões, Goeldi mandara uma carta ao então Ministro das Relações Exteriores, Dr. Carlos de Carvalho. Nesta mesma carta, o cientista alegava que, ao contrário

¹⁰⁰ Sobre Goeldi e sua participação na questão de limites do Amapá, temos: REIS, Arthur Cezar Ferreira. Goeldi e a integridade do Amapá. In: A Amazônia e a integridade do Brasil. Brasília: Senado Federal. Coleção Brasil 500 anos. 2001. P. 129-134.

¹⁰¹ Mensagem dirigida em 07 de abril de 1895 ao Congresso legislativo do Estado do Pará pelo Dr. Lauro Sodré. Governador do Estado. Belém: Imprensa oficial. 1895. pp. 02-03.

¹⁰² REIS, Arthur Cezar Ferreira. Opus cit. pp. 130-131.

dos relatos do Francês Henri Codreau, no *Les français en amazonie*,¹⁰³ a maior parte de habitantes da região do contestado era formada por brasileiros, e que a porção norte da terra, reclamada pela França era bem mais proveitosa que a parte sul, “que há muito não presta para nada”, segundo ele. Tendo dito isto, Goeldi segue afirmando que “não é por nada que a França se contentava com a parte setentrional, do rio Calçoene em diante: ela ficaria destarte com o pedaço bom, ao passo que o Brasil ficaria com o ruim”.¹⁰⁴ Estes mesmos dados, mais tarde seriam utilizados por Rio Branco para que o mesmo redigisse sua segunda, e decisiva *Memória*, em seis volumes, entregue ao árbitro suíço em 1899.¹⁰⁵ A mesma memória que desfez as dúvidas e garantiu a posição favorável ao Brasil na questão.

Antes, necessário também destacar o papel de Goeldi na fase final do processo. Segundo Viana Filho, o suíço teve que se deslocar, em 1898 para a Suíça a fim de tratar de um grave problema de saúde de sua mulher. A figura de Goeldi era estratégica: suíço, membro respeitado de quase, senão de todas as comunidades científicas de seu país, assim como referência de consulta para todos os agentes convidados pelo árbitro, a fim de examinar os laudos entregues por Brasil e França.¹⁰⁶ Goeldi, durante suas duas estadias na Suíça, uma em 1898, e outra em 1899, convocado pelo próprio Barão do Rio Branco, ficara responsável por informar o chanceler sobre as impressões causadas entre franceses e suíços em relação às memórias escritas por ele, em defesa do Brasil.

Em dezembro de 1898, Goeldi escrevera carta à Rio Branco, dizendo: “Conforme instruções orais e particulares recebidas do exc sr. Dr. Pais de Carvalho, ponho-me inteiramente a disposição de vsa exa”. A fala de Goeldi na carta enviada ao Barão sugere que havia uma comunicação direta entre Paes de Carvalho e Rio Branco, no sentido de troca de informações, dados e cooperação diplomática. O corpo documental referente a esta comunicação não foi encontrado nos arquivos da administração pública do Pará, nem nos arquivos pessoais e de pasta de Rio Branco, até o momento.

Mais tarde, já em junho de 1900, em carta escrita pelo Barão do Rio Branco ao então Ministro das Relações Exteriores, expõe-se o seguinte:

¹⁰³ Neste livro, publicado por Codreau em Paris, em 1887, ele promovia relatos a favor da França em relação a ocupação de fato e direito na região norte do atual Estado do Amapá. O francês afirmou, na mesma obra, segundo Goeldi, que a região se identificava bem mais com os costumes franceses que com os costumes brasileiros, sendo os franceses, portanto, ocupantes com êxito da região.

¹⁰⁴ REIS, Arthur Cezar Ferreira. Goeldi e a integridade do Amapá. In: A Amazônia e a integridade do Brasil. Brasília: Senado Federal. Coleção Brasil 500 anos. 2001. P. 131

¹⁰⁵ LINS, Álvaro. Rio Branco (biografia). 3 eds. São Paulo: Alfa-Ômega; Brasília: FUNAG, 1995, p. 224-225.

¹⁰⁶ VIANA FILHO, Luís. A vida do Barão do Rio Branco. Fundação Alexandre Gusmão. Senado Federal: Brasília. 1996. p. 251.

“As notícias que pude obter em Zurique pelo intermédio do Dr. Emílio Goeldi, chegado do Pará a 16 de maio, são muito satisfatórias. Ele esteve com o Sr. Müller em Ramsen no dia 24 e tem tido várias entrevistas com os dois professores daquela Universidade incumbidos de dar parecer sobre certas questões geográficas”. Ambos estão convencidos do nosso direito. O Sr. Müller foi trabalhar em Ramsen, não só para ocupar-se exclusivamente do assunto, mas também para escapar às importunações dos franceses. Sentia-se até espionado em Berna¹⁰⁷

Ainda segundo o mesmo documento, a posição do laudo, ainda em junho de 1900, já que o laudo final só fora anunciado em dezembro, era favorável ao Brasil, em vista de que “nossa documentação é imponente pelo número e pelo seu valor probante; que o outro lado apenas apresentou poucos documentos e alguns deles indignos de fé, como ficou demonstrado pelo Brasil”. Segundo o que se apresenta pela documentação, tem-se traçada a participação de Emílio Goeldi como informante chave de Rio Branco, que tomaria as medidas diplomáticas necessárias caso tivesse conhecimento de alguma informação que ameaçasse a causa brasileira.

Vislumbra-se também uma nova questão, que é a da participação de Paes de Carvalho, governador do Pará, nos bastidores. Teria ele colaborado apenas com o envio de Goeldi à suíça para ficar à disposição de Rio Branco ou teria tido uma participação bem mais estreita nesta questão, mantendo correspondências mais próximas com o Barão? Mais uma vez, até o momento não dispõe-se de uma documentação que dê cabo desta questão de forma direta, contudo, vislumbramos uma batalha por parte dos partidários de Paes de Carvalho e do próprio governador em personificar a vitória no pleito internacional.

1.1.4.2 Veiga Cabral: o vilão vira herói.

Enquanto Goeldi era posto como figura importante deste episódio, na matéria do dia 02 de dezembro de 1900, o jornal *A República* apresentava um discurso um pouco diferente. A redação ovacionava a vitória do Amapá seguindo o roteiro inicial dos outros periódicos, destacando a importância deste ato, chamando a todos para se congratularem “pelo feito glorioso”.¹⁰⁸ Mais adiante, mais uma vez destaca-se o discurso recorrente de que a negociação diplomática na Questão do Amapá é prova da modernidade e da competência da República, que “teve a glória de ver fechadas as questões de limites abertas durante a longa vida do Império”. O jornal segue declarando que grande parte das dificuldades do Brasil em negociar a questão com a França se devia à “fraqueza do governo monárquico desde as concessões do Sr. Visconde

¹⁰⁷ VIANA FILHO. p. 264.

¹⁰⁸ A grande nova. *A República*. Belém, 02 de dezembro de 1900. p. 01.

do Uruguai”. Este trecho é importante para se tentar entender a visão ainda corrente sobre a política externa brasileira durante o Império.

Em uma primeira visão, pode-se vislumbrar que o autor responsabiliza o governo monárquico pelos problemas em solucionar as questões fronteiriças, ainda pendentes. A citação do Visconde do Uruguai e de suas concessões diplomáticas não foi à toa. Segundo Miguel de Paiva Torres, alguns homens notáveis e da política no Pará expressavam diversas críticas à política do Visconde, principalmente no tocante à questão da abertura do Rio Amazonas à navegação internacional e às concessões feitas na Bacia do Prata.¹⁰⁹ Segundo Nunes, o paraense Bernardo de Sousa Franco, correligionário do deputado alagoano Aureliano Tavares Bastos, assim como o Barão do Marajó, teciam intensas críticas à política externa do Império, acusando-a de estar fechando as possibilidades de negócios e progresso, assim como, de utilizar-se de teorias infundadas de conspiração internacional contra a soberania do território brasileiro para impedir a abertura da Amazônia para o mundo.¹¹⁰

Vemos aqui um debate que se seguiu durante o Império, mas revela mudanças e permanências em relação à República.¹¹¹ A diretriz de alguns políticos nos primeiros anos da República foi a de buscar apoio e reconhecimento internacional, sem os quais não poderia continuar existindo. Entende-se um mundo que vivia um período de intensa lógica imperialista, de expansão de territórios. O mesmo mundo que experimentara guerras sangrentas por unificações de Estados e anexação de territórios de interesse comum. Diante desse quadro, desenvolvia-se, junto com a tardia *Belle Époque* dos trópicos, um crescente interesse e mais que isso, uma necessidade pelo desenvolvimento de relações internacionais mais fortes, assim como uma inclusão na lógica liberal das grandes potências.

¹⁰⁹ “As dificuldades também residiam no Brasil, onde comerciantes –notadamente da Província do Grão Pará– e políticos de prestígio defendiam igualmente a liberdade de navegação e de comércio no Amazonas. Os debates sobre o tema estiveram na pauta do parlamento entre os anos de 1840 e 1842”. In: TORRES, Miguel Gustavo de Paiva. O visconde do Uruguai e sua atuação diplomática para a consolidação da política externa do Império. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. 2014. pp. 131-136.

¹¹⁰ NUNES, Gabriela Ferreira. Centralização e descentralização do Império – O debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai. São Paulo: DCP-USP, Editora 34. 1999, p. 150.

¹¹¹ Naquele contexto específico, entre os anos de 1840 e 1860, a política externa brasileira se vira em intenso debate, que por sua vez, foi incrementado pelas disputas ideológicas e partidárias do Segundo Império. A lógica liberal de abertura dos mercados, os interesses das elites locais amazônicas, assim como de grupos nacionais defensores de um projeto internacionalista foram relevantes para a assinatura do decreto que liberaria a navegação do Rio Amazonas Sobre isso ler: RODRIGUES, Anna Maria Moog. Visconde do Uruguai e a ética do Estadista. Revista Estudos Filosóficos nº 7/2011 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967. DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG Pág. 139 – 152. Disponível em <http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>, em que autora traça um perfil da atuação e da ideologia política e ética do Visconde do Uruguai, uma das figuras centrais na política externa do Império e do período regencial. Durante o II Reinado, desempenhou relevante desempenho nas negociações entre França e Inglaterra e na questão envolvendo os Rios Amazonas e a bacia do Prata, questão última está relacionada diretamente aos países vizinhos da região do Prata. Sobre o contexto específico dos embates para a abertura de navegação do Rio Amazonas, ainda temos: PALM, Paulo Roberto. A abertura do rio Amazonas à navegação internacional e o parlamento brasileiro. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

Retornando ao periódico *A República*, o autor estava referindo-se às concessões feitas à França no processo plenipotenciário entre a corte de Napoleão III e o Brasil, representado na pessoa do Visconde do Uruguai. Nesta ocasião, em 1854, o processo não fora concluído, e por instrução do Visconde do Rio Branco, o Visconde do Uruguai ficara orientado a aceitar provisoriamente o limite definido pela França, que seria a partir do Rio Calçoene, assim como adiar a negociação da proposta francesa em definir uma concessão de terras a Leste-Oeste, nas fronteiras da Guiana Inglesa, a qual necessitaria de uma intervenção da Inglaterra.¹¹² Segundo Carvalho, Dom Pedro II não desejava a entrada da Inglaterra na questão, haja vista os enormes prejuízos que esta participação britânica poderia ocasionar aos interesses do Império.

A questão entre Amapá e Guiana ficaria acertada desta maneira até 1886 quando um geógrafo francês, Jules Gros, fundara na região do Contestado a chamada República do Cunani, às margens do Rio Calçoene. Já em 1895, o capitão ou também conhecido “capanga” paraense, Francisco Xavier da Veiga Cabral, liderou um grupo de aventureiros e combatentes paraenses e amapaenses a fim de tomar de volta a região ocupada pelos franceses. A luta armada que se seguiu entre os governos de Caiena e Amapá se deu, em grande parte, pela ganância de ambos os lados em torno da descoberta, em 1894, de jazidas de ouro na região.¹¹³ A fundação do governo do Triunvirato no Amapá, tendo como figura atuante o “Cabralzinho” [apelido de Veiga Cabral], foi de suma importância para o início do confronto armado entre França e Amapá e levou, após o apaziguamento dos ânimos, à procura da solução final em torno do caso.

Segundo Silva, Veiga Cabral, nascido em Belém em 1861, esteve ligado aos políticos do partido Liberal, tendo assumido ferrenha oposição aos políticos conservadores, se utilizando do jornal “O Cosmopolita” para expressar suas ideias e ataques.¹¹⁴ Com a proclamação da República, o Partido Liberal (PL) do qual ele fazia parte foi extinto, se organizando junto do Partido Conservador (PC), sob nova legenda; o PRD (Partido Republicano Democrata), o qual veio a se tornar opositor máster dos republicanos históricos, organizados no PRP (Partido Republicano Paraense). Com a cisão do Partido Republicano Paraense, e a consequente saída

¹¹² CARVALHO, D. C. de. *História Diplomática do Brasil*. Coleção Memória Brasileira: edição Fac-Similar. Senado Federal. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998, p. 201.

¹¹³ Sobre isso ler: CARDOSO, Francinete do S. Santos. *Entre Conflitos, Negociações e representações: O contestado Franco Brasileiro na última década do século XIX*. Pará, 2003. Dissertação. (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento). Belém: Núcleo de altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará. 2003. PP. 20, onde a autora destaca os percalços do processo de contestação entre Brasil e França do território que compreende grande parte do atual Estado do Amapá. A autora atenta para o importante papel de Veiga Cabral na construção da representação em torno do episódio que foi o marco inicial para uma negociação definitiva e consistente sobre a questão de fronteiras em questão.

¹¹⁴ DA SILVA, Raimundo Nonato. De vilão à herói republicano: Veiga Cabral e a política no Pará. In: *Anais do XV Encontro Regional de História Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro, 2012.

de Lauro Sodré do PRP para o PRF, em 1897, Veiga Cabral, em apoio a Sodré, também se filiou a legenda.¹¹⁵

Esta mesma figura, agora ovacionada pelo jornal *A República*, foi protagonista de um episódio conflituoso envolvendo o Governo do Pará, naquela ocasião, dirigido pelo PRP, inimigo do PRD de Veiga Cabral. No dia 11 de junho de 1891, o Partido Republicano Paraense dirigiria a votação da Constituinte Estadual do Pará, que por sua vez desagradava os interesses dos democratas.¹¹⁶ Como não houve consenso no partido democrata sobre a realização de uma revolta contra a votação, Veiga Cabral, contra a orientação do partido, convocou grande número de praças oficiais, parte do corpo da Polícia Militar do Estado e partidários democratas no interior. Eles invadiram o quartel de polícia, se apropriaram de grande número de armas e partiram em direção ao sítio de Cacaolinho, onde ficaram aguardando a chegada de novos adeptos ao movimento. O contra-ataque por parte do Governo ocorreu utilizando-se da Marinha do Brasil e o Corpo de Bombeiros, que tiveram dificuldades em conter a revolta. Os revoltosos só entregaram-se mediante a promessa de que seriam anistiados da culpa que lhes cabia.

Segundo Farias o governo não cumpriu o acordo, e após o fim da revolta começou a prender, um a um, os envolvidos com a liderança da rebelião. Veiga Cabral conseguiu fugir e só retornou ao Pará quando Lauro Sodré, então governador em exercício, concedeu anistia para todos (2011. p. 183).

Importante destacar todos estes dados, pois a mesma notícia do dia 02 de dezembro de 1900, do jornal *A República*, buscou enaltecer a atuação de Veiga Cabral na região do Contestado Franco-brasileiro, esquecendo-se da Revolta 11 de junho ou do Cacaolinho, como ficou conhecida. Mais um paraense é posto como responsável indireto, e conseqüentemente direto da vitória do Amapá, assim como exemplo de patriotismo e defesa nacional, numa simbiose que o transformava de vilão à herói do povo paraense.

O periódico declarou que seria “injusto esquecer o nome de Veiga Cabral, que foi o homem de ação patriótica que pôs em evidência o valor de nossas convicções”. Segue-se dizendo que Veiga Cabral é um exemplo para todos os brasileiros, e prova do espírito de vários paraenses que preferem “derramar o sangue de nossas próprias veias a entregar sem protestos

¹¹⁵ FARIAS, William Gaia; SILVA, R. N. Veiga Cabral e os Jogos Políticos na Transição da Monarquia a República. In: Alexandre Amaral, Augusto Oliveira, Dorival Santos, Paulo Cambraia, Sidney Lobato. (Org.). Do Lado de Cá: Fragmentos da História do Amapá. 1 ed. Belém/Pa: Editora Açai, 2011, v. 1, p. 183-200. Sobre os trâmites políticos e partidários, assim como a cisão entre *lauristas* e *lemistas* no Partido Republicano Paraense, temos: FARIAS, William Gaia. A Construção da República no Pará (1886-1897). Tese de Doutorado. Niterói, agosto/2005, assim como: ROCQUE, Carlos. Antônio Lemos e sua época: história política do Pará. 2ª ed. Belém: Cejup, 1996. p. 147.

¹¹⁶ FARIAS, William Gaia. Op. Cit. pp. 189-203.

ao domínio estrangeiro, pela força, a posse de nosso território”. Se faz relevante lembrar que o periódico em questão fazia parte de uma rede de aliados de Lauro Sodré.

Isto leva a reflexão sobre os discursos apresentados, uma vez que em um primeiro momento, tanto os jornais *lauristas* quanto *lemistas* vem apresentando um conjunto de valores que deviam ser enaltecidos através da vitória na negociação de limites do Amapá com a Guiana Francesa. A República brasileira, usando do direito internacional, de provas cabais e contundentes, mesmo diante de uma gigante potência europeia, a exemplo de França, deu mostra de sua civilidade e modernidade ao mundo, como declararam os documentos de época.

A ideia de que a diplomacia vinha a substituir uma antiga forma de fazer política externa, a saber, a do uso das armas e da força, contrastava vez ou outra, com outros projetos em âmbito nacional e local. Relevante atentar que, um jornal *laurista*, em especial, simpático à atuação combativa de Veiga Cabral no episódio do Contestado, é o mesmo jornal que enaltece a diplomacia e o desfecho pacífico e sem confrontos entre Brasil e França.

Sobre isto, mais adiante, na questão do Acre, ver-se-á que Lauro Sodré e parte de seus aliados parecia acreditar na alternativa armada para defesa dos interesses do território paraense, pensamento este expresso tanto nas matérias da *Folha do Norte* em apoio aos brasileiros que resistiam às tropas bolivianas, quanto na reclamação ao governo federal para que se fizesse o envio de tropas e suportes materiais à colônia de “patriotas” no Acre. Nesta alternância de posição, pode-se localizar a conveniência que cada discurso tinha em determinados contextos.

O eixo central é o patriotismo, que em sua forma romântica, inspirado na Primavera dos Povos europeus na primeira metade do XIX, enaltecia o derramamento de sangue e o debate apaixonado em defesa da pátria. Do outro lado, em sua forma moderna e civilizada, comum ao fim do XIX e início do XX, estava expresso na segurança que se devia ter em torno do direito e da diplomacia internacional para então se assegurar a soberania do território, assim como garantir “regras e princípios que tornem inúteis os flagelos da guerra”.¹¹⁷

No mais, pode-se inferir no cruzamento destes discursos, que além da construção de uma memória em torno do fato em si, busca-se um engrandecimento do regime republicano e sua superioridade diante dos enormes problemas enfrentados no Império. Retomando mais uma vez

¹¹⁷ Amapá. Folha do Norte. Belém, 09 de dezembro de 1900. p. 01. Sobre o romantismo e a paixão patriótica, influenciada principalmente pela corrente jacobinista no Brasil temos alguns trabalhos como o já conhecido: CARVALHO, J. M. A Formação das Almas. O Imaginário da Republica. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, onde o autor analisa as simbologias republicanas, herdadas de uma tradição artística fomentada no Império, e construída por um corpo de artistas e intelectuais, a exemplo da Escola Imperial de Belas Artes, o Instituto Histórico e Geográfico Nacional (IHGB), entre outros. Além disso temos no âmbito amazônico os trabalhos: COELHO, Geraldo Mártires. O IHGB e a República (1889-1881). Universidade Federal do Pará. Belém, 1981, assim como COELHO, Geraldo Mártires. Vida intelectual e sociabilidade urbana na Belém da belle époque da borracha (1890-1910). In: ANPUH – XXIV Simpósio Nacional de História – São Leopoldo, 2007. pp 1-9.

a menção da atuação do Visconde do Uruguai, quando o jornal declara ter sido de imenso atraso a concessão feita pelo ex-ministro de Dom Pedro II, de certo modo fica subentendido que o legado imperial poderia ser resumido em um bom punhado de problemas administrativos, fronteiriços, fruto de uma política externa sem bases sólidas. A conquista definitiva do Contestado coroava a República, mais uma vez, como a melhor alternativa tomada até ali, restituindo à nação brasileira, pelas vias da mais alta civilização, aquilo que já era dela pelo direito dos antigos tratados e pelo princípio do *uti possidetis*.

O mais curioso, porém, é que do mesmo Império, que deixara o Brasil com tantas pendências e situações “mal encaminhadas”, tomando o termo do *República*, viera a solução definitiva do caso, como é sabido, na figura do estadista declaradamente monarquista, Barão do Rio Branco. Questão essa que pouco a pouco seria posta de lado e devidamente conformada em 1912, nos discursos em ocasião de sua morte. Em 1912, nos jornais principalmente, como se verá no segundo capítulo, já se falava de forma bem naturalizada das tendências monarquistas de Rio Branco, até como forma de supor ou induzir o leitor a vê-lo como um homem acima das disputas políticas, um verdadeiro patriota que não se desviava de seu objetivo, nem de sua missão.

1.1.5 O ritual do poder: O Pará em festa.

A questão do Amapá se colocava como situação oportuna para Paes de Carvalho, Governador em exercício, assim como para outros personagens locais e figuras do poder nacional. Não tardou em convocar, organizar e divulgar várias sessões cívicas que viriam comemorar a vitória brasileira. O costume republicano em organizar festas e demonstrações públicas de civismo não era algo novo no Pará, que buscou imprimir os ideais de união, fraternidade, civilidade, patriotismo, ordem e progresso, tão comuns ao culto cívico cultivado pelas elites republicanas locais.¹¹⁸

Contudo, ademais de uma tentativa de refazer, prioritariamente, o caminho das disputas políticas em torno da vitória do Amapá, pretende-se aqui demonstrar os significados atribuídos à diplomacia entre os membros de uma elite política e intelectual no Pará do início do XX. De que modo estas questões de limites foram conformadas na memória e no discurso público seja

¹¹⁸ Sobre isso ler: MOURA, Daniella de Almeida. *A República Paraense em festa (1890-1911)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia – UFPA. Belém, 2008. http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/4321/1/Dissertacao_RepublicaParaenseFesta.pdf, onde a autora persegue os sentidos e simbologias em torno das festas republicanas desde 1890, quando o regime se estabelece e afirma, até o ano de 1911.

através da imprensa, festas, atos públicos e discursos. Em suma: o que estava em jogo, tanto simbólico quanto materialmente falando.

No dia 06 de dezembro, José Augusto da Gama e Costa publicara na primeira página do *República* uma poesia em homenagem aos principais nomes que o mesmo julgava importante louvar naquele momento: Barão do Rio Branco, Lauro Sodré e Veiga Cabral. O poema inicia com a seguinte dedicatória: “dedicados aos meus eminentes patrícios Barão do Rio Branco, Lauro Sodré e Veiga Cabral”. Nas primeiras linhas, Veiga Cabral aparece em destaque: “Amigo Veiga Cabral, grande amigo, espartano/ Recebei meus parabéns, sincero republicano/ fulgor da sempre brilhante constelação do Pará/ Teu brilho resplandecente, na história rutilará”.¹¹⁹ O mesmo periódico, mais adiante, na matéria do dia seguinte, declarava que a mocidade se reunira no dia anterior para definir a forma com que se apresentaria na festa cívica. A matéria declarava: “Parece que ela apresentará no préstito o retrato do denodado patriota Veiga Cabral”.¹²⁰

Enquanto parte dos *lauristas* se envolvia nas comemorações oficiais, a fim de imprimir o seu herói, o grupo *lemista*, por outro lado, se utilizando d’*O Jornal*, na matéria do dia 02 de dezembro, já convidava seus leitores e cidadãos para a realização de uma procissão cívica no intuito de celebrar a boa nova na manhã daquele mesmo dia, às 10 horas em ponto.¹²¹ Segundo o jornal, a reunião se daria inicialmente na Praça da República e teria início depois de um breve discurso do Dr. Eliseu Cezar, “nosso colega da *Gazeta de Belém*”. Depois, seguiria “a coluna popular” em direção à “Avenida Nazareth”, acompanhada de quatro bandas de música e um grupo de lanceiros, no intuito de saudar o Cônsul da França, o Dr. J. Cauls.

Na ocasião, o orador seria o redator d’*O Jornal*, João Marques de Carvalho, por “honrosíssima e desvanecedora incumbência”. Após a resposta do chanceler, o grupo desceria até a Praça da Independência, onde se encontrariam com o Governador, Dr. Paes de Carvalho, no Palácio de Governo, mediante oratória do Sr. Dr. Alberto Dias, “outro simpático e fluentíssimo confrade da *Gazeta de Belém*”.

A nota finaliza informando que após a resposta do Governador, a passeata se dissolveria. No dia seguinte, o mesmo periódico noticiou a realização do trajeto, que ocorrera como planejado, com algum atraso.¹²² O trajeto seguido por esta passeata é um vislumbre do mapa de poder que vigorava como situação política em 1900. Redatores de jornais *lemistas* conduziriam a oratória diante da abertura, das homenagens à França, assim como o cerimonial diante do

¹¹⁹ O Amapá. A República. Belém, 06 de dezembro de 1900. p. 01.

¹²⁰ Amapá – apelo ao comércio. A República. Belém, 07 de dezembro de 1900. p. 01.

¹²¹ Procissão cívica. O Jornal. Belém, 02 de dezembro de 1900. p. 01.

¹²² A passeata. O Jornal. Belém, 03 de dezembro de 1900. p. 01.

Governador Paes de Carvalho, aliado de Antônio Lemos. Mostrava-se aos participantes, aos transeuntes e aos leitores das matérias quem estava exercendo o poder naquele momento, e mais: a quem deviam ovacionar pela vitória na Questão de limites do Amapá.

Ao presente, mostra-se uma costura ainda mais complexa, quando compreendemos os órgãos de imprensa como importante arma política, de manutenção, disputa, ataque e manipulação de poder de ambos os grupos envolvidos. Os representantes da imprensa liderando a oratória da passeata tornavam-se tão significativo, pois os mesmos redatores, que conformavam a política de Paes de Carvalho, eram os mesmos que vinham a público, munidos do discurso da oratória, disputar mais uma vez a legitimação *lemista* sobre o fato.

Os rituais de poder são complexos, e quando vistos do presente, em um primeiro olhar, dão a perigosa impressão de um simples dualismo maniqueísta, no caso, de uma simples relação de intrigas entre *Lemistas* e *Lauristas*. Antes de tudo, a própria noção de poder é uma construção social, que se modifica conforme as urgências ou necessidades temporais de cada contexto. Esta rede de poder serviria ao ideal de prolongamento e legitimação dos laços de influência e troca de favores entre membros de uma elite aparentada e/ou amigada.

1.1.5.1 O préstito oficial.

Dia 09 de dezembro daquele ano foi realizada uma grande festividade cívica em comemoração à vitória na questão do Amapá. Esta festividade contava com uma comissão organizadora mista, entre *lauristas* e principalmente governistas *lemistas*. Em frente à passeata, a banda de música do corpo de bombeiros. Carros carregando cavalheiros e damas da alta sociedade, logo após, segundo a *Folha do Norte*, o andor do Colégio Atheneu Paraense, “em que vinha armado na frente, o retrato do benemérito Barão do Rio Branco, e atrás uma carta do contestado”. Seguido da comissão organizadora que carregava o busto de Tiradentes. O busto de José Bonifácio, “patriarca da independência”, foi carregado pela associação homônima. Ademais, os bustos de Benjamin Constant, trazido pelo Liceu de mesmo nome. O retrato de Veiga Cabral, “seguido por um denso grupo de populares e levado por moços”, e por fim o de Marechal Floriano Peixoto, levado pelo centro político Lauro Sodré.¹²³

Ao que se vê o Barão do Rio Branco, ou melhor, sua fotografia vencera a disputa representativa, sendo posto à frente de qualquer imagem local. Contudo, *lauristas* tinham como estratégia impor Lauro Sodré e Veiga Cabral como os dois grandes nomes a colaborar para a vitória arbitral. Um apontamento disso é o trecho em que a *Folha* diz ter sido levado o retrato

¹²³ Passeata. Folha do Norte. Belém, 10 de dezembro de 1900. p. 01

de Veiga Cabral por grande número de pessoas. *O Jornal*, no dia seguinte à passeata, publicara ironias ao tal préstito *laurista*, dizendo que “ali, ao pé da estátua [da República], o Sr. Alcibíades Bahia, ao fervor do discurso havia descoberto a pólvora”, dizendo que “o Sr. Veiga Cabral tinha apressado a Questão do Pará, ajudado pelo Dr. Sodré”.¹²⁴

Pairava um clima de disputa entre os jornais que relataram a procissão cívica. Mais uma vez a imagem de Veiga Cabral se levanta agora rechaçada pelos rivais do partido oposto. Ainda em 1897, em seu primeiro retorno ao Pará, após estadia no Rio de Janeiro, Veiga Cabral havia selado aliança com Lauro Sodré. O momento da vitória gloriosa se mostrava mais que oportuno para sua projeção, assim como de seu padrinho político.

Na mesma data, *O Jornal* salientava quais personagens deveriam ser ovacionados, entre eles, em primeiro lugar, o Barão do Rio Branco. A matéria é a transcrição de uma carta de Ernesto Mattoso, diretor geral do Instituto Lauro Sodré, em ocasião dos festejos. Em um discurso apaixonado e ao mesmo tempo conciliatório, segue chamando atenção para os serviços prestados pelo ex-presidente Prudente de Moraes, tão duramente atacado pelos *lauristas* em ocasião do tratado de arbitramento, o ministro Carlos de Carvalho, Paes de Carvalho, Gabriel de Piza, o diplomata que tentou negociar o arbitramento com a França, Lauro Sodré e por fim Augusto Montenegro.¹²⁵

No meio da procissão cívica, uma passeata paralela foi organizada a fim de prestar homenagens “ao chefe do Partido Republicano, Dr. Lauro Sodré”. Segundo *O Jornal*, “mascarada com a denominação de préstito cívico, a passeata atraiu muita gente”, inclusive, “os membros da oligarquia tão condenada pela Folha do Norte”. Os governistas reclamavam da apropriação de uma passeata que devia concorrer para a exaltação dos seus correligionários e amigos. Finalizava dizendo que a passeata contava com bustos e retratos de homens eminentes, “e de alguns outros, como Sr. Veiga Cabral”. Para eles, “Só faltou o do velho Trajano. Injustiça da história e dos homens”.

Colocava-se Veiga Cabral em pé de igualdade com o Velho Trajano, escravo fugido do Pará que proclamou a República do Cunani, com a proteção da Guiana Francesa. Uma tentativa de desmoralizar e desfazer os esforços em torna-lo herói, uma vez que o mesmo chegaria a Belém em 29 de dezembro de 1900, sob as bênçãos do Partido Republicano.

Outra figura que tomou atenções na passeata foi Lauro Sodré, que segundo *O Jornal*, angariou “grandes palmas” da população presente.¹²⁶ Segundo *A República*, já em 11 de

¹²⁴ Repórter. O jornal. Belém, 10 de dezembro de 1900. p. 01.

¹²⁵ Ernesto Mattoso O Jornal. Belém, 10 de dezembro de 1900. p. 01

¹²⁶ Ernesto Mattoso. O Jornal. Belém, 10 de dezembro de 1900. p. 01

dezembro, mostrava-se uma “mortificante indiferença”, pois as “aclamações do povo recrudesceam em torno do nome de Lauro Sodré” enquanto que o silêncio não permitiu que “um lábio sequer d’aquelas vinte mil almas pronunciasse o nome de Paes de Carvalho”. Os dois jornais relataram que Paes de Carvalho havia acompanhado a passeata do Palácio do Governo, e de lá não saíra. Ao que parece, comparando-se os entusiasmos em relatar o acontecido, talvez Lauro Sodré e seus aliados tenham tomado a cena na procissão.

Voltando às fontes sobre a presença da imagem de Veiga Cabral, vê-se que os carregadores de seu retrato são jovens estudantes. A mesma mocidade que se reuniu previamente em uma reunião no dia 06 daquele mês. Isso é um apontamento da constante tentativa republicana de imprimir nos jovens estudantes o amor à pátria assim como uma educação cívica que promovesse o desenvolvimento de cidadãos, por sua vez, compromissados com os caros valores patrióticos republicanos. Segundo Coelho, “o livro escolar legitimava valores essenciais para a constituição de uma identidade nacional a partir da nova concepção de sociedade formulada pela República”. A mesma autora analisa a obra *Seleção Literária*, de Vilhena Alves, adotada para o ensino primário em 1899, e salienta que o papel deste tipo de obra era ensinar aos estudantes que “o Brasil encerrava um passado único e um futuro a ser construído por meio do trabalho dignificante de cada cidadão republicano”.¹²⁷

Os papéis das efemérides e dos heróis nacionais serviam de exemplo ao futuro e aos presentes jovens, que constituiriam o corpo de cidadãos ativos da República vindoura. O que se vê é uma elite consciente do poder simbólico dos festejos realizados. Antônio Lemos, ao realizar os festejos do 15 de novembro, declarava que aquelas festas eram a demonstração da “identificação do povo com seus representantes”, assim como prova de um povo que “emociona-se e agita-se nos grandes dias da Pátria”. Declarava ainda, no mesmo relatório, que se empreendesse um esforço para que “as datas nacionais tenham a merecida comemoração, afim de melhor gravá-las no espírito do povo”.¹²⁸

O Relatório é de 1903, dois anos após as comemorações da vitória do Amapá, mas um apontamento das ideias que norteavam os festejos de 1900, enquanto esforço de educar civicamente e também partidariamente a população. Deste modo, a vitória na questão do Amapá era vista também como a vitória dos que melhor se representassem em torno dela, a saber, as

¹²⁷ COELHO, Maricilde Oliveira. *Proclamar cidadãos: moral e civismo nas escolas públicas paraenses (1890-1910)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de História da Educação e Historiografia da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2004.

¹²⁸ Belém, Intendência de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1903 pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos. Belém. A. A. Silva. 1904. p. 09.

oligarquias locais, que a utilizavam agora como arma de prestígio e vantagem diante de uma acirrada competição.

Um mapa de representações se mostra na ordem das homenagens prestadas durante a passeata. Os periódicos davam informações dias antes do festejo sobre a forma que se dariam as honrarias, inclusive as músicas. *A República*, de 08 de dezembro publicava o seguinte repertório:

Hino Nacional Brasileiro.
Hino Suíço.
Sinfonia II Guarany – Carlos Gomes.
Hino Português.
Pot-Pourri de Salvador Rosa, de Carlos Gomes – J. Gonzaga.
Hino Francês La Marselhesa.
Marcha triunfal – Dionesi.
Hino Nacional Brasileiro.¹²⁹

Os portugueses entravam na festividade como alegorias de um passado glorioso, ao contrário das manifestações de imprensa em que se colocava o Império e a administração portuguesa como exploratória e ineficiente. *A Folha do Norte*, em matéria de 09 de dezembro, publicava que a comissão dos festejos “já contava em seu seio cidadãos, que pertencendo à nacionalidade portuguesa, sentem ainda hoje, no fundo da alma, alguma coisa que vale pelo reconhecimento dos serviços”. Estes serviços seriam a diplomacia e a ciência portuguesa que “contribuíram no passado para aparelhar o terreno em que o Brasil independente republicano e livre estribou a defesa de seus direitos”.¹³⁰

Havia, já nas artes, a busca pelo passado colonial e pelas origens que teriam desenvolvido a civilização paraense. *A Folha do Norte*, em 10 de dezembro afirmara que após a execução do hino português na procissão cívica, agradeceu “o digno representante da gloriosa nação”, a qual, “nas terras se Santa Cruz implantara a fé e a civilização”.¹³¹ Aliado a isso, grupos de intelectuais portugueses ainda disputavam lugares na sociedade internacionalizada que se impunha, afora a grande influência e presença portuguesa no Pará de 1900.¹³²

Os portugueses se impunham enquanto constituidores do Brasil, em seus primórdios, os que mesmo em grandes dificuldades e intempéries, colocaram o Brasil no caminho do

¹²⁹ Amapá. *A República*. Belém, 08 de dezembro de 1900. p. 01.

¹³⁰ Amapá. *Folha do Norte*. Belém, 09 de dezembro de 1900. P. 01.

¹³¹ Amapá – festejos. *Folha do Norte*. Belém, 10 de dezembro de 1900. p. 01.

¹³² A promoção de associações luso brasileiras, o financiamento de intercâmbio entre Belém e Europa, fundação de jornais e outros percalços podem ser lidos em: CANCELA, Cristina Donza. *A imigração portuguesa no Pará*. Belém: Estudos Amazônicos, 2012.

progresso. Aos portugueses era relegada a responsabilidade de ter retirado estas terras da completa selvageria, abrindo os caminhos e as sendas da civilização.

Havia junto a esse misto de interesses que se mesclavam aos festejos, um desejo pelo reconhecimento do caráter internacional do laudo arbitral suíço, eis porque tantas nações representadas e homenageadas. Uma demonstração de que a vitória alcançada era uma vitória não só do Pará, mas “era sim a causa de todo Brasil” assim como a vitória “do direito e da justiça. Daí o caráter internacional dessas comemorações”. Segundo o mesmo trecho, esse bem-sucedido processo mostrava que “não é uma utopia a grande aspiração moderna de um regime internacional em que a política de todo nosso planeta tenha regras e princípios certos e invariáveis”.¹³³ Por fim, mediante a ritualística do festejo, o Pará e o Brasil se colocavam, simbolicamente, no mesmo rol de prestígio das grandes nações.

1.1.5.2 A exposição Benjamin Constant.

Entre as intensas comemorações, quem também disputara o cenário das representações foram os intelectuais. Na nota do dia 03 de dezembro de 1900, d'O Jornal, dizia-se da realização de um sarau artístico literário, na Exposição Benjamin Constant, em homenagem ao laudo arbitral.¹³⁴ Estas exposições tinham um papel social diverso e revelam não apenas o gosto pela arte, mas a influência destes eventos na Belém da *Belle-Époque*.¹³⁵

Indicativo disso é a Exposição Artística e industrial do Liceu Benjamin Constant que nasceu de uma iniciativa em 1894, exposta nas páginas do jornal *A Pátria Paraense*. Sediada onde hoje atualmente é o Colégio Paes de Carvalho, o periódico orgulhava-se de ter publicado um editorial pioneiro de incentivo a realização de uma exposição, onde não só os artistas, mas a indústria local tivesse um espaço de fomento e circulação. Segundo a notícia, a projeto primeiro era de realizar uma exposição conjunta com o Maranhão e Amazonas, porém, pela falta de verba, se apresentaria de forma isolada. O diretor da Instituição, o Dr. José A. Pereira Guimarães expunha aos diretores daquele periódico e outras figuras, a exemplo de Gama Malcher e Antônio Lemos, “um bem elaborado projeto de uma exposição de Artes e ofícios”, a ser realizada no dia 22 de janeiro de 1895.

Essa exposição, segundo o periódico, englobaria vários segmentos de arte produzidos no Pará, entre eles a pintura, música, escultura, arquitetura, xilografia, além de uma Galeria das

¹³³ Amapá. Folha do Norte. Belém, 09 de dezembro de 1900. p. 01.

¹³⁴ Festival. O Jornal. Belém, 03 de dezembro de 1900. p. 02.

¹³⁵ ALVES, Moema. Caminhos trançados: a cidade de Belém e as exposições de arte no entres séculos. 19&20, Rio de Janeiro, v. VIII, n. 2, jul./dez. 2013..

Senhoras, como espaço reservado “para os trabalhos da mulher paraense”. A exposição contaria ainda com uma iluminação especial, à luz elétrica, tanto na parte externa quanto interna do prédio, decoração temática na praça em frente ao Liceu, além da devida divisão por área artística. Este esforço pode ser entendido como fruto de uma expansão urbana em Belém, que vinha experimentando uma nova configuração cidadina, para além das duas principais freguesias, a da Sé e o de Nossa Senhora da Campina.

Não somente, a Exposição é mostra da necessidade de desenvolver o gosto e a circulação de arte na capital, assim como resposta aos anseios dos artistas que estavam em plena atividade em Belém. O historiador Aldrin de Moura Figueiredo destaca a fama de Belém como capital e vitrine de artistas foi se espalhando Brasil afora. Nesse contexto “muitos pintores brasileiros, alguns já consagrados, passaram a incluir a cidade no roteiro de suas viagens. Abria-se na região, enriquecida pela exploração da borracha, ‘um novo mercado para as artes plásticas no Brasil’” (FIGUEIREDO, 2010. p. 07).¹³⁶

A exposição Benjamin Constant, dentro do contexto de 1900, estava posta como espaço de sociabilidades e circulação não apenas de arte, mas de ideias, projetos de poder, anseios, memórias. Figurava como um dos símbolos de uma nova urbe, enriquecida e europeizada, cada vez mais eivada de uma lógica burguesa, que imprimia no espaço público seus ideais de progresso, civilidade e prosperidade, para citar apenas alguns (SARGES, 2002. p. 08).

Pode-se então considerar que a exposição, neste dito contexto, após o anúncio da vitória do Brasil na questão de limites com o Amapá, cumpria não só o papel de um simples divulgador de arte, desconectado das especificidades sociais vigentes. Antes, era um espaço fértil para a batalha simbólica que se seguia entre as elites políticas do Pará no início do XX, assim como uma batalha imagética e de representações.

Batalha essa que se iniciava desde a inserção de um gosto cada vez mais europeu até a promoção destas várias exposições. No caso da Exposição Benjamin Constant, ainda segundo *A Pátria Paraense*, figurava nas comissões de organização, ilustres figuras, a exemplo de Dr. Ignacio Moura, Senador Antonio José de Lemos, Bernardino de Senna Pinto Marques, Tenente Coronel Aureliano Guedes, Dr. Pedro Leite Chermont e o maestro José C. da Gama Malcher.

Pensando que as elites políticas da época por vezes figuravam entre os grupos de artistas e mecenas, a exemplo de Antônio Lemos, pode-se inferir que estas exposições também respondiam a um projeto de distinção social, que terminava por legitimar um projeto político

¹³⁶ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Quimera amazônica: arte, mecenato e colecionismo em Belém do Pará, 1890-1910. Clio, Recife, v. 28, 2010. p. 7

em detrimento dos outros. Um meio de obtenção de prestígio, elevação cívica e divulgação de ideias.

Neste raciocínio, pode-se compreender que possivelmente residia um interesse múltiplo envolvendo estas divulgações, e uma relação de colaboração entre imprensa e os diversos setores sociais, prioritariamente os que interessavam ou reafirmavam projetos de poder análogos daqueles periódicos. É certo refletir sobre o lugar do jornal como fonte efêmera, criado para rápida circulação, para informação e alcance amplo nas camadas sociais mais diversas. Se hoje nos servem como fonte para o trabalho historiográfico, antes mais serviam ao momento, às ideias que se modificavam diante dos movimentos da história e do tempo.¹³⁷

Outrossim, as exposições de arte nesse período, se punham entre o público e o privado acompanhando e educando os novos hábitos na urbe, e justamente por se configurarem em espaços didáticos, por assim dizer, é que a vitória sobre a questão do Amapá era mais que bem vinda, uma vez que simbolizava, de forma concreta e didática, a civilidade marcante dos novos tempos, a mesma civilidade a qual se exaltava e se impunha no espaço urbano da capital paraense.

Diante deste ensino cívico e patriótico através das artes, ainda soma-se aos monumentos mandados erigir no espaço urbano de Belém, a exemplo da abertura da Avenida Primeiro de Dezembro, no Marco da Légua, por ordem do Intendente Antônio Lemos, assim como a construção de um monumento em memória da questão do Amapá na Praça Batista Campos, a mando do mesmo intendente. Enquanto marcos para o presente, símbolo da inserção do espaço urbano no projeto da modernidade nacional, ainda figuravam como uma herança, um lugar de memória para a posteridade.

1.2 A disputa pelo Acre

“Em que pese os nossos sentimentos de legitima admiração pelo Sr. Barão do Rio Branco, o acordo celebrado com a Bolívia sobre a Questão do Acre (...) não representa uma solução satisfatória aos nossos embarços”.¹³⁸ Este trecho da matéria publicada pela *Folha do Norte*, já dá um indicativo diferente para o desfecho desta questão de limites. Entre as negociações mais acaloradas na qual o Barão do Rio Branco dirigiu, está a disputa pelo território do atual estado do Acre, antes pertencente à Bolívia. O território contestado compreende uma

¹³⁷ Sobre isso ler: CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. “A história dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153.

¹³⁸ Solução impatriótica. *Folha do Norte*. Belém, 2 de novembro de 1903. p. 1

vasta região de mais de 152 mil quilômetros, no sudoeste da Amazônia, sendo a parte mais ocidental do Brasil. O Acre figurava, antes de tudo, um latente interesse regional de manter as possessões e os seringais, instalados ali, assim como o interesse nacional de selar a paz e dirimir as questões de limites de uma vez por todas.¹³⁹

A até então lucrativa atividade gomífera mantida naquelas terras estava ameaçada diante das contestações e missões militares coordenadas pela Bolívia a fim de reestabelecer a soberania e posse sobre uma peça fundamental no contexto do início do século XX. A América do Sul vivia naquele momento alguns embates de poder, onde o Brasil tentava se impor como líder regional desde fins do II Império, e enfrentava a resistência de algumas nações independentes e desejosas de se impor no cenário sul-americano, a exemplo da Argentina e Chile.

Como vislumbre disso temos a Mensagem do Coronel José Cardoso Carvalho Junior, então governador do Estado do Amazonas, onde declara a situação diplomática em que o Brasil estava envolto:

Quem poderia negociar, embora sem direito firmado seria o Peru, porém como atrás da Bolívia se esconde o Chile, interessado em ter um ponto de apoio no vale amazônico, inimigo não só do Peru, com quem tem litígio, como da República Argentina, com quem demanda supremacia na América espanhola, compreende-se que a Bolívia se esforce em esposar os interesses chilenos e a diplomacia brasileira, sempre receosa de seus amigos platinos.¹⁴⁰

Em continuação, ele afirma que melhor parecia à Bolívia manter relações cordiais com o Chile, o “mais audaz, vigoroso e imperialista da América Meridional”. A mensagem de 1900 se referia aos conflitos perpetrados no Acre em 1899, e demonstra o conhecimento dos políticos regionais da delicada situação em que punha o Brasil.

O território do Brasil, por mais que estivesse indefinido em partes naquele momento, ainda era o mais gigantesco, detentor de uma caudalosa rede hidroviária, necessária para o escoamento internacional da produção, e tantas quantas vezes esta situação será usada como trunfo brasileiro para negociar com a Bolívia. O próprio Coronel Cardoso dirá em sua mensagem de 1900 que o Acre “em si traduz os interesses superiores deste estado” por ser “uma

¹³⁹ Sobre isso ler: TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. 5. reimpressão. Brasília: Edições do Senado Federal, 2009. v. 2, BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Barão de Rothschild e a questão do Acre. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 43, n. 2, p.150-169, 2000; MEIRA, Silvio. *A Epopeia do Acre*. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1973.

¹⁴⁰ ESTADO DO AMAZONAS. Mensagem lida perante o Congresso dos Sres. representantes em sessão de 10 de julho de 1900 pelo Exmo. Coronel José Cardoso Ramalho Junior, Governador do Estado. Manaus, Imprensa oficial - Rua Municipal. 1900. P. 4

das regiões mais produtivas da bacia do Amazonas”. Mais que isso, ainda declarou que “por grande nos ser o território, não é motivo para ligar somenos atenção ao que nos entende com as fronteiras”, pois “o futuro das nacionalidades está na sua grandeza, e uma das condições desta é a vastidão do território”.¹⁴¹

Um interesse latente pela expansão do território do Brasil, e mais especificamente, pela expansão do Estado do Amazonas, que há tempos se engalfinhara com a praça comercial do Pará em torno dos impostos e beneficiamento da borracha. Sobre isso, o caso específico do Acre descortina diversas contradições na relação mantida entre as líderes da exploração e aviamento da borracha na Amazônia no início do século XX. Manaus e Belém se beneficiavam concomitantemente da produção acreana, que naquele momento, era a mais rentável e bem sucedida. Os seringais acreanos haviam ganhado suma importância para os negócios das casas aviadoras manauaras e belenenses, pois no contexto de 1900 já produziam maior quantidade de látex que os do Pará e Amazonas (TOCANTINS. 2009. p. 20).

No relatório de Augusto Montenegro, de 1901, vislumbra-se a política local em intenso debate e preocupação sobre a questão das casas aviadoras de Manaus e Belém. Os comerciantes paraenses e as casas aviadoras da capital preocupam-se com uma medida tomada pelo governo do Amazonas em concentrar em Manaus o beneficiamento e o gerenciamento da borracha, prejudicando assim a arrecadação paraense, que até então vinha obtendo largas vantagens sobre a taxação dos vapores que transitavam entre os dois estados.¹⁴²

O governador reclamava que o Pará, que antes exportava 70% da borracha amazônica, entre 1899 e 1900, agora, no contexto de 1900 e 1901 exportava cerca de 41%, mostrando-se os números “eloquentes para mostrar quanto de prejudicial tem para esta praça a nova lei do Amazonas”.

A questão é que o mesmo relatório diz que a maior parte das Casas aviadoras de Belém mantinham sucursais em Manaus, e dali passariam a exportar diretamente para o exterior, haja vista as taxas vantajosas, além da abolição dos impostos de cais e entrada para os principais produtos nacionais e estrangeiros.

Eis que Weinstein já analisara a relação de disputa entre Manaus e Belém, em que a primeira tentava superar a posição inferior diante da localização do porto paraense e das largas

¹⁴¹ ESTADO DO AMAZONAS. Mensagem lida perante o Congresso dos Sres. representantes em sessão de 10 de julho de 1900 pelo Exmo. Coronel José Cardoso Ramalho Junior, Governador do Estado. Manaus, Imprensa oficial - Rua Municipal. 1900. pp. 4-5.

¹⁴² ESTADO DO PARÁ. Mensagem encaminhada ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Paes de Carvalho, Governo do Estado do Pará. Belém, 07 de setembro de 1901. Imprensa oficial, 1901. Belém, Pará. p. 06.

vantagens econômicas que o Pará detinha, haja vista o desinteresse da maior parte dos vapores se recusarem a descer à Manaus (1993, p. 224).¹⁴³

Ainda no século XIX, Manaus tentara se impor sobre Belém, aprovando a lei de 1878, reduzindo ligeiramente a taxa de exportação direta da borracha amazonense, comparada com as taxas da borracha paraense. Sem o êxito, eles haviam tomado a medida de 1900, aprovando uma lei mais severa, a fim de aumentar a arrecadação e “fiscalizar a renda a cobrar por esta borracha”.

Diante dessa situação, o Acre se torna uma questão importante diante de um jogo regional de manutenção de um poder político econômico, assim como a única maneira paraense de manter seus lucros e superar o baque provocado pela lei amazonense, já que segundo Paes de Carvalho, “nossa praça ficará limitada ao negócio com o Estado do Pará, com o Acre, parte da Bolívia e Javari peruano” (1901, p. 76).

Neste momento, o Acre ainda era uma região envolta em uma grande penumbra, que envolvia principalmente a presidência do Brasil, o corpo diplomático da Bolívia, do Brasil e as autoridades paraenses. O Brasil demorou para entender a real situação do Acre, que por todas as vias legais, a Bolívia era a verdadeira detentora da posse e soberania sobre o território, mas que era preciso entrar em litígio com ela (RICUPERO. 2012. p. 126).¹⁴⁴ O envolvimento do Peru na disputa agravava ainda mais a situação, haja vista que a República brasileira, ao resolver a questão com a Bolívia, teria que levar em consideração uma gama de jogos de interesses, entre eles, os interesses peruanos e a reclamação deles sobre parte do território, além dos brios nacionalistas que empreenderam revoltas populares na região.

Em 1899, a criação de Puerto Alonso, uma legação boliviana e um posto de cobrança de taxas alfandegárias em território acreano, pôs o governo brasileiro numa situação dúbia: defender os interesses brasileiros, haja vista que os rios navegáveis que mantinham a circulação de Puerto Alonso eram de soberania brasileira, mas ao mesmo tempo reconhecer os pontos principais do Tratado de La Paz de Ayacucho, de 27 de março de 1867, onde o Brasil reconhecia as terras “incontestavelmente bolivianas”.¹⁴⁵

¹⁴³ WEINSTEIN, Bárbara. “Pará versus Amazonas”. In: A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec/ Edusp, 1993.

¹⁴⁴ Prova disso são os documentos referentes a Olinto de Magalhães, em março de 1900, onde afirmava que: “Não há, portanto, litígio. Haveria se os dois governos não estivessem de acordo, porque só a eles compete a decisão oficial do caso”. In: LINS, Álvaro. Op. cit. v. 2, p. 407. Outro apontamento da posição brasileira está na fala de Dionísio Cerqueira aos jornais, onde diz: “A Questão do Acre não existe, porque ela só pode existir entre os governos, e para eles não existe essa questão, que só é questão lá fora [...] essa questão do Acre, questão não, porque não existe, é um caso liquidado”. In: TOCANTINS, Leandro. Op. cit. v. 2, p. 226, nota 15.

¹⁴⁵ Este tratado, assinado durante o período da Guerra do Paraguai, era uma tentativa do Império em apaziguar as nações latinas diante da guerra que empreendia com a Tríplice Aliança. Reconhecia o Acre enquanto terra

O ponto de confusão se punha cada vez mais: o governo brasileiro “pisava em ovos”, por assim dizer, diante da legitimidade boliviana sobre o território em litígio ao passo que se tornava inevitável a necessidade de defesa do território e da “integridade” dos brasileiros instalados lá. Como apontamento disso se deu o reconhecimento do corpo diplomático brasileiro ao estabelecimento de Puerto Alonso, e a consequente interpretação das autoridades paraenses e amazonenses diante do fato, levando a duas insurreições acreanas no ano de 1899.

1.2.1 Entre o patriotismo e a ordem civilizatória

O Pará, sob o vislumbre dos jornais e dos relatórios do poder público manteve uma posição cautelosa diante dos conflitos que ocorriam no Acre, uma vez que lhes parecia melhor “pela sua experiência com o Amazonas” que o Acre permanecesse sob a posse da Bolívia do que do Amazonas (1992. p. 233). Aqui entra um apontamento sobre o trabalho de Weinstein, onde a autora declara o Pará só ter “dado seu mais fervoroso apoio” à causa acreana em 1903, mantendo antes disso uma “posição conservadora” diante dos acontecimentos (p. 235; 233).

O vislumbre dos jornais aponta haver uma cautela por parte dos paraenses, mas brechas se abrem para se pensar uma ação local em torno das terras do Purus e Alto Juruá. Decerto, a borracha acreana era a menina dos olhos das Casas aviadoras, já há muito irritadas com a tentativa amazonense de monopolizar em Manaus a exportação do produto.

As notícias dos jornais diariamente davam conta do movimento dos vapores e comerciantes a serviço das casas aviadoras paraenses no Acre, assim como os discursos dos jornais *lemistas*, em especial, se intercalavam, censurando qualquer exagero revoltoso, em especial as depredações ao patrimônio público, e depois apoiando medidas mais enérgicas para deter os bolivianos.

Em 6 de julho de 1899, *O Pará* transcrevera em sua primeira página uma nota do Senador Marques Braga, publicada pel’*A Província* no dia anterior. O mesmo justificava sua ida ao Acre, para negociar com Paravancini, agente boliviano em Puerto Alonso. Ele se dizia compelido pelo “interesse comercial” que o aconselhava a “trabalhar para que o alto Acre, ocupado por milhares de nossos compatriotas”. O fato é que o político, pressionado pelas casas aviadoras, a exemplo da Alves Braga & C., Guilherme Miranda & C., Arthur Miranda & C., e Montenegro Ferreira & C., havia sido enviado para garantir o desembarque regular da borracha

boliviana para manter a Bolívia neutra no conflito em torno do Prata. Sobre isso ler: CARVALHO, Delgado. *História Diplomática do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. P. 5-8

para os trapiches, o que era uma “necessidade inadiável, reclamada por seus importadores e casas exportadoras”.¹⁴⁶

O mesmo jornal questionara a atuação de Serzedelo Corrêa no senado, uma vez que o relatório do ministro das relações exteriores, Olinto de Magalhães, se colocara reconhecendo o direito da Bolívia de fixar Puerto Alonso, e sua alfândega. Cobrava-se a ação prometida em seus discursos, onde parecia que “sua exc ia queimar o ultimo cartucho em prol dos interesses brasileiros no Acre”.¹⁴⁷ A posição política paraense dificilmente entenderia as posições do governo central, pois com ele já travava embates, como o caso da autonomia dos Estados e a crise econômica advinda do aumento da inflação. As casas aviadoras se viam na urgência de manter seus negócios, e o grupo político atrelado a Lauro Sodré e Enéas Martins aproveitava-se da situação de crise para se impor no cenário e atacar seus adversários no cenário federal e local.

Os jornais *lauristas* fizeram intensa campanha “patriótica” aos brasileiros residentes no Acre, desde muito cedo. Uma aliança fora feita entre Lauro Sodré e os Nery, grupo político que dominou a política Amazonense na primeira década do XX, resultando nisso uma colaboração jornalística, militar e financeira para com o conflito encabeçado pelos habitantes do Acre. Resultado disso também foi o financiamento da eleição de Enéas Martins como deputado pelo Amazonas.

A ideia da defesa do território pelas armas e sangue será muito forte nos discursos de Silvério Nery e dos políticos *lauristas*, no Pará, mas também estarão presentes em jornais ligados a Antônio Lemos. Contudo, este último o fez de forma sutil. O próprio Lemos em seu relatório de 1904, declara que “o Brasil está cansado de arruaças, das revoltas, das revoluções, causas do seu atraso no interior e do seu descrédito perante o estrangeiro”.¹⁴⁸ Diante das ameaças internacionais, de olho na América do sul e seu potencial natural, cabia a todos a “mais doce e profícua obra patriótica: trabalhar devotamente para que os Estados da Federação, ligados no mesmo escopo civilizador” viessem colaborar para o progresso nacional e estadual. De uma ação conjunta viriam “os elementos de êxito para a nação, se alguma vez tiver de defender sua honra vilipendiada”.

Para grande parte do grupo *lemista* a diretriz a seguir era a da procura de um modo de se manter segundo o direito e a justiça, obedecendo os princípios federalistas e a subordinação

¹⁴⁶Cacetada. O Pará. Belém, 6 de julho de 1899. p. 1.

¹⁴⁷Divertido. O Pará. Belém, 4 de julho de 1899. p. 1.

¹⁴⁸BELÉM, Intendência Municipal de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1904 pelo Exmo. Sr. Antônio José de Lemos. Belém: A. A. Silva, 1904. p. 194

ao chefe federal. Isso era ser civilizado. Somente assim a ordem social poderia ser alcançada, a fim de superar os exaustivos golpes que manchavam a história brasileira diante do cenário internacional. Vislumbres disso vemos em vários trechos, inclusive n’*O Pará*, que ao saber de uma subscrição aberta em Manaus para comprar o território do Acre, classificou o ato como “corretamente patriótico”.¹⁴⁹ Qualquer ato a evitar confrontos diretos seria a forma correta de demonstração de patriotismo.

Apesar do líder da oligarquia se utilizar destas palavras, seu aliado *O Jornal* por vezes se declarou a favor de uma luta mais incisiva. Indicativo disso é a matéria de novembro de 1900, onde o jornal declarava ter guardado “patriótica discrição a fim de não perturbar a marcha dos denodados patriotas. O general Rodrigo de Carvalho, junto com outras figuras da política paraense, haviam preparado, com encomendas feitas da Europa, “uma expedição regular que vae decerto causar grandes embaraços das forças bolivianas”.¹⁵⁰ Uma motivação para essas tomadas de atitude resida na urgência da manutenção da ordem para o bom funcionamento dos negócios da borracha.

Importante considerar que o diretor d’*O Jornal* era José Marques de Carvalho, literato polêmico, por vezes censurado, apoiado pel’*A Província do Pará* quando os jornais lhe negaram publicação, por considerar *Hortência*, uma obra naturalista, imoral.¹⁵¹ Ele também fora diplomata na chancelaria de Justo Chermont, entre 1891 e 1896, sendo demitido sob a acusação de peculato e estelionato.¹⁵² O mesmo periódico publicara que apesar da crise que assolava as praças de Belém e Manaus, “conseguiu o patriotismo daqueles abnegados patriotas adquirir um velho navio movido a rodas, o Solimões”. Os jornais e os governadores se eximiam de qualquer responsabilidade no envio de tropas e ajuda aos que lutavam contra a Bolívia em Porto Acre, mas vez em quando abriam brechas para demonstrar seu apoio, chamando os voluntários e habitantes guerrilheiros do Acre de “patriotas” como se pode perceber no anúncio da abertura de uma subscrição para a compra de armamentos “para um batalhão de patriotas que deve acompanhar ao Acre os Srs Souza Braga, Rodrigo de Carvalho”.¹⁵³

No batalhão ainda estavam inscritos jornalistas, engenheiros, marítimos, empregados do comércio, artistas entre outros. A expedição foi um fracasso, mas visava garantir, pela mão de brasileiros, o que o governo da União era acusado de não fazer. Em 10 de outubro de 1900,

¹⁴⁹ O Acre. *O Pará*. Belém, 19 de março de 1900. p. 01.

¹⁵⁰ A primeira expedição. *O Jornal*. Belém, 23 de novembro de 1900. p. 1.

¹⁵¹ SILVA, Alan Victor Flor da. “Marques de Carvalho na História Literária de José Veríssimo”. *Palimpsesto*, Rio de Janeiro, n. 20, jan.-jun. 2015. p. 162-171.

¹⁵² AZEVEDO, J. E. de. *Literatura Paraense*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria de Estado da Cultura, 1990. pp. 20-24.

¹⁵³ Expedição ao Acre. *O Jornal*. Belém, 01 de novembro de 1900. p. 01

O Jornal declarava que grande desgosto havia causado no comércio aviador de Belém e Manaus a notícia de que em Belém faria estacionar, por ordem do presidente, a flotilha que estava no Amazonas.¹⁵⁴ Desde as insurreições de 1899, o governo havia ido até a região restaurar a soberania boliviana, como acertado nos tratados diplomáticos. Os navios de guerra da marinha se retiravam, colocando a questão mais uma vez nas mãos das autoridades amazônicas, que se viam diante da urgência da questão.

Ainda em 1900, *O Jornal* tomava a defesa dos brios e do ‘patriotismo’ de Silvério Nery, acusado pelo governo federal de financiar insurreições no Acre, desacatando as ordens presidenciais. Diante de um ataque feito por Salinas Veja, ministro das relações exteriores da Bolívia no Rio, acusando Nery de estar envolvido na “agitação patriótica que se levanta em Manaus”, o periódico *Iemista* declara que “não disse uma novidade o plenipotenciário boliviano”. O procedimento de Nery, enquanto “brasileiro patriota que é, em favor da causa que advogam os nossos patrícios que estão dispostos a pôr embargos aos bolivianos” era, para o jornal, prova da “honra do seu caráter”.¹⁵⁵ Porém, completava atenuando que mesmo diante do dever patriótico de defender os acreanos, isso não significa que ele estivesse “a favorecer aqueles destemidos patriotas”.

Documentos sobram comprovando a participação e financiamento pessoal do governador do Amazonas, na ocasião ainda o Coronel Cardoso, nas insurreições. Inclusive uma carta onde se publicara o pagamento de 440 contos de réis a Galvez para que renunciasse ao cargo de presidente da República independente do Acre e se rendesse às tropas brasileiras.¹⁵⁶ Claro que hostilidades apareceram entre os dois Estados, principalmente em 1903, quando Manaus tentou embargar carregamentos de borracha direcionados a casa Guilherme Augusto de Mirando & Filho (1993. P. 234). Contudo, é necessário visualizar o jogo de estica e puxa perpetrado, sem cair no simples reducionismo das rivalidades entre Belém e Manaus.

O Jornal anunciava, junto com *A República* um comício-protesto a se realizar no dia 29 de outubro do Teatro Polytheama, onde reuniram-se combatentes do Acre, autoridades locais, membros do comércio, donos das Casas aviadoras e curiosos. Sob “concorrência numerosa, o povo paraense reuniu-se para tratar das graves ocorrências”. Na ocasião os dois jornais relataram de forma igual e respeitosa a reunião, falando de “solidariedade com os patriotas que n’aquela região sustentam a honra e o brio brasileiro”,¹⁵⁷ assim como o chamamento para que

¹⁵⁴ O Acre. *O Jornal*. Belém, 10 de outubro de 1900. p. 01

¹⁵⁵ Redação d’O jornal. *O Jornal*. Belém, 01 de dezembro de 1900. p. 01.

¹⁵⁶ Galvez. *O Jornal*. Belém, 02 de novembro de 1900. p. 01. Também encontra-se em Leandro Tocantins (1979) e Weinstein (1993).

¹⁵⁷ O Acre. *O Jornal*. Belém, 30 de outubro de 1900. p. 01.

os jovens se pusessem a “combater pela honra da pátria” e pela “dignidade da República”.¹⁵⁸ Tudo leva a crer que o fato de brasileiros estarem resistindo às tropas bolivianas, em defesa da produção da borracha, se configurava, aos olhos das elites paraenses, em uma atitude patriótica que, contudo, apresentava problemas e precisava ser gerida de perto. O tempo era o pior dos inimigos.

Por outro lado, se voltarmos aos fatos de janeiro de 1900, poderemos vislumbrar outra atitude dos jornais *lemistas*, acusando os insurgentes do Acre, sob a liderança de Galvez, a estarem “causando verdadeira perturbação às duas praças comerciais e à ordem pública”.¹⁵⁹ Galvez não era brasileiro, chamado de “aventureiro em cujas veias não agita-se o sangue nacional”, além do mais, instaurara na região do Acre um “véu negro de dor e de luto”.¹⁶⁰ Por fim, comemorava-se em 01 de fevereiro e 15 de março a esquadrilha da Marinha nacional encarregada de “reestabelecer a ordem e a lei” nas longínquas regiões do Acre,¹⁶¹ região entregue às “operações de condenável latrocínio contra a integridade nacional e a propriedade particular”.¹⁶²

O *Pará* se utilizava da imagem desventurosa que fizera de Galvez para combater os editoriais aguerridos d’*A Folha do Norte*, como vislumbra-se na matéria de 19 de fevereiro. Comparava Serzedelo Corrêa com “seu colega Dr. Galvez”,¹⁶³ ironizando o editorial o jornal *laurista* em defesa da luta armada encabeçada por Galvez. Essas lutas não eram bem vistas nem rentáveis, mas iam se tornando cada vez mais inevitáveis. As casas aviadoras reclamavam seus lucros e a ação concreta da União diante do problema. Cada vez mais seringueiros saíam de seus postos, seringais e ocupações para se armar e lutar contra as tropas bolivianas. Galvez, por ser estrangeiro, era uma ameaça em potencial, pois proclamara uma República independente, que assumiria os negócios da borracha na região acreana, deixando Manaus em privilégio de negócios, como gratidão, por sua vez, ao governo que o apoiara, prejudicando assim os negócios de Belém. Isso era inadmissível para as Casas aviadoras do Pará e todos que estivessem sob esses interesses.

Outrossim, importante pensar *O Jornal* como veículo aliado, mas não totalmente atrelado à Província, órgão oficial de Antônio Lemos. Ao me referir ao “jornal *lemista*”, de nenhum modo o coloco como simples reproduzidor das ideologias d’*A Província*. Há de se

¹⁵⁸ O Acre. A República. Belém, 30 de outubro de 1900. p. 01.

¹⁵⁹ O Acre. O Pará. Galvez em cena. Belém, 13 de janeiro de 1900. p. 01.

¹⁶⁰ Os acontecimentos no Acre. O Pará. Belém, 24 de janeiro de 1900. p. 01.

¹⁶¹ O Acre. O Pará. Belém, 01 de fevereiro de 1900. p. 01.

Cartas do Rio. O Pará. Belém, 15 de março de 1900. p. 01.

¹⁶² Os acontecimentos no Acre. O Pará. Belém, 24 de janeiro de 1900. p. 01.

¹⁶³ Galvez. O Pará. Belém, 19 de fevereiro de 1900. p. 01.

considerar que há uma cultura política, que conforma coletividades, mas salienta rupturas, diferenças, incoerências e descontinuidades, a propósito das simbologias que carregam.¹⁶⁴

1.2.2 O Tratado de Petrópolis: um desfecho impatriótico?

Ademais das questões que situam esta discussão, o Tratado de Petrópolis foi a negociação mais tormentosa da diplomacia brasileira, tendo reflexos na política federal e dos estados envolvidos. Esta negociação não representa uma vitória como a do Amapá, onde o processo de arbitramento reestabelecera ao território nacional o que lhe era por direito.

O Acre, como sabido, figurava território da Bolívia, território este reconhecido pelas autoridades imperiais brasileiras. Diante do dilema que se impusera entre a necessidade diplomática de garantir a soberania boliviana no território e o dever nacional de defender os que lutavam sangrentos combates no interior das florestas acreanas, uma penúltima insurreição na região do Acre, iniciada em dezembro de 1900, a mesma chefiada por Rodrigo de Carvalho, a Bolívia resolve dar uma direção completamente diferente para a questão.

Se vendo diante da impossibilidade de negociar satisfatoriamente com o Brasil e de impedir incessantes guerrilhas no território do Acre, os bolivianos na pessoa do presidente Pando, resolvem arrendar em contrato assinado em julho de 1901, o território do Acre ao *Bolivian Syndicate*, uma *chartered company*, aos moldes das instaladas na África e Ásia. O fato provocou uma reação em cadeia da imprensa brasileira, que via nessa atitude uma ameaça não apenas aos negócios da borracha, mas uma potencial brecha para o domínio das potências estrangeiras nas Américas.

O Jornal, em 24 de outubro de 1900 publicara uma longa matéria sobre a questão do Acre, no que dizia respeito ao status da região. Admitia-se que “transformara-se em incidente diplomático como torna-se internacional uma questão de direito privado”.¹⁶⁵ A situação ganhara uma conotação internacional, pois já era sabido que “a Bolívia trata[va] seriamente de passar seus direitos a um poderoso sindicato”, que, por sua vez, parece “querer substituir a diplomacia, a força do direito”, em palavras do jornal *lemista*.

A gravidade da situação era latente. A República, em pleno processo de fechamento das fronteiras, agora se via diante de um quadro de agravamento, onde a Bolívia dava provas claras de que não queria vender ou ceder o território do Acre ao Brasil, do contrário, cedê-lo ao

¹⁶⁴ Sobre isso ler HEINZ, Flávio M. (org.). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006., onde o autor faz um apanhado mais recente sobre os jogos políticos envolvendo as elites no Brasil, incluindo as elites políticas. Temos também PÉCAUT, Daniel. Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990, onde o autor aborda a relação do poder e das práticas intelectuais na República.

¹⁶⁵ Acre – outras notícias. O Jornal. Belém, 24 de outubro de 1900. p. 01.

capitalismo internacional. O jornal *O Industrial*, de orientação e apoio a Lauro Sodré, publicara em maio de 1902 uma matéria do *Correio da Manhã*, onde se atribuía o agravamento da questão no Acre ao desprezo perpetrado pelo governo às lutas patrióticas feitas pelos “independentes” no acre.¹⁶⁶ Para o jornal, o governo se mostrava inerte, uma vez que parecia querer proceder “como na República de Galvez, a qual desprezou, negando-lhe reconhecimento e deixando a Bolívia com duas expedições reduzir os rebeldes à obediência”.

De fato, Lauro Sodré, Rui Barbosa e aliados constantemente pregavam contra o destrato dos patriotas do Acre, em vista e benefício da condição da Bolívia. Analisando o contexto, vê-se claramente que Rui Barbosa era inimigo declarado da Presidência de Campos Salles e Rodrigues Alves, e constantemente suscitava a opinião pública contra as ações diplomáticas em torno do caso do Acre. *O Industrial*, em 31 de julho de 1902 ia à orientação do *Correio da Manhã*, do Rio, ao declarar os erros do governo no caso do Acre. Para eles, era um misto de “descaso e ingenuidade” que haviam levado a diplomacia brasileira a recusar novos estudos de fronteiras, além de uma proposta de policiamento comum da região, sob a alegação “de que o território era boliviano e o Brasil definitivamente não o disputava”.¹⁶⁷ Esse mesmo argumento será o que irá sustentar a bancada contra a solução final dada ao caso.

Em 21 de agosto, o mesmo jornal, sob o título “Yankees na Amazônia” protestava e alarmava contra a concessão da Colômbia à uma empresa norte americana a navegação entre os rios Caquetá e Putumayo. Essa matéria é um vislumbre do sentimento antiamericano que se construía no Pará, quando no caso Wilmington, de 1899.¹⁶⁸ Há muito se alarmavam as autoridades contra os interesses internacionais na Amazônia “sobretudo a borracha, há muito por eles cobiçada”¹⁶⁹. Prosseguindo, afirmava que parecia se tratar de uma estratégia para cercar a Amazônia de todos os lados a fim de tomar os rios e seus recursos. Um vislumbre da visão internacional sobre a Amazônia se encontra no trecho que se afirma que “para eles [EUA] se afigura até num crime que nossas riquezas naturais permaneçam inexploradas, por causa de nossa inércia e falta de iniciativa”.

¹⁶⁶ Por causa do Acre. *O Industrial*. Cametá, 29 de maio de 1902. p. 01.

¹⁶⁷ Acre. *O industrial*. Cametá, 31 de julho de 1902. p. 01.

¹⁶⁸ “1899, quando a canhoneira norte-americana *Wilmington*, comandada por Chapman Todd, aportou em Belém, em missão aparente de amizade, e partiu rumo a Tabatinga e Iquitos, furtivamente, com os faróis de navegação apagados durante a noite, sem esperar licença especial do governo brasileiro, levando a bordo o cônsul dos E.U.A. Esse procedimento irritara a população e as autoridades do Amazonas e do Pará, que hostilizaram o comandante Todd quando ele regressou e, ao governo do Brasil, alternativa não restou senão protestar junto ao Departamento de Estado contra aquele desrespeito à soberania nacional” In: BANDEIRA. Luiz Alberto Moniz. O Barão de Rothschild e a Questão do Acre. *Rev. Bras. Polít. Int.* 43 (2): 150-169 [2000]. p. 1-2

¹⁶⁹ Yankees na Amazônia. *O Industrial*. Cametá, 21 de agosto de 1900. p. 01

Diante desse quadro, necessitava-se que as nações sul-americanas se unissem em “defesa própria”, já que “até as nações europeias se sentem por eles ameaçadas”. Mas do contrário, “as fracas nações desse continente vão cometendo a insensatez de auxiliar a grande República em suas pretensões”. O alarme chegava a tanto que em matéria de 31 de julho de 1902, do próprio jornal, o redator d’*O Industrial* publicara que o presidente Campos Salles submetera ao Congresso a aprovação da concessão de navegação exclusiva do Rio Madeira ao Dr. Pedro Souto Maior, no período de 25 anos. O problema residia na internacionalização do mercado, que poderia comprometer a soberania brasileira. Uma vez que o dono seria brasileiro, o capital da empresa que fosse investir poderia não ser.¹⁷⁰ Isso era considerado gravíssimo.

Outro fato que chegou a alarmar as autoridades era a ameaça do Chile considerado um imperialista das Américas. Desde 1900, o presidente Zeballos, da Argentina, vinha alertando o Brasil sobre a ameaça chilena, e de uma necessidade do Brasil se aliar aos *hermanos* a fim de vencer esse inimigo sagaz.¹⁷¹ Diante desse quadro, temos a tomada de procedimentos que levarão o Brasil e Bolívia ao Tratado. O Presidente Campos Salles, diante da maciça pressão dos jornais contra o *bolivian syndicate*, declarou vetada à Bolívia a navegação do Rio Amazonas, quebrando o Tratado de Amizade e Comércio firmado com aquele país. Isso afirmativamente colocou o consórcio em maus lençóis, haja vista a necessidade da livre navegação pelo Amazonas para a bem sucedida execução do projeto de arrendamento.

Outro fato que irá decidir o conflito será a Revolução Acreana iniciada em agosto de 1902, liderada pelo coronel gaúcho Plácido de Castro. Uma das cláusulas do contrato exigia que a região fosse entregue pacificada aos sócios do sindicato, o que se tornou inviável com os constantes embates perpetrados pelos rebeldes.¹⁷² Parte dos jornais paraenses deram caloroso apoio a luta acreana, como vislumbramos em matérias como d’*O Industrial*, onde se publicara apoio aos patrícios que “trabalham pela independência desse domínio ambicionado”¹⁷³, assim como às “denodadas forças comandadas por Plácido de Castro”. Para *lemistas*, contudo, no ano de 1902, alarmou-se a imprensa d’*A Província*, em obediência aparente às ordens do governo e o envio de Olímpio da Silveira para subordinar Plácido, que cometera “criminosa

¹⁷⁰ O novo Acre. *O Industrial*. Cametá, 31 de julho de 1902. p. 01

¹⁷¹ Aliança Brasil-Argentina. *O Jornal*. Belém, 24 de outubro de 1900. p. 2. Outras menções aparecem nos jornais: Brasil – Argentina. *A República*. Belém, 18 de dezembro de 1900. p. 01, onde Zeballos em conferência em La Paz alerta o Brasil: “cuidado com o Chile” e no Zeballos. *Industrial*. Cametá, 28 de janeiro de 1901. p. 01, onde Zeballos torna a falar da ameaça chilena ao Brasil.

¹⁷² Vemos estas afirmações em: *O Acre*. *Gazeta de notícias*. Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1903. Rio de Janeiro. P. 01 e no *A questão do Acre*. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1903. p. 01.

¹⁷³ *O Acre*. *O Industrial*. Cametá, 09 de outubro de 1902. p. 01.

O Acre. *O Industrial*. Cametá, 09 de julho de 1903. p. 01.

imprudência” ao declarar que se o general teimasse em subordiná-lo, ele “o fuzilaria em frente de seus inúmeros soldados e formidáveis canhões”.¹⁷⁴

O que se verá é que após o desfecho da revolução acreana, o governo já havia negociado “a morte do Bolivian Syndicate”, como chamara Tocantins (1979, p. 443). Com a celebrada vitória de Plácido de Castro e seus compatriotas, a Bolívia não se viu senão diante da alternativa mais vantajosa frente à uma derrota militar: negociar o território em litígio.

Em 01 de novembro de 1903 acertara-se entre as chancelarias o Tratado de Petrópolis, gerando reações na imprensa nacional, em especial carioca, paraense e amazonense. No Pará, os ecos das reações ecoaram. Do lado *lemista* temos o relatório de 1904, onde Augusto Montenegro comemorara o Tratado pois com ele havia sido acertada a federalização do território do Acre, “libertando nossa praça dos perniciosos efeitos da inconstitucional lei de beneficiamento da borracha em Manaus”.¹⁷⁵ De fato o acerto federal para rearranjar o território do Acre, contrariando as reclamações amazonenses, haviam dado igualdade de direitos para ambos os estados na extração da borracha acreana, “introduzindo o regime da liberdade de comércio” para as casas paraenses. Esse fato irá provocar inúmeras críticas por parte do governo de Nery e das casas aviadoras manauaras, que planejavam manter o território sob seu domínio e administração.¹⁷⁶

Tendo a visão dos *lemistas* sobre o fato, não foi possível encontrar as edições d’A *Província* de 1903 e 1904 nos arquivos públicos, tampouco outros jornais aliados do mesmo período,¹⁷⁷ não foram encontrados nos relatórios de Antônio Lemos de 1903 e 1904 uma menção sequer sobre o Acre ou a celebração pública do tratado. Montenegro se limitou a dizer dos benefícios econômicos. Nenhuma menção à Plácido de Castro, aos patriotas, aos seringueiros destemidos que lutaram em defesa da soberania brasileira.

Por outro lado, a *Folha do Norte* publicou no dia 02 de novembro um artigo de Lauro Sodré onde o mesmo classificou como impatriótica a solução dada ao caso do Acre. Aqui começa uma incursão sobre a visão paraense em torno destes percalços diplomáticos, que curiosamente desvelam os bastidores das alianças políticas e ideológicas na primeira República no Pará.

¹⁷⁴ D’A *Província* do Pará – 22. O Industrial. Cametá, 28 de maio de 1903. p. 03.

¹⁷⁵ PARÁ, Estado do. Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1904 ao congresso legislativo do Estado do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado. Belém, Pará. Imprensa Official. 1904. p. 7.

¹⁷⁶ AMAZONAS, Estado do. Mensagem lida perante o congresso dos Srs representantes por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 5ª legislatura, pelo governador do Estado, Sr. Dr. Silvério José Nery, em 10 de julho de 1904. Manaus. Impresso na Typ. Do Amazonas. 1905. p. 7.

¹⁷⁷ Na biblioteca Pública Arthur Vianna, os exemplares citados foram microfilmados, porém estão indisponíveis pois desapareceram. Recentemente uma busca está sendo empreendida por aquele órgão afim de restituir ao público esse valioso arquivo de periódicos. Última consulta em março de 2017.

1.2.3 Lauro Sodré e Enéas Martins: discordâncias?

Lauro Sodré publicara seu protesto na primeira página da *Folha do Norte*. O mesmo jornal cuja propriedade e direção estava nas mãos de Enéas Martins, deputado estadual pelo Amazonas. A cessão de terras, para Lauro Sodré, era “de todas as soluções a pior, por ferir de frente nosso patrimônio territorial” e ainda condenava o que chamava de “perseguição ao exército”,¹⁷⁸ desde outras matérias. Temos aqui muitas tendências políticas, entre elas, o militarismo representado pelo discurso patriótico defendido por Lauro Sodré.

Se referindo a Rodrigues Alves, declara que o mesmo “teve medo do exército, s. exc considera-o inimigo da ordem e aquartelou sua polícia”. Lauro Sodré, cadete da Escola Militar da Praia Vermelha, republicano histórico do Pará, secretário de Benjamin Constant, de quem foi aluno e discípulo, os chamados “brios do exército” estavam aflorados naquele exato momento.¹⁷⁹ As notícias dos jornais dão conta de constantes discussões no congresso e por meio de correspondências pessoais entre Sodré e Rodrigues Alves. Em 1903, o debate acalorado diante da revisão constitucional rendia apaixonados discursos, transcritos e publicados por seus aliados, que constantemente frisavam a “degradação do regime”¹⁸⁰ e a “inépcia do governo”.¹⁸¹ Não apenas isso, mas Lauro Sodré pedia que o cargo do Club militar fosse nomeado por militares e não pelos presidentes civis, como se vinha fazendo.

Essas atitudes dos governos civis começaram a gerar a insatisfação dos militares, que ganharam em Lauro Sodré ardoroso combatente. Em discurso no Club Militar, Lauro Sodré foi transcrito como “possuído por um movimento de rebeldia, diante de tantas degradações, e procura com ânsia, através dessa noite trevosa, uma solução salvadora”.¹⁸² Ademais, sempre se evocava, como na matéria do dia 02 de dezembro, o papel exercido pelo exército na proclamação da República. Sodré declarava que “não foi para ser perseguido o mais bravo entre os bravos de seus generais (...) que o exército assumiu a patriótica e nobilitante atitude que o imortalizou na história de nossa pátria”. Era o 15 de novembro.

No dia 07 de novembro, sob o título “ofensas sobre ofensas”, a *Folha do Norte* publicara uma matéria dizendo que Lauro Sodré, segundo informações do telégrafo, estaria sendo perseguido e espionado por um secreto, a mando do governo federal. Isto estaria se dando por

¹⁷⁸ Folha do Norte. Perseguição ao exército. 9 de novembro de 1903. Belém, Pará. p. 01.

¹⁷⁹ Sobre as tendências políticas e ideológicas de Lauro Sodré, ler: COELHO, Alan Watrin. A ciência de governar: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST- UFPA). Belém, Pará. 2006.

¹⁸⁰ Revisão constitucional. Folha do Norte. Belém, 21 de novembro de 1903. p. 01.

¹⁸¹ Revisão Constitucional. Folha do Norte. Belém, 23 de novembro de 1903. p. 01.

¹⁸² Lauro Sodré no Club Militar. Folha do Norte. Belém, 10 de dezembro de 1903. p. 01.

conta do discurso que combatia como impatriótica a solução do Acre¹⁸³. Essa “ofensa grave lançada a uma legião de bravos” vinha de um governo “afundado em suas fraquezas” que imputava sobre Lauro Sodré uma ofensa infundada, segundo o Jornal. A nota finaliza dizendo que Lauro Sodré “continuará a reivindicar a república republicanizada, grande e bela (...) sem fraude nas urnas e o luto no lar”. O que vemos é o vislumbre de uma série de vicissitudes que se inflamavam entre parte dos militares mais conservadores e os governos civis.

Retornando ao dia 02, podemos ver que Lauro Sodré indagara: “não é o exército, tão respeitado outrora, reflexo da pátria desunida, retalhada e vítima dos piores enxovalhos?”. Após a proclamação da república, o exército se tornou um “grupo de pressão e a mocidade militar da época que se considerava mais instruída e preparada para a modernização do país do que os bacharéis” (BORGES, 2011, p. 82).¹⁸⁴ Havia uma crítica imensa ao fidalguismo, ao discurso retórico e ao abuso do exército afim de “satisfazer os caprichos da politiquice”. Sua opinião era um abrandamento dos ataques mais incisivos, perpetrados por Edmundo Bittencourt, redator chefe do *Correio da Manhã* no Rio. O periódico declarava ser contra a cessão do território e a compra em dinheiro, reflexo de uma “obra eminentemente inepta, maléfica e impatriótica”.¹⁸⁵ Dizia-se ainda “perdidas no Barão do Rio Branco as esperanças que espíritos esclarecidos afagavam”¹⁸⁶ diante “desse novo golpe, vibrado contra nossa honra de nação independente e culta”.¹⁸⁷

Na edição de 19 de dezembro justificava seu aplauso ao recurso das armas diante do dever de “não poder sufragar a imolação dos nossos compatriotas a audácia dos bolivianos”. A Folha do Norte, dia após dia publicava notas, com em janeiro de 1904, quando Lauro Sodré e Rui Barbosa se declaram contra o Tratado e, portanto, votariam contra ele no Senado.¹⁸⁸ Em 19 de janeiro, na sessão de telegramas, publicara o discurso do deputado Felisbelo Freire, “cujo discurso combatendo o tratado do Acre produziu enorme impressão”. Dia 20, publica-se um telegrama do Rio que se limita a falar das questões técnicas e cláusulas do tratado. Dia 25 de janeiro, já se falava de submeter um projeto para “regular e modificar a situação dos territórios que foram objeto do litígio”.

Era sabido que o tratado haveria de ser aceito, tanto pelo prestígio alcançado pelo Barão do Rio Branco, quanto pela defesa ferrenha dos deputados aliados do governo. Na Câmara, o

¹⁸³ Ofensas sobre ofensas. Folha do Norte. Belém, 07 de novembro de 1903. p. 01.

¹⁸⁴ BORGES, Vera Lúcia Bogéa. A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na primeira república. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. P. 82.

¹⁸⁵ Festas à Rio Branco. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1904. p. 01

¹⁸⁶ O Acre. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1903. p. 01.

¹⁸⁷ Tratado de Petrópolis. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1903. p. 01

¹⁸⁸ A questão do Acre. Folha do Norte. Belém, 15 de janeiro de 1904. p. 02.

projeto passara por 113 votos a favor e 13 contra. Nenhum deputado paraense votara contra.¹⁸⁹ As matérias continuariam na segunda página do jornal, relegadas às pequenas notas e telegramas do Rio, até surgir em 2 de fevereiro o discurso de Lauro Sodré no Senado, que obviamente ganhou a primeira página *d'A Folha*. Sob a tônica de “defesa da pátria”, Lauro Sodré discursara no Senado Federal contra o Tratado.

Essas matérias não se mostravam muito ousadas, como tinha sido a do dia 02 de fevereiro. Ao bem da verdade estavam espremidas entre notas curtas e telegramas, que eximiam o jornal de emitir opinião clara sobre o assunto. No dia 26 de novembro de 1903, a *Folha* rebatia um telegrama enviado pel'*A Província* ao *Gazeta de Notícias* do Rio, onde se havia relatado violentos ataques ao Barão do Rio Branco por parte do jornal de Enéas Martins¹⁹⁰. A *Folha* se defendera dizendo que não havia atacado o Barão, mas discordado da solução “nos termos em que ela nos fora apresentada”. Finaliza dizendo que “se há uma figura que nos mereça a maior soma de respeito, é desse tipo singular de patriota”. O Barão voltara a ser patriota e as matérias de ataque ao Tratado cessariam, como que curiosamente.

Entra então Enéas Martins, que se pronuncia enfim, contudo, diferentemente de seus amigos na política federal, a favor do Tratado de Petrópolis. No dia 6 de fevereiro de 1904, uma longa matéria transcrevera o discurso de Enéas na Câmara, proferido em 19 de janeiro.¹⁹¹ Sob o título “Tratado do Acre, o discurso de Enéas Martins”, a matéria começa ovacionando o diretor do jornal que o estava publicando. Enéas teria feito um discurso conciliatório, se colocando enquanto um dos “primeiros que aplaudiram o movimento acreano e representante do Estado que entra de perto om sacrifícios na solução da questão”. Declarou também, ao comparar mapas, documentos e tratados que “o Brasil não pode temer em absoluto o exame de seu direito”.

Nisso dava um tom de reconhecimento aos seus colegas oposicionistas, que lutavam contra o tratado, por uma insistência a mais a fim de defender no campo legalista a questão de limites. Enéas apresentara nesse discurso um mapa que passar despercebido a Rio Branco, incorporado depois na exposição de motivos entregue à Rodrigues Alves, o mapa da linha verde de 1860.¹⁹² Isso demonstra o conhecimento de Enéas no caso, advindo do interesse do Estado que representava, refletindo em sua posição a favor do tratado: ele conhecia os percalços e toda a dificuldade que se punha ao Brasil diante da questão acreana. Somente a habilidade

¹⁸⁹ Câmara, telegramas. Folha do Norte. 25 de janeiro de 1904. p. 02.

¹⁹⁰ Mais uma. Folha do Norte. Belém, 26 de novembro de 1903. p. 01.

¹⁹¹ Tratado do Acre – O discurso de Enéas Martins. Folha do Norte. Belém, 6 de fevereiro de 1904. p. 01.

¹⁹² TOCANTINS, 1979. p. 256.

diplomática poderia tornar brasileiras as terras onde tantas desavenças e mortes se desenrolaram. Finalizou seu discurso dizendo que “não acredito no desmantelo de nossa estratégia militar por conta dele [o tratado]”, além de que tem “a mais absoluta confiança nas mãos as quais estão entregues os destinos da nossa chancelaria” e confiava no futuro.

Após essa publicação, Enéas Martins só ganharia a primeira página do jornal em 01 de abril, quando se republicou os elogios dados pela *Revista da Época*, que em sua edição 8, tecia elogios aos argumentos utilizados pelo deputado a fim defender o Tratado.¹⁹³ Ao que tudo indica, Enéas Martins e Lauro Sodré preferiram manter cautela ao se pronunciar sobre o caso do Acre na imprensa paraense. Ademais, o conjunto de sócios do jornal possibilitava essa alternância de discurso, e ao que se pode perceber nas matérias do aguerrido *Correio da Manhã*, Enéas Martins não foi hostilizado por sua posição contrária a orientação de Rui Barbosa e Lauro Sodré. Sempre era tratado de forma cordial ou simplesmente não era citado na lista dos que estavam a favor do Tratado.¹⁹⁴ Ao desenlace dos boatos de espionagem, Lauro Sodré se eximiu de dar sua opinião acerca dos trâmites diplomáticos em torno do Acre, abrindo espaço para a visão de Enéas Martins.

O Caso terminava com uma ínfima nota, emitida nos dias 12 e 20 de fevereiro, se limitando a repostar telegramas do Rio acerca da aprovação no senado por 35 contra 9, assim como a sanção do tratado pelo presidente, em decreto de 18 de dezembro de 1904.¹⁹⁵ Estava dirimida a questão do Acre, que tanta confusão e reviravoltas causara.¹⁹⁶

Para finalizar este capítulo, importante salientar a única comemoração de que se teve notícia nos jornais¹⁹⁷ só aconteceu em abril daquele ano, organizada por correligionários de Lauro Sodré e do Sport Club do Pará. O Tratado em si foi acolhido pelo governo de Augusto Montenegro como “auspicioso facto” mesmo tendo custado “sacrifícios em dinheiro”, o que em si demonstra certo desconforto com o pagamento pecuniário de 2 milhões de libras esterlinas feito à Bolívia.¹⁹⁸

¹⁹³ Enéas Martins. Folha do Norte. Belém, 01 de abril de 1904. p. 01.

¹⁹⁴ Exame das matérias do Correio da Manhã entre novembro de 1903 e março de 1904, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁹⁵ Telegramas. Folha do Norte. Belém, 12 de fevereiro de 1904. p. 02.

Telegramas. Folha do Norte. Belém, 20 de fevereiro de 1904. p. 02.

¹⁹⁶ Importante destacar a matéria do Correio da Manhã do dia 20 de fevereiro de 1904, em que se publicou uma carta dos acadêmicos das escolas militares superiores do Rio, em apoio a Lauro Sodré, contra o Tratado de Petrópolis e contra o chamamento às comemorações oficiais. Club militar. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1904. p. 01.

¹⁹⁷ Haja vista a impossibilidade de pesquisar A Província do Pará de 1903 e 1904, empreendi uma pesquisa nos relatórios de Antônio Lemos, em especial o de 1904, além da Mensagem do Governador Augusto Montenegro, de 7 de setembro de 1904, contudo nada foi encontrado referente à festa ou comemoração cívica do Tratado de Petrópolis.

¹⁹⁸ PARÁ, Estado do. 1904. p. 05.

No relatório do Amazonas do mesmo ano, Silvério Nery chamava de “organização esquisita” o arranjo federal feito no território e o encarava como temporário, haja vista que as terras do Acre “estavam há muito sob a posse e domínio do Estado do Amazonas”.¹⁹⁹ Em 30 de maio de 1904, inclusive, Enéas Martins, “devido a sua posição tomada em defesa ao Tratado de Petrópolis”²⁰⁰ é apontado como o mais hábil a fazer a defesa do Amazonas em um processo contra a União, ao que Nery chamava de “violação da autonomia estadual”.

Dia 07 de abril *A Folha do Norte* publicava as comemorações e festas pela chegada do Coronel Plácido de Castro à Belém, a bordo do vapor Augusto Montenegro. O *Jornal do Comercio*, segundo matéria republicada pela *Folha* durante os anúncios da chegada de Plácido, declarara que “a questão do Acre sempre esteve alheia ao Pará [...] o Pará, o Senador Lemos, nunca foram ouvidos ou cheirados para semelhante causa”.²⁰¹ Incomodava os Amazonenses que o Pará chamasse para si parte das glórias exercidas por Plácido de Castro nas fileiras militares, embrenhado nas florestas e rios, com seus aliados. O Pará, contudo, não se furtaria às festas oficiais.

Em 6 de abril, Plácido desembarcara no trapiche de Belém, sendo recebido por “grande massa de gente” e muitos salves e vivas a Plácido de Castro, a Gentil Noberto e ao Barão do Rio Branco.²⁰² Depois do Batalhão Patriótico Rio Branco ter dado 31 tiros em reverência a Plácido, a banda do 1º Corpo de bombeiros da capital executara o hino brasileiro e acreano, tendo depois, o Club patriótico Veiga Cabral, na pessoa de Alcibiádes Neves, entregou a Plácido um álbum com capa de couro, sobre uma placa de prata, com a seguinte inscrição: “O Club Patriótico Veiga Cabral oferece por intermédio paladino das liberdades do Acre como lembrança de sua passagem pelo Pará”. Enquanto o cortejo seguia “o fotógrafo Nunes apanhou o conjunto do préstito quando este chegava ao largo de Sant’Anna”. O cortejo seguiu pelas ruas até o salão dos festejos, onde se distribuíram muitas litografias com o retrato de Plácido. Segundo a mesma matéria, achava-se uma placa em volta da mesa trazendo a dita frase: “Estado Independente do Acre. 6 de agosto de 1902” e embaixo “Libertas que sera tamen”.

Entre a fotografia de tamanho natural de Plácido de Castro, estavam as bandeiras brasileira e acreana, assim como o busto de Plácido, envolto em uma manta branca. Por fim, na parede próxima, o retrato do Barão do Rio Branco ocupava espaço em um “rico espalho de

¹⁹⁹ AMAZONAS, Estado do. Mensagem lida perante o congresso dos Sres. representantes por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 5ª legislatura, pelo governador do Estado, Sr. Dr. Silvério José Nery, em 10 de julho de 1904. Manaus. Impresso na Typ. Do Amazonas. 1905. p. 07.

²⁰⁰. Telegramas. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1904. p. 02.

²⁰¹. Manifestação Acreana. Folha do Norte. Belém, 28 de março de 1904. p. 01.

²⁰². Plácido de Castro. Folha do Norte. Belém, 06 de abril de 1904. p. 01.

cristal”. Naquele mesmo dia, o Sport Club, às 21 horas, começara sua homenagem à Plácido, com muita música, danças, gelados e salva de palmas, que estenderam até meia noite.

Na manhã do dia 07, Plácido foi ao trapiche junto com a comissão dos festejos, entre eles o próprio Gentil Norberto, Gastão Lobão e Rodrigo de Carvalho, e de lá partiu para o Maranhão, seguindo então para o Rio de Janeiro. Após a partida do vapor, no salão do festejo, o Dr. Elias Vianna fez um discurso e a comissão entregou à mãe de Plácido de Castro um grande cartão de ouro de 18 quilates com uma das pontas dobradas, e sobre a dobra, uma frase não transcrita pelo jornal. As iniciais P.C. estavam cravejadas em brilhantes e a placa de ouro tinha escrito “Ao coronel Jose Plácido de Castro, comemorando a sua passagem por esta capital, a comissão – Alves Braga & C.; Braga Sobrinho & C.; Leite &C.; Bernardino Fiuza de Mello, Dr. Elias Vianna, Aureliano Pessoa – Belém, 7 de abril de 1904”.²⁰³

Esta festa foi organizada por políticos e gente ligada ao negócio da borracha no Pará, que agora gozava de boa situação, haja vista a resolução da questão acreana mediante a federalização do território. Esta festa é significativa, pois chega a comparar a atuação de Plácido a de Tiradentes, num trânsito de símbolos que visavam identificar a revolução acreana à bravura dos inconfidentes, imbuídos pela ideia de liberdade e patriotismo. Importante também perceber que Brasil Montenegro é o presidente da Junta Comercial do Pará, que está à frente destes festejos. A mesma associação que agradecera Plácido com festas e um rico mimo de ouro 18 quilates. O jornal do dia 7 inclusive, ao transcrever o discurso de Plácido em agradecimento, o mesmo agradecera o comércio paraense que “também foi um sustentáculo da revolução, que nada seria sem o seu concurso”.

Um mapa de comemorações e símbolos que dá a entender um esforço em imprimir na memória pública os atores principais da conquista e defesa do Acre. O cirurgião dentista e também tenente cirurgião da Guarda Nacional do Estado do Pará. Dr. Emílio Falcão, entre 1907 publicou o *Álbum do Rio Acre*, um álbum ilustrado com fotografias e mapas da região acreana, e panoramas dos rios Acre, Tocantins e Tapajós.²⁰⁴ Em 1 de julho de 1906, o Correio do Norte de Manaus publicara a visita de Emílio Falcão, recém-chegado do Acre e de ida ao Pará, onde cuidaria da impressão do álbum de “grande utilidade” para que então se conheça “a região tão desejada pelo governo do Amazonas”. Em 1908 o álbum foi premiado com medalha de prata na categoria publicação da Exposição Nacional de 1908, no Rio de Janeiro.²⁰⁵

²⁰³ Plácido de Castro. Folha do Norte. Belém, 06 de abril de 1904. p. 01

²⁰⁴ FALCÃO, Emílio. Álbum do Rio Acre (1906-1907). Typ. Do Annuário Commercial de Lisboa. Belém, Pará. 1907.

²⁰⁵ Exposição nacional de 1908. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1908. p. 5.

Neste mesmo mapa temos algumas figuras como os desbravadores do Acre e a foto dos dois principais atores dos episódios de 1902: Plácido de Castro e Gentil Norberto (Imagem 5). Sob rica ornamentação, impressa no Pará, a figura ovacionava, em 1907, aqueles que haviam sido conformados pelos festejos paraenses como os principais responsáveis pelo movimento patriótico do Acre. A obra inclusive ganhou destaque no exterior como publicado *pel'A Província*, e republicado pelo *Correio do Norte*, em 1909, como um “esforço [brasileiro] por atrair atenção para as outras possibilidades que poderá oferecer como centro produtor. O Álbum aparecia ao lado de 3 outras obras, incluindo o Álbum do Pará de 1908, feito por Augusto Montenegro, que causara “bela impressão” aos governos europeus.”²⁰⁶

Em consulta às fontes disponíveis, se vê uma glorificação a Revolução Acreana e um culto simbólico e cívico em torno das hostilidades entre as tropas de Plácido de Castro e os bolivianos. Ao menos do lado *laurista*, pareceu prevalecer a figura de Plácido em detrimento à do Barão do Rio Branco, envolto aos protocolos oficiais que não o deixavam ser esquecido.

Pode-se perceber um apontamento disso quando ao consultar a primeira edição do Álbum, vê-se que a primeira página é ocupada por Plácido de Castro e Gentil Norberto, em imagem vivamente colorida e ornamentada, sob o título “heroicos defensores do território do Acre”. Na segunda página aparece uma fotografia apenas do Barão do Rio Branco, envolto em ornamentações, porém, em preto e branco (Imagem 6). E na terceira página, uma dedicatória ao Barão do Rio Branco e “aos heróis da campanha acreana” (Imagem 7). Tudo leva a crer uma predileção pelos que arriscaram suas vidas nos campos de batalha.

Anos mais tarde, porém, a política paraense, devidamente conformada por diversos fatores, entre eles, a regularização da região acreana e o distanciamento temporal dos acontecimentos, irá chorar a morte de Rio Branco, em ocasião de sua morte, em 12 de fevereiro de 1912. A morte que causará grande mobilização nacional em torno das exéquias e do culto simbólico ao que ele representava

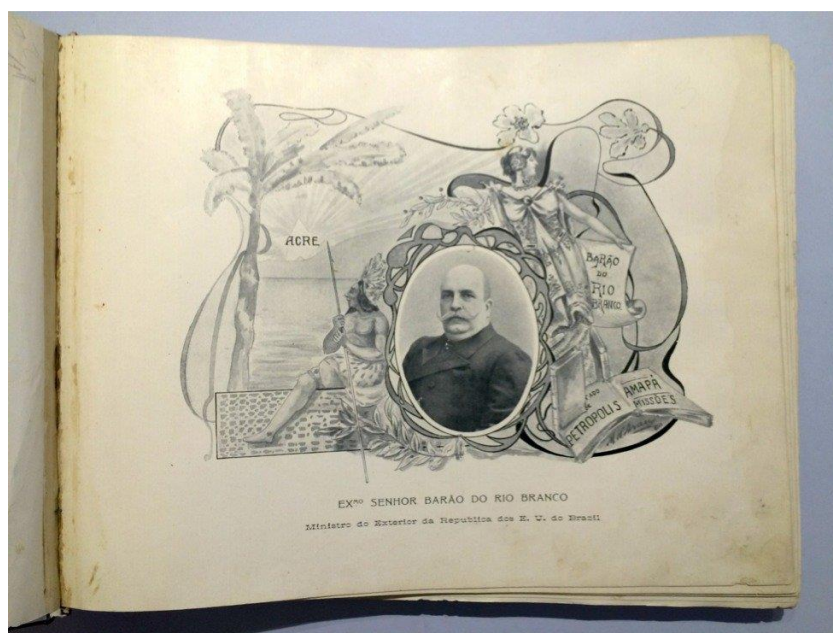
²⁰⁶D'A Província do Pará. Correio do Norte. Manaus, 28 de dezembro de 1909. p. 01.

Imagem 6: A primeira página do álbum onde Plácido de Castro, a esquerda, em trajes civis, ostenta a bandeira brasileira e a direita, o Coronel Gentil Norberto, tendo por detrás a bandeira acreana. O indígena e a vegetação a indicar as imensas riquezas naturais, tão cobiçadas pelo estrangeiro. Nota-se que a impressão colorida era dispendiosa, porém uma escolha foi feita: pôr os dois coronéis em destaque na primeira página.



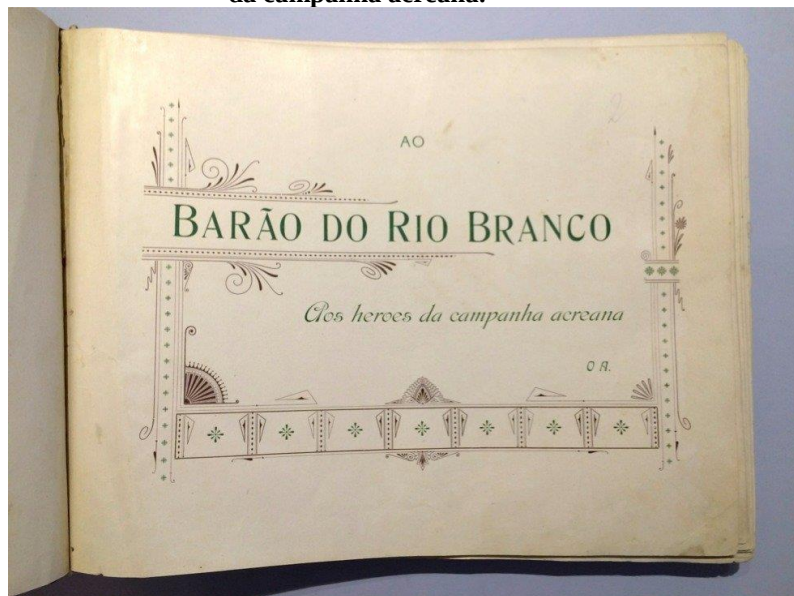
FALCÃO. 1907. p. 01 (Acervo pessoal)

Imagem 7: A segunda página do Álbum, com uma fotografia do “Exc. Sr. Barão, do Rio Branco, ministro das relações exteriores dos Estados Unidos do Brasil”. A esquerda, um tapuio a ostentar a lança da aguerrida região, em meio a natureza. Do lado direito, uma alegoria da República ostentando um pergaminho com o nome de Rio Branco e aos pés, papéis dos outros tratados dirigidos por ele, a exemplo do Amapá e Missões.



FALCÃO. 1907. p. 02 (Acervo Pessoal)

Imagem 8: A terceira página do Álbum, dedicando o álbum ao Barão do Rio Branco e aos “heróis da campanha acreana.”



Fonte: FALCÃO. 1907. p. 02 (Acervo pessoal)

Capítulo 2: Barão do Rio Branco entre representações do imaginário paraense

2.1 Uma avenida e um pavilhão: paisagens da modernidade

Em 21 de dezembro de 1900, exatos 20 dias após ser publicado o laudo de Berna, dando ganho de causa ao Brasil, o Conselho Municipal de Belém aprovou a lei nº 282. Segundo esta determinação, autorizava-se entre outras comemorações da vitória brasileira, a abertura de uma avenida paralela a Tito Franco (atual Almirante Barroso), do lado oriental.²⁰⁷ Esta avenida teria por ponto inicial o sítio vulgarmente chamado de Canudos, ao lado oriental da Praça Floriano Peixoto, seguindo traçado paralelo à Tito Franco até “uma praça que se [abriria] em frente ao Instituto Lauro Sodré com a denominação de – Rio Branco”.

A reordenação da cidade de Belém se tornara uma preocupação constante de Antônio Lemos e do grupo que compartilhava de seu projeto de reformas. A cidade havia se tornado um dos meios principais para se promover a substanciação imagética da riqueza e modernidade da belle époque dos trópicos. Inclusive a obra de novas ruas era vista como símbolo da modernidade, a fim de causar boa impressão e admiração, dentro de uma nova estética burguesa do urbano (SARGES, 2002. p 169). Victor Godinho e Adolpho Lindenberg, ao observar Belém em meados de 1904, fizeram questão de tomar notas das ruas. Relataram que em várias partes da cidade notava-se “a preocupação de corrigir defeitos antigos, já, por meio da abertura de largas avenidas, já pelo alargamento de antigas vielas”.²⁰⁸

Desagradava que a cidade estivesse presa ao traçado original, que a deixava vulnerável aos alagadiços e terrenos baixos. Os mesmos viajantes relataram que haviam tomado o bairro do Umarizal a bonde, deparando-se com “ruas de bom aspecto”. Contudo, depois entraram em um bairro “que punha a descoberto defeitos da cidade”. Vários casebres, barracões e palhoças de pindoba, ao lado de boas, “todas emergindo de um terreno pantanoso”. Eles haviam ficado com a impressão de que “certas partes da cidade estão edificadas em terrenos baixos e alagadiços” (1906 p. 102). E tinham completa razão.

Essa percepção dos viajantes sanitарistas se encontrava a dos gestores da cidade, em especial Antônio Lemos, que de alguma forma idealizava o futuro da cidade. Antes, importante ressaltar que na Planta da Cidade de Belém, feita entre 1883 e 1886, o território correspondente ao Marco já aparecia, com ruas traçadas de forma ordenada, indicando um plano por parte de

²⁰⁷ BELÉM, Intendência Municipal de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1902 pelo Exmo. Sr. Antônio José de Lemos; 1897-1902. Belém: A. A. Silva, 1902. P. 176

²⁰⁸ GODINHO, Victor & Lindenberg, Adolf. Norte do Brasil. Através do Amazonas, do Pará e do Maranhão. Rio de Janeiro - São Paulo: Laemmert & C, 1906. P. 133

Nina Ribeiro em torno da expansão urbana rumo àquelas possessões. É o primeiro projeto topográfico a considerar a ocupação da região, então chamada de terrenos de jupatituba (Imagem 8).

Antônio Lemos, contudo, vendo no bairro seu grande potencial, tratou de dedicar capítulos especiais ao Marco da Légua em seus três primeiros relatórios, e tão logo tratou de se apropriar do projeto de Nina Ribeiro, sem render qualquer crédito ou citação, fazendo então modificações.²⁰⁹ O projeto de Lemos em torno do Marco é digno de destaque. Ainda no primeiro relatório de sua gestão, tendo em vista o planejamento da Avenida Primeiro de dezembro, ele afirma:

“(...) estou convencido de que o sadio arrabalde será, no futuro, um dos bairros mais bonitos e elegantes de Belém. É evidente a tendência da expansão urbana para aquele ponto. Apertada entre o litoral, de um lado e os terrenos alagados da parte oriental, entre os limites urbanos e o rio Guamá, esta cidade só tem como desafogo o Marco da Légua, sitio alto e seco, dotado de terreno arenoso e em declive, com um perfeito sistema de drenagem natural. Todo rodeado de matas, o referido subúrbio possui hoje belas avenidas, onde o ar circula com liberdade, formando-se d’este conjunto as mais apreciáveis condições de salubridade”. (O Município de Belém, 1897-1902, p. 294).

A preocupação com as ruas também diz respeito a paisagem de urbe moderna, ao higienismo, a salubridade e as condições topográficas oferecidas pela área. A porção seca e alta da terra tornava o espaço próprio para a nova expansão da cidade, que por sua vez, não tinha outra escolha senão “forçosamente se expandir” para aquele ponto. Por sua vez, Belém, “apertada entre o litoral e os terrenos alagados” tinha agora nesse “bonito, sadio e refrigerante subúrbio do Marco da Légua” uma chance de construir, com todos os elementos naturais favoráveis, um bairro modelo.

Apresentava então, na visão de Lemos, o Marco da Légua como uma nova vitrine a mostrar a capacidade do poder público de reordenar o espaço urbano, podendo as elites mostrarem sua riqueza e construírem suas residências em tão boa localização. A passagem da Estrada de Ferro Belém Bragança, a futura instalação da estrada férrea estadual para o Pinheiro, que por sua vez possuiria estação no bairro, tornavam cada vez mais valorizado aquele subúrbio, que pouco a pouco tornar-se-ia bairro.²¹⁰ Ademais, a substituição do bonde de tração animal,

²⁰⁹ Sobre o traçado urbanístico pensado para o Marco da Légua por Manoel Odorico Nina Ribeiro, temos o trabalho do arquiteto DUARTE, Cristovão F. Belém do Pará, na virada do século XIX: modernidade no plano urbanístico de expansão da cidade. Dissertação de Mestrado em Urbanismo. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, 1997

²¹⁰ Sobre as sociabilidades em torno da formação histórica do Marco da Légua, temos a tese de doutorado de SILVA, Marly Gonçalves. Marco da Légua: a topografia da (in)diferença e as metamorfoses urbanísticas em um bairro interclassista em Belém. Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São

que não estava “à altura da elegante prosperidade do belo subúrbio” pelo bonde elétrico e a referência topográfica do Bosque Municipal acabavam por terminar de fazer a área atraente e promissora.

A abertura dessa nova avenida, porém, parecia encontrar dificuldades de ordem geográfica e política. Ao que tudo indica, o projeto de abertura da avenida desobedecia o traçado da Planta da Cidade de Belém de 1899.²¹¹ Ao observarmos, tanto a planta de 1899, quanto a de 1905, ver-se-á a impossibilidade de traçar uma avenida que se originasse no antigo largo de São Brás, tanto por se tornar dispendiosa, quanto por desobedecer as demarcações já legitimadas. Já em 1905, aparecia a avenida 1º de dezembro incluída em paralelo a Tito Franco, contudo, tendo início na Avenida Antônio Lemos, atual avenida Ceará, findando então na Boulevard Dr. Freitas, dando acesso a Tito Franco novamente (imagem 9). Até 1955, a avenida ainda era um traçado de caminhos irregulares, e de longe, chegava a cumprir os anseios da lei de 1900.

A avenida só foi inaugurada em 1972, pelo prefeito Nélcio Dacier Lobato e o governador Fernando Guilhon, depois de se fazer os reparos, asfaltamento e iluminação, seguindo o traçado feito por José Sidrim em 1905. No relatório de 1901, Antônio Lemos relatara que posteriormente mandara suspender a obra, para “executar de preferência a parte da lei no que respeita a ereção de um monumento à Praça Baptista Campos, também comemorativo”. Muito provavelmente essa paralisação das obras se deva aos fatores apontados por um exame topográfico de um período posterior. Segundo especialistas na área topográfica, ao se observar o bairro do Marco na década de 1950, percebeu-se a Av. Primeiro de Dezembro ainda com inúmeros caminhos irregulares que haviam de ser corrigidos para deixar a via reta e trafegável. Para além, a imagem aponta a existência de uma espécie de morro ou elevação natural de tamanho considerável, que impediria a passagem regular de transportes ou veículos, à esquina da Travessa Timbó (Imagem 10).

Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais. PUC: São Paulo. 2016. Em especial o capítulo 1 intitulado “Bairro do Marco: planos, vivências e especulações”.

²¹¹ Vide primeira parte do primeiro capítulo

Imagem 9: Reprodução em alta definição da Planta da Cidade de Belém, feita por Manoel Odorico Nina Ribeiro (1883-1886). Esta versão foi publicada no “Álbum descritivo Amazônico” de 1899, comemorativo em ocasião da Exposição Universal de Paris, e no que se refere ao Marco da Légua, permanecia fiel ao mapa de 1886.



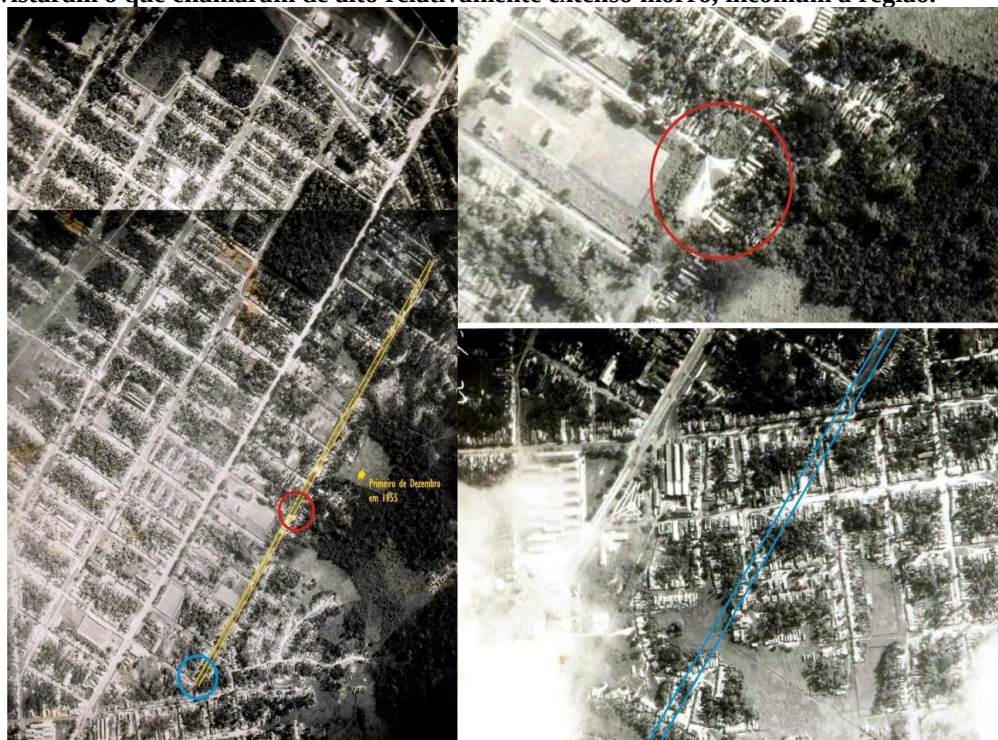
Fonte: CACCAVONI, Arthur. Álbum Descritivo Amazônico (1899). p. 135.

Imagem 10: Parte da Planta da Cidade de Belém, feita por Dr. José Sidrim em 1905, a mando da administração de Antônio Lemos. Percebe-se a Avenida Primeiro de Dezembro em paralelo a Tito Franco, a começar da Av. Senador Antônio Lemos (atual Ceará), findando na Boulevard Dr. Freitas. Mesmo dentro do traçado, a avenida não chegou a ser concluída na gestão lemist.



Fonte: Acervo Fórum Landi, Belém.

Imagem 11: Imagem topográfica de 1955, feita por Silveira Neto. Nela mostram-se as irregularidades na Avenida Primeiro de Dezembro e a impossibilidade de se chegar em traçado reto, da Praça Floriano Peixoto até o Instituto Lauro Sodré. Ademais, salvo uma ilusão de ótica, técnicos avistaram o que chamaram de alto relativamente extenso morro, incomum à região.



Fonte: Site da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA. Disponível em <https://fauufpa.org/2014/10/10/avenida-primeiro-de-dezembro/> acesso em 29/04/2017

Seja como for, Antônio Lemos renunciou em 1911, deixando para trás o anseio de construir o bairro que tanto idealizara e elogiara. A Avenida Primeiro de Dezembro, enquanto intenção de poder, revela-se como tentativa de imprimir em um novo espaço da cidade o traçado da modernidade. Inclusive, interessante refletir que em uma nova região de ocupação urbana, fez a Intendência nomear a futura avenida em memória do Tratado que assinalou, por sua vez, a vitória da diplomacia, da modernidade e da civilização, ambas novidades tão propaladas daqueles tempos. Naquele espaço específico, procurava-se representar de forma múltipla as realizações da administração municipal, tornando-o memória viva e duradoura no corpo da cidade de Belém.

Como citado, a mesma lei nº 282 também determinava que se construísse na Praça Batista Campos um monumento ao Laudo Suíço que concedera o Amapá ao Brasil. No relatório de 1904 afirmara que pensava ser “oportuno o adiamento da projetada avenida Primeiro de Dezembro”, pois considerava “mais necessárias” as obras empreendidas nas avenidas do centro da cidade.²¹² Na mesma fala, autorizava o levantamento das projetadas avenidas Quinze de

²¹² Município de Belém. 1904. p. 194.

Agosto, Serzedelo Corrêa, Ferreira Penna e Gama e Abreu, tanto para o “tráfego quotidiano dos munícipes”, quanto para “o melhoramento sanitário e adorno urbano”.

Esse adorno urbano estava expresso também em uma obra que fora concluída, entregue e reaberta ao público em 14 de fevereiro de 1904. A Praça Batista Campos, antigo largo Sergipe, fora construída para ser a mais bela praça de Belém, imprimindo um desejo antigo de Lemos de “transformar em umbrosos parques a maioria dos jardins” da capital (1904. p. 216). Inspirado nos ideais higienistas, fazia-se necessário estabelecer um marco de modernidade “num dos novos e saudáveis bairros de Belém”, fazendo-o abrigar um parque tão ricamente inspirado nos congêneres europeus.

Relevante notar que ele julgou “mais oportuno” deixar as obras da nova avenida para se dedicar às ruas do centro. Nesse interim, não se pode esquecer que essas obras guardavam intenções de promoção, não apenas da cidade, mas de uma administração política específica, nomes específicos. Ao bem da verdade, não havia em Belém um tráfego urbano que necessitasse da abertura urgente da nova via. Mostrava-se bem mais oportuno, tomando as palavras de Lemos, embelezar e corrigir os logradouros centrais da cidade. O grande fluxo de pessoas, de prédios públicos, particulares, empresas, veículos, bondes e parques públicos tornavam essas avenidas prioritárias, sendo muitas delas, já naquele momento ou em momentos posteriores, os cartões postais da capital, vitrines de Belém tanto no contexto local, quanto no Brasil e estrangeiro.

A Batista Campos configurava-se, então, enquanto belíssimo logradouro, inserida em um bairro criado para a nova elite; uma propaganda paisagística não só para atender os forasteiros e viajantes que tinham essas praças por “alvo predileto”, assim como para atender as exigências dos cidadãos e da “suprema preocupação municipal” com o bem estar, a saúde e a higiene dos habitantes de Belém.²¹³ Em 1903, aparecera uma preocupação com o clima da cidade e com a pouca procura por estas praças, como indica o relatório da Intendência daquele ano.²¹⁴ A procura destes logradouros era feita principalmente por viajantes, que tendo o costume original ou encantados com a beleza da paisagem local, empreenderam diversos relatos sobre esses parques e praças.

²¹³ BELÉM, Município de. 1904. p. 216.

²¹⁴ Sobre isso disse Antônio Lemos: “É Relativamente diminuta a concorrência de famílias às praças de Belém. Atribuo o fato a diferentes causas, das quais duas principais. Primeiro o Clima, depois o hábito. Fadigando o organismo, o clima predispõe-no à indolência. O hábito antigo em Belém, era sair-se pouco de casas, pelas péssimas condições das ruas desprovidas de calçamento, e pelo nenhum atrativo das praças públicas, escalvadas e nuas. Tudo hoje se encontra modificado, mas o antigo costume persiste. Acresce que o nosso povo é de uma grande volubilidade: só se interessa por novidades, abandonando-as depressa, aliás sem causa aparente. Vêm-se, portanto, pouco frequentados uns umbrosos e magníficos jardins públicos desta capital”. Lemos, 1903. p. 170-171.

Godinho e Lindenberg não pouparam elogios à praça, julgando-a “a mais moderna” de Belém, onde parecia ser a que “mais caprichou o gosto da municipalidade” (1906, p. 127). Um lugar onde não tinha “guardida a monotonia”, tendo em vista o abuso de pontes, as alas tortuosas que levavam os visitantes a outros tantos canteiros floridos, através de pontes artísticas sobre lagos artificiais. Lemos chegou até a chama-la de umas das mais formosas praças do país, em seu relatório no ano da inauguração.

A paisagem urbana, enquanto reflexo dos projetos de poder, mostra-se meio e campo simbólico por onde se impõe valores e regras. Ainda, segundo Backzo, “todas as cidades são, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no espaço. A sua organização espacial atribui um lugar privilegiado ao poder, explorando a carga simbólica das formas”.²¹⁵ A própria noção de periferia, centro, parte alta, parte baixa, zona nobre, zona pobre, tornam a cidade o reflexo das contradições, das conformações e das diversas expressões de poder que permeiam a urbe.

Tomando a fala de Antônio Lemos, percebemos que esses espaços não eram criados à revelia da população; do contrário, exatamente por estar sujeitos a percepção humana, é que configuravam espaço privilegiado para a educação que se pretendia. Walter Benjamin, ao tratar do *flâneur*, descreve um personagem que não apenas observa, mas experimenta a paisagem da cidade em que vive. O olhar aparece em primeiro plano na narrativa, exprimindo uma nova lógica inaugurada com aquela sociedade bem mais afeta ao discurso visual que ao escrito.²¹⁶ Em suma, a cidade era reformada para ser olhada, experimentada e elogiada.

Outro apontamento disso consta nos diversos álbuns organizados pelo poder público, pelo protagonismo das fotografias, em especial de Filipe Findanza, que imprimira as mais modernas técnicas para a retratação de uma Belém moderna, civilizada, próspera e a altura das grandes cidades mundiais.²¹⁷ As inúmeras pinturas, fotografias impressas em cartões postais, relatórios, folhetos das exposições, setores de propaganda oficial. Definitivamente, a percepção da cidade era uma preocupação dos reformadores progressistas.

²¹⁵ Baczkó, Bronislaw. “A imaginação social”. In: Enciclopédia Einaudi. Anthropos-Homem. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 313.

²¹⁶ BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. Vol. 3, 3º Ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 547.

²¹⁷ Sobre isso ler: PEREIRA, Rosa Claudia Cerqueira. Percepção visual da cidade: iconografias da natureza urbana de Belém (1808-1908). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST- UFPA). Belém, Pará. 2015, onde a pesquisadora faz um apanhado do papel das fotografias e os meios de divulgação da cidade de Belém, dentro de uma perspectiva moderna. Sobre a fotografia findanza, temos o artigo de SARGES, Maria de Nazaré; Pereira, Rosa Claudia Cerqueira. Fotografia Findanza: um foco sobre Belém (XIX – XX). Revista Estudos Amazônicos. Volume VI, nº 2 (2011). P. 01-31, onde as autoras revelam a trajetória e as particularidades das inovações trazidas por Filipe Findanza em seu esforço de retratar a Belém que o poder público queria propagandear.

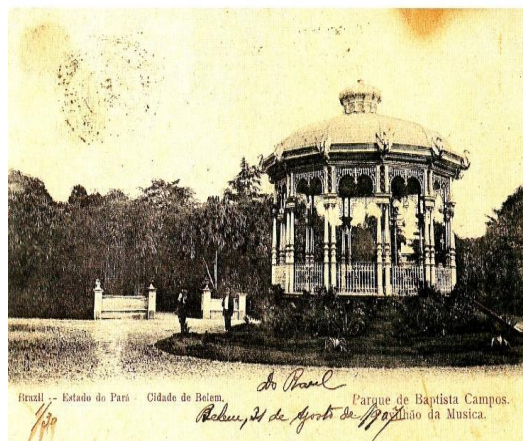
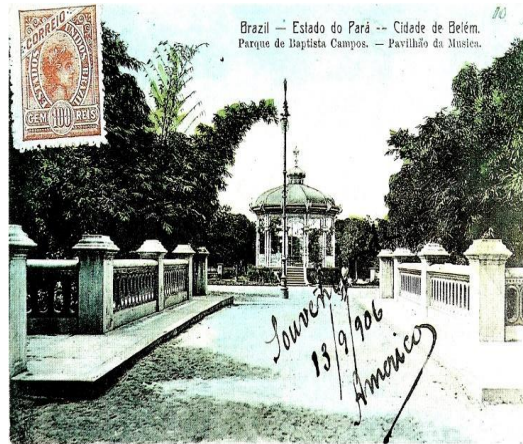
Nesse entendimento, o espaço urbano é feito para experimentações, assim como “cada imagem individual é única e possui algum conteúdo que nunca ou raramente é comunicado, mas ainda assim ela se aproxima da imagem pública que, em ambientes diferentes, é mais ou menos impositiva, mais ou menos abrangente” (LYNCH, 1999. p.51).²¹⁸ Por mais que Lemos e outros políticos quisessem impor as representações do moderno na cidade, essas passariam, e passaram, por modificações que obedeciam exigências, anseios e experiências dos mais variados indivíduos que conviveram em torno do meio urbano. Se essas representações, em dado momento, se parecem ou convergem, é porque o esforço de imprimi-las no conjunto da sociedade obteve algum sucesso.

A Praça enquanto espaço de sociabilidades e diversas experimentações, é também o espaço onde o pobre convive com o rico, criado para o desfile da prosperidade burguesa, para o passeio despretenso, festas públicas e trajetos cívicos. Nessa topografia do poder, bem ao centro do logradouro foi escolhido o lugar para se assentar o tão esperado monumento à vitória do Amapá (Imagens 11, 12 e 13).

O pavilhão fora encomendado da Europa, mais precisamente da Alemanha, sendo transportado ainda desmontado para o Pará. Nos anais do mesmo relatório de 1904, Lemos havia sinalizado a necessidade de “se construir na Praça Baptista Campos, ou n’outro lugar mais conveniente, um edifício destinado a espetáculos público, líricos ou operetas” (p. 107). A circulação de arte na cidade enquanto preocupação gerava a necessidade de instalar nos espaços públicos coretos e pavilhões harmônicos próprios para essas apresentações. É uma forma de não só lhes destinar uma função específica, mas permitir-lhes variadas funções, determinadas pelo poder público e pelo transeunte. Esses coretos serviam para apresentações musicais mas também para encontros de namorados, brincadeiras, contemplação da paisagem, dentro de uma estética romântica e bucólica.

²¹⁸ LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 51

Imagem 12: Temos aqui cartões postais da primeira década do XX, a construir uma imagem ícone da praça a partir do Pavilhão Harmônico 1º de Dezembro. O que se pode notar é que todos os cartões se referiram ao monumento como “um coreto na praça baptista Campos” ou “pavilhão de música”, elucidando mais a função que o nome.



Fonte: Álbum Belém da Saudade, Secult, 1996

Imagem 13: A Praça batista Campos no final do século XIX, ainda sem as melhorias realizadas pela Intendência Municipal, em acordo com o governo do Estado. A mudança que se dá dessa foto para o álbum de 1908 e para o relatório de 1904 de Antônio Lemos é visivelmente extraordinária.



Fonte: Álbum do Pará, 1899. p. 75

Imagem 14: Fotografia publicada junto ao Relatório Municipal de Antônio Lemos, em 1904. Em destaque, o Pavilhão Harmônico Primeiro de Dezembro, sob os cuidados dos funcionários da Intendência.



Fonte: Relatório do Município de Belém, Antônio Lemos. 1904. p. 221

Para além disso, a construção metalúrgica se impunha na Europa como o sinal do moderno, inclusive tendo como um dos símbolos grandiosos a inauguração da Torre Eiffel e o impacto que ela provocou durante a Exposição Universal de 1899. D'antes, o papel exercido por essas exposições, não apenas a de 1899, configurou-se em fazer-se vitrine às outras nações mundiais, que pretensas ao progresso, ficassem impelidas em importar cada vez mais essa categoria de arquitetura. Esse tipo de material se mostrava, além de moderno, resistente e

versátil, podendo tornar construções mais seguras, práticas e duradouras, em oposição às velhas técnicas de edificação do velho mundo.²¹⁹

Tão logo Paris foi se tornando a capital cultural da *Belle-Époque* que outros lugares do mundo empreenderam uma busca pela construção em ferro. Em Belém, capital que mantinha relações estreitas com a cultura francesa, não se tardou em copiar o costume de construir e encomendar monumentos ou construções em ferro fundido e/ou forjado.²²⁰ O reservatório de abastecimento de São Brás, concluído em 1885, o Mercado de Ferro do Ver-o-Peso inaugurado em 1901, a Estrada de Ferro Belém Bragança, ainda no final do XIX, só para dizer algumas obras executadas antes do contexto supracitado. O uso do ferro, segundo Barra, tinha diferentes funções, tanto por se mostrar de bom uso para o embelezamento dos espaços públicos, quanto por sua fácil instalação, fornecendo economia de tempo às obras públicas. Ademais, também representava o fetichismo local pelo estrangeiro, o que era trazido da Europa. O Pavilhão 1º de Dezembro insere-se nesse contexto em que a própria noção do moderno impunha uma constante mutação de conceitos do que era arte, belo, funcional e prático.

As principais importadoras desses produtos eram de origem Inglesa, alemã, belga ou francesa, mas em especial uma empresa se destacou no fornecimento ao Brasil: a Saracen Foundry, de Glasgow, na Escócia. Pertencente a firma Walter Mcfarlane & Co, tinham uma política propagandista bastante consolidada e apreciada no mercado brasileiro, através de catálogos e diversos modelos (imagem).²²¹ Contudo, da Alemanha foi importado o “grandioso e formosíssimo” pavilhão harmônico Primeiro de Dezembro, todo em ferro e alicerces de alvenaria, pisos em mosaico de ladrilho hidráulico. Inaugurado durante os festejos da

²¹⁹ Sobre os usos do ferro na arquitetura paraense, temos alguns apontamentos feitos nos trabalhos de DERENJI, Jussara da Silveira. *Arquitetura do ferro: memória e questionamento*. Belém: CEJUP, 1993; onde a autora faz considerações acerca da modernidade simbolizada pela importação do ferro e sua inserção na arquitetura da cidade de Belém. Temos também o artigo de BARRA, Ana Carolina Regis. *Fragmentos de sonho: Fragmentos de sonho: a arquitetura do ferro em Belém*. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Cad. de Pós-Graduação em Arquit. e Urb. São Paulo, v. 3, n. 1, p. 9-28, 2003, onde faz-se uma análise acerca dos diversos empregos do ferro na cidade de Belém, aliados aos ideais de higienização, salubridade e a impressão de novidade. Por fim, outros dois trabalhos que ajudam a pensar de que forma as inovações arquitetônicas impactaram as medidas tomadas pelo poder público no Brasil: COSTA, Cacilda Teixeira da. *O sonho e a técnica: a arquitetura de ferro no Brasil*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1994; KUHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e Arquitetura ferroviária em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 1998; BENÉVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

²²⁰ Sobre isso cf. COELHO, Geraldo Mártires. *Anteato da Belle Époque: imagens e Imaginação de Paris na Amazônia de 1850*. Belém, Revista de Cultura do Pará, vol 16, no 2, 2005, onde o autor faz apontamentos não apenas do transporte do estilo francês ao Pará, mas também das reações e críticas presentes na imprensa acerca da busca e cultivo de um francesismo na cidade de Belém.

²²¹ SOARES, Elizabeth Nelo. *Largos, coretos e praças de Belém. Programa monumenta*. Iphan. Brasília: Distrito Federal. 2009. A obra não é completa, inclusive errou ao atribuir o episódio histórico do aniversário de D. Pedro I ao que motivou a nomeação do pavilhão 1º de Dezembro. Contudo, em linhas gerais, fornece informações acerca do patrimônio material da cidade, a exemplo das praças, coretos e largos.

Proclamação da República, ao 15 de novembro de 1904, foi uma das atrações que visavam exibir os novos melhoramentos feitos na Praça Batista Campos.

Imagem 15: Uma página de um catálogo da empresa Saracen Foundry, de Glasgow, na Escócia. Pertencente a firma Walter Mcfarlane & Co, a mesma de onde se encomendou o reservatório de água de São Brás, fundaram uma concorrência forte no mercado brasileiro, justamente por publicar catálogos como esse, a preços competitivos.



Fonte: SOARES, Elizabeth Nelo. *Largos, coretos e praças de Belém. Programa monumental*. Iphan. Brasília: Distrito Federal. 2009. p. 84

Seguindo o relatório, Lemos afirmou ser “uma verdadeira obra d’arte esse pavilhão, em nada inferior aos melhores que se encontram nas mais luxuosas cidades europeias”. Cinco coretos foram importados no total, sendo o maior e mais bem trabalhado o do centro da praça. Julgando “render um preito de justiça”, o intendente justificava a nomeação do pavilhão de Primeiro de Dezembro, “em memória ao laudo de Berna sobre a questão do Amapá”.

Importante notar, que mesmo após ao Tratado de Petrópolis, que dirimiu a questão do Acre com a Bolívia, Antônio Lemos ainda preferiu privilegiar a memória em torno da questão do Amapá.

O monumento, formado por 12 lados, 24 colunas de ferro seguidas de 12 vigas arqueadas, ricamente trabalhadas, sustentam uma cobertura feita de madeira, revestida de um preparo de alcatrão e zinco. O coreto remonta a estética *art nouveau*, onde os detalhes de natureza ganham mimosas representações e desenhos, a exemplo de plantas, flores e animais. Inclusive, o próprio *art nouveau*, enquanto materialização artística de um certo clima de paz e tranquilidade que acometida a burguesia em fins do XIX, se impunha, segundo Bassalo, como uma forma de “rejeitar sutilmente a máquina” (2008. p. 11).²²² O trabalho em ferro dispendiado nos gradis, escadas, pavilhões harmônicos e outras construções da capital, ao passo que representavam uma imitação estética europeia por parte de nossas elites, também figurava como uma tentativa de exprimir na arte os gostos individuais e os anseios pessoais, perdidos de certa forma nas construções em série inauguradas com a industrialização. Por sua vez, as colunas reforçadas, o ferro fundido e as bases do monumento se punham a evidenciar a praticidade, a padronização e o futuro para o qual se estava caminhando.

Enquanto monumento que mescla um certo romantismo assim como novos padrões burgueses, o pavilhão harmônico foi inaugurado pela banda do corpo municipal de bombeiros dia 15 de novembro, e no dia seguinte, as bandas reunidas do regimento militar do Estado fizeram as honrarias musicais. Inaugurava-se, por conseguinte, um símbolo da modernidade, de uma nova sociedade, dos novos tempos marcados pelo ferro e pela beleza da novidade. Novos hábitos e uma nova lógica, progressista e civilizatória, ganhava no ferro a representação de uma solidez que lhe era imputada. A segurança no poder público, nos tempos modernos, na administração municipal e nos rumos de uma nova urbe, cada vez mais expressão e reflexo da riqueza que lhe assistia, oferecia à população um marco de uma prosperidade pensada e dirigida. Traçados de uma modernidade desenhada, no corpo da cidade.

2.2 A arte pintando a Pátria: 1909

Carlo de Servi, já conhecido no Brasil desde fins do XIX e no Pará desde o início do século XX, planejara um retorno a Santa Maria de Belém do Grão Pará em julho de 1909. A intenção era expor um total de 39 telas, dentre as quais se destacavam pinturas de gênero, paisagem, arte sacra, entre outros. Contudo, impossível inquirir o papel dessa exposição sem

²²² BASSALO, Celia Coelho. Art Nouveau em Belém. Programa Monumenta (Iphan). Brasília: Distrito Federal. 2008. p. 11

antes refletir o papel de outras importantes exposições ocorridas anteriormente na cidade. Perseguindo o método idiográfico apontado por Baxandall, pretende-se aqui inquirir o universo em que a tela está inserida, levando em consideração, primordialmente, sua excepcionalidade diante dos generalismos.²²³

Em 1905, Antônio Parreiras aportou em Belém para expor algumas de suas telas, entre elas, muitas a retratar a natureza urbana e idílica da região. Essa exposição obteve grande destaque na cena local, tendo ocorrido no foyer do Teatro da Paz, durante vinte dias corridos. A exposição contou com grande público, de onde foram vendidas todas as telas trazidas pelo artista fluminense. Admirando a técnica e as particularidades da pintura de Parreiras, na ocasião, Antônio Lemos adquiriu algumas telas, a saber *Luz matutina*, *vila antiga* e *a morte da ovelha*, ambas de caráter bucólico, de certa forma, antecipando o tom das encomendas que estavam por vir.²²⁴

Na mesma ocasião, Antônio Lemos encomendou oito telas, que retratassem os principais logradouros de Belém, a saber, a calçada do Largo da Pólvora, Bosque Municipal, Catedral da Sé, Praça Batista Campos entre outros. Esta ocasião marcou o início de uma série de outras encomendas, que tornariam a Intendência Municipal, na figura de Antônio Lemos como “mecenas e apreciador do requintado universo artístico” (FIGUEIREDO, 2009. p. 11). Inclusive, a feitura de uma exposição em 1908 em ocasião de seu aniversário viria enquanto tentativa de aliar a imagem do intendente ao belo, elegante e atemporal mundo das artes.

Já em 1908, a tela *A fundação de Santa Maria de Belém do Pará*, de Theodoro Braga, sob encomenda de Antônio Lemos viria marcar um interesse pela pintura histórica enquanto forma de expor uma extensa pesquisa documental, “a bem da verdade”, mas também a serviço da afirmação de uma história local que se pusesse majestosa e protagonista. O interesse pela construção de um novo relato em torno da história de Belém se encontrava ao interesse de imprimir, através da legitimidade científica da pesquisa histórica na arte, valores a ficar impressos no imaginário local. Como o próprio Theodoro Braga dissera, fizera-se um “monumento do grande fato histórico”.²²⁵ Um esforço em fazer do passado uma representação

²²³ “nosso interesse rende para a explicação idiográfica, onde a identificação e compreensão de um caso particular. O que nos interessa descobrir, antes de tudo, são elementos de diferenciação, mas isso não quer dizer que as explicações não podem ficar restritas numa fórmula generalizadora”. BAXANDALL, M. **Padrões de intenção:** a explicação histórica dos quadros. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 41, 42.

²²⁴ FIGUEIREDO, Aldrin de Moura. Pretérito imperfeito: arte, mecenato, imprensa e censura em Belém do Pará, 1898-1908. In: KUSHNIR, Beatriz (Org.). Maços na gaveta: reflexões sobre mídia. Niterói: EDUFF, 2009. pp. 11-34; ARRAES, Rosa Maria Lourenço. *Paisagens de Belém: história, natureza e pintura na obra de Antônio Parreiras, 1895-1909*. Dissertação de mestrado. Belém: PPHIST-UFPA, 2006.

²²⁵ BRAGA, Theodoro. *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará. estudos e documentos para a execução da grande tela histórica pintada pelo autor e encomendada pelo benemérito intendente municipal de Belém, Exmo. Sr. Senador Antônio J. de Lemos*. Belém: secção de obras d'A Província do Pará. 1908. P. 15

gloriosa que legitimasse o presente, e pusesse a República em evidência, enquanto consequência de um histórico de vitórias.

No início de 1908, Belém recebia outra importante tela, encomendada pelo Estado em 1905 à Antônio Parreiras. Se tratava da grande e esperada *A conquista do Amazonas*, que representava Pedro Teixeira tomando posse das terras amazônicas em nome de El Rei Felipe IV, de Espanha, o Grande e III de Portugal. Seguindo as orientações documentais fornecidas pelo governo do Estado, Parreiras tinha a missão de imprimir em tela magistral a versão do grande fato histórico, tendo como figura principal o capitão-mor Pedro Teixeira, representado no ato em que recebeu das mãos do escrivão Gomes de Andrade a simbólica posse. Dois anos os jornais seguiram a contar sobre os estágios da feitura da obra, que gerava expectativas por parte da imprensa paraense e nacional, tendo alcançado repercussão até em Paris, onde foi concluída.

Belém há muito já respirava uma atmosfera das belas artes, apreciação de operetas, concertos e espetáculos diversos. A organização de exposições, como a do Liceu Benjamin Constant, em 1895 e 1900,²²⁶ a construção de espaços próprios para esse tipo de evento, como o Teatro da Paz, ou a feitura de associações, como a Sociedade Propagadora das Belas Artes, tiveram impacto na formação de uma elite cada vez mais sensível e acolhedora aos pintores que chegavam de fora para expor suas obras.²²⁷ Inúmeras exposições de pintores procuraram Belém para expor suas obras, a exemplo do Carlos Custódio de Azevedo, em 1906, no foyer do Da Paz; Theodoro Braga em maio de 1906; Aurélio de Figueiredo, carioca que expôs em março de 1907; o consagrado e elogiadíssimo Benedito Calixto em junho de 1907; João Fernandez Machado em 1907, Ernest Voelbechr em fevereiro de 1908; Antonio Lopes Pereira, que expôs em janeiro de 1908 suas obras feitas em Paris. A exposição de Theodoro Braga em dezembro de 1908 foi a última exposição antes da chegada de Carlo de Servi.

A chegada do pintor italiano ao Pará, em 1909, era aguardada com expectativa pela imprensa e o mundo das artes, como apontam as matérias de divulgação na *Folha do Norte e Província*. Na *Folha*, publicou-se uma carta do Arcebispo do Rio de Janeiro ao Arcebispo de Belém, Dom Santino Coutinho, informando “Segue para este Estado o Sr. Carlos de Servi, distinto artista e pintor que aí tenciona fazer uma exposição de seus painéis a óleo”.²²⁸

²²⁶ Sobre isso: ALVES, Moema. Caminhos trançados: a cidade de Belém e as exposições de arte no entre séculos. *19&20*, Rio de Janeiro, v. VIII, n. 2, jul./dez. 2013. FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Quimera amazônica: arte, mecenato e colecionismo em Belém do Pará, 1890-1910. *Clio*, Recife, v. 28, p. 71-93, 2010.

²²⁷ Essa Sociedade foi fundada com o intuito de construir o conservatório de música da capital e a Academia das Belas Artes. Sobre isso ler MOURA, Ignácio. “A Academia de Belas Artes”. In: *A exposição artística industrial do Liceu Benjamin Constant: os expositores em 1895*. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1895, p.103-106.

²²⁸ *Folha do Norte*. Impressões de arte. 11 de julho de 1909. Belém, Pará. p. 01

Destacava que se tratava de “um artista de valor, como V. Exma. Revm. Terá ocasião de reconhecer” e por fim rogava para que se desse a assistência, atenção e apoio moral necessário para que o mesmo obtivesse sucesso.

Em dia anterior, a *Folha* publicara muitos elogios a trajetória do “pintor brasileiro, que em São Paulo tem radicado um nome largamente estimado e uma reputação francamente honrosa e merecida”.²²⁹ Conhecida era a técnica de Servi, que decorou tanto palácios particulares, quanto igrejas paulistas, a exemplo da Capela Coração de Jesus de Itu, e a Igreja Nossa Senhora da concepção, de Piracicaba. Conhecido por ser um exímio enamorado da luz, De Servi também foi elogiado pela tela *Doentinho*, onde fizera um “trecho de forte expressão pictural dos pintores holandeses e flamengos pelo forte estudo de luz e sombra, que realiza com felicidade notável”. Sob a crítica de importantes nomes das letras nacionais, a exemplo de Coelho Neto, Arthur Azevedo, Mucio Teixeira, Camarate entre outros, a *Folha* convidava o público a conferir aquela exposição que se apresentava como “um parêntesis de luz na treva da charra materialidade”, uma ode às belas artes.

Além do uso da luz, muito recorrente em suas telas, De Servi também era reconhecido pelo uso de cores fortes e vivas, além de algumas pinceladas largas, filiando-o de pronto a escola alemã e espanhola, contudo sendo um “iluminista a maneira italiana”. Enquanto um jovem artista, com um espírito impetuoso e vibrante, refletia em sua pintura o seu temperamento. Para a *Folha*, a melhor obra da exposição era *Cismando*. Dentre 10 prêmios concedidos pelo júri da Exposição de Milão, em 1906, apenas dois americanos haviam ganhado medalha de ouro, e um deles foi De Servi com a referida tela. Se trata de um busto tolstoiesco de um velho, aclamado como magistral pela crítica nacional e internacional. O jornal se referia ao personagem “em atitude imediata, o manto (...) bíblico apoiado sobre a mão, acusando no olhar de empolgante fixidez num mundo de pensamentos errantes”. Afirmava-se ser uma obra prima do desenho e expressão, de rigorosa anatomia e perfeito colorido”.

A *Província*, porém, não considerava esta tela a melhor da exposição, mas sim a tela *O mestiço*, magnífico estudo de raça, o qual o crítico considerava ser “o trabalho de maior destaque da esplendida galeria”.²³⁰ “Se na paisagem o Sr. Carlo de Servi não se mostra impecável”, contudo, afirmava-se que o mesmo compensava no uso da luz e das cores em suas obras, “um figurista completo” com traço livre e escola definida. Um artista perfeito, consciente, fazendo obra de flagrante verdade.

²²⁹ Impressões de arte. Folha do Norte. Belém, 10 de julho de 1909. p. 01

²³⁰ Arte e Artistas. A Província do Pará. Belém, 11 de julho de 1909. p. 01

Dia 10 de julho, às 9 da manhã inaugurou-se a exposição de Carlo de Servi, com a presença de Antônio Lemos, Dr. João Coelho, General inspetor da região e Arcebispo de Belém. A grande quantidade de obras sacras justificava o apreço que De Servi tentara angariar através da carta enviada ao arcebispado local. Bastante concorrida, ao longo dos 15 dias em que ficou instalada no foyer do Teatro da Paz, *A Província* que havia destacado também a tela *Fascinação*, publicara a aquisição desta mesma tela por Abel Chermont, no dia do *vernissage*. Esta obra se tratava de um estudo de cabeça, que por sua formosura atestava o talento e a honestidade do artista.

Na mesma ocasião, o Sr. Governador adquirira a premiada tela *Documentos Históricos*, onde figura em meio e tamanho natural, um velho frade franciscano examinando tão antigos pergaminhos eclesiásticos, “iluminados em góticos de sólida fartura”. Dentre as outras obras que foram adquiridas, também estão *Manhã alegre* e *Ventania*, por Dr. Flexa Ribeiro; uma paisagem chamada *Pôr do sol*, pelo Tenente Andrade Pinto e *Descampado*, pelo Dr. Abel Chermont.

Para a Intendência ainda, foram adquiridas outras telas, dia 18. A saber, foram as telas *amanhecendo*, nº 39 por 200\$, *Várzea* nº 32 por igual valor; nº 30 *Enchente* por 250\$ e *Tonalidades* nº 29, por igual valor²³¹. Pelos títulos, indicam ser paisagem. Outra importante tela fora adquirida, dia 10, a saber a bela *Arte e Pátria*. O valor não fora revelado, mas segundo a crítica do jornal *lemista*, a obra bastante “valiosa”, deve ter custado uns bons contos de réis.

²³¹ Folha do Norte. Exposição de Servi. 19 de julho de 1909. Belém, Pará. p. 01

Imagem 16: O Atelier, registrada na Biblioteca Nacional como Arte e Pátria. Pintura de Carlo de Servi, óleo s/ tela, 1905. Premiada com medalha de prata na Exposição Nacional de 1908, fora adquirida pela intendência Municipal em 1909, na abertura da exposição.



Fonte: Acervo do Museu de Arte de Belém

Enamorado da luz que era, aplicara a técnica da luz nessa tela. Em primeiro plano a figura de uma mulher artista, com pincéis e aquarela à mão, cujas vestes claras iluminam a cena. A luz desce de uma alegoria feminina da República, uma cabeça de mulher, levemente sorridente a pinceladas soltas, de uma luz a representar uma pureza e despreocupação. Descendo de forma irradiante, a luz ocupa a cena abaixo, onde está posta uma pintura de flores, aos moldes orientalistas, e sobreposta a um dos inúmeros vasos de faiança, decorados por pinturas de flores. Um destes vasos, curvado a apontar para a esquerda da tela, apresenta uma

efígie de Benjamin Constant, republicano e relevante propagador das ideias positivistas no meio militar.

Por fim, e não menos importante, a ocupar lugar nada discreto, um busto do Barão do Rio Branco, ao lado esquerdo da tela. É de chamar atenção a presença de um busto no meio de tantos vasos, pinturas e flores. É um enclave na cena da tela. E não menos que o celebrado Barão do Rio Branco, que ao momento havia concluído as pendências de limites nas Missões, Amapá e Acre. Uma das impressões mais interessantes desta tela talvez resida no fato de Rio Branco estar posto entre outros signos que há muito disputavam o campo simbólico da República.

A artista se eterniza a olhar para o busto ou para a folha onde pintara diversas flores. A própria folha formava, junto com a almofada e o vaso com a efígie de Constant, uma ponte que direciona o olhar do espectador para o busto.

Por sua vez, Benjamin Constant representava um ícone para uma ala de positivistas que foram influenciados ainda no Império, na Escola Militar. Republicano de grande destaque ficou em trânsito numa série de batalhas simbólicas que punha positivistas sociocráticos, jacobinistas e liberais a disputar a “formação das almas republicanas” (CARVALHO, 2014. pp. 35-54).

Benjamin Constant, positivista não ortodoxo, foi utilizado como figura de uma República representativa, de certa forma idealizada. Acreditava em um estágio desejado pelo positivismo, que era o de alcançar uma sociedade baseada nas liberdades fornecidas pela ditadura republicana e na prosperidade da fase final: a plenitude da humanidade em sua fase positiva.

Apesar desse aspecto da ditadura republicana, que aproximava jacobinistas e positivistas sociocráticos, muitas dissidências se apresentavam, principalmente entre os chamados republicanos históricos, representados por Quintino Bocaiúva, e os republicanos da corrente de Benjamin Constant. O que os colocava em dissidência era exatamente o projeto de poder. No Pará, Lauro Sodré ao apoiar Francisco Glicério na dissidência ocorrida na esfera federal em 1897, de certa forma colocava-se de um lado que, segundo Carvalho, por vezes tentou reduzir o papel de Benjamin Constant na construção do episódio da proclamação (p. 41).

Em disputa direta pela qualificação de fundador da República, Benjamin destacava-se com adjetivos a exemplo de catequista, o apóstolo, evangelizador, o doutrinador, o cabeça pensante, o mestre, o ídolo da juventude militar. Levando em consideração as várias interpretações do positivismo no Brasil e no Pará, ao olhar a tela de Carlo de Servi, vislumbra-se uma escolha perpetrada: a representação republicana sob as alegorias do feminino, de Benjamin Constant e por fim, do Barão do Rio Branco.

A escolha da municipalidade, na pessoa de Antônio Lemos, em adquirir a tela, ainda no primeiro dia da exposição muito provavelmente se deva ao alinhamento e às simpatias que o intendente mantinha não apenas com a figura de Benjamin, mas com o sentido mais amplo que a tela abarcava. A narrativa da República construída em torno de Benjamin Constant era a que mais se encontrava à atuação do Barão do Rio Branco, que visava tornar a nação “digna de figurar no grande banquete dos povos livres”, com em discurso do artista Antonio Joaquim de Lima em 1893.²³²

A figura de Benjamin Constant se fazia presente nomeando o importante Liceu de Artes e Ofício, criado pela Sociedade Propagadora de Ensino. A travessa Benjamin Constant, importante via da cidade, também figurava uma reminiscência de memória em torno do Republicano ilustre. Não menos seria sua presença nas discussões intelectuais e políticas, que conformavam-no na imagem do que ensina, admoesta e guia ao conhecimento. O Barão era colocado como o “apóstolo leigo” que aos ares da moderna diplomacia, ajudara a dirimir as pendências do território republicano. Tornava-se ele um dos construtores do Brasil, ao lado de outras figuras de fulgural grandeza.

Além disso, importante destacar que o grande monumento a alegoria feminina da República fora dedicado à Benjamin Constant, contendo as efígies de Paes de Carvalho, Justo Chermont e Lauro Sodré. A aproximação com a figura de Benjamin torna-se evidente cada vez mais.²³³ O aparecimento do Barão do Rio Branco nas telas de Carlo de Servi se tornaria algo recorrente, como se pode conferir no retrato encomendado pelo Club Militar, de 1911, a tela *A morte do Barão do Rio Branco*, encomendada pelo Itamaraty em 1914, assim como outra tela pintada a mando do Itamaraty, em 1910 um retrato do Barão em perfil. (Imagens 16 e 17). Estas obras dão um tom em comum, que é de construir a imagem do estadista, maduro, envolto em livros, documentos e papéis, com um olhar benevolmente altivo. Outra tela vem ao encontro desse esforço, como exemplo da tela pintada por Cesar Bacchi, em Paris, em 1912, hoje integrante do acervo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (imagem 18)²³⁴. O pintor italiano,

²³² Sociedade propagadora de ensino. A República. Belém, 29 de janeiro de 1893. p. 1

²³³ Tendo sido lançada a pedra fundamental do monumento em 1890, apenas em 1897 o mesmo fora inaugurado, sob a execução do artista italiano Michele Sansebastiano. A obra fora executada por uma comissão de políticos que gozavam a situação de republicanos históricos no Pará, e além de representar uma homenagem a Proclamação da República em 15 de novembro, representava também a adesão paraense ao novo regime, e em destaque as figuras de Lauro Sodré, Paes de Carvalho e Justo Chermont. In: COELHO, Geraldo Mártires. No coração do povo: o monumento a República em Belém (1891-1897). Editora Paka tatu. Belém, Pará. 2002

²³⁴ Museu do Judiciário Mineiro. Site oficial. Disponível em: <http://museudojudiciariomineiro.com.br/retrato-do-barao-do-rio-branco/> acesso em 07/05/2017

Sobre o artista há pouco material brasileiro, mas alguns textos em italiano: cf. Tous à la recherche du Paul Verlaine de Cesare Bacchi-Forum du Musée Virtuel de l’Absinthe; E. Benezit, Dictionnaire des peintres sculpteurs

premiado duas vezes, uma delas com medalha de ouro no Salão dos Artistas Franceses em Paris ficou famoso após pintar o retrato do Rei da Itália Vittorio Emanuele III.

Carlo de Servi fora grandemente procurado para fazer encomendas, como aponta Sprung, e muitas delas aceitou para não passar fome. Seu estilo impetuoso, como mesmo classificara a crítica da *Folha do Norte*, pouco a pouco deixaria de produzir suas paisagens nem sempre prestigiadas para fazer pintura de gênero, estudo de cabeça, perfis e retratos de grandes personalidades, dotadas de colorido e estudo de luz e sombras²³⁵. Mesmo com encomendas das quais não era tão afeto, De Servi ganhou nome no mundo das artes justamente por conservar suas pinceladas, o uso das cores e da luz, as características mais fortes de seu trabalho.

Outro ponto interessante dessa tela é a alegoria feminina da República, que ora se confunde a figura da Marianne, ora a de Clotilde de Vaux, de Augusto Comte. A imagem inclusive se aproxima bastante de outra pintura atribuída a De Servi, que se chama *Dama*, sem data (imagem 17). Uma mulher, a lembrar uma noiva, com véu, envolto em alguns ramos de folhagens e flores. Sobre a *Marianne* da *Arte e Pátria*, a pincelada estilo aquarela confere a tela um expressionismo característico de uma harmonia em meio ao devaneio. Uma imagem esparsa, mas ao mesmo tempo sutil e dotada de um riso contido, suave. Inclusive um estudo de cabeça de mulher fora adquirido por Abel Chermont no primeiro dia da exposição, sendo ela elogiadíssima por sua formosura e beleza.

A graciosidade da figura feminina, entremeada a ramos verdes e delicado véu encontra-se a imagem da *Marianne*, bela mulher de meia idade, circundada por alguns feixes, a externar a tranquilidade e os méritos dos rumos futuros à República. Relevante destacar que nesta tela temos presente uma dupla representação do feminino: a mulher artista e a mulher república. De um lado, a graciosidade da República que se idealizava ter e do outro, temos a figura ainda pouco prestigiada numa sociedade artística predominantemente masculina.²³⁶ A mulher artista, muitas vezes vista como amadora, estava em protagonismo na tela, a produzir representações artísticas das mais importantes, com maestria e dedicação. A beleza do atelier testemunha em favor da obra.

Durante sua longa estadia em São Paulo, De Servi fora professor de algumas artistas, a exemplo da paulista Nicota Bayeux e Bety Malfaty, e muito possivelmente esse contato tenha

dessinateurs et graveurs, tomo I nuova edizione Libreria Gründ 1976; Alfonso Panzetta, Nuovo dizionario degli scultori italiani dell'Ottocento e del primo Novecento. Torino: Adarte, 2003.

²³⁵ TARASANTCHI, Ruth Sprung. Pintores paisagistas. São Paulo: 1890 a 1920. São Paulo: Edusp/Imesp, 2002

²³⁶ Cf. PERROT, Michelle. História das Minhas Mulheres. São Paulo: Contexto, 2008.

influenciado a colocação da mulher artista a pintar a República.²³⁷ A própria representação positivista da humanidade com a mulher mãe também corroborava para esse tipo de abordagem na arte. Mais tarde, apenas em 1919 teremos mulheres a empreender o projeto de construção da nação, a exemplo da pintura *A Pátria* de Pedro Bruno. Várias mulheres, entre jovens, de meia idade e idosas, algumas a segurar ou amamentar bebês e outras a costurar a bandeira nacional (CARVALHO, 2014. p. 119).

Comparando-se, contudo, a pintura de Pedro Bruno e de Carlo de Servi, a atuação das mulheres é bem diferente. Na pintura do primeiro artista, as mulheres estão a desempenhar uma atividade que há muito é relegada às mulheres, uma atividade tradicionalmente feminina: a de costurar, amamentar crianças. De Servi se antecipara anos antes a pôr uma mulher a pintar, atividade até então predominantemente masculina, em um mundo restrito e visto inadequado para moças. A mulher pintora estava a se afirmar no campo das artes.

Em Belém, a presença da figura orgânica feminina será uma constante nas obras de arte, principalmente na retratação de alegoria da República. Primeiramente, entre o círculo italiano dos artistas residentes em Belém, a exemplo da Academia das Belas Artes, com os professores Luigi Libutti, Antonio Facciola, Luigi Sarti e Giacomo Ceroni (MOURA, 1895, p.85-86). Depois, pelo sólido contato e formação dos artistas italianos atuantes no Pará, a exemplo de Capranesi, Domenico De Angelis e Attanasio, com a Academia de San Luca, em Roma. Michele Sansebastiano, artista de expressão na Europa, genovês, tendo inclusive Napoleão Bonaparte como patrono, fora o artista a vencer o concurso para fazer o monumento à República em Belém, retratando a alegoria feminina da República (FIGUEIREDO, 2014. pp. 32-33).

Eis uma das razões que podem ter assegurado o sucesso da tela por estas bandas. A obra obteve enorme recepção no meio artístico, que a premiou, a elogiou na imprensa, a consagrou, findando por ser adquirida pela Intendência Municipal. Ademais da beleza estética, se por um lado, a mulher artista era um tabu, por outro a figura feminina representava uma tradição imagética há muito consagrada na arte em circulação na capital. As vestes brancas da artista, a lembrar a própria alegoria da República, se confundia em meio a mensagem de uma mulher a produzir belos símbolos do regime político vigente.

Não é de se estranhar, portanto, que justamente em Belém, em julho de 1909, em uma das principais capitais de circulação de arte, o pintor italiano veio expô-la pela primeira vez, tendo sido adquirida de pronto pelo maior mecenas da capital: Sr. Senador Antônio J. de Lemos.

²³⁷ CARLO De Servi. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22453/carlo-de-servi>>. Acesso em: 06 de Mai. 2017.

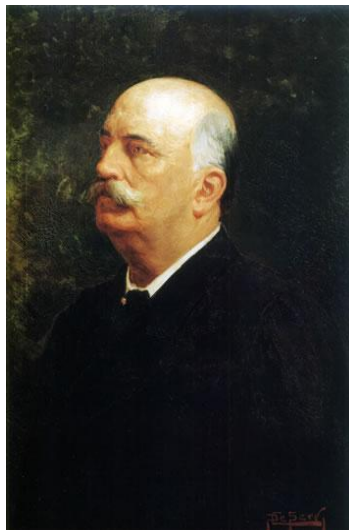
Todas as telas foram vendidas. De Servi voltou à São Paulo sem nenhuma das telas trazidas à capital.

Imagem 17: Barão do Rio Branco em seu gabinete, tendo a mão direita posta por sobre livros, documentos e mapas, em referência aos tratados que dirigiu em favor do Brasil. Ao fundo, a pintura de uma imensa floresta e um rio, elucidando as regiões fronteiriças do Brasil (Carlo de Servi. Óleo S/ tela. 1911).



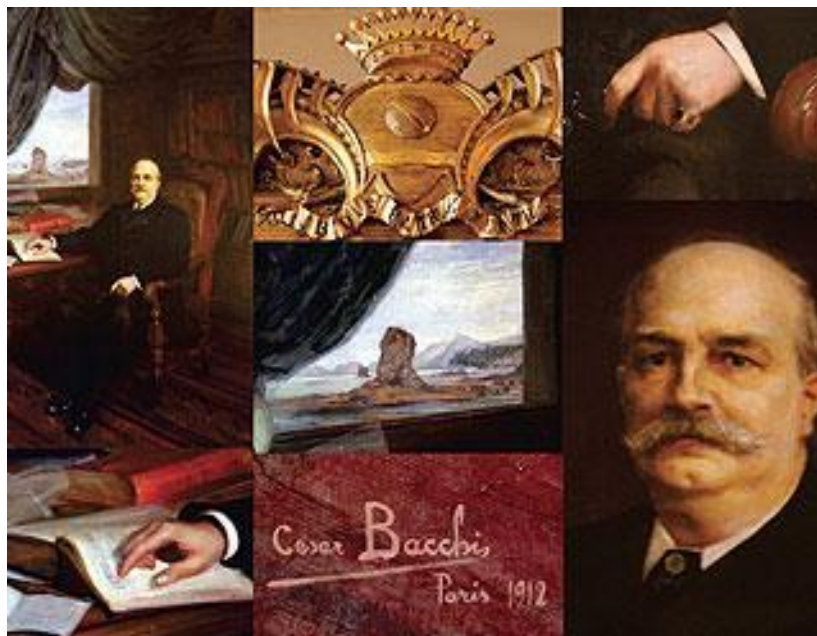
Fonte: Fotografia do Clube Militar do Rio de Janeiro

Imagem 18: Carlo de Servi (1871-1947) Barão do Rio Branco, ost, 1910, 0,81X0,60, acervo do Ministério das Relações Exteriores. O Barão foi pintado em perfil, aos moldes das fotografias oficiais.



Fonte: SARNEY, José. A Amazônia ambicionada.
In: <http://www.raulmendesilva.com.br/pintura/pag013.shtml>

Imagem 19: Retrato do Barão do Rio Branco, pintado pelo pintor italiano Cesare Bacchi, em seu atelier em Paris em 1912, mesmo ano da morte de Rio Branco. O pintor italiano foi designado a pintar a imagem do estadista intelectual, virtuoso, sóbrio, envolto em papéis. A formação intelectual de Rio Branco ganha destaque, a exemplo do anel de Direito, curso no qual se formou, os documentos espalhados, a mesa do gabinete onde trabalhava, tendo à janela a paisagem do Rio de Janeiro. (Óleo s/ tela. 1912).



Fonte: Acervo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Imagem 20: CARLO DE SERVI, Óleo S/Tela, Representando Dama, Assinado C/I/E, De Servi, Alt 60 por 36 cm (S/ Data)



Fonte: M.R.S Leilões, São Paulo, SP (2017)

Por dias, os jornais noticiaram o anúncio De Servi agradecendo o tratamento recebido no Pará. Anunciara também sua demora por estas bandas e a disponibilidade para receber encomendas das mais diversas. *A Província* adiantara aos seus leitores no dia 15, que “é desejo de o artista ornar a sala de recepção d’A Província do Pará com o quadro representando o cenário de natureza que nos faz fronteira”.²³⁸ O Cenário seria um trecho radioso e cheio de fachos de luz da Praça da República. Além do prestígio alcançado pelo pintor, importante pensar uma sociedade das artes que valorizava certo fetiche pelo olhar forasteiro. A sua presença, assim como a de outros artistas ajudavam a divulgar a riqueza, o requinte e o gosto pelas artes cultivado no Pará. Essas histórias corriam mundo, de boca em boca, através da imprensa, álbuns de fotografias, relatos de viajantes, gravuras, pinturas e postais.

De todo modo, De Servi alcançou grande aceitação na sociedade apreciadora de arte da capital, que à época ainda vivia os faustosos lucros advindos da goma elástica. Ver com primazia telas de um artista domiciliado em São Paulo, residência dos grandes barões do café, compra-las antes destes mesmos barões e equiparar-se na busca de um estilo burguês de vida não podem deixar de servir como uma das possibilidades que justificam e interpretam todo esse prestígio. Entre os encantos da luz, das cores e do atelier, ficaram telas dos mais variados temas: sacras, paisagens, gênero, estudos, alegóricas. *Arte e Pátria*, enquanto protagonista desta análise, mostra-se como a síntese de uma sociedade política e artística que fabricava heróis, que legitimava através das artes inúmeros projetos, ideologias, ícones, exemplos e mitos. A mesma arte que trabalhara para a inauguração e formação das almas republicanas, como chamara Carvalho (2014, pp. 35-38).

Esta tela, por fim, versa sobre o *metiér* do artista, entre suas várias funções. Nesse caso específico, dentro do campo das belas artes, a imprimir valores sociais e políticos dos quais partilhavam amplos grupos de elite, e mais que isso: disputavam. De Servi produzira uma alegoria da própria sociedade paraense da *belle époque*, que pintara novas versões majestosas de sua própria história em telas grandiosas, que erigia dezenas de estátuas, bustos, efígies e festas públicas para a exaltação de suas figuras locais. A arte há tempos se esforçava para construir o sentimento pátrio no Pará, e Carlo de Servi com muita felicidade, tomou de suas pinceladas para construir uma narrativa ao encontro dessa realidade. A arte pintara a Pátria, ou melhor, uma versão bem oportuna dela.

²³⁸Exposição De Servi. A Província do Pará. Belém, 15 de julho de 1908. p. 01

2.3 1912: A Morte

Jung, ao tratar do arquétipo do renascimento, paralelamente trata da morte, entre tantos sentidos, como o da metamorfose de Apuleio, onde “o neófito, que é um ser humano comum, é escolhido para ser hélio, coroado de palmas, coberto por um manto místico, venerado pela multidão”.²³⁹ A morte e o renascer, entendidos dentro do conceito de *arquétipo*, compreendem as diferentes formas de representação do meio social, consciente ou inconscientemente encenados no campo psicológico. A morte, entre tantos sentidos e representações do imaginário, torna-se aqui uma consagração, e o renascimento, um novo começo, dentro de um campo simbólico que rege variados rituais sociais.

Outrossim, levando em consideração o conceito de *imaginário social*,²⁴⁰ determinado por contextos de ação, interesse dos indivíduos e de grupos atuantes na sociedade assim como o da fabricação de sentidos, aqui o arquétipo de Jung nos serve apenas para ilustrar o início de uma incursão em torno dos símbolos da morte de Rio Branco. Observando a notícia do *Estado do Pará*, de 12 de fevereiro de 1912, encontra-se um desenho feito pelo editorial do próprio periódico onde a cena converge para a metamorfose descrita (Imagem 8). No desenho, o Barão aparece no centro, com olhar sereno como a olhar para a posteridade que a morte lhe concedeu.

Sua imagem está rodeada de palmas, que na simbologia republicana, significa o reconhecimento honroso de seus serviços. No topo, encontram-se dois ramos de louros, como a formar uma coroa, a vitória da liberdade, empunhada e unida por duas alegorias republicanas diferentes.²⁴¹ A *Marianne* do lado esquerdo porta na cabeça um barrete frígio, próprio da simbologia francesa revolucionária, e do outro lado, com a cabeça descoberta e com as mesmas vestimentas, a outra *Marianne* sustenta uma pose serena, quase que afetuosa. Abaixo da cena, a bandeira brasileira está em posição de luto, reverenciando o recém-falecido.

O desenho é assinado pelo próprio jornal *Estado do Pará*, “à memória do Barão do Rio Branco” e põe em evidência o trânsito de signos a formar os rituais de consagração das

²³⁹ JUNG, Carl Gustav. *Arquétipo e o inconsciente coletivo* (obras completas). 2º edição. Editora Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro. 2002. p. 299

²⁴⁰ Considera-se o conceito de Imaginário Social de Baczkó (1985. pp. 297-299), onde entende-se a vida humana, em sua mais ampla compreensão, imersa em simbologias, representações e sentidos que não podem se separar do ‘real’. O autor considera inclusive que é um equívoco analisar o imaginário na tentativa de separar o mundo ‘fictício’, ‘fantasioso’ do mundo ‘real’ e ‘palpável’. Os sentidos que sustentam a vida humana são em si categorias indissociáveis, imbricadas no meio físico, operado pelo homem. Ademais, “os sistemas simbólicos em que assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações. Qualquer campo de experiências sociais está rodeado por um horizonte de expectativas e de recusas, de temores e de esperanças” Baczkó, Bronislaw. “A imaginação social. In: Enciclopédia Einaudi. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 311.

²⁴¹ CARVALHO. 2014. pp. 77-80

efemérides na Primeira República. O culto cívico, como se sabe, estava dentro de uma disputa ideológica encabeçada pelos diferentes grupos do início do regime, em especial os positivistas, para quem a pátria era uma religião.²⁴²

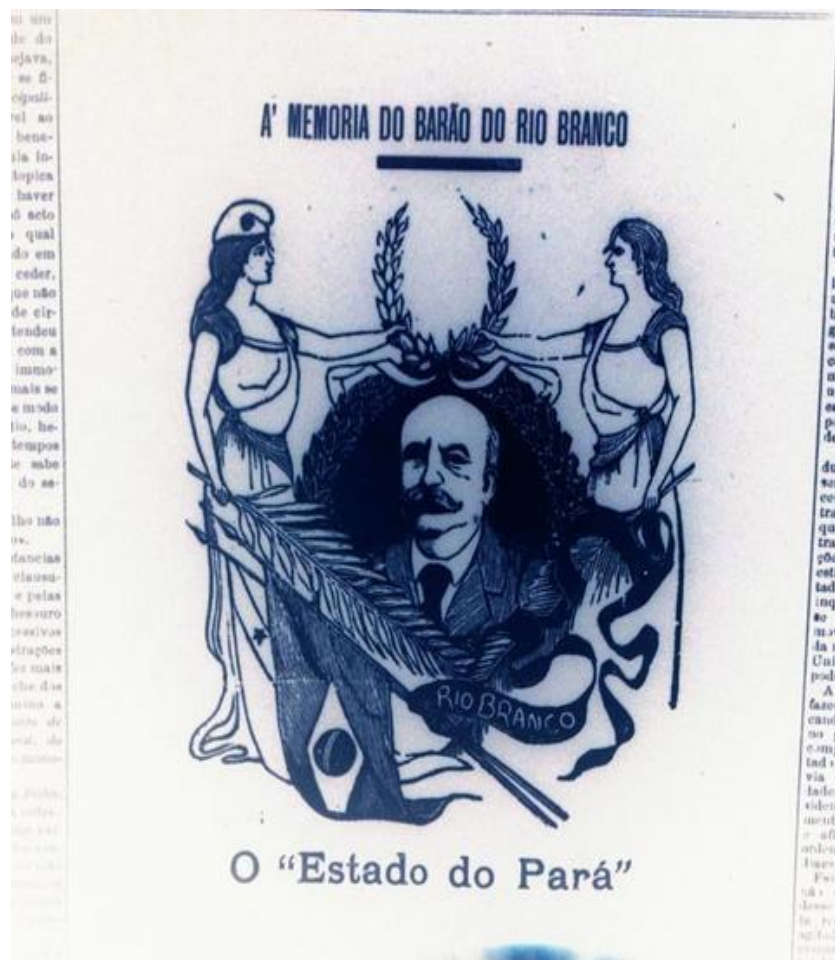
Por sua vez, a morte como início da vida já foi utilizada diversas vezes, como n'As *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, que escolheu por empreender um relato descontínuo a partir da morte de seu personagem, que é o narrador da história²⁴³. Tiradentes, herói fabricado pela República, também teve sua morte explorada pela arte e pelo discurso, fazendo-o mártir de sua coragem e patriotismo. Outro exemplo é a tela “Últimos dias de Carlos Gomes” de 1899, que hoje faz parte do acervo do Museu de Arte de Belém (MABE). Entre tantos sentidos que rodeiam essa tela, está o de consagrar Carlos Gomes na agonia de seu leito, todavia revelando a beleza magistral de sua partida. Os principais atores sociais da República e remanescentes do império presentes para compor, ritualizar e legitimar sua entrada no rol dos imortais. Em uma nação religiosa, mergulhada em tradições essencialmente simbólicas, a ritualística da morte pouco a pouco foi ganhando conotações e representações que visavam transformar o que para muitos era o fim em começo.

Tais representações, repletas de interesses e intenções de grupos atuantes no corpo social, é que vão concorrer para a afirmação da memória do Barão do Rio Branco a partir de sua morte em fevereiro de 1912. O segundo Rio Branco, enquanto representação do imaginário, conceito pelo qual se compreende os símbolos analisados nesse capítulo, foi aureolado pelo esforço da construção de uma memória pública e cívica no Pará. Os novos sentidos conferidos após sua morte reconciliam, revelam e constroem novos conflitos em torno de sua existência simbólica.

²⁴² CARVALHO. 2014. p. 77-80

²⁴³ ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas* :São Paulo: Martin Claret, 2003.

Imagem 21: A alegoria das Repúblicas francesa e brasileira coroando as vitórias de Rio Branco, publicada em 12 de fevereiro de 1912



Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Em fevereiro de 1912, os jornais começam a noticiar o delicado quadro clínico do Barão do Rio Branco, que acometido de insuficiência renal, encontrava-se sob cuidados médicos. Tanto a *Folha do Norte*, quanto *A Província do Pará* e o *Estado do Pará*, desde o dia 07 de fevereiro publicavam *telegramas* vindos do Rio, noticiando as oscilações do estado do Barão.

Dentre estas mensagens, o *Estado do Pará* publicou na primeira página de sua edição de 07 de fevereiro de 1912, quarta-feira, uma nota intitulada *Barão do Rio Branco*, onde relatava a preocupação tanto do Marechal Hermes da Fonseca quanto de todos os ministros nacionais e estrangeiros que visitavam o palácio do Itamaraty, naquele momento, “repleto de gente de todas as classes” que procuravam saber “o estado do ilustre enfermo”.²⁴⁴ Logo abaixo desta nota encontrava-se uma coluna fixa do jornal, *Isso é sério!...*, assinada por Jose Cosme, onde o mesmo escrevera:

²⁴⁴ Jose Cosme. Isto é sério! Estado do Pará. Belém, 07 de fevereiro de 1912. P. 01

Que desgraça imensa para este país ainda criança e não completamente civilizado, se lhe faltar aquele que o guiava carinhosamente pelos caminhos acidentados da diplomacia, que conduzia em triunfos em vitórias assombrosas, pela estrada maldita das ambições humanas, pela vereda tortuosa e martirizante da inveja estranha e da maldade injustificável de gentes alheias que nos aborrecem tanto.

[...]. Será a imorredora catástrofe e o momento em que ele verterá a mais vultuosa lagrima da sua alma e sentirá no seu coração o maior pesar dos seus dias Pobre Brasil.

O tom da matéria aponta não apenas a importância do Barão para o cenário mundial e local, mas abre uma janela para o vislumbre de alguns percalços do conturbado contexto político no Pará naquele momento, em que os enfrentamentos entre *Lemistas* e *Lauristas* caminhavam para o ápice de seus desenlaces críticos.

Jose Cosme, ao escrever esta matéria, em vários pontos do texto personificou a pátria na imagem de uma mãe, um verdadeiro “berço”, e lamentou o fato de que muitos a “exploram cruelmente, a cada instante, sob o pretexto audacioso e irônico de que [a] querem engrandecer, salientar e fazer progredir”.

Os periódicos constantemente publicavam matérias sobre a situação política do Estado, e comumente a tônica destes textos explicitava uma crise não apenas política, mas moral, social e até de ordem natural. Temos como exemplo uma matéria estampada na primeira página do *Estado do Pará*, dia 01 de janeiro de 1912, intitulada “1911 e 1912”, onde se fazia um balanço sobre o ano de 1911, que acabara de encerrar. O clima era de pessimismo, já que o texto começara dizendo que 1911 foi o ano “mais tormentoso que registra os anais da humanidade”. Cabe destacar um trecho:

Vem já de alguns anos manifestando-se, com as convulsões sísmicas, alterações na vida dos povos, ameaçando dar nova feição a corrente das ideias submetidas às leis de progresso, às descobertas e invenções que orientam uma nova rota, um novo caminho a seguir – Povos e raças-, destinados a se mesclarem, obedecendo a esse conjunto de factos, principalmente os que afetam a ordem moral, política e social.²⁴⁵

O autor da matéria se referia às constantes mudanças ocorridas, e às que ainda estavam em curso no mundo naquele momento, inclusive impostas por fenômenos naturais e tragédias, a exemplo das convulsões sísmicas. O Brasil, no entanto, mesmo que inserido no “mal-estar que sentiram quase todos os países”, prosseguia a caminhar “pela larga estrada do progresso em todas as suas manifestações”. No Pará, por sua vez, “a crise comercial combaliu de uma forma excepcional e sem exemplo as energias com que íamos rasgando horizontes e dilatando

²⁴⁵“1911 e 1912”. *Estado do Pará*. Belém, 01 de janeiro de 1912. p. 01

conquistas civilizatórias”. Segundo as impressões do mesmo jornal, o ano de 1911 havia sido deveras tormentoso e revolucionário, e de uma forma muito intensa, a década de 1910 foi marcada por transformações que mudaram drasticamente o curso da história mundial.²⁴⁶

Para os redatores d’*A Província do Pará*, contudo, o início do ano esteve marcado principalmente pela cisão que criara o Partido Republicano Conservador, e grande parte da primeira página do dia 01 de janeiro se ocupava em noticiá-la e louvá-la. O clima era de euforia e festa, uma batalha se iniciara a fim de legitimar o novo partido, e colocá-lo em prestígio diante dos leitores. 1912, por sua vez, foi decisivo e conflituoso para a economia e em especial, para a política paraense. A queda no preço da borracha no mercado internacional atingiu níveis alarmantes em 1911, o que desencadeou enormes abalos sobre o orçamento público de 1912, assim como sobre os outros setores econômicos, a exemplo dos serviços e comércio.²⁴⁷ Em um aparente clima de crise, o sensacionalismo da imprensa se aproveitava das notícias do Barão para chamar a atenção dos leitores.

Havia uma consciência de que a oportunidade se mostrava mister para a fabricação do herói. Na mesma edição do *Estado do Pará*, de 01 de janeiro encontramos o “Ancenúbios”, matéria publicada em primeira página, na primeira coluna, questionando a ordem política vigente. O autor afirma que apesar do constante asceticismo americano em relação à política, sempre “de tempos a tempos um vulto surge capaz de justificar por palavras e atos a veracidade” de que a política é filha da moral e da razão.²⁴⁸

Apesar de não estar explícito, mas se tratando do periódico em questão, pode-se inferir que ele estivesse falando de Lauro Sodré. Constantemente o próprio Lauro e os *lauristas* recorriam ao discurso do orgulho e paixão republicanos para apresentar uma solução salvacionista, enquanto oposição aos seus antagonistas. Indicativo disso se encontra em algumas matérias deste mesmo período, publicadas na *Folha do Norte* e no *Estado do Pará*.

2.3.1 Apoteótica agonia

Os detalhes da morte de Rio Branco foram publicados dias depois de seu funeral. O interesse público em torno do “passamento” do chanceler era tamanho que vários jornais

²⁴⁶ Sobre isso ler: HOBBSBAWM, Eric J. Era dos extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, onde o autor lança olhar em panorama sobre vários acontecimentos ao redor do mundo no que ele denomina de “breve século XX”. O início do século é marcado ainda por muitos elementos vindos do século passado. Para o autor, a verdadeira revolução nos diversos setores da sociedade se deu a partir da 1ª Guerra Mundial.

²⁴⁷ Sobre isso ler: SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. “capítulo 9: o grande colapso”. In: História econômica da Amazônia: 1800-1920. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. pp. 229-258; WEINSTEIN, Barbara. “Pará versus Amazônia”. In: “A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec/ EdUSP, 1993. pp. 219-240.

²⁴⁸ Kaar. Ancenúbios. Estado do Pará. Belém, 01 de janeiro de 1912. Belém, Pará. p. 01

tiveram suas edições esgotadas, em especial as revistas ilustradas, a exemplo d'*O Malho* no Rio. No Pará, esgotou-se o jornal *Estado do Pará*.

O espetáculo da morte, fabricado em grande parte pelos jornais, se punha enquanto forma de distrair do participante da dor, mas ao mesmo tempo colocá-lo enquanto participante daquela comoção (1991, p. 128).²⁴⁹ Todos reunidos para o passamento do morto, mas também afirmando a continuidade da vida.

Pode-se dizer que a morte enquanto festa ou espetáculo social nos traz a perspectiva de que ela se mostrava enquanto campo fértil para a construção de novas representações. Os interessados na consagração de seus heróis constantemente se aproveitavam da morte de suas efemérides para empreender maior trabalho na legitimação de sua memória.

No Brasil, os enterros civis ganharam maior conotação após os funerais de Benjamin Constant, em 1891; o sucesso popular das pompas dedicadas a Floriano Peixoto, morto em 1895; ou do intelectual Aureliano Cândido Tavares Bastos, morto em 1876, logo não se pode dizer que o tema da morte política era novo para a arte.

O esforço feito na política foi proporcionar cerimônias projetadas para a construção de um novo modo de morte, uma morte prestigiada e bela, morte essa que viria ser louvada e consagrada pela arte.

A morte ganhou múltiplos sentidos no ocidente, como trata Phillipe Ariés, inclusive primeiramente naturalizada, como parte da vida cotidiana e simples do camponês ou do agente rural, através da observação da natureza e do ciclo da vida e da morte das plantas e animais. Em um segundo momento, com o advento dos ideais burgueses de individualismo, ascensão social, acompanhados de uma crescente prosperidade, que vieram por agir no processo de modificação dos sentidos em torno da morte no ocidente, agora vista como fatalidade, a interrupção de uma vida brilhante e útil, o fim das coisas terrenas (2003, p. 233-236).²⁵⁰

Em torno do caso do Barão, talvez não seja relevante ater na questão da “bela morte”, aos moldes dos símbolos contidos na tela de Di Angelis e Capranesi²⁵¹, mas na do espetáculo e

²⁴⁹ REIS, João José. A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras. 1991. P. 128

²⁵⁰ ARIES, Phillipe. História da Morte no Ocidente. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

²⁵¹ Na tela em questão, ao que a análise de Coelho sugere é que Carlos Gomes teve uma morte serena e digna de uma pessoa com tantos talentos e prestígio. O Barão teve um fim bem mais agonizante, como veremos pelos relatos de jornal. É inegável que um esforço foi empreendido para suavizar os relatos de sua morte, inclusive isso se pode observar na seção mais a frente, nos poemas e discursos de jornais paraenses em torno da morte de Rio Branco, contudo, a morte ressaltaria sua imortalidade, suas mais altas qualidades que jamais seriam esquecidas.

apoteose da morte, refletido nos funerais e exéquias públicas, que não foram poucas.²⁵² A morte de Rio Branco também ganhou os pincéis de Carlo de Servi, artista prestigiado no Brasil.

Sobre a pintura de Carlo de Servi retratando o leito de morte de Rio Branco, a mesma é datada de 1914, dois anos após a morte do Barão, sob encomenda do Itamaraty, como narra Gilda Marina Lopes em um artigo publicado em 1966 nos *Anais do Museu Histórico Nacional*.²⁵³ Para Campofiorito, essa foi a principal obra do artista.²⁵⁴

Diz se tratar de uma tela medindo 1,15 por 0,83, onde se retrata um dos cantos do gabinete onde o Barão elaborava as ações diplomáticas, no Palácio do Itamaraty, no Rio. Neste mesmo canto, teria o chanceler mandado colocar uma cama de estudante, para que pudesse descansar enquanto passava madrugadas a fio arquitetando, estudando documentos e escrevendo tratados ou discursos. No quadro, jazia o ministro em modesto leito, trazendo no rosto a mesma brancura dos lençóis.

O aspecto no qual foi retratado parecia que “a imobilidade da morte parece petrificar-lhe as feições”. Junto dele, na cena, em segundo plano, encontravam-se enfileirados alguns personagens importantes para a República e para a vida de Rio Branco, entre eles Monsenhor Pio dos Santos, Dr. Rivadávia Corrêa, Dr. José Carlos Rodrigues, Dr. Enéas Martins, o Tenente Gastão Paranhos, o Coronel Sena e uma figura não identificada. Do outro lado estão Amélia, filha de Rio Branco, Raul do Rio Branco, o filho; em seguida os Drs Moniz de Aragão e Pinheiro Guimarães, o médico assistente.

Entre os dois planos de personagens, se encontravam livros como em desordem, em cima de uma mesa de trabalho, assim como uma cadeira com toalhas, em primeiro plano. A luz da tela advinha de uma janela, revelada pelo final da cortina. Esta mesma luz ressaltava os semblantes contritos e “a lividez do Barão”.

²⁵²Sobre isso ler: RABELO, M. K. O. Um olhar fenomenológico sobre a morte na sociedade ocidental: Testemunho histórico-antropológico. *Outras Palavras: Revista científica da ESPAM*. Brasília, V. 3, p. 71-84, jul.2006, onde a autora destaca a interdição da morte no âmbito do século XIX, onde a morte passou a ser mais dolorida, sentida, ganhando conotações familiares e de unidade dos vivos que continuavam em vida, velando o morto. Muita válida também a discussão feita em: LAUFER, Laurie. A “bela morte”. *Ágora (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.15-31, 2012., onde a autora faz uma análise do percurso do sentido da morte para a sociedade ocidental, e as representações contidas no imaginário popular.

²⁵³ LOPES, Gilda Marina Lopes. A morte do Barão do Rio Branco. *Anais do Museu Histórico Nacional*. 1966.

²⁵⁴ Cf. “A tela de Carlo Servi mais importante é A morte do Barão do Rio Branco, encomendada pelo Itamaraty e hoje no Museu da República (Palácio do Catete). É uma sugestiva documentação histórica pintada com cuidadosos efeitos e cuja composição reúne muitas personalidades. A figura foi seu objetivo nas obras a que mais dedicou sua maestria, como devem ser citados A cabocla, O bispo de Alvarenga, Doutores da igreja, Arte e pátria, Socorro aos doentes de Sorocaba, Documentos históricos e Descanso do tropeiro, esta última na Pinacoteca do Estado de São Paulo, dentre Pintura Brasileira do século XIX Pintura Brasileira do século XIX 61 muitas outras que se distribuem em prédios públicos e residenciais” (CAMPOFIORITO, Quirino. *História da pintura brasileira no século XIX*. 1983. p. 52-53).

O caso desta tela é curioso, uma vez que a mesma precisou passar por uma restauração, após integrar o acervo do Museu da República, que funciona no Palácio do Catete, no Rio. A tela acompanhava uma fotografia, assinada por Carlo De Servi, onde o mesmo dizia: “Na véspera da morte do Barão do Rio Branco. Ao eminente General Sr. Pinheiro Machado oferece o artista. De Servi”.

Ao observar a tela e a fotografia, doada por Dona Amélia do Rio Branco de Gouvêa, diferenças discrepantes se apresentavam, entre elas, a ausência e a substituição de personagens, a exemplo do Marechal Hermes e do Dr. Araújo Jorge. Segundo a opinião técnica do museu, acredita-se que a tela tenha passado por reparos, a mando do Itamaraty. A retirada da figura de Hermes da Fonseca teria sido uma delas, pondo no lugar a figura de um clérigo, que certamente estaria dando a extrema-unção ao enfermo.

A retirada de Hermes da Fonseca da tela pode apontar para dois caminhos: a reprodução quase fiel do fato, na véspera da morte do Barão, onde o Marechal Hermes não esteve presente, ou rixas políticas a fim de excluí-lo da obra. Seja como for, a tela nos dá um vislumbre de mais uma das formas de construção da imagem de Rio Branco, e em especial, da construção de sua morte, que representou um verdadeiro esforço de vários grupos.

Rio Branco teve uma morte dolorosa, que lhe tirou as forças e lhe fez acamar até finalmente paralisar os rins, como conta o *Correio da Manhã* em matéria do dia 10 de fevereiro de 1912.²⁵⁵ Nesta mesma matéria, o jornal conta o que ouviu de seu correspondente que visitou pessoalmente os aposentos de Rio Branco, no Itamaraty. Ao retratar os salões em que repousava o chanceler, descreveu possuir muitos livros, papéis e documentos, assim como uma modesta cama de casal, onde repousava, “recostado sobre o regaço de sua extremosa filha, a Baronesa de Werther, que sentada, aparando-o com a mão, enxugava-lhe com a destra o suor que lhe banhava a fronte”.

O relato prosseguia narrando que “fazendo o fundo desta tristíssima tela, o Dr. Raul Rio Branco chorava convulsamente, tendo ao seu lado os Sr. Rivadávia Corrêa e Pedro de Toledo”, assim como o General Bento Ribeiro. O jornalista descreve a cena como sendo de uma tela, uma pintura, o devido lugar para onde ela iria anos mais tarde, sob os pincéis e aquarelas de Carlo De Servi. Contudo, sujeita à alguma alteração. Contudo, os relatos da tela e dos jornais se cruzam quando retratam o semblante dos presentes e do próprio Barão, abatido a sofrer a “moléstia” que lhe acometia, assim como o cenário em que desenrolaram os acontecimentos. O jornalista declarou que seria “mister renunciar descrever aquela cena”.

²⁵⁵ Nosso correspondente no Itamaraty. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1912, p.2.

Os periódicos que a descreveram venderam muitos exemplares, a exemplo d’*O Malho*, que dia 24 de fevereiro publicou: “Tendo-se esgotado, completamente a nossa edição do número passado, recebemos inúmeros pedidos para repetir nesta clichês e desenhos – o que nos é impossível deferir”. Eles se negaram a replicar os desenhos da edição passada, exceto as fotografias e desenhos relacionados à “apoteose fúnebre do preclaro e inesquecível Barão do Rio Branco”, a fim de “satisfazer a justa curiosidade pública”.²⁵⁶

Os jornais formaram um discurso apoteótico em torno da morte do chanceler, e mais que isso, pode-se vislumbrar nesses mesmos discursos um encontro com o relato da morte empreendido pela arte. Dia 04 de Março publicaram uma matéria replicada do *Gazeta de Notícias*, dando detalhes da morte do Barão, desde o início da enfermidade até o funeral. Dizia o *Estado* que aquela republicação visava corresponder “aos impulsos da alma” assim como “atender as solicitações inúmeras nesse sentido”. Estas matérias apontam um interesse dos leitores para com a questão, inclusive confirmando informações ditas em todos os periódicos, quando relatam que populares afluíam à cerca do Itamaraty a fim de saber notícias sobre o chanceler.²⁵⁷ Talvez não apenas o sofrimento do diplomata interessasse, mas também o ensejo de receber notícias privilegiadas sobre o estado, o avanço da doença até finalmente a fatídica morte. Curiosidade, preocupação pública? Fica o questionamento.

²⁵⁶ Barão do Rio Branco. *O Malho*. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1912. P. 03.

²⁵⁷ Barão do Rio Branco. *O Malho*. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1912. P. 15 a 26. Mostravam diversas fotos, dentre elas, de populares, operários e curiosos que iam até o Itamaraty saber notícias sobre o estado do Barão. As edições da *Continua a moléstia do eminente brasileiro*. *Gazeta De Notícias*. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1912. P. 01, assim como do *O dia de ontem no palácio do Itamaraty*. *Correio Da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1912. P. 02, também descreviam inúmeros populares em busca de notícias sobre Rio Branco.

Figura 22: Duas fotografias referentes à tela “A Morte do Barão do Rio Branco”, de Carlo de Servi. Nelas duas percebem-se as diferenças apontadas pela autora. Percebe-se também importantes personagens, dos quais os jornais citaram e relataram em fevereiro de 1912, a exemplo de Monsenhor Pio e Marechal Deodoro.



Fotografia da tela “A Morte do Barão do Rio Branco” das coleções do Museu Histórico Nacional

(Foto de João de Oliveira Rocha)



óleo “A Morte do Barão do Rio Branco” (antes da restauração)

Fonte: LOPES, 1966, p. 126

Imagem 23: Em melhor resolução, a tela no estado em que se encontra em 2017. Predominando o cinza, branco, terra, ocre, verde, azul e preto na composição da cena, a luz mostra-se a emanar do próprio Barão, envolto em um clima mórbido e sombrio, que toma conta do quarto.



Fonte: Acervo do Museu da República do Rio de Janeiro, 2017

Voltando aos relatos do correspondente do *Correio da Manhã*, ele seguiu dando detalhes sobre a cena que presenciara no Itamaraty, onde relatava que “logo que foi conhecida a gravidade do estado do Barão do Rio Branco, começaram a afluir representantes de todas as classes ao Itamaraty” em busca de notícias. Importante destacar o trecho em que ele traça um panorama geral da situação:

O quarto modestíssimo do grande diplomata; a sua figura veneranda; os carinhos que lhe dispensavam sua filha amantíssima; a fisionomia contristada de todos os presentes; a dor profunda estampada no semblante de todos que seguiram os movimentos daquele corpo querido, que as contorções do mal sacudiam – tudo dava uma impressão forte, violenta de sentimento aos que dali se acercavam.

Esta cena de dor, descrita por ele, por vezes se assemelhava à nação brasileira, que “em peso ali pairava, ungindo com a sua benção, dolorosa e em pranto, os sofrimentos do filho”. Esta mesma figura da pátria como uma mãe que chora pela agonia de seu filho ilustre aparece nos jornais paraenses e nacionais (imagem). Neste mesmo relato, o jornalista ainda compara os

cuidados da filha para com o Barão como se a mesma representasse a Pátria Brasileira, que ali “estava em peso”, a chorar a morte do chanceler.²⁵⁸

Quinta, dia 08 de fevereiro, no *Estado do Pará*, José Cosme em sua já regular coluna *Isto é Sério!* publicou outra nota sobre o aspecto da cidade ao saber da doença do Barão. Dizia: “desde anteontem, leitores, devido ao estado de saúde do nosso glorioso Paranhos, ando com semblante de catacumba e com as ideias sombrias, troncho e de cabeça baixa”.

No dia seguinte, publicou-se um telegrama que vinha do Rio, informando das inúmeras legações estrangeiras que vinham atrás de informações sobre o diplomata. No mais, informava os novos acessos de crise renal que abalavam o Barão, o intenso fluxo de pessoas que lotavam o Itamaraty, e o povo “estacionado na rua”, representando “o Brasil inteiro que faz guarda ao glorioso enfermo”.²⁵⁹

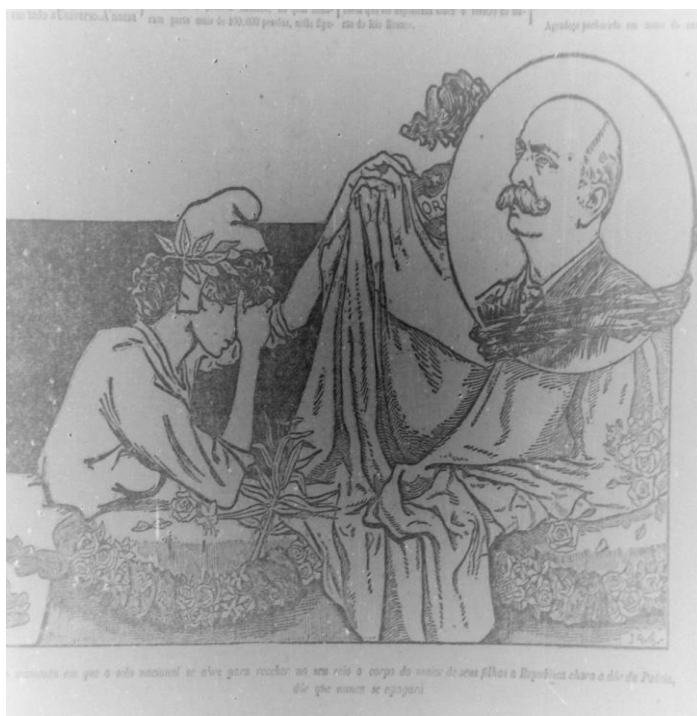
As manifestações não cessavam, dia após dia. Na edição do dia 10, o mesmo jornal traça um panorama do que ocorria no Rio, às vésperas da morte de Rio Branco. De um lado, o povo que ainda continuava a reclamar notícias, telegramas que chegavam de vários lugares, a exemplo da Bahia e São Paulo com prescrições de medicamentos. O Mesmo telegrama ainda relata que chegavam “receitas espíritas”, o que evidenciava um “interesse geral pelo estado do glorioso brasileiro”.²⁶⁰ E enquanto a narração da dor continuava nos jornais aqui, no estrangeiro, a exemplo de Paris, como descrito no telegrama do dia 09, publicado no mesmo jornal, a colônia brasileira naquela cidade se encontrava “desolada” e o mesmo se “observa nas rodas diplomáticas”.

²⁵⁸ Sobre isso ler CARVALHO, José Murilo. *A formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*. Companhia das Letras: São Paulo. 2014, em especial o capítulo 4: República-mulher: entre Maria e Marianne, onde o autor analisa os usos feitos por caricaturistas, profissionais de imprensa, políticos entre outros da Marianne da simbologia revolucionária francesa.

²⁵⁹ Telegramas, Rio, 08. *Estado do Pará*. Belém, 09 de fevereiro de 1912. P. 02

²⁶⁰ Telegramas, Rio, 08 e 09. *Estado do Pará*. Belém, 10 de fevereiro de 1912. P. 01

Imagem 24: Imagem publicada no dia 14 de fevereiro n'A Província do Pará, cuja legenda descreve: "No momento em que o solo nacional se abre para receber em seu seio o corpo do maior de seus filhos, a República chora a dor da pátria. Dor que jamais se apagará'.



(Fonte: Acervo pessoal)

Ainda, relata-se que os jornais franceses *Temps* e *Journal des Debats* publicavam longos artigos destacando os “inestimáveis serviços diplomáticos do Barão, em especial as questões de limites”. A exemplo deste, ainda o *The Times*, de Londres, entre outros jornais latino-americanos, a exemplo do combativo *La Prensa*.

Já no dia 10, como que sabendo do que estava por vir, e de fato, já era de se esperar, os jornais noticiavam a nomeação do Dr. Enéas Martins para assumir interinamente a pasta de Ministro das Relações Exteriores. Já não se podia fazer muito pela saúde de Rio Branco, que a cada momento tinha crises mais graves. No momento em que se percebeu isso, então, os médicos resolveram suspender os medicamentos e apenas acalmá-lo com cânfora e oxigênio, como diz o telegrama publicado dia 11 de fevereiro no jornal *Estado do Pará*.²⁶¹

Como dizia outro telegrama na mesma seção, era “inenarrável a desolação que reina no Palácio do Itamaraty”. Junto à cabeceira de Rio Branco, assistiam seus familiares, amigos e um numeroso corpo diplomático, que se achegavam de seus países para acompanhar de perto o fato. Dr. Enéas Martins telegrafava então informando que o estado do Barão já lhe causava grandes preocupações, assim como para os médicos. Não havia muito tempo mais.

²⁶¹ Telegramas, Rio, 10. Estado do Pará. Belém, 11 de fevereiro de 1912. P. 02

Às nove horas e quinze minutos da manhã do dia 10 de fevereiro de 1912, dava o último suspiro o Barão do Rio Branco. Em matéria do *Gazeta de Notícias*, republicada dia 04 de março pelo *Estado do Pará*, um correspondente do mesmo jornal descrevia a cena exata. Ao ler, descortina-se a cena semelhantemente descrita na pintura de Carlo De Servi.²⁶² Os mesmos personagens, exatamente postos no mesmo lugar. O Itamaraty estava vazio, e apenas permaneciam na manhã daquele dia os mais próximos.

O Presidente Marechal Hermes da Fonseca não se fazia presente. O aspecto da cidade do Rio de Janeiro, segundo o mesmo jornal, era de profunda tristeza e pesar. Morreu o Barão às 9:15 h, “às nove e meia a cidade já era outra”. De repente, as repartições públicas fecharam as portas, o comércio “semifechou”, os bancos, os “cinematógrafos encerraram atividades completamente”, as casas de diversões também aderiram, os teatros transferiram espetáculos, talvez por saber que o espetáculo da vez era a morte do chanceler.

“Não houve um habitante do Rio que depois de saber da nova, trouxesse para a rua uma gravata berrante”. Pelas portas dos quartéis, soldados baixavam o cano de suas espingardas em sinal de condolência. Chegavam homens de mulheres à cidade em trajes de luto. O governo mandara baixar um decreto sobre como ocorreriam as homenagens fúnebres, e que se deveriam prestar-lhe continências e honrarias de chefe de estado. Assim foi feito.

Dia 13 de fevereiro, o corpo de Rio Branco baixou ao túmulo, mas antes disso, ostensivas homenagens se seguiram. Segundo relatos do *Jornal Correio da Manhã* do dia 12 de fevereiro, o corpo foi colocado em um dos salões do Palácio do Itamaraty. O Barão estava vestido com as roupas oficiais, os brasões imperiais, a bandeira republicana, as armas e escudos da Maçonaria, ordem da qual era Grão-Mestre.²⁶³ Seu corpo recebeu incessantes visitas, tanto de populares quanto de amigos e importantes personalidades políticas.

Dia 13, *A Noite* publicou detalhes do funeral, que havia se sucedido naquele mesmo dia. A carreta que transportou o Barão foi a mesma que transportou os cadáveres do General Osório. Seguido por ostensivo efetivo de guardas, militares de todas as patentes e Forças, inúmeros carros com legações de outros países a exemplo do Peru, Argentina, Uruguai, Venezuela, governadores de vários estados, senadores, deputados, oposicionistas e apoiadores do governo, todos reunidos a fim de “render as últimas homenagens ao ínclito brasileiro”.²⁶⁴

No mais, o cortejo seguiu até o cemitério São Francisco de Assis, onde discursaram, para uma enorme multidão, Marechal Hermes da Fonseca, Dr. Enéas Martins, Serzedelo

²⁶² Barão do Rio Branco. *Estado do Pará*. Belém, 04 de março de 1912. p. 01

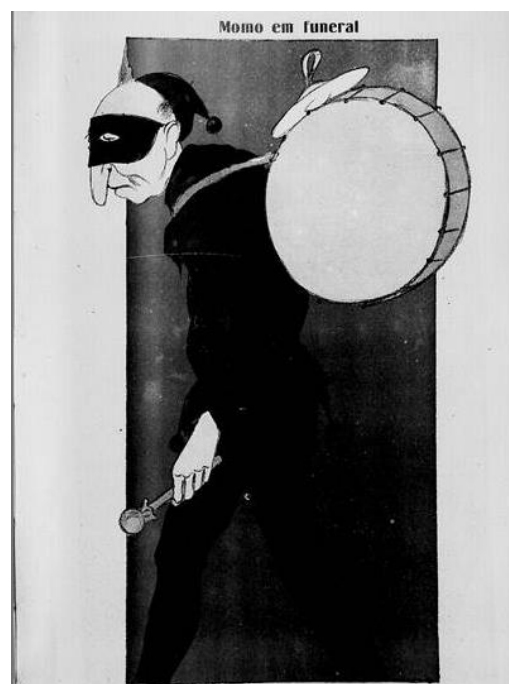
²⁶³ Os funerais ao Barão do Rio Branco. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1912. P. 01

²⁶⁴ Apoteose a Rio Branco. *A Noite*. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1912. P. 01

Corrêa, que inclusive terminou seu discurso aos prantos, como informa o jornal. Ao baixar o túmulo, segurando nas cordas que o levaram para “ocaso” estavam o Presidente Hermes da Fonseca, o Ministro da Inglaterra, representando o decano do corpo diplomático, General Quintino Bocaiuva, enquanto Presidente do Senado, seu filho Raul do Rio Branco, Presidente do Supremo Tribunal Federal e Dr. Enéas Martins, Ministro interino das Relações Exteriores e ex-secretário de Rio Branco.

Imagem 25: (Esquerda) Ilustração de *O Gato Álbum de caricaturas*, de 17 de fevereiro de 1912, sob o título “O que mais dói é ver as lágrimas que derramam os crocodilos”, certamente, se referindo ao grupo político de Rui Barbosa

Imagem 26: (Direita) Ilustração de *O Gato Álbum de caricaturas*, de 17 de fevereiro de 1912, onde representa-se a tristeza do carnaval, que não aconteceria mais na data tradicional, em luto à Rio Branco



Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Imagem 27: Fotografia publicado n'O Malho, em 17 de fevereiro de 1912 mostrando a participação de grande multidão no funeral de Rio Branco



Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Imagem 28: Fotografia d'O Malho de 17 de fevereiro de 1912, mostrando o caixão onde Rio Branco ficou exposto no Palácio do Itamaraty



Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Imagem 29: O Malho, de 17 de fevereiro de 1912, mostrando comerciantes do Rio que baixaram suas portas em sinal de luto.



Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Imagem 30: O Malho, em 17 de fevereiro de 1912, mostrando o viaduto da Estrada de Ferro Central do Brasil lotada de populares desejosos de acompanhar o cortejo de Rio Branco.



Fonte: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Os mesmos jornais noticiavam poucos dias depois o adiamento do carnaval daquele ano, que desta vez ocorreria em abril, em respeito às exéquias e ao luto oficial instituído pelo governo. Logo depois, as autoridades permitiram que apenas os blocos saíssem às ruas para

festejar. O Carnaval havia sido adiado para os dias 7, 8 e 9 de abril, e não mais poderia acontecer dia 18 de fevereiro, como estava certo antes da morte de Rio Branco.²⁶⁵

O que houve, segundo Villafañes, foi que a animação pública produziu dois carnavais, o primeiro, contrariando as ordens oficiais, que foram às ruas festejar a data ainda em fevereiro, e depois o carnaval oficial em abril (2010. p. 191). Ao que tudo indica, o luto e culto cívico havia encontrado um limite nas práticas populares, a exemplo do carnaval de 1912. Imortalizava-se o Barão do Rio Branco, entre os rituais, exéquias, funerais e relatos, contudo, setores da sociedade e foliões impunham até onde esses rituais poderiam alterar seu cotidiano e anseios.

2.3.2 Memórias e exéquias paraenses

A morte do Barão se fez sentir no Pará, em especial na capital. Os principais periódicos da capital se ocuparam durante dias em noticiar e informar seus leitores acerca do passamento de Rio Branco. Em um olhar geral sobre as publicações locais e as manchetes, entre todos os jornais, *A Província* e o *Estado do Pará* foram os que mais se demoraram nas manchetes, matérias e notas. *A Folha do Norte* republicou importantes matérias de jornais cariocas, a exemplo do *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, assim como redigiu algumas condolências da própria redação.

Em uma publicação do dia 11 de fevereiro, quando vários leitores tiveram detalhes mais precisos sobre o falecimento de Rio Branco, *A Folha* ocupou toda a primeira página com homenagens e lamentações. Há nesse período um interesse de diversos grupos que disputavam o poder no Pará pela afirmação de suas ideologias e projetos pessoais tendo como pano de fundo, recursos simbólicos da República.²⁶⁶ O que se descortina é um interesse maior na representatividade do poder regional, polarizado e disputado não apenas por dois grupos antagônicos, mas vários indivíduos. A disputa pelo poder movia um intenso trânsito e uso de

²⁶⁵ Sobre isso ler: SANTOS, Luís Cláudio Villafañes G. O Dia em que Adiaram o Carnaval: política externa e a construção do Brasil. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010, pp. 189-215. O autor faz uma análise acerca do prestígio e do alcance popular de Rio Branco. O clima da cidade do Rio de Janeiro verdadeiramente consternou-se durante os atos cívicos que marcaram seu sepultamento, e levaram ao poder público cancelar as festas de carnaval. Santos mostra não só a reverência do povo para com o vulto histórico que Rio Branco se tornara, mas também a realização de dois carnavais, já que o luto não foi de um todo obedecido.

²⁶⁶ Geraldo Coelho aponta esse caminho de interpretação em seu artigo (...) onde destaca que “Ainda ao findar o século XIX, a força das lutas políticas entre as oligarquias locais, envolvendo lideranças fundadoras do novo regime no Estado, como as de Lauro Sodré e de Antônio Lemos, projetaria os seus reflexos sobre o imaginário republicano. A República, agora revelada pelo cotidiano duro dos embates, do real da luta pelo poder, mais distante ficaria dos símbolos tradicionais de sua representação, de seus atributos legendários, de seu mito fundador. A iconografia republicana passou a revelar, num nível relativamente primário do simbólico, mas nem por isso menos eficiente, o choque entre as forças oligárquicas locais, o chamado conflito das paixões que marcou a República Velha no Brasil, anunciando o começo do século XX.” (2011. p. 122)

signos, recortes e experiências pessoais, que apropriadas por interesses particulares e de alguns grupos, construía um complexo repertório de sentidos e percepções.²⁶⁷

Na matéria do dia 11 de fevereiro d'A *Folha*, o periódico dava cabo da morte de Rio Branco e da gigantesca repercussão nacional ao se deparar com a notícia. Em uma parte da matéria, escrita pelo editorial do jornal, consta a afirmação de que Rio Branco é um “marco fulgente de nossa história política, duas gerações sucessivas o glorificaram, nenhum outro tem falado tão de perto ao coração popular”.²⁶⁸

Neste trecho, aponta-se um discurso já presente no Pará desde 1901, no relatório enviado por Paes de Carvalho ao Congresso Legislativo. Rio Branco é visto e louvado como continuador das obras de seu pai, o Visconde do Rio Branco, como continua afirmando a mesma matéria: “E não digam que exageramos, no segundo Paranhos condensaram-se toda a grandeza, todo o talento, toda a enorme e luminosa vitória do Visconde do Rio Branco, o libertador do ventre escravo”. Na matéria do *Estado do Pará* do mesmo dia, também redigida pelo editorial do próprio jornal, há um destaque para a estreita relação existente entre o Barão e seu pai.

O texto inicia dizendo que depois de findada a missão do Visconde na terra, “a Pátria, desolada na dor de sua perda, voltou-se consoladoramente para o filho, cujo talento e patriotismo vinham se assinalando nas páginas da Nação e na tribuna da câmara dos deputados”.²⁶⁹ O Barão estava posto como herdeiro, um continuador de um legado patriótico em defesa dos interesses públicos. O Visconde, enquanto defensor dos escravos, autor da Lei do Ventre Livre, o mediador dos conflitos na região do Prata, figurava um forte elo com o passado imperial, constantemente evocado na memória política local, em especial na imprensa. Prova disso se vê presente no discurso dos Relatórios de 1901 e 1904, nos quais o Barão é citado sempre junto de seu pai, uma das figuras mais ilustres do II Reinado.

Vemos aqui uma tentativa, diante do sentimento das exéquias e das condolências, de colocar o Barão como continuador de um legado, que no Pará, já tinha algum reflexo. Pode-se observar na nomeação da antiga Praça Visconde de Mauá, que tornando-se Praça Visconde do

²⁶⁷Sobre isso temos uma sólida bibliografia, a exemplo do já conhecido trabalho de José Murilo de Carvalho (2014), em *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. Temos também MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2007, além de GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Primeira República: um balanço historiográfico*. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 4, p. 244-280, dez. 1989. No contexto da República no Pará temos FARIAS, William Gaia. *O alvorecer da República no Pará (1886-1897)*. Belém: Editora Açai, 2008, onde o autor traça um panorama sobre o processo de construção do regime republicano no Pará.

²⁶⁸A Morte do Barão do Rio Branco. *Folha do Norte*. Belém, 11 de fevereiro de 1912. p. 01.

²⁶⁹Barão do Rio Branco. *Estado do Pará*. Belém, 11 de fevereiro de 1912. p. 01.

Rio Branco ainda no Império, sobreviveu às inúmeras renomeações feitas pelo regime republicano. Trataremos disso mais adiante.

O Visconde, figura controversa, dito conservador, ora visto como liberal, se punha numa linha tênue que afetou a construção de representações em torno de sua figura entre as elites no Pará. Seu filho, monarquista, maçom, de certo modo conservador, encontrou no sucesso da prática diplomática o assento para a feitura de sua consagração memorialística. Em Rio Branco, se vira reconciliado o Império, em sua face mais liberal e “moderna”. O signo do patriotismo desinteressado tornava-se então o elo entre duas representações de poder que ainda coexistiam na prática.²⁷⁰ O fazer político e a moral, entremeados no discurso no intuito de exemplificar, afirmar e consolidar não apenas os projetos individuais que o concebem, mas todo o corpo do poder. Por sua vez, essa evocação reflete a existência de uma memória local em torno do Império, que por sua vez, não mais era posto como o punham os republicanos em 1889. Do contrário, agora figurava um passado, um tempo de grandes feitos, de heróis que transcenderam o regime ao qual serviam, de patriotas que punham a Pátria acima de seus interesses pessoais.

Inclusive a República se utilizou de muitos símbolos imperiais, não somente, mas especialmente na fabricação da imagem artística e histórica da nação brasileira. Grande parte disso se deve ao fato de que boa parte dos artistas esteve mais ligada ao império, seja pelo patrocínio de grandes mecenas ou do próprio imperador. Inclusive, “a República tentou inovar, mas a geração de pintores que a representou fora formada na tradição imperial”.²⁷¹ Apontamento disso é outra parte da mesma matéria do *Estado* onde se afirmava:

A história do Império nos seus últimos quarenta anos, entre os nomes dos seus mais ilustres estadistas destaca, com extraordinário sucesso o do velho Paranhos; a história da República traça em cada página, em letras de ouro, o nome glorioso do grande estadista e extraordinário diplomata – O novo Paranhos.²⁷²

Neste trecho se vê novamente costurado o laço familiar e o legado político dos “Rio Branco”, como uma herança, vinda do Império e aperfeiçoada na República. No caso paraense, estes estadistas do Império, assim como outras figuras que se destacaram nesse período seriam reunidos anos mais tarde na chamada Galeria Histórica, organizada pelo IHGP, em 1918.

²⁷⁰ Sobre isso temos o artigo de Lynch, sob um olhar sociológico acerca do pensamento político de Rio Branco, que em muito se encontrava ao projeto Saquarema, herança trazida por ele do Império. A defesa do território brasileiro seria a prática de um patriotismo realista, que já trazia do convívio com seu pai e outras grandes figuras políticas da monarquia. In: LYNCH, Christian Edward Cyril. Um saquarema no Itamaraty: por uma abordagem renovada do pensamento político do Barão do Rio Branco. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 15, p. 279-314, Dec. 2014

²⁷¹ CARVALHO, José Murilo. A formação das almas: O imaginário da República no Brasil. Companhia das Letras: São Paulo, 2014. p. 96.

²⁷² CARVALHO. Op. Cit. p. 94, 95.

No intuito de “refazer o viveiro” de “homens ilustres, fundadores da nacionalidade presente”, organizou-se uma galeria histórica, onde telas, fotografias e traços biográficos apresentariam a memória social da nação sob o exemplo de grandes homens, e entre eles, muitos personagens destacados do período Imperial, principalmente paraenses.²⁷³ Voltando a 1912, no entanto, pode-se dizer que o jogo entre a memória imperial e republicana estabelecia uma ponte formada por personalidades e grandes exemplos, pessoas capazes, segundo o discurso destes intelectuais, de refletir o sentimento da coletividade.

No caso do Pará, segundo Moura, cultivou-se desde o princípio da República, e especialmente entre o início do XX até meados de 1911, a celebração de datas, marcos civis e efemérides. A tradição visava “destacar as características nacionais da história do Brasil e também da Amazônia, para aproximar o povo dos fatos da história paraense, aspectos pouco evidenciados até a primeira década do século XX”.²⁷⁴ Este esforço se justificava no fato de que a maioria da sociedade ainda se espelhava na cultura europeia como uma grande vitrine a ser copiada. Logo, o que ainda estava posto como problema era a construção da identidade nacional e a consagração de novos heróis, mesmo que antigas figuras da história.

Principalmente entre os positivistas apregoava-se a instituição de um culto cívico aos símbolos e personalidades, onde a humanidade era a grande mãe de todos (CARVALHO, 2014. p. 75). Onde uma sacralização passava a ser ritualizada, tendo como representantes e intermediários entre a Pátria e a humanidade, verdadeiros “apóstolos leigos”, como se referira *A Folha do Norte* ao Barão em 14 de fevereiro de 1912.²⁷⁵ Estes intermediários seriam como a concretização dos ideais pregados, aqueles que não se limitavam apenas em falar ou teorizar a mensagem republicana, mas “semeá-la pelo exemplo concreto”.

2.3.3 As exéquias: Rituais de civismo no Pará

A morte do Barão modificou parte do cotidiano de Belém em fevereiro de 1912, como se pode perceber pelos relatos presentes em todos os jornais que se é possível consultar. Aos 17 de fevereiro de 1912 os jornais *Folha do Norte* e *A Província do Pará* tomaram nota de um

²⁷³ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Panteão da história, oratório da nação: o simbolismo religioso na construção dos vultos pátrios da Amazônia. In: Neves, Fernando A. de F.; Lima, Maria R. P. (org.). Faces da história da Amazônia. Belém: Paka-Tatu. 2006.

²⁷⁴ MOURA, Daniella de Almeida. A República Paraense em Festa (1889-1911). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST-UFPA). 2008. p. 75.

²⁷⁵ O Anjo da Paz. *Folha do Norte*. Belém, 14 de fevereiro de 1912. P. 01.

ato público em homenagem ao Barão, realizado às 8 da manhã daquele dia na Catedral de Belém. Segundo a *Folha do Norte*, havia ordens para que durante a celebração da missa o comércio fechasse as portas, assim como as repartições públicas federais, estaduais, municipais e Bancos das praças.²⁷⁶

No *Estado do Pará*, detalhes muito mais minuciosos das homenagens eram publicados, com maior frequência e destaque que nos outros dois periódicos em questão. No dia 11 de fevereiro, o *Estado* forneceu aos seus leitores, além de um longo texto contando a trajetória de Rio Branco, pequenas notas onde apareciam personalidades, a exemplo do Intendente Virgílio de Mendonça, que logo após saber da morte do Barão, “suspendeu o expediente de sua secretaria, mandou encerrar todas as repartições municipais”, assim como hastear as bandeiras em posição fúnebre.²⁷⁷

Conta o mesmo jornal que a cidade logo pesou de tanta tristeza, tendo o comércio, “quase que unanime, fechado a meio suas portas, todos os consulados e associações hastearam em funeral os seus pavilhões, assim como os navios surtos no porto”, As casas de diversão e os teatros também não haviam funcionado no dia anterior, dia 10, e só retornariam ao funcionamento na terça-feira.

Na mesma página constava um texto do próprio editorial intitulado “O ocaso do sol”, onde se dizia que o Barão, naquele “atual momento histórico de nossas instituições, a alma extraordinária da Pátria amada”, e dizia mais, que em “seu vulto egrégio encarnavam-se, uma a uma, gemas de raro valor”. Somado a esse discurso cívico, outras manifestações públicas de pesar somavam-se ao quadro que só crescia a cada momento.

Na mesma edição do jornal ainda se relatava que as festas carnavalescas que iriam ser realizadas naquele momento foram adiadas por iniciativa dos próprios foliões, em “respeito ao luto nacional”. A Tuna Luso Caixeiral também não realizou a festa que havia anunciado para aquele dia, assim como a Associação dos Guardas da Alfândega fizeram hastear em posição de luto seus pavilhões.

Os militares apareceram, na pessoa do General Ilha Moreira, que em telegrama enviado dia 10 para a redação do jornal, tomava nota do falecimento do Barão, seus enormes serviços prestados ao Brasil, assim como sua personalidade de “diplomata de raça, estadista de alto descortino”, que por sua vez, “sabia se impor pela lhanura de seu trato e altivez de seu caráter inflexível”. Empreendia-se no Pará, mais que nunca, um processo e tentativa de consagração da figura de Rio Branco, colocando-o como o popular e amoroso diplomata, o homem de caráter

²⁷⁶ Exéquias a Rio Branco. *Folha do Norte*. Belém, 17 de fevereiro de 1912. p. 01

²⁷⁷ Barão do Rio Branco. *Estado do Pará*. Belém, 11 de fevereiro de 1912. p. 01

irrepreensível, o amante desinteressado da pátria, como se vê também nos títulos das manchetes d'*A Província do Pará* desse período.

Mais que isso, ao se ordenar que o comércio fechasse as portas, assim como outras manifestações ocorressem, o poder público e a imprensa intervinham no cotidiano afim de incluir, mesmo que a contragosto dos concidadãos, os mais populares nas exéquias. No dia 11 de fevereiro, *A Província* estampou o título “O embaixador da paz”, tendo como subtítulos os seguintes enunciados: “desaparecimento do maior dos brasileiros”, “A consternação de um povo”, “A Pátria chora de joelhos a maior perda”, “O eco da enorme desgraça repercute em todas as nações”, “Rio Branco é a imortal legenda da nossa diplomacia”. Inclusive a página desta matéria foi diagramada com pequenas cruces, em sinal de luto cristão.

Estes títulos, antes de indicarem a existência de uma memória local em torno do Barão, apontam para a prática social, que ora via a morte como desgraça, ora como o espetáculo perfeito para se estampar nos jornais. Os leitores habituados aos *fait divers*, constantemente publicados com o intuito de atizar a curiosidade pública, agora se deparavam com uma encenação dramática que dificilmente poderia passar despercebida. Tudo concorria para se chamar a atenção dos populares para as exéquias que se seguiriam.

No dia 12, *A Província* voltava com novos enunciados: “A Mágoa nacional”, “O civismo do povo brasileiro”, “comoção que abalou o mundo inteiro”. Já no dia 17, o Barão é chamado de “semideus” em um dos subtítulos da matéria d'*A Província*, a constar abaixo do título, novamente impresso em letras bem grandes: “O Embaixador da Paz”. Ao analisar o início do relato do *Estado do Pará* sobre a missa de sétimo dia, celebrada na Catedral de Belém, em 17 de fevereiro, conseguimos ter uma pista dos significados destas manifestações cívicas para uma parte da sociedade paraense do período. O redator começa dizendo: “Revestiram excepcional imponência as exéquias mandadas celebrar pelo Governador do Estado, em homenagem à memória do Barão do Rio Branco”.²⁷⁸ E completava:

Aquilo que Belém possui de elevado na hierarquia social, ao lado do povo, formando um conjunto de harmonia patriótica, reuniu-se na grande Basílica de Belém, cada qual querendo assim testemunhar à memória do glorioso extinto seu culto de veneração e justiça.

No entendimento deste trecho primeiro podemos destacar os usos sociais feitos a partir de eventos deste gênero. Ao mesmo tempo em que as mais elevadas classes poderiam mostrar seu prestígio diante de todos, em um verdadeiro palco do poder, um chamado à unidade cívica

²⁷⁸ Barão do Rio Branco. Estado do Pará. Belém, 18 de fevereiro de 1912. p. 01

das classes era feito²⁷⁹. Um apelo para que o povo comparecesse, e não apenas intelectuais, políticos, militares e endinheirados, mas um “conjunto de harmonia patriótica”.

Entre esses grupos, militares da Brigada Municipal e Estadual, inúmeros “Cavalheiros e Senhoras que se aglomeravam”, tornando impossível manter a ordem de colocação estipulada pelos organizadores da missa. Fora do templo, na Praça Frei Caetano Brandão, que “foi pequena para conter a multidão”, apinhava-se o povo. Um ideal “da pátria de todos”, que não havia tido sucesso nos anos iniciais da República, agora retornava em um novo esforço sob alegorias, bustos, estátuas, poemas, canções, textos e manifestações solenes.

Este momento cívico também nos leva à um outro relato, a saber, publicado no dia 15 de fevereiro, dois dias antes da realização da celebração na Catedral.²⁸⁰ No texto, o *Estado* respondia acusações feitas pelo jornal *lemista* acerca da distribuição dos lugares na cerimônia, assim como uma tentativa dos correligionários do governo de João Coelho de tentar dificultar a presença de políticos ligados a Antônio Lemos. Na ocasião, estes mesmos *lemistas* haviam telegrafado ao Rio de Janeiro a fim de relatar aos jornais e aos poderes federais o que acontecia. O *Estado do Pará* respondeu dizendo que era “preciso pois muita perversidade para telegrafar para o Rio cousas que de pronto são desmentidas com as provas provadas”.

Ao se observar as notícias dos jornais cariocas, podemos perceber alguns interesses e disputas em torno do Barão. Enéas Martins, dono da *Folha do Norte*, aliado do *Estado do Pará*, na ocasião secretário do Barão do Rio Branco, fora nomeado ministro interino das Relações Exteriores logo após o falecimento do chanceler. Serzedelo Corrêa, também presente no cortejo fúnebre no Rio, tornava-se outro elo de ligação entre o Barão e o Pará. Havia não só uma necessidade de estar inserido no mais alto grau de patriotismo cívico da Nação. Existia, sobretudo, uma busca por prestígio e poder. Serzedelo e Martins tinham interesse de reverberar no Pará a imagem de Rio Branco, para que esta concorresse legitimando seus próprios projetos, conclamando para as exéquias, por sua vez, os espectadores que desejavam convencer.

Inúmeros telegramas foram enviados ao governo federal, na pessoa do Presidente Marechal Hermes da Fonseca. Entre as personalidades paraenses, encontram-se o Governador João Coelho, o Intendente Virgílio Mendonça, o Sr. Capitão de Mar e Guerra Amyntas José Jorge, Sr. Capitão Tenente Ubaldo da Silveira assim como o Centro Republicano Português e a Artística Paraense, todos publicados na edição de 12 de fevereiro de 1912.²⁸¹

²⁷⁹ Sobre isso ler: SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas produzindo a Belle-Époque(1870-1912)*. Belém: Pakatatu, 2002.pp.19-34, onde a autora destaca a importância dos espaços públicos para a exibição do novo estilo de vida da elite burguesa da capital paraense.

²⁸⁰ Infâmia telegráfica. *Estado do Pará*. Belém, 15 de fevereiro de 1912. p. 01

²⁸¹ Barão do Rio Branco - Notas. *Estado do Pará*. Belém, 12 de fevereiro de 1912. p. 01

Além dessas personalidades, outras concorreram aos jornais para garantir presença na ritualística cívica. Entre eles, o Sr. João de Palma Muniz, Engenheiro diretor da Estrada de Ferro Belém-Bragança, que mandou comunicar aos jornais que após ter ciência da morte de Rio Branco, baixou uma portaria suspendendo o expediente da administração e de todos os setores que não prejudicassem o andamento funcional das máquinas.²⁸²

Uma nota intitulada “A minha homenagem”, assinada por Agnelo Neves, também demonstra um interesse em exibir publicamente não só o apreço por Rio Branco, mas o culto à sua memória.²⁸³ Nesta nota, ele convoca a todos: “Companheiros, velai sempre neste templo, a lâmpada da nossa homenagem ao nome glorioso, que eu também, em testemunho máximo de meu preito, descalço as sandálias pobres para uma peregrinação”. Ele chamou esta peregrinação de “espiritual, rumo ao túmulo sagrado, onde ele repousa”.

A sacralização da memória é um discurso muito recorrente à quase todas as matérias, a exemplo de um texto assinado por Martins Bessa, datado de 10 de fevereiro, mas publicado em 12 de fevereiro no Estado do Pará.²⁸⁴ Ele começa o texto dizendo: “Rio Branco! Nome santo e puro ao som de cada voz que te balbucia nasce em nosso íntimo a visão de uma manhã, bela, festiva, e a aurora da liberdade”.

A ideia da santificação e da luz também figuraram entre os recursos discursivos e imagéticos utilizados para descrever Rio Branco, assim como fomentar uma feição pública em torno dele. Bessa continua dizendo que Rio Branco é um verdadeiro “Hino que se entoa na Catedral augusta e soberana da Pátria, assim como “a expressão simbólica da minha pátria”. Finda dizendo que o consolo é perceber que Rio Branco agora figurava entre nomes como Tobias Barreto, Gonçalves Dias, Teixeira de Freitas, os “irmãos de glória” do Barão. Sobre Tobias Barreto, falaremos no próximo subcapítulo.

2.3.3.1 Entre o império e a República

Apontamento disso também se encontra nas fontes a seguir, como por exemplo, o pronunciamento da Imperial Sociedade Beneficente Artística Paraense, que em 12 de fevereiro teve publicado na primeira página do *Estado* a mensagem que encaminhou para o Presidente Marechal Hermes²⁸⁵. Nesta mensagem, a sociedade mostrava solidariedade para com todos os patriotas, condoídos com a morte de Rio Branco país afora, assim como declarava que “com a

²⁸² Barão do Rio Branco - Notas. Estado do Pará. Belém, 12 de fevereiro de 1912. p. 01

²⁸³ “A minha homenagem – Agnelo Neves”. Estado do Pará. Belém, 12 de fevereiro de 1912. p. 01

²⁸⁴ “Rio Branco – Martins Bessa”. Estado do Pará. Belém, 12 de fevereiro de 1912. p. 01

²⁸⁵ Artística Paraense. Estado do Pará. Belém, 12 de fevereiro de 1912. Belém, Pará. p. 01

morte do venerando e inesquecível Rio Branco, continuador da obra santa de engrandecimento pátrio encetada pelo ilustre e também inolvidável pai”, perdia o Brasil aquele que “mais contribuía para sua grandeza moral e material de nação livre”.

A memória do Império aparecia viva na figura de Rio Branco, visto como o continuador das obras de seu pai, o Visconde. Uma reconciliação entre o Império e a República era encenada, em boa oportunidade. Outro vislumbre nesse sentido está na realização de um Sessão Cívica na Associação dos Veteranos do Paraguai, dirigida pela Associação Literária Tobias Barreto,²⁸⁶ de onde fazia parte, inclusive, Martins Bessa, o autor de uma das homenagens fúnebres publicadas no *Estado do Pará*.

Mas antes de relatarmos esta sessão, importante destacar que os leitores d’a *Folha do Norte* puderam acompanhar na edição do dia 25 de Fevereiro de 1912 um relato sobre a realização de uma sessão cívica, ocorrida na data anterior, dia 24. Contando com a presença do então Governador Dr. João Coelho e de muitas autoridades, além de estudantes e professores, fez-se um ato de ‘glorificação à personalidade augusta do Barão do Rio Branco’, enaltecendo ‘os grandes serviços prestados à pátria’. No Salão Nobre do Ginásio Paes de Carvalho, achava-se ocupando o lugar de honra o retrato do grande chanceler, em bela moldura, circundada de palmas e flores, e tendo no pedestal uma pena de ouro sobre alguns livros num dos quais se lia uma frase de Serzedelo Corrêa: ‘Barão do Rio Branco, com a paz, o direito, a luz, a concórdia e a lei, sereno e majestoso, deu à pátria continentes maiores que a Itália, a Alemanha, a França e a Bélgica’.

Esta Sessão Cívica numa instituição de ensino não se dava à toa, já que a mocidade era constantemente citada como guardiã da memória, e a escola tornava-se um palco para o ensino do culto cívico, assim como a impressão da simbologia republicana. Devia-se despertar nos mais jovens o desejo pela história pátria e o gosto pela memória das grandes efemérides locais e federais.²⁸⁷ Antes disso, faz-se relevante destacar uma notícia publicada no *Folha do Norte*, dia 01 de Março daquele mesmo ano, tratando da realização de um trajeto cívico às 1 da tarde daquele dia, por parte dos associados da Associação Literária Tobias Barreto, em prol do levantamento de um monumento ao ‘glorioso Barão do Rio Branco’. O itinerário passaria por

²⁸⁶ Apoteose ao Barão. Estado do Pará. Belém, 09 de fevereiro de 1912. Belém, Pará. p. 01

²⁸⁷ Sobre isso temos: MARTINEZ, Alessandra; MAGALDI, Ana Maria. Educação Escolar na Primeira República. Revista Tempo, v 13 n26, 2008; LOPES NETO, João Simões; TAMBARA, Elomar; ARRIADA, Eduardo. Civismo e educação na primeira república. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 279-292, Jan/Abr 2009, assim como no contexto local temos: COSTA, Rafaela Costa. A formação de professores da Primeira República no Pará (1900-1904). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Educação, UFPA. 2007, assim como COSTA, Edivando da Silva. Civilizar a nação pela instrução pública: formação de professores e ensino primário no Pará (1891-1909). Dissertação de mestrado, Programa de Pós Graduação em História (PPHIST- UFPA). 2013.

ruas dos bairros do Centro, Nazaré, Comércio e por fim, retornando ao ponto de partida, o Largo de Batista Campos.²⁸⁸

Pouco se sabe desta Associação, mas Tobias Barreto, por sua vez, foi filósofo, escritor e jurista brasileiro. Foi o líder do movimento intelectual, poético, crítico, filosófico e jurídico, conhecido como Escola do Recife, que agitou a Faculdade de Direito do Recife. Patrono da cadeira nº 38 da Academia Brasileira de Letras.²⁸⁹ Na Faculdade de Direito, esteve perto de grandes figuras formadas no Império, a exemplo de Rui Barbosa, Castro Alves e Joaquim Nabuco. Rio Branco também estudara na mesma faculdade, antes de transferir o curso para o Rio de Janeiro. Agora entende-se a afirmação de Martins Bessa, quando ao citar Castro Alves e Tobias Barreto, os chama de “irmãos de glória” do Barão do Rio Branco. Tobias Barreto foi monarquista convicto, da mesma posição em que figurou Rio Branco durante os anos iniciais da República. Rio Branco também ocupava uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, à altura de seus.

Pelos elementos cultuados nesta Associação, a exemplo inclusive de Rui Barbosa, a quem eram simpáticos, pode-se inferir que esta organização figurava como mais um reduto de reminiscências de memórias imperiais na cidade de Belém. Mais do que isso, essa Associação mantinha, ao entender das fontes, uma relação de coexistência, em um trânsito vivo de simbologias. Ainda em Março, ocorreram outras manifestações cívicas, a exemplo do convite à uma homenagem, publicado em 05 de Março na *Folha do Norte*. A nota informava os leitores que naquele mesmo dia, à noite, a sociedade paraense iria assistir uma “brilhante homenagem aos exmos. Sres. Dr. Lauro Sodré, Firmo Braga e Teotônio de Brito, eleitos Senador e Deputados Federais”.

A homenagem ocorreria no Teatro da Paz, durante o intervalo do 1º ato da opereta “Casta Suzana”, que pela última vez seria encenada. Seriam exibidas duas fitas cinematográficas de “palpitante atualidade”, a saber, os funerais do Rio Branco e o embarque de Belém para o Rio do Sr. Lauro Sodré. Naquele mesmo mês, no dia 10, foi realizada, segundo matérias da *Folha do Norte* e do *Estado do Pará* de 11 de março de 1912, foi realizada uma Sessão Cívica no prédio do 5º Grupo Escolar da Capital, a fim de “homenagear a memória do Barão do Rio Branco”. A instituição, situada na confluência entre Generalíssimo e Braz de Aguiar, por decreto de 09 de março de 1912 passava a se chamar Grupo Escolar Barão do Rio

²⁸⁸ Associação literária Tobias Barreto. *Folha do Norte*. Belém, 01 de março de 1912. P. 01

²⁸⁹ GASPAR, Lúcia. Tobias Barreto. Fundação Joaquim Nabuco, Biblioteca Blanche Knopfe. Governo Federal. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=172&Itemid=1 acesso em 11/ 05/2016

Branco, por se entender que “entre os grandes feitos da história da Pátria, o Barão do Rio Branco se assinalou para a imortalidade”.²⁹⁰

Dia 15, outra Sessão Cívica foi realizada, mas agora pela Cosmopolita, uma das principais lojas maçônicas da capital. O enunciado dizia: “A sessão de pompas fúnebres da Cosmopolita, em homenagem ao grande estadista”.²⁹¹ Uma homenagem maçônica não era de se estranhar, já que Rio Branco se envolveu com a ordem ainda durante o Império, inclusive ganhando desafetos com D. Pedro II por conta disso. O Barão chegou até o grau de Grão Mestre, assim como o Dr. Lauro Sodré. Firmo Cardoso, recém eleito deputado federal, também estava presente na Sessão, representando o Grande Oriente, na ausência de seu representante legítimo, o General Ilha Moreira.

A matéria continuava dizendo que no suntuoso templo, com luxuosa decoração e imponência, encontravam-se todos os veneráveis da ordem maçônica no Pará, assim como as mais altas patentes da Maçonaria, famílias, autoridades civis e militares, bacharéis, médicos, magistrados, todos pertencentes à “numerosa e universal instituição”. A *Folha do Norte* já publicava suas simpatias com a Maçonaria, uma vez que Lauro Sodré fazia parte dela. A classe maçônica então, apresenta-se como pano de fundo desse processo memorialístico, assim como aproveitava-se da situação para promover a ordem diante da sociedade local.²⁹²

Rio Branco, no meio desse contexto, enquanto representações do imaginário, obteve um alcance enorme não só entre letrados, políticos e artistas, mas como as próprias matérias afirmam, entre o povo que concorria às cercanias dos Palácios, órgãos públicos, jornais, sessões cívicas e exéquias. Não se sabe se realmente ele chegou a comover a grande massa popular, mas mobilizou grande número de pessoas, que de alguma forma, movimentaram e ritualizaram sua passagem para o rol dos imortais. Começava em 1912, com a morte, o florescimento de um novo Barão, agora ainda mais aureolado pelo reconhecimento das instituições, das inúmeras telas encomendadas por seus amigos e “simpatizantes” [ou não], nas inúmeras estátuas e bustos esculpidos Brasil afora, assim como as incontáveis biografias e sessões solenes, exéquias e comemorações cívicas.

²⁹⁰ Sobre isso ler: SODRÉ, Emmanuel. Lauro Sodré na História da República. Rio de Janeiro: GB, 1970, assim como SANTOS, Alan Cristian de Souza. O que revelar? O que esconder? Imprensa e Maçonaria no final do dezenove (1872-1892). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História social da Amazônia. 2011.

²⁹¹ Barão do Rio Branco – A Sessão de Pompas Fúnebres da Cosmopolita. *Folha do Norte*. Belém, 15 de março de 1912. p. 01

²⁹² Como exemplo temos a matéria da “Lauro Sodré e a Maçonaria”. *Folha do Norte*. Belém, 07 de maio de 1907. P. 01, assim como consultar a lista dos maçons ilustres, montada pela Loja 43 de São Paulo: <http://www.lojasaopaulo43.com.br/ilustres.php#brasil>

A sua morte aconteceu no campo físico assim como no campo simbólico. A morte simbólica ocorreu somente para fazê-lo renascer mais forte e imortal. Diante da construção de uma imagem glorificada, fundada na comoção da perda e do desaparecimento, o esforço da memória entrou em ação para pô-lo em bom lugar. Nos espaços da cidade, no grupo escolar, nos ritos cívicos, nas manchetes de jornais ou nas obras de arte. O Barão se punha a viver, até que a memória fatalmente sucumbisse à tragédia do esquecimento.²⁹³

2.4 Um busto para a posteridade

A passeata dos literatos da Associação Literária Tobias Barreto em 1912 coexistiu com outras manifestações em torno da ereção de um monumento na capital do Pará ao Barão do Rio Branco. No *Estado do Pará*, uma nota foi publicada em 12 de fevereiro, onde se dizia que o jornal *A Capital* havia proposto a ereção de um monumento a Rio Branco. O *Estado* declarou abraçar “de coração este gesto de patriotismo e justiça ao glorioso brasileiro”.²⁹⁴

A ideia de um monumento já vinha bem antes, de 1901, na ocasião do discurso de Paes de Carvalho sobre a vitória de Rio Branco na questão do Acre. Era necessário não só agradecer aquele que restituiu pela via diplomática ao território paraense e brasileiro, terras historicamente disputadas com a França, mas também aproveitar seus grandes feitos para torná-lo o personagem de uma complexa teia de símbolos e civismo. Por sua vez, desde o fim de 1911, o *Estado do Pará* já vinha publicando a arrecadação de fundos para a construção de um monumento à Deodoro de Mendonça, a exemplo da matéria do dia 23 de dezembro, sob o título “Monumento ao Generalíssimo Deodoro”.²⁹⁵ Em Belém, uma importante e bela avenida já havia ganhado seu nome, e segundo a nota, buscava-se contribuintes para a junção do montante necessário a fim de erigir uma imponente estátua ao militar.

Um festival havia sido realizado no Teatro da Paz onde se arrecadara a quantia de 3:730\$000, sob iniciativa do General Ilha Moreira e do Gerente da Porto Of Pará, o Sr. M. J. Guérin. Ainda nos dias 07, 10 e 11 de janeiro de 1912, falava-se deste monumento. O *Estado* volta a falar do caso já em março, no dia 15, sob o título “Monumento a Deodoro”. Importante

²⁹³ O esquecimento nesse contexto pode ser interpretado como a morte da memória pública, tão esforçadamente construída, envaidecida e exaltada. A lógica burguesa de vida imprimia no espaço público elementos simbólicos que deviam ser lembrados, e junto desse processo, o próprio sentido do que devia ser lembrado ou esquecido ganhava corpo entre opiniões favoráveis, a favor, indiferentes ou simplesmente no silêncio de quem desejava se abster. O esquecimento, enquantopositor da memória, ao passo que poderia afundar no abismo acontecimentos os quais se desejava esquecer, por outro lado, podia representar o fracasso de toda uma campanha, da representação simbólica de uma ou mais vidas. RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007

²⁹⁴ *Monumento ao Barão*. Estado do Pará. Belém, 12 de fevereiro de 1912. p. 01

²⁹⁵ Monumento ao generalíssimo Deodoro. Estado do Pará. Belém, 23 de dezembro de 1912. p. 01

lembrar que a queda no preço da borracha havia diminuído sensivelmente a dinâmica econômica na capital do Pará, e a arrecadação para a feitura do monumento se dava de forma bem mais lenta que em anos anteriores.

Em 1912 ainda, surgiu a ideia de uma outra associação que abriu subscrição para a feitura de um busto ao Barão do Rio Branco. O periódico *A Capital* abriu uma comissão formada por Antonio Marçal, Marques de Carvalho, João Malcher, professor Raimundo da Trindade e Carlos Cotelô, nomes já conhecidos pela imprensa paraense naquele momento. Em sua última publicação, em 7 de março de 1913, transcrita pelo *Estado*, o jornal informava aos leitores um balanço sobre a arrecadação, que chegara a quantia de 5\$009\$100 (cinco contos nove mil e 100 réis). Esta quantia fora arrecadada dentre as listas distribuídas, onde apenas 14 das 30 retornaram com respostas em dinheiro. Entre as personalidades e órgãos que colaboraram, estão a Recebedoria do Estado, com \$355 réis, Alunos do colégio maçônico, 622\$000, jornal *A Capital* 600\$, Botequim “A sereia” com 106\$250, sessão especial do cinema Olympia, 1:011\$000, a festa de estreia do cinema Rio Branco, com 300\$, festival tauromáquico com 241\$850 e muitos outros com quantias menores.²⁹⁶

Vislumbra-se um esforço de mobilização em torno do monumento, que contou com a participação de autoridades, autarquias públicas e pessoas a exemplo do General Ilha Moreira, comandante Guilherme Muller, Sr. Rosemiro de Oliveira, Sr. Jaime Pimentel, maestro Raffaello Sagré, entre outros. Mesmo com todo o esforço, a quantia ainda se mostrava insuficiente para a execução da obra, devido a “intensidade da crise atual que tanto dificulta”. Em 1913, com a extinção d’*A Capital*, transferia-se a responsabilidade da ereção do busto à mesma comissão, faltando apenas o sr. José Soares, cônsul de Portugal.

Em 1915, Theodoro Braga, grande expoente da arte no Pará, indicara o nome de uma jovem artista chamada Julieta de França, a quem confiava a patriótica tarefa. D’antes, a comissão desejava enviar a encomenda para algum artista europeu, ideia que foi rejeitada e combatida de pronto por Theodoro Braga. O mesmo afirmara que Julieta era “escultora de competência indiscutível, de valor já posto em pratica, mas cujo único defeito, talvez, é de ser brasileira...”.²⁹⁷ Diante do nacionalismo e regionalismo protagonizado por Braga, a ideia de remeter a encomenda do busto à um europeu era não só uma coisa absurda, como desnecessária, tendo tão bons artistas da terra.

Julieta de França, nascida em Belém, filha do maestro Joaquim Pinto de França e Idalina Pinto de França, realizou seus primeiros estudos artísticos com Domenico de Angelis, partindo,

²⁹⁶ Busto do Barão do Rio Branco. Estado do Pará. Belém, 13 de janeiro de 1916. p. 1

²⁹⁷ Busto do Barão do Rio Branco. Estado do Pará. Belém, 13 de janeiro de 1916. p. 1

em 1897, para a capital federal. Lá ingressou na Escola Nacional de Belas Artes, beneficiando-se da permissão concedida pela República às mulheres, no que se refere ao acesso a cursos superiores, a partir de 1892. Enquanto aluna, destacou-se por grande empenho e por ter sido a primeira artista do sexo feminino a cursar as aulas de nus e modelo vivo. Em 1900, foi a primeira mulher artista brasileira a obter o mais alto prêmio outorgado a um aluno pela escola: uma bolsa viagem ao exterior (SIMIONI, 2008. p. 01).

Importante destacar que alguns estudos já vêm se dedicando há um tempo sobre o papel dessas mulheres artistas no contexto nacional, na tentativa de desmistificar e descrystalizar antigos cânones na história da arte brasileira. Aqui Julieta de França é posta como a artista individualizada que foi, e não como parte de um grupo homogêneo chamado “mulheres”, haja vista as diferentes condições das mulheres de diferentes classes sociais e ocupações no período.²⁹⁸

Contudo, é mister apontar que a artista estava imersa em um contexto que apresentava constantes dificuldades ao trabalho de mulheres nas artes. Por vezes obscurecidas pela alcunha de “amadoras”, categoria na qual passaram a ser aceitas nas exposições da Academia Imperial de Belas Artes a partir de 1840. Como alunas, começaram a ser aceitas apenas em 1893, aos moldes franceses: sob tutela e orientação de algum artista homem com que tinham ligação afetiva, familiar ou amizade. Mesmo com a permissão republicana e o constante discurso retórico de inclusão, as mulheres recebiam currículo diferenciado na escola, o que acabava por dificultar a entrada de mulheres nos liceus e academias de arte por não possuírem preparação teórica e técnica a altura dos homens.

A estrutura social que compreendia o papel masculino e feminino na sociedade acabava por empurrar as mulheres às posições tradicionais e atividades vistas como mais adequadas. A mulher ainda encarada como adorno, esteio do lar, a bela modelo para quadros pintados por amantes masculinos pouco a pouco afirmava-se enquanto sujeito que era, com qualidades, expectativas, habilidades e talentos.

Julieta de França, ainda em 1898 fora amplamente mencionada em algumas matérias d’O Pará, em ocasião de uma exposição de desenhos que fora realizada no salão da loja Mina Musical. Na matéria, o jornal abriu espaço para um dos professores do Liceu Paraense, Sr. Libutti, fazer uma crítica acerca do trabalho da paraense. Sobre ela disse:

²⁹⁸ Sobre isso ler: SIMIONI, A. P. C. *Profissão artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2008.; PERROT, Michelle. *História das Minhas Mulheres*. Contexto, 2008; PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, EDUSC, 2005; GROSEMICK, Uta. *Mulheres Artistas: século XX e XXI*. Rio de Janeiro: Taschen, 2003.

Tendo visitado hoje em companhia de minhas discípulas a exposição dos trabalhos da distinta senhorita Julieta França, aluna da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro onde a sua reputação e sua inteligência artística tem chamado a atenção dos professores da referida academia e dos mais conhecedores d'esta arte, julgo do meu dever patentear igualmente a minha admiração com o que vi e apreciei.²⁹⁹

Julieta, que a época já havia se mudado para a capital federal pouco a pouco ganhava a fama que lhe renderia ecos em sua terra natal. A visita do professor e de suas discípulas indicam uma representação de Julieta, enquanto possível inspiração para as outras moças da capital paraense, desejosas de seguir o duro caminho das artes. O mesmo professor destacava o uso do nu por Julieta, técnica que “representa grande dificuldade para obter a reprodução expressiva de sua grandeza”. Ele se referia a uma tela a óleo onde um corpo nu se debruçava deitado. Também referiu-se a uma outra tela, a retratar um velho, que “em poucos toques de pincel chegou a obter a perfeição do seu trabalho”.

Além disso, o crítico continua a tecer seus elogios no que diz respeito a técnica da artista dizendo: “das delicadas mãos de uma senhorita, acho nos trabalhos de plástica uma certa força e energia igual as obras de pintura que são de facto para admirar”. Para conferir valor a obra de Julieta, o professor recorreu a comparação de obra da mesma com a de um homem, cheia de energia e força. Essa declaração é um vislumbre da espécie de pensamento existente na época: a mulher artista, com talento, era aceita no meio mediante a comparação de seu trabalho ao de um homem.

Mais tarde, já em Paris, agraciada por uma bolsa de estudos, fora aluna e discípula de Rodin, sendo agraciada por elogiosas críticas a seu trabalho na imprensa francesa, em especial, em 1904, com a escultura *O sonho do filho pródigo*, sendo posta pelo crítico do jornal *Univers*, em classificação abaixo apenas de Rodin. Contudo, apesar de certo reconhecimento, Julieta compartilhou de uma realidade bastante comum aos artistas pensionistas no exterior: dificuldades financeiras e o incerto pagamento das pensões. Em matéria da *Folha do Norte*, em junho de 1903, o jornal ia em defesa da artista que sofria dificuldades em realizar seus estudos por falta de rendas suficientes, mesmo que a “talentosa patricia” já tinha conquistado espaço junto de um *salon* pertencente a Sociedade dos Artistas Parisienses.³⁰⁰ A proposta era que o seu estado natal recolhesse dinheiro para ajudar sua ilustre conterrânea.

O contato com artistas estrangeiros de renome fez com que Julieta de França ganhasse confiança no trabalho que exercia, desafiando inclusive a comissão do monumento

²⁹⁹ Julieta França. O Pará. Belém, 10 de abril de 1898. p. 02

³⁰⁰ Os que nos honram longe da Pátria. Folha do Norte. Belém, 14 de junho de 1903. p. 01

comemorativo à República, que em 1908 rejeitara sua maquete por considerá-la fora das exigências técnicas, assim como por não atender o teor histórico que a obra pedia. Julieta não aceitou a opinião dos técnicos e se pôs em nova viagem à Europa afim de recolher a opinião de conceituados artistas acerca de sua maquete. Entre os artistas, estavam Verlet, Rodin, Teixeira Lopes, Maignanes, Carolus Duran, Injalbert entre outros, dos quais Julieta coletou rubricas e críticas favoráveis a sua maquete, contrariando o laudo dos mesmos diretores que haviam lhe dado a bolsa de estudos.

A ousadia de Julieta parece ter lhe custado um período obscuro, onde poucas menções a seu nome foram feitas. Até mesmo em seu diário *Souvenir de ma carrière artistique* a artista deixa uma lacuna entre o monumento supracitado e o busto do Barão do Rio Branco.³⁰¹ Sua trajetória artística parece retomar fôlego já na década de 1910, quando há a sinalização da encomenda do busto do chanceler. A bem da verdade, é relevante destacar que esse percurso entre 1908 e 1912 fora feito pela própria artista em sua espécie de portfólio, talvez com o intuito de destacar o que achava ou queria que achassem mais relevante em torno de sua vida artística.

Julieta de França esteve repleta de muitas ousadias. Diante da condição relegada a mulher naquele momento, ela se mostrou forte, enérgica e confiante em suas convicções, contrariando e confrontando os maiores nomes da arte no Brasil, a exemplo de Rodolfo Bernardelli, diretor da Academia de Belas Artes. Bernardelli fora diretor da instituição por 25 anos seguidos, e anos antes trocara correspondências com Julieta durante a estadia da mesma na Europa. Desentendimentos marcaram a relação da aluna com seu superior, o que pode ter ocasionado seu desaparecimento das críticas documentais de arte, após 1908. Vislumbra-se que Julieta quebrou com o estereótipo da mulher subserviente e foi além: granjeou elogios de artistas de bem mais prestígio que os que haviam julgado-na, exigindo assim que a comissão brasileira do monumento se retratasse quanto a sua obra.

De certo modo, a artista causou frisson entre seus colegas e entre nomes consagrados da arte brasileira acadêmica. Todavia, se a mesma fora relegada a um certo ostracismo – opcional ou não – entre os seus patrícios surgiu seu retorno e uma grande encomenda: o busto do Barão do Rio Branco, encomendado pela comissão formada em 1912. Theodoro Braga, importante defensor de uma arte pretendidamente nacional, foi quem chamou a atenção da comissão para que a justiça fosse feita: se anos antes fora rejeitada em sua alegoria comemorativa da República, agora ela retornaria para fazer o busto de um dos maiores vultos consagrados pela República.

³⁰¹ SIMIONI, A. P. C. *Souvenir de Ma Carrière Artistique*. Uma autobiografia de Julieta de França, escultora acadêmica brasileira. Anais do Museu Paulista (Impresso), v. 15, 2007. p. 252

Esse tipo de obra já encontrava aceitação no Brasil, em especial no costume do poder público no Pará, desde tempos idos. A influência de italianos, a exemplo de Antônio Landi e outros, tornaram a cultura estatuária algo recorrente nas homenagens públicas, exéquias, cerimônias laicas e religiosas. Peter Burke ao analisar a fabricação da imagem de Luís XIV, observou que ele já considerava a pintura e a estatuária como forma de representação de sua pessoa em caso da ausência física (BURKE, 2009. p. 28, 29). Os objetos, a exemplo dos bustos e estátuas tem função de representar feições bem mais realistas, em tamanho quase sempre natural, de alguma efeméride ou figura destacada. As estátuas se impõem no corpo da cidade, e não menos que chamaram a atenção de viajantes e literatos. Victor Godinho e Lindenberg afirmaram ser Belém uma das cidades que mais possuíam estátuas no Brasil, no início do XX.³⁰² Alfredo, ao experimentar a paisagem da escola modelo, Barão do Rio Branco, não deixou de notar o busto do ilustre que nomeava o prédio (JURANDIR, 2004. p. 147).

Esse tipo de construção remete ao conceito de Nora e Backzo, quando tratam das variadas formas do imaginário social concorrerem para a afirmação e conservação da memória. São formas da história passar à narrativa sacralizada da memória, mesclando-se em simbiose múltipla.³⁰³

O busto de Rio Branco, porém, passou por diversas intempéries até ficar pronto e aportar em terras paraenses. Além da crise econômica que impusera inúmeras dificuldades para a arrecadação de fundos para a feitura do monumento, em reunião feita em 1915, na ocasião de se remeter a encomenda à Julieta de França, a comissão notou não constar nenhuma quantia a mais a não ser aquela remetida pel'*A Capital* ao diretório, na pessoa do tesoureiro Coronel Marques de Carvalho.³⁰⁴ O deputado Bento Miranda foi quem serviu de intermediário entre a comissão paraense e a escultora, que à época domiciliava no Rio. O periódico não deixou claro de onde saiu a renda complementar da obra, ou se ela fora feita pela quantia arrecada, um pouco mais de 5 contos de réis.

³⁰² GODINHO, Victor e LINDENBERG, Adolpho. Norte do Brasil – Através do Amazonas, do Pará e do Maranhão. Rio de Janeiro e São Paulo: Laemmert & C., 1906. p. 111

³⁰³ O primeiro trabalho: NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 21, dezembro de 1993, aborda a memória constituída de inúmeras impressões, projetos, simbologias e anseios sociais. A memória enquanto construção do imaginário social, diverso, conflituoso, porém ligado pela comunidade de imaginação construída pelas experiências coletivas. Já no segundo trabalho, Backzo trata de forma ampla, por meio de outras ciências humanas, do lugar da memória nos diferentes espaços da vida social, cultural, política e psicológica. A imaginação social não aparece apenas como mera construtora de uma memória social, mas como protagonista do processo que move escolhas e batalhas de sentido. Baczo, Bronislaw. “A imaginação social” In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

³⁰⁴ Busto do Barão do Rio Branco. Estado do Pará. Belém, 13 de janeiro de 1916. p. 1

De todo modo, a feitura do busto fora ovacionada pela imprensa paraense, que a recebera dias antes do tricentenário da cidade de Belém. Uma data histórica de grande expressão, que culminou na publicação de um anuário, organizado por Ignácio Moura. Na abertura da obra, o organizador salientava que:

As investigações diplomáticas do grande brasileiro Barão do Rio Branco para a solução do litígio internacional do Amapá, devemos a pesquisa e descoberta de velhos documentos, relativos a nossa velha fundação colonial.³⁰⁵

Uma busca cada vez maior pela documentação relativa ao histórico da cidade já se mostrava desde antes, como vislumbrara-se no esforço empreendido pela encomenda de telas a destacar os grandes fatos históricos da região. A data configurava-se em um lugar de memórias há muito cultivadas no Pará, e a chegada do busto, mesmo que não se saiba se intencional ou não, apresenta-se como oportuna, a elucidar a construção de uma parte da história paraense, através dos tratados dirigidos pelo Barão do Rio Branco.

Apesar da data histórica, o busto ficara sob a posse do jornal *Estado do Pará*, e segundo a edição do dia 13 de janeiro de 1916, seria em breve encaminhado ao governador do Estado, que ficaria incumbido de dar-lhe o destino que melhor parecesse. Apenas em 1917, o busto fora inaugurado com pompas e vivas, tendo como pano de fundo a festa da árvore, no Grupo Escolar Barão do Rio Branco.³⁰⁶ Ninguém menos que o Dr. Lauro Sodré retirou de sobre o busto a bandeira nacional que o cobria, “ouvindo-se por esta ocasião estrondosa salva de palmas”. Após a cerimônia oficial, alunos entoaram o hino “Barão do Rio Branco”, composto pelo maestro Paulino Chaves e Rocha Moreira, que trabalhava na *Folha do Norte*. Outras manifestações musicais foram realizadas.

Selava-se, no corpo da cidade, posto à frente do bem localizado grupo, o busto do benemérito Barão, eternizado sob as habilidades de Julieta de França. E não ingenuamente fora posto em frente de um grupo escolar. Em palavras de Theodoro Braga, Julieta utilizara da arte “para relembrar aos pósteros aquele imortal diplomata que tão alto elevou o nome do Brasil”. O Barão, enquanto exemplo aos alunos da instituição modelo, tornara-se também um exemplo para os mais jovens, de uma forma mais ampla. À avenida generalíssimo Deodoro, esquina com nobre avenida Brás de Aguiar, punha-se imponente o Barão, aureolado sob o nome da instituição, o hino e o busto, como marco e lugar de memórias múltiplas.

³⁰⁵ MOURA, Ignácio. Anuario da cidade de Belém. 1916. Imprensa Oficial. p. 87

³⁰⁶ Festa da Árvore. Estado do Pará. Belém, 23 de junho de 1917. p. 01

Por fim, a arte de Julieta de França também impunha-se enquanto ícone urbano e escolar, e hoje bem mais como objeto da ciência histórica, que vem esforçando-se em desvendar as especificidades destas artistas pioneiras. A memória do busto, mesmo que não associada diretamente a artista, toca um convívio social e sua permanência material em um lugar de intenso trânsito de alunos, observadores e vizinhos. O esforço deve concentrar-se para que além da figura do Barão do Rio Branco, os transeuntes se ponham a saber quem foi Julieta de França, nossa ousada e talentosa artista.

2.5 As praças Rio Branco: *lieux de memoire*

Como tratado d'antes, a convergência entre as representações do Barão do Rio Branco com as reminiscências de memória de seu pai ocorreu por vezes nos discursos de jornais e do poder público. Para o entendimento desse legado, importante fazer um apanhado do contexto de 1880, que assistiu a morte do Visconde do Rio Branco, assim como o movimento desenvolvido em torno de sua imagem.

Em plena efervescência da causa abolicionista, o periódico *Diário de Notícias* publicara em 7 de julho de 1881 uma carta do Gram Pará, na pessoa de Miguel Lúcio d'Albuquerque Mello Filho relatando a penúria na qual ficara a família do Visconde após seu falecimento. A carta também conclamava o maior número de pessoas para a abertura de uma subscrição pública para arrecadação de fundos a família Silva Paranhos.³⁰⁷ Mais tarde, o cônsul dos Estados Unidos no Pará oferecera à Sociedade 15 de Agosto um busto do “benemérito brasileiro, o finado visconde do Rio Branco”. Ao fim da carta, E. Backus torna público o que se esperava com tal ato: “Que esse busto inspire os ilustres sócios da 15 de agosto – tanto patriotismo soube ter o homem que ele relembra. É o que muito desejo”.³⁰⁸

Constantemente os periódicos ovacionavam o Visconde do Rio Branco como “vulto distinto”, “patriota”, “ilustre brasileiro”, e no contexto que se assistia em 1881, vislumbra-se uma tentativa de dar sentido ao próprio movimento abolicionista no Pará. A figura do Visconde, aliada a Lei do Ventre Livre, ou também Lei Rio Branco, reverberara bem em terras paraenses, sobretudo entre grupos esclarecidos da sociedade. Nesse período haverá então uma disputa em torno da memória de Rio Branco pai, principalmente entre abolicionistas e setores da igreja contrários à causa de emancipação ou contrários à maçonaria. Visconde do Rio Branco era

³⁰⁷ Subscrição. *Diário de Notícias*. Belém, 07 de julho de 1881. p. 03

³⁰⁸ Carta a redação. *Diário de Notícias*. Belém, 15 de julho de 1881. p. 01

maçom, assim como importantes personagens do movimento. Dissidências políticas e ideológicas formaram a disputa que se assistiu.

Enquanto a igreja era constantemente acusada de denegrir a imagem de Rio Branco, como se pode ler nas matérias do Diário de Notícias entre 1881 e 1888,³⁰⁹ lideranças políticas valiam-se da contribuição do Visconde para propagandear o movimento no Pará. Em agosto de 1882, o dono da mercearia 15 de agosto incluía em seu jornal ilustrado um desenho do monumento que seria erguido ao General Gurjão e logo abaixo, fizera ser desenhado em uma das faces do pedestal o busto do Visconde do Rio Branco.³¹⁰ O busto de Rio Branco não foi executado junto a obra final, mas se mostra enquanto intenção e projeto de grupos que assim o queriam. Em 1884, festas da colônia cearense comemoravam a emancipação completa dos escravos da sua província, entre estandartes, festas e vivas. Erguia-se na festa, “o vulto venerando em busto do benemérito Visconde do Rio Branco, que era levado em um andor”. Há possibilidade do busto carregado nesse préstito ser o busto oferecido em 1881 pelo cônsul norte americano.

Algo curioso é apontado nessa ocasião festiva. Na matéria do dia 24 de março, o itinerário da passeata já anunciava entre tantas ruas, a passagem pela “praça Visconde do Rio Branco, travessa das Mercês e Rua das Flores”³¹¹. Em 24 de junho de 1892, aparece um anúncio do Correio Geral, sito na “praça Visconde do Rio Branco (vulgo largo das mercês)”.³¹² Não resta dúvidas de que o largo das Mercês fora renomeado em homenagem ao ilustre visconde, e que essa mudança se deu em ocasião das exéquias prestadas.

Ernesto Cruz não fizera menção das origens do nome da praça, apenas se limitando a dizer que primeiro nomeada Largo das Mercês, depois Praça Visconde de Mauá e então Praça Visconde do Rio Branco.³¹³ Borges afirma porém que a praça fora nomeada Visconde do Rio Branco por Antônio Lemos enquanto este esteve na Intendência Municipal de Belém, desde

³⁰⁹ Na matéria do Notas. Diário de Notícias. Belém, 23 de setembro de 1882. p. 3, dizia-se de uma “disputa na câmara de Campinas para a nomeação de uma travessa com o nome do Visconde do Rio Branco”. Já em 01 de maio de 1884, em briga entre a igreja e abolicionistas, o jornal dispara que “a cidade de Breves, que hoje não é Visconde do Rio Branco, porque certos padres não consentiram” In: Discussões. Diário de Notícias. Belém, 01 de maio de 1884. Belém, Pará. p. 01. Em 6 de abril de 1888, após a assinatura da Lei Áurea, o Diário de Notícias ataca os padres e o jornal Gram Pará ao dizer que o clero “querendo provar que é abolicionista, contra todos os fatos que provam o contrário, citam uma carta do Visconde do Rio Branco dirigida a Monsenhor Pinto de Campos”. Os padres do Gram Pará. Diário de Notícias. Belém, 06 de abril de 1888. p. 01.

³¹⁰ Festas do 15 de Agosto. Diário de Notícias. Belém, 17 de agosto de 1882. p. 2

³¹¹ Festejos populares. Diário de Notícias. Belém, 24 de março de 1884. p. 01

³¹² Correio Geral. Diário de Notícias. Belém, 24 de junho de 1892. p. 2

³¹³ CRUZ, Ernesto. Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações. Belém; CEJUP, 1992. p. 107

1897.³¹⁴ Diante destas fontes, o sentido dessa nomeação muda de perspectiva, uma vez que não foi a República que nomeou a Praça, mas sim representantes do Império a renomearam, e essa continuidade aponta intenções.

O que impedia Antônio Lemos de mudar o nome da bem localizada e tradicional praça para o nome de algum republicano importante? Possivelmente, residia na memória política local um sentido em torno desta permanência, e em torno das representações do Visconde enquanto símbolo da liberdade. Outra via de interpretação nos leva a pensar nas negociações e nos limites que essa política de renomeação encontrava. Mesmo que não ganhando os corações populares, o Visconde ganhara a memória de importantes grupos políticos paraenses, e esta mesma memória garantiu sua permanência.

No mesmo *Diário de Notícias*, já em 1890, na coluna “regabofe”, reclamava-se da constante mudança dos nomes das ruas, que se davam a todo vapor em Belém. Entre tantas anedotas irônicas, o redator soltou: “Pra que diabos quer o Visconde do Rio Branco o largo das mercês? Deem aos macacos. Chame-se d’ora em diante. Largo do Macaco do Prego”. Espantava, mesmo diante de tantas mudanças, a permanência de um estadista identificadamente monarquista no corpo da cidade. Além do mais, as mudanças nos nomes das ruas desagradavam setores tradicionais da sociedade paraense, que viam seus vultos desaparecendo diante dos protagonistas do novo regime.³¹⁵

O Visconde do Rio Branco, do contrário, permaneceu em várias manifestações públicas, a exemplo da Rua Visconde do Rio Branco, que segundo o *Diário de Notícias*, era a “antiga rua da aurora”. Houve tentativas de nomear Breves como Visconde do Rio Branco, segundo indica matéria do mesmo periódico em 1884, assim como a nomeação de uma importante rua de Bragança com o nome do estadista.³¹⁶ Já na República, conciliava-se o fato do Visconde ser monarquista construindo um discurso liberalizante em torno de seus atos, como podemos vislumbrar em uma matéria da *Folha do Norte* em 1896, que declarava “mestre e amigo Paranhos, abriu os caminhos para a abolição”.³¹⁷ Por sua vez, o *Correio Paraense* se referia a ele dizendo que “foi um chefe conservador o Visconde do Rio Branco quem fez a liberalíssima lei da reforma judiciária de 1871 e lutou (...) em nome da civilização do século”.³¹⁸

³¹⁴BORGES, Tatiana Carepa Roffé. Do Largo das Mercês à Praça Visconde do Rio Branco: um estudo de gestão do patrimônio histórico em Belém do Pará, 1941-2011. 2013. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Belém, 2013. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

³¹⁵ Regabofe. *Diário de Notícias*. Belém, 31 de Agosto de 1890. p. 01

³¹⁶ Notas. *Diário de Notícias*. Belém, 15 de julho de 1885. p. 03

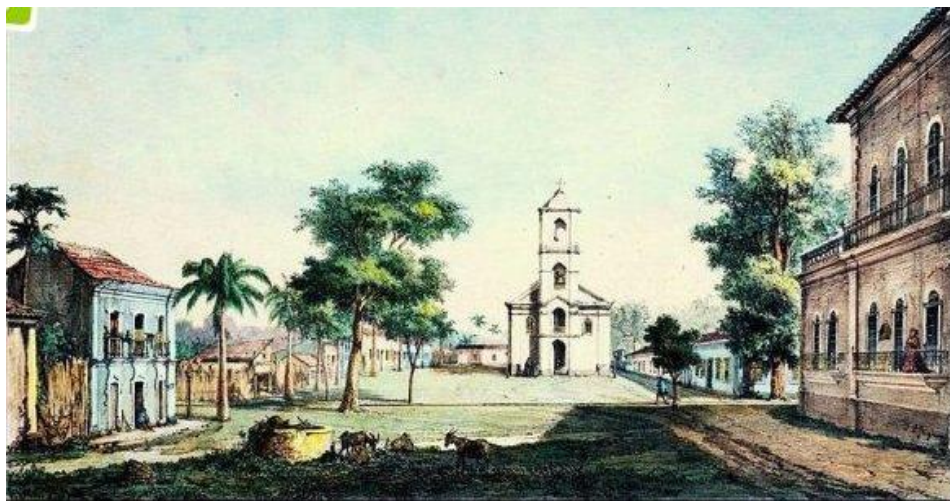
³¹⁷ Coluna monárquica. *Folha do Norte*. Belém, 21 de dezembro de 1896. p. 01

³¹⁸ Antítese. *Correio Paraense*. Belém, 06 de novembro de 1892. p. 01

O Império, em sua face liberal, pouco a pouco se veria reconciliado na República, mediante a construção do discurso da modernidade, da civilização e da diplomacia. O nome do Visconde do Rio Branco permaneceria como lugar de memória de um movimento que agitou frentes políticas locais, e que ao fim, segundo os discursos, representava um caminho que concorria para o bem de todos. O bem da pátria.

Já em 1912, em ocasião da morte do Barão do Rio Branco, o governador João Coelho ordenou que o largo das mercês, “uma das mais belas e pitorescas praças de nossa capital” fosse renomeado de Praça Barão do Rio Branco (imagem).³¹⁹ Remonta-se o costume do início do regime republicano, em renomear as ruas em prol das figuras mais destacadas dos novos tempos.

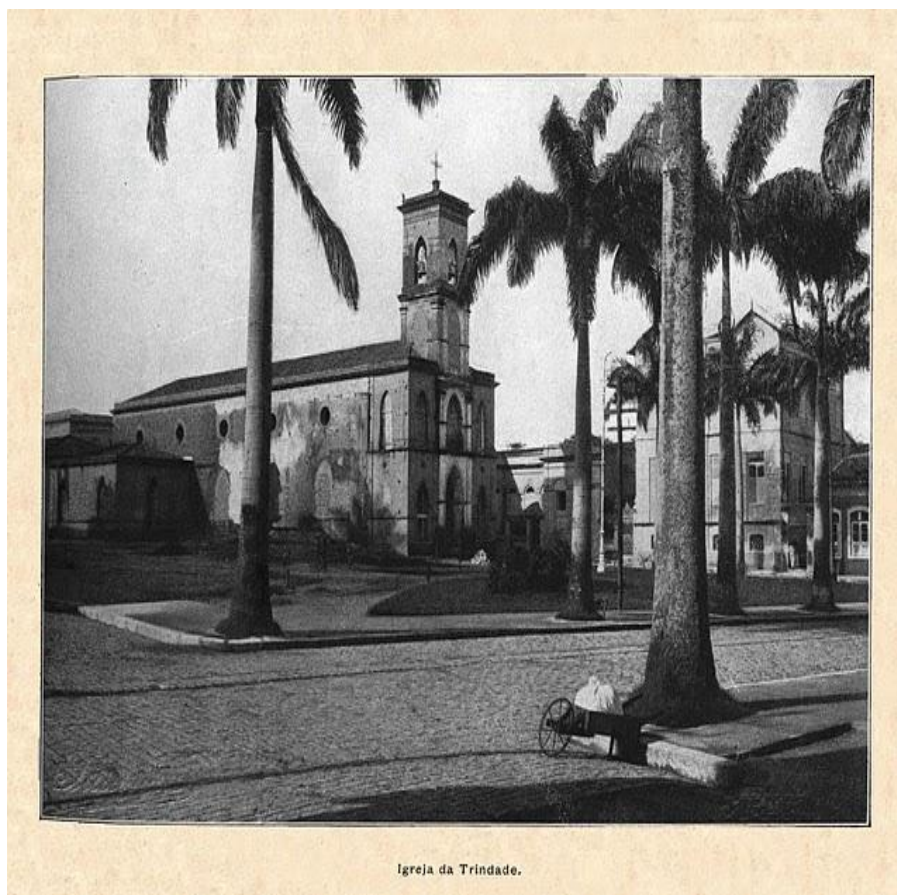
Imagem 31: Largo da Trindade, desenhada pelo italiano J. León Righini. Nota-se o tradicional logradouro, a exhibir animais, poço público e a igreja construída em 1802, por José Antônio Abrantes. O espaço era experimentado como lugar bucólico, a reunir transeuntes para as missas e convívios cotidianos entre vizinhos.



Fonte: Centro de Memória da Amazônia, UFPA

³¹⁹ CMA/UFPA. A imagem integra a obra “Panorama do Pará em doze vistas desenhadas por J. León Righini” digitalizada por Lucia Mindlin Loeb. Versão disponibilizada no site www.ufpa.com/cma. Imagem extraída em 04/05/2017

Imagem 32: Nota-se o Largo da Trindade no final do XIX, já com o calçamento em pedras e alguns melhoramentos municipais para fazê-lo lugar de passagem do bonde, veículos e transeuntes.



Fonte: Álbum do Pará de 1899

Imagem 33: Largo das Mercês, possivelmente em 1901, a exhibir os melhoramentos de ajardinamento e embelezamento. Enquanto logradouro antigo, necessitava passar por reformas que lhe dessem os ares da modernidade, diante da impossibilidade de alarga-lo, como fora feito em outras localidades da cidade.



Fonte: Álbum do Pará, 1902

Imagem 34: Cartão postal ilustrando a Praça da Trindade no início do século XX, após as reformas empreendidas por Lemos. A praça configurava-se como espaço de inúmeras sociabilidades, servindo de ligação entre a cidade velha e os novos logradouros da urbe. Nota-se que nesse momento a rua fora chamada de Rua dos Tamoios.



Fonte: Belém da Saudade, Secult, 1998

O contexto se apresentava diante da ressignificação dos logradouros, num esforço cada vez maior de imprimir exemplos sociais e cívicos. O Barão, cujos serviços pátrios eram de enorme alcance, tornava-se uma representação da ética pretendida pelo discurso de importantes setores intelectuais: o interesse apaixonado e desinteressado pelas causas nacionais. Mais que imprimir um nome na praça ou nas ruas, o esforço se caracterizava em cultivar posturas de vida. Pierre Nora, ao tratar os lugares de memória, salienta em entrevista posterior que estes não configuram nos lugares físicos, mas sim, nos rituais coletivos e individuais, no sentimento, no afeto e na identificação simbólica dos atores sociais, pois essa “noção é feita para liberar a significação simbólica, memorial, portanto, abstrata dos objetos que podem ser materiais, mas na maior parte das vezes não são (NORA, 1999, pp. 30).³²⁰

A praça enquanto lugar de referência na cidade, ponto de encontro, festas, reuniões e assim, lugar de lembranças, sociabilidades e experiências, torna-se uma convergência das apropriações simbólicas do poder público, mas principalmente como lugar de intensas batalhas de significação. Batalhas de representações.

³²⁰ NORA, Pierre. Entrevista. In: Pierre Nora ou o historiador da memória. BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Revista História Social. Campinas, SP. N° 5. 13-33. 1999

Um apontamento disso está no fato de em quase todos os anúncios de jornal onde aparece a Praça Visconde do Rio Branco, têm-se o complemento: “vulgo Largo das Mercês”, “antigo Largo das Mercês”. Mesmo esta praça quanto a praça Barão do Rio Branco até os dias atuais sofre dificuldades em ser chamada pelo nome que a rebatizaram.

Dentro da compreensão das vivências sociais, das rupturas e permanências simbólicas, temos o conceito das tradições inventadas³²¹ que mostra-se uma chave para a compreensão de que é necessária a criação de uma comunidade imaginada para legitimar a nova tradição. Há, inclusive, tradições que resistem as tentativas de substituição, diante de uma batalha onde o mais antigo, arraigado na mentalidade social, permanece e vence. E lutas se seguiram para a significação e ressignificação do espaço.

A praça fica localizada na Rua Gama Abreu, importante ligação entre a Almirante Tamandaré e a Avenida Nazaré. Antigamente, a rua era apenas um caminho que ligava o Largo de Sant’Anna ao Largo da Pólvora, atual praça da República. Após o levantamento da construção da igreja, em 1802, por José Antonio Abrantes, a rua ganhou movimento e passou a configurar um enclave diante das largas ruas abertas nos bairros fronteiriços. Segundo o Álbum do Pará de 1902, a praça se configurava uma oposição às “vias extensas, calçadas de pedra e relativamente muito estreitas, em face das ruas modernas e avenidas arborizadas que cortam toda a cidade, em direções diferentes”.³²² Segundo o mesmo enunciado, causava espanto passar por lá, ao ver aquele espaço tão pequeno, quanto pitoresco, a contrastar com a grandeza empreendida nas outras reformas urbanas.

Não se pode ignorar que o espaço urbano é experimentado e observado a todo momento. O olhar sobre a paisagem belenense e a escolha da praça para receber o nome do Barão do Rio Branco se apresentam enquanto dados importantes para se pensar a constituição de uma reforma urbana planejada. Cada canto da cidade recebia cuidados diferentes, e isso tornava o espaço multiformemente belo. O espaço da praça, um enclave na cidade, seria então escolhido para acolher o nome do mais destacado diplomata da história brasileira, o enclave político construído pela narrativa local: o Barão do Rio Branco.

³²¹ HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23. Os autores lançam a abordagem em torno das tradições que surgem por esforços pensados e consciente mas também das tradições inventadas a partir de surgimentos sociais, que de alguma forma encontram lugar no campo simbólico do momento. No caso deste estudo, analisa-se a imbricação destas duas razões, uma vez que o Visconde, ao passo que respondia aos anseios da campanha abolicionista, sofreu alterações e construção intensa de sua representação imagética.

³²² LEMOS, Antônio. *O Município de Belém: Relatório apresentado ao Conselho Municipal*. Belém: Tipografia A. Silva, 1902. p. 87

Entende-se, por fim, que os dois Rio Branco ainda permanecem em disputa no espaço das representações da cidade, numa competição onde concorrem a tradição do poder público e as tradições populares, que ressignificam os logradouros e espaços da cidade nos quais desenvolvem suas experiências. Os nomes Trindade e Mercês evocam inúmeros sentimentos, aliados a memória religiosa e ao costume popular de associar as praças aos nomes das respectivas igrejas que abrigam. Os dois Rio Branco, enquanto tradição nova, inventada pelo esforço da ação política, mesmo que com alguma projeção nos setores populares, não resistiram a força dos anseios e da legitimidade pública. Permanece o nome, contudo a batalha continua.

2.6 Grupo Escolar Barão do Rio Branco: 1912

Das simbologias criadas em torno do Barão, a mais presente na memória popular paraense é a Escola Estadual Barão do Rio Branco. Afirma-se isso tendo como base o presente, onde o grupo escolar ocupa lugar topográfico destacado. Contudo, retomando a incursão pelos vislumbres de um contexto mais antigo, percebe-se o prédio envolto em um caminho histórico da cidade, a elucidar também a trajetória da educação no Estado.

Antes de tornar-se o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, a instituição configurava o 5º Grupo Escolar de Belém, tendo funcionado ao prédio do CODEM, à avenida Nazaré, esquina com Quintino Bocaiúva, sob o nome de Grupo Escolar de Nazareth. O prédio em que funciona atualmente fora adquirido pelo Estado em 1906, por 5.000 libras, tendo passado por diversas reformas necessárias a fim de ser adaptado às necessidades escolares. No relatório de 1908, Augusto Montenegro informava sobre a compra do prédio e a compra de materiais importados, a exemplo de uma escadaria de ferro da Europa, louças sanitárias dos EUA e telhas francesas, para que se fizessem as adaptações necessárias. Explicita-se uma preocupação em equipar o prédio com o que havia de melhor à época, tornando-o digno de abrigar a instituição escolar.³²³ A reforma havia acabado em 1907, e o grupo fora então transferido para o prédio reformado naquele mesmo ano.

Em 1912, a morte do Barão do Rio Branco movimentara a capital, e como dito d'antes, dia 01 de Março fora realizado um trajeto cívico às 1 da tarde, por parte da Associação Literária Tobias Barreto, em prol do levantamento de um monumento ao 'glorioso Barão do Rio Branco'. O itinerário passara por ruas dos bairros do Centro, Nazaré, Comércio e por fim, retornara ao ponto de partida, o Largo de Batista Campos.³²⁴

³²³Sobre isso, ESTADO DO PARÁ. Mensagem encaminhada ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, Governo do Estado do Pará. Belém, 07 de setembro de 1908. Imprensa oficial, 1908. Belém, Pará.

³²⁴ Monumento a Rio Branco. Folha do Norte. Belém, 01 de março de 2012. p. 01.

Dia 10 de Março a *Folha do Norte* anunciara a realização de um festival, às 9 da manhã daquele dia, em homenagem ao ‘íncrito brasileiro Barão do Rio Branco’. Na oportunidade, o dito 5º grupo escolar da capital passaria a denominar-se Grupo Escolar Barão do Rio Branco. Cita-se também na reportagem o decreto e as justificativas para tal mudança no nome do grupo, das quais podem ser listadas o recente falecimento do Barão assim como sua notável relevância para a diplomacia brasileira.³²⁵

O governador João Coelho relatara que 30 dias após as exéquias mandadas executar na Catedral de Belém:

Dei, por decreto n. 1874, de 9 de março de 1912, o nome do Barão do Rio Branco ao 5º Grupo Escolar da Capital – nosso grupo modelo – enquanto o conselho municipal denominava de igual modo a antiga Praça Trindade, uma das mais pitorescas e elegantes de Belém.³²⁶

Apesar da nomeação da escola ter se dado em um momento em que outras homenagens se seguiam, pode-se perceber o destaque feito ao termo “nosso grupo modelo”, a indicar que o Barão não estava a nomear qualquer grupo. Desde muito reinava uma preocupação em torno da instrução pública no Pará, e a funcionalidade social que ela deveria prestar. Os políticos republicanos, assim como intelectuais, desde o Império já chamavam atenção para a importância da educação. Na consolidação do novo regime. O grande número de analfabetos impedia o progresso, lançando o Brasil em um atraso que muito lentamente mostrava se dissipar.³²⁷

Paes de Carvalho em 1901, ao se referir ao Grupo Escolar José Veríssimo, recém construído, declarou: “as construções escolares nessa capital devem prosseguir, pois este é o meio único que temos de dar ao nosso ensino primário as condições de vida que ele carece”. Esse grupo, por sua vez, havia sido construído “segundo todas as exigências da higiene e da pedagogia”.³²⁸ A escola, instalada às proximidades da praça Batista Campos também cumpria

³²⁵ Homenagem a Rio Branco. *Folha do Norte*. Belém, 10 de Março de 1912. p. 01

³²⁶ ESTADO DO PARÁ. Mensagem encaminhada ao Congresso Legislativo do Pará pelo Sr. Dr. João Coelho, governador do Estado do Pará, em 07 de setembro de 1912. Imprensa oficial, 1912. p. 5

³²⁷ Sobre isso temos: CARVALHO, Marta. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cyntia. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 225, onde a autora faz uma análise das concepções intelectuais em torno da instrução pública, que entre tantas funções, mostrava-se “[...] um signo do progresso que a República instaurava [...]”, tornando-se assim uma “questão nacional por excelência”. Rui Barbosa importante intelectual da Primeira República também se pronunciara acerca dos analfabetos e da educação no Brasil: “Numa nação cuja massa é de analfabetos, o movimento escolar não pode tranquilizar os espíritos progressistas, se a sua atividade não se traduz numa proporção bastante acelerada para levar ao desenvolvimento incessante e crescente da população uma vantagem firme, larga e crescente, que cubra, por meio de reduções consideráveis e cada vez mais amplas, o déficit primitivo”. In: BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública**: Obras completas. Vol. X, tomo I ao IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947[1883]. p. 18.

³²⁸ Relatório 1901. P. 51

importante papel de publicidade ao governo. Localizada na Travessa Presidente Pernambuco, endereço nobre da capital, necessitava ser mostra do que de melhor podia o governo investir.

Augusto Montenegro em 1908, salientara a importância das construções e reformas de edifícios escolares, justamente por se mostrarem de suma importância para o progresso material do Estado.³²⁹ João Coelho, em seu relatório de 1911, salientara que a gestão anterior havia extinguido grupos escolares em troca dos novos criados pelo Governo. Construídos para serem Grupos modelos de uma nova gestão, não é de se estranhar esse tipo de prática do poder público, de eliminar despesas com os prédios que não mais atendiam a estética e as funcionalidades modernas.

Um indicativo da maneira como esses prédios eram vistos pela população ou do imaginário que criou-se ao redor dos prédios escolares, temos o relato do narrador das aventuras do menino Alfredo em Belém. E assim que o garoto subiu a Gentil e dobrou a Generalíssimo:

Na Generalíssimo Deodoro, estava o prédio que Alfredo julgava digno de um colégio, com gradil e portão, no meio uma larga área de recreio. Um homem escuro, maneta manga inútil no bolso do paletó de casimira, esbravejava contra os moleques que haviam trepado nas grades do jardim, para retirar um papagaio. Era o Grupo Escolar Barão do Rio Branco. À entrada, o busto do Barão.³³⁰

Tendo em vista esses apontamentos, pode-se considerar que algumas características tornavam o 5º Grupo Escolar da Capital um grupo modelo, em palavras do governador João Coelho. Primeiramente, temos sua localização topográfica no corpo da cidade, inserido no nobre caminho das elites, logradouro convidativo às lentes fotográficas de viajantes e agentes oficiais do poder público. O prédio situara-se na movimentada generalíssimo Deodoro, entre a famosa e elegante avenida Nazaré, e a bucólica Brás de Aguiar. O cenário que circundava a escola era desenhado pela riqueza e ostentação. Diversos palacetes, o largo de Nazaré, a Igreja, pontos centrais de festas, arraiais, do Círio de Nazaré.

Imagem 35: Fotografia do 5º Grupo Escolar, a compor o Álbum que serviu de propaganda das políticas modernizantes empreendidas pelo Governo de Augusto Montenegro. Junto de outros grupos escolares, este grupo, já instalado em novo prédio, configurava-se enquanto lugar de destaque e vitrine.

³²⁹ Relatório 1908. p. 46

³³⁰ JURANDIR, Dalcídio. Belém do Grão Pará. EDUFPA, Casa Rui Barbosa – Belém: 2011. pp. 157



Fonte: Álbum do Pará (1908-1911)

O próprio bairro de Nazaré, enquanto região de ocupação nova, alvo de políticas de modernização, configurava-se naquele momento como um dos endereços prediletos da elite gomífera, que ali construía luxuosos empreendimentos residenciais e privados. Manter uma escola em tão boa localização configurava-se enquanto vitrine que não podia deixar de ser aproveitada e cuidada. Ao olhar para a instituição, a população devia ver inserido no nobre logradouro, uma escola que não deixava a desejar aos seus vizinhos. A especulação imobiliária, a beleza das obras de arte, a arquitetura moderna do bairro acolhia-a e legitimava-a enquanto enclave.³³¹

A própria arquitetura do prédio também tornara-se parâmetro para a consagração do grupo escolar. Bem possivelmente, fora construído no final do século XIX, seguindo linhas neoclássicas e ecléticas, comuns ao período. No documento da aquisição, o governador descrevia o “belo terreno” e o “magnífico prédio” comprados pelo Estado.³³² Os materiais que o equipavam também eram de ótima procedência: escadaria de ferro da Europa, telhas francesas, bastante utilizadas pelas elites da época, assim como as louças sanitárias adquiridas

³³¹ Sobre isso, considera-se o que disse Roberto Corrêa de que os monumentos, por serem “mais acessíveis à maioria da população” apresentam “forte potencial para perpetuar antigas tradições, fazer parecer antigo o que é novo e representar valores que são passados como se fossem de todos”. In: CORRÊA, Roberto Lobato. “Monumentos, política e espaço”. *Geo Crítica - Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, vol. IX, nº 183, pp.1-14. Disponível no link: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-183.htm>. Acesso em 17/02/2017

³³² Relatório 1906. P. 74

dos Estados Unidos. A reforma, que derrubara paredes, erguendo divisões mais condizentes com a funcionalidade pedagógica, assim como as variadas janelas que davam para o jardim foram apontados como forma maneiras de distinguir as obras feitas

O gosto pelos produtos estrangeiros, mesmo que também motivado pela não procura de um mercado brasileiro que os fornecesse com qualidade, era marca daqueles tempos, em que a modernidade se punha a equipar desde palacetes até grupos para instrução pública com materiais importados. Inclusive as louças sanitárias e produtos em ferro dos EUA foram amplamente utilizados pelo governo do Estado nas obras dos Grupos Escolares, como se percebe na leitura dos relatórios entre 1901 e 1908.

A salubridade e a higiene também se tornavam preocupações constantes nos discursos dos poderes estaduais e municipais, e instalar bem os grupos escolares entravam nessa lógica. Um importante instituto impunha-se na avenida Tito Franco, o Instituto Lauro Sodré, contudo faltava em Belém, dentro do percurso visual da *belle époque*, um grupo que propagandeasse não só as reformas realizadas nos outros grupos, como as que se pretendiam realizar. Importante salientar que essa obra, inclusive, pode ter servido também para mascarar as outras que se viram incompletas na gestão de Augusto Montenegro. Como mostruário eleitoreiro, o prédio cumpria função múltipla.

Para além das questões estéticas envolvendo o Grupo, temos o papel da escola enquanto legitimadora de valores, tradições e projetos de poder. Viu-se que a inauguração do busto em 1917 fora acompanhada do hino da escola, a exaltar as glórias de Rio Branco e os tratados por ele resolvidos. O culto cívico, representado por hinos, bandeiras, festas e costumes de coletividade, estava sobremaneira presente nas instituições, refletido num certo sentimento de pertencimento, e de obediência aos preceitos ensinados. O discurso do coletivo ganhara espaço no meio pedagógico, uma vez que o próprio espaço escolar configurara-se enquanto construção intencional e simbólica.³³³ Neste mesmo espaço, outros símbolos disputam, ao mesmo tempo que ritualizam os mesmos hábitos, vestimentas, frases repetidas.

³³³ Sobre isso temos BACHELARD, Gaston, *A Poética do Espaço*. 1a. Ed., São Paulo: Martins Fontes, 1989, trabalho onde o autor faz uma abordagem afetiva e analítica do espaço arquitetônico enquanto influenciador das ações humanas, refletindo, por sua vez, intenções de poder. Temos ainda: BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. *Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893/1971*. São Paulo: EDUFSCAR, 2002, que em seu trabalho analisa a arquitetura eclética, utilizada preferencialmente para a construção das escolas paulistas, aos moldes da *belle époque* em Belém. Esse gosto refletia-se na necessidade de imprimir no espaço os valores de distinção, higiene, obediência e vigilância. Por fim os trabalhos de FRAGO, Antonio Viñao, *Currículo, Espaço e Subjetividade – A arquitetura como programa*. 2A ed., Rio de Janeiro: DP & A., 2001 e de CARVALHO, Marta Maria Chagas de, *Historia social da infância no Brasil – Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas*. Organização: Marcos Cezar de Freitas. São Paulo: Ed. Cortez, 1997, que tratam das diferentes funcionalidades dispendiadas ao espaço escolar.

Enquanto instituição pública essencial, a escola apresenta-se em terra fértil para a disseminação de uma memória em torno de efemérides e grandes figuras do poder público. Os ideólogos do regime logo se deram conta disso e aparelharam as instituições em torno de suas pretensões. O Barão enquanto projeto de poder apropriado pelas elites locais, afirmava-se mais uma vez, em uma instituição que dificilmente apagaria seu nome. A consagração do chanceler no Pará certamente precedeu a nomeação do grupo, e o prestígio do grupo também já precedia a honrosa nomeação. O que houve foi uma simbiose de sentidos, que concorriam para nomear exemplarmente o grupo que já era exemplo e modelo na capital.

Considerações finais

Aquilo que Belém possui de elevado na hierarquia social, ao lado do povo, formando um conjunto de harmonia patriótica, reuniu-se na grande Basílica de Belém, cada qual querendo assim testemunhar à memória do glorioso extinto seu culto de veneração e justiça.³³⁴

O trecho acima elucida personagens que encenaram e dirigiram grandiosos rituais em torno da consagração de Rio Branco, assim como abre questionamentos. 10 de fevereiro, morre o Barão do Rio Branco. Dias antes do carnaval, cidadãos e foliões belenenses tiveram seus festejos cancelados, o comércio fechou as portas, os bancos, órgãos públicos baixaram suas bandeiras em luto. Ainda em fevereiro de 1912, dia 17, civis e militares lotaram a missa de sétimo dia de falecimento do chanceler. Políticos sentidos, jornais consternados e um número de populares “bestializados”. Não há como não interpretar todos esses acontecimentos enquanto uma trajetória de construção de memória, perpetrado, em grande parte, por grupos de elite. A nível nacional, Rio Branco sem dúvidas transcendeu os limites da imagem construída por boa parte dos políticos da Velha República, e isso deve-se, entre outros motivos, às vicissitudes do contexto em que viveu e atuou.

Algumas questões foram colocadas no início desse trabalho, sendo o percurso inicial olhar o Pará do início do XX a partir das representações criadas em torno do Barão do Rio Branco. A partir de então, dos discursos e fontes apresentados no primeiro capítulo, podemos agora vislumbrar alguns apontamentos acerca das razões que fomentaram e possibilitaram essa (re)criação e circulação simbólica, ou em outros termos, em qual *imaginário social* operaram as mais diversas representações em torno de Rio Branco. Primeiramente, entende-se que as oligarquias nacionais e regionais haviam comprado da campanha republicana um discurso retórico do qual bebiam jornalistas, intelectuais, discursos oficiais do poder, as artes entre outros. A consolidação da nação brasileira, da nacionalidade, da ordem e do progresso serviram de fundo para acaloradas disputas, manobras e manipulações.

O fechamento das fronteiras brasileiras representava, à época, uma conquista não apenas física e geográfica, mas retórica. O Brasil impunha-se diante das nações do mundo capaz de negociar sob as asas da civilização e da diplomacia. O Pará se via moderno e avançado tendo pendências tão antigas solucionadas sob os olhos do mundo desenvolvido. O caso do Amapá, primeira questão envolvendo a Amazônia, tocou em cheio os brios patrióticos, e não por pouco

³³⁴ Barão do Rio Branco. Estado do Pará. Belém, 18 de fevereiro de 1912. p. 01

os jornais nacionais e locais enchiam-se de garbo ao noticiar a “vitória do direito” sobre nada mais nada menos que a poderosa França.

No auge da economia gomífera, em uma Amazônia que produzia o segundo produto de exportação mais lucrativo de nossa balança comercial, as soluções dirigidas pelo chanceler mostravam-se como complemento oportuno das já existentes políticas de propaganda. Os Álbuns, agentes propagandistas, catálogos, exposições universais, nacionais, cerimônias de Estado e visitas ao estrangeiro já eram práticas comuns ao final do século XIX, e de grande valia para uma nação que já cansara de ser olhada como um lugar atrasado, inóspito e incivilizado. Olhar as práticas diplomáticas no Pará da primeira década do XX é vislumbrar uma rede de interesses, colaborações e anseios em disputa. A diplomacia é feita de forma oficial, mas também no meio informal, a exemplo das intensas negociações com empresas estrangeiras, a presença de inúmeros produtos internacionais, os estrangeirismos dos mais diversos presentes no cotidiano de uma urbe pretensamente anexada ao rol da civilização. Entende-se a diplomacia como os diferentes papéis exercidos pelos poderes para gerir e equilibrar as forças regionais com os interesses do capital e da política estrangeira.

A análise feita no primeiro capítulo em torno dos discursos paraenses em torno da natureza e do espaço demonstram uma relação de dominação, ocupação e interesses socioeconômicos. A Amazônia, enquanto região alvo da cobiça estrangeira, encontra no ufanismo das elites nacionais inúmeros filhos e defensores, movidos sob interesses diversos. A representação diplomática de Rio Branco encontra na ambição dos grupos locais seu primeiro elemento aglutinador. Rio Branco transcendia o discurso farto, ele punha-se a realizar.

No cerne das arengas políticas, o Barão do Rio Branco fora colocado como o exemplo do bom político, o qual procuraram trazer para perto do imaginário da imprensa, dos leitores e dos políticos. Artistas lhes escreviam, pintavam e esculpiam, fazendo dele figura presente no Pará. Tão poderosa era sua figura que tanto *lemistas* quanto *lauristas*, de forma insistente, tentaram se valer dela para referenciar seus próprios interesses, assim como para construir os heróis locais. Exemplos disso são a relevância da atuação de Veiga Cabral na Questão do Amapá, versão essa construída pelos *lauristas*. Por outro lado, os aliados de Lemos se punham a imprimir a atuação de Paes de Carvalho e sua equipe de governo. De todo modo, em ambos os casos o Barão figurava o pano de fundo da batalha, sustentando e representando os princípios de patriotismo e bem público.

Neste momento, de certa forma se pode entender este trabalho a partir da discussão feita por Marc Bloch em “Os Reis Taumaturgos”. O costume de tocar o Rei aparece como forma de

se tornar participante da graça divina, conferida ao monarca.³³⁵ Rio Branco era trazido para perto, fabricava-se uma imagem, representações de um personagem poderoso, capaz de responder angústias, medos, ambições e desejos. Produzir representações do Barão do Rio Branco era investir-se, no campo das percepções, do mesmo ou parte do poder que emanava dele. As próprias festas eram esse momento de “identificação do povo com seus representantes”, assim como reunião de um povo que “emociona-se e agita-se nos grandes dias da Pátria”.³³⁶ Em palavras de Antônio Lemos, um dos grandes agentes destes rituais, era necessário que “as datas nacionais [tivessem] a merecida comemoração, afim de melhor gravá-las no espírito do povo”.

Além do discurso da modernidade, o Barão do Rio Branco enquanto representação política e pessoal, encontrou repouso no discurso da causa pública. Desde a influência de seu pai, grandemente louvado pelos abolicionistas locais, Rio Branco filho encontrou prestígio ainda maior entre as elites republicanas no Pará. Duas representações, dois homens, o pai e o filho, numa simbiose de imagens distas e similares, um encontro de representações, quase que envoltas num mistério semelhante ao do Pai e Filho da santíssima trindade. Simioni em seu trabalho em torno dos dois Rio Branco recorre ao conceito de *metamorfose*, que também pode ser entendido como “mudanças de ordem física e psíquica nas quais o personagem público e o personagem privado se mesclam”. Os fatores, nas narrativas, que apontam este movimento estão na “mudança de nome, de aparência física, de relações familiares, de inserção em redes ou instituições específicas, e viagens” (2000, p. 25).

Dentro desse contexto, apresenta-se um apontamento acerca do sucesso da figura de Rio Branco em terras paraenses. Em grande medida, o Barão significava muito mais que sua própria atuação ou personalidade pública transparecia. De forma simbólica, por vezes, é visto como pioneiro, mas também continuador. Tornara-se um arquétipo de um mundo que vivia as novidades da República, fundadas por sobre o imaginário de períodos bem anteriores. De certa forma, o Barão significava um elo bem sucedido entre o Império e a República, e seu exemplo tornou-se uma moeda, dois lados a agradecer os mais liberais até os mais conservadores.

No Pará, antigos coronéis do Império conviviam e disputavam espaço ao lado de liberais, civilistas. As antigas ideias ainda permaneciam através das artes, fundadas no imaginário do romantismo nacionalista e naturalista, através dos jornais, que operavam

³³⁵ BLOCH, Marc. In: Reis Taumaturgos_ o caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra. Prefácio de Jacques Le Goff. Tradução: Júlia Mainard. São Paulo, Cia das Letras. 2 a Reimpressão, 1999.

³³⁶ Belém, Intendência de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1903 pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos. Belém. A. A. Silva. 1904. P. 9. 7

mudanças e permanências de ideias, ou nas práticas políticas e sociais, ainda muito arraigadas nas convenções excludentes e elitistas da monarquia. Rio Branco reconciliava em sua imagem dois períodos, dois regimes, duas lógicas sociais, que ao longo da análise das fontes, passam de antagônicos para complementares. A ideia de continuidade harmônica entre o Império e a República levou as artes a se ocuparem dos grandes temas históricos locais, se pondo a elucidar uma magistral epopeia rumo a modernidade civilizatória.

Entende-se que a legitimidade do regime republicano não encontrava-se em ameaças graves no início do XX. O Embate republicano era o de ganhar os corações, de formar as almas dos nacionais, gerar brasileiros.³³⁷ As artes se encontram e engendram a narrativa pretendida pelos detentores de poder, sendo a imagem, muito mais afetiva, transcendental e universal que o texto. O colecionismo empreendido pela Intendência Municipal, seguido pelos grandes homens públicos do Estado, Barões da borracha e comerciantes, guarda sentidos importantes para o entendimento desse trabalho.

A pintura no Pará, sob seguidas exposições e mecenatos, ganhou em 1909 uma contribuição em especial. Carlo de Servi vendera a Antônio Lemos a obra *Arte e Pátria*, onde uma mulher artista se põe a pintar, num atelier da pátria, os mais caros símbolos daquele momento. Curiosamente, em 1912, Theodoro Braga defenderá nos jornais a competência de uma jovem artista paraense, Julieta de França, mulher pioneira em classe de nus no Brasil. A dupla representação de Rio Branco encontrava-se a inovação do fazer artístico feminino, assim como a tradição da arte. A mulher artista do quadro e a da vida real demonstram a existência de um imaginário, que ora colocava mulheres enquanto protagonistas, fabricantes das representações artísticas, ora como uma alegoria, uma realidade paralela e distante. As mulheres, discriminadas e diminuídas diante do estigma do homem competente, eram constantemente relegadas ao amadorismo e às artes menos habilidosas. Por outro lado, pode-se inferir que tanto a mulher artista de Carlo de Servi quanto Julieta de França se impõem no cenário que ocupam, representando em grande medida as tímidas contudo importantes conquistas advindas com a República. Em suma, findavam por significar a luta pela superação das antigas estruturas sociais, assim como pela ruptura de velhos papéis.

Um dos entendimentos mais enriquecedores é vislumbrar o Barão enquanto lugar de memória. Vívido nos espaços da cidade, seja de forma indireta, a exemplo das intenções do poder público em abrir a Avenida Primeiro de Dezembro ou fundar um coreto de ferro europeu na mais bela praça da municipalidade. Seja de forma direta, com a nomeação da Praça Barão

³³⁷ CARVALHO, J. M. A Formação das Almas. O Imaginário da Republica. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

do Rio Branco, do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, da presença do busto esculpido por Julieta de França, a evocar admirações, preocupações e atenções. Barão do Rio Branco, em um esforço de décadas, diversos grupos, sob o cuidado de diversos guardiões, permanecem na memória do Pará.

Questionamentos, contudo, permanecem diante do desfecho [por ora] deste trabalho. O primeiro é a atuação dos diplomatas paraenses, obscurecida pela dificuldade de encontrar fontes mais diretas sobre o tema. Esse problema foi aqui matizado através de uma exposição e análise das relações do imaginário local com o estrangeiro, as necessidades comerciais e financeiras que levaram, por sua vez, a intensas trocas e imitações da cultura internacional. Outra pergunta que permanece é sobre a atuação do Visconde do Rio Branco e os reflexos de sua figura entre as elites paraenses. Uma simbiose foi identificada, por vezes nos discursos de intelectuais, profissionais de imprensa e políticos, evocando inclusive uma digressão aos anos de 1880, quando o Visconde faleceu. Todavia, uma análise mais apurada desse imaginário ainda se faz necessária, haja vista a complexidade deste trabalho, que preferencialmente se dedicou aos objetivos centrais.

Sobre a análise das obras de arte, uma tentativa foi feita tendo como base os trabalhos de Gombritch e Baxandall. Desde o método do “O quê? por quê? como”³³⁸ do primeiro autor até o método idiográfico de Baxandall, uma incursão foi feita no sentido de revisitar e recolocar, representativamente, as obras no universo simbólico em que estavam imersas. Como bem apontou Baxandall, não se descreve uma obra de arte, apenas observações sobre uma obra de arte. Ernest Gombritch vai além e acrescenta que “a arte não é a única realidade que não pode ser descrita. Cada experiência concreta apresenta algum grau de resistência à linguagem” (2005, p. 25). Nesse entendimento, é sabido que esse trabalho não fecha a problemática que abarca estas obras, principalmente porque a pintura e a escultura fazem parte do plano concreto, mas vivem no e pelo imaginário social.

Por conseguinte, talvez a questão mais latente foi a simbiose de representações que Rio Branco abarcava naquele momento. Seja pela analogia religiosa, a exemplo dos termos “apóstolo leigo da paz”, “morre um semideus”, ou de sua relação de continuador glorioso de um pai poderoso, permanecem questionamentos acerca da influência de signos religiosos na fixação do imaginário de Rio Branco. Salta a necessidade de um estudo mais próximo de uma

³³⁸ GOMBRITCH, Ernest. Sobre a interpretação da obra de arte – o quê, o porquê e o como. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 12, n. 13, p. 11-26, dez. 2005. sobre esse mesmo tema, Gombritch discorre em seu livro GOMBRITCH, E. H. Arte e ilusão: um estudo sobre a psicologia da representação pictó-rica. São Paulo: Martins Fontes, 1995, onde discute o universo das representações na arte do mundo antigo.

história das percepções, onde o imaginário seja apurado em seu cerne afetivo, onde encontrem-se estruturas que possibilitaram tanto a recepção quanto a circulação dessas representações no meio sócio cultural.

Por fim, o Barão venceu a morte e transcendeu o terrível esquecimento. O Barão enquanto representações do imaginário não permaneceu estático, mas movimentou-se e continua a se movimentar rumo aos diversos interesses sociais (CHARTIER, 1991). O Barão continuará a intrigar a memória e o imaginário social, como o caso do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, que até hoje cultiva narrativas fantasiosas, num verdadeiro processo de tradições inventadas.³³⁹ O busto feito por Julieta de França continuará a suscitar admiradores e detratores. A Praça Barão do Rio Branco, por sua vez, segue no meio de uma batalha simbólica, e a tela “Arte e Pátria” seguirá a elucidar em tão vivas cores e pinceladas, sentidos e questionamentos, verdadeiros rituais de manutenção de uma memória, por vezes dúbia, obscura, contudo gloriosa e artisticamente universal.

³³⁹ Sobre isso, pesquisei em minha monografia QUEIROZ JUNIOR, Osvaldo Soares. Espectros do Barão: História, memória e patrimônio em torno do prédio do antigo 5º Grupo Escolar de Belém. Monografia. Faculdade de História, UFPA. 2013

Fontes

1) Relatórios e mensagens do poder público

SITE UFPA 2.0

BELÉM, Intendência Municipal de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1902 pelo Exmo. Sr. Antônio José de Lemos; 1897-1902. Belém: A. A. Silva, 1902. pp. 87, 176.

BELÉM, Intendência Municipal de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1903 pelo Exmo. Sr. Antônio José de Lemos. Belém: A. A. Silva, 1903. pp. 170-171.

BELÉM, Intendência Municipal de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1904 pelo Exmo. Sr. Antônio José de Lemos. Belém: A. A. Silva, 1904. p. 194,216.

BIBLIOTECA NACIONAL (Rio de Janeiro)

ESTADO DO AMAZONAS. Mensagem lida perante o Congresso dos Srs. representantes em sessão de 10 de julho de 1900, pelo Exmo. Coronel José Cardoso Ramalho Junior, Governador do Estado. Manaus, Imprensa oficial - Rua Municipal. 1900. pp. 04-05.

ESTADO DO AMAZONAS. Mensagem lida perante o congresso dos Sres. representantes por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 5ª legislatura, pelo governador do Estado, Sr. Dr. Silvério José Nery, em 10 de julho de 1904. Manaus. Impresso na Typ. Do Amazonas. 1905. p. 07.

BELÉM, Intendência Municipal de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1902, pelo Exmo. Sr. Antônio José de Lemos; 1897-1902. Belém: A. A. Silva, 1902. p. 34.

BELÉM, Intendência Municipal de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1903, pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos. Belém. A. A. Silva. 1904. p. 09.

BELÉM, Intendência Municipal de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1904, pelo Exmo. Sr. Antônio José de Lemos; Belém: A. A. Silva, 1904. p. 194.

ESTADO DO PARÁ. Mensagem dirigida pelo Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua segunda reunião em 01 de julho de 1892. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1892. pp. 19-20.

ESTADO DO PARÁ. Mensagem dirigida em 07 de abril de 1895 ao Congresso legislativo do Estado do Pará pelo Dr. Lauro Sodré. Governador do Estado. Belém: Imprensa oficial. 1895. pp. 02-03.

ESTADO DO PARÁ. Manifesto ao Estado do Pará pelo governador Dr. José Paes de Carvalho. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1897, p. 07.

ESTADO DO PARÁ. Mensagem dirigida ao congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 15 de abril de 1899, apresentando a proposta de orçamento da receita e despesa para o exercício de 1899. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1899, p. 50.

ESTADO DO PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 01 de fevereiro de 1900. Belém, typ do Diário Oficial, 1900. pp. 69-70.

ESTADO DO PARÁ. Mensagem dirigida em 01 de fevereiro de 1901 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Paes de Carvalho, Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial, 1901. pp. 02-04.

ESTADO DO PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso legislativo do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 01 de fevereiro de 1901. Belém: Typ. do Diário Oficial. p. 71.

ESTADO DO PARÁ. Mensagem encaminhada ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Paes de Carvalho, Governo do Estado do Pará. Belém, 07 de setembro de 1901. Imprensa oficial, 1901. Belém, Pará. pp. 06, 51.

ESTADO DO PARÁ. Mensagem dirigida em 07 de setembro de 1904 ao congresso legislativo do Estado do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado. Belém, Pará. Imprensa Oficial. 1904. p. 07.

ESTADO DO PARÁ. Mensagem encaminhada ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, Governo do Estado do Pará. Belém, 07 de setembro de 1908. Imprensa oficial, 1906. Belém, Pará. pp. 46, 74.

ESTADO DO PARÁ. Mensagem encaminhada ao Congresso Legislativo do Pará pelo Sr. Dr. João Coelho, governador do Estado do Pará, em 07 de setembro de 1912. Imprensa oficial, 1912. p. 05.

2) Jornais

BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANNA (SETOR DE MICROFILMAGEM)

A Província do Pará

Arte e Artistas. A Província Do Pará. Belém, 11 de julho de 1909. p. 01

Exposição De Servi. A Província Do Pará. Belém, 15 de julho de 1908. p. 01

Estado do Pará

Isto é sério! – Jose Cosme. Estado Do Pará. Belém, 07 de fevereiro de 1912. p. 01

1911 e 1912. Estado Do Pará. Belém, 01 de janeiro de 1912. p. 01

Kaar. Ancenúbios. Estado Do Pará. Belém, 01 de janeiro de 1912. p. 01.

Telegramas, Rio, 08. Estado Do Pará. Belém, 09 de fevereiro de 1912. p.01

Telegramas, Rio, 08 e 09. Estado Do Pará. Belém, 10 de fevereiro de 1912. p. 01.

Telegramas, Rio, 10. Estado Do Pará. Belém, 11 de fevereiro de 1912. p. 02.

Barão do Rio Branco. Estado Do Pará. Belém, 11 de fevereiro de 1912. p. 01.

Barão do Rio Branco. Estado Do Pará. Belém, 18 de fevereiro de 1912. p. 01

Infâmia telegráfica. Estado Do Pará. Belém, 15 de fevereiro de 1912. p. 01

Barão do Rio Branco - Notas. Estado Do Pará. Belém, 12 de fevereiro de 1912. p. 01

Agnelo Neves. A minha homenagem. Estado Do Pará. Belém, 12 de fevereiro de 1912. p. 01.

Martins Bessa, Rio Branco. Estado Do Pará. Belém, 12 de fevereiro de 1912. p. 01

Artística Paraense. Estado Do Pará. Belém, 12 de fevereiro de 1912. p. 01

Apoteose ao Barão. Estado Do Pará. Belém, 09 de fevereiro de 1912. p. 01

Monumento ao Barão. Estado Do Pará. Belém, 12 de fevereiro de 1912. p. 01

Monumento ao generalíssimo Deodoro. Estado Do Pará. Belém, 23 de dezembro de 1912. p. 01.

Folha do Norte

Coluna monárquica. Folha do Norte. Belém, 21 de dezembro de 1896. p. 01.

O Amapá: A Vitória do Brasil. Folha do Norte. Belém, 03 de dezembro de 1900. p. 01

Amapá. Folha do Norte. Belém, 09 de dezembro de 1900. p. 01.

Amapá, passeata. Folha do Norte. Belém, 09 de dezembro de 1900. p. 01.

Amapá – festejos. Folha do Norte. Belém, 10 de dezembro de 1900. p. 01

Passeata. Folha do Norte. Belém, 10 de dezembro de 1900. p. 01

Procissão Cívica. Folha do Norte. Belém, 10 de dezembro de 1900. p. 01.

Os que nos honram longe da Pátria. Folha do Norte. Belém, 14 de junho de 1903. p. 01.

Solução impatriótica. Folha do Norte. Belém, 2 de novembro de 1903. p. 1

Ofensas sobre ofensas. Folha do Norte. Belém, 07 de novembro de 1903. p. 01.

Perseguição ao exército. Folha do Norte, 09 de novembro de 1903. Belém, Pará. p. 01.

Revisão constitucional. Folha do Norte. Belém, 21 de novembro de 1903. p. 01.

Revisão Constitucional. Folha do Norte. Belém, 23 de novembro de 1903. p. 01.

Mais uma. Folha do Norte. Belém, 26 de novembro de 1903. p. 01.

Lauro Sodré no Club Militar. Folha do Norte. Belém, 10 de dezembro de 1903. p. 01.

A questão do Acre. Folha do Norte. Belém, 15 de janeiro de 1904. p. 02.

Câmara, telegramas. Folha do Norte. Belém, 25 de janeiro de 1904. p. 02.

Tratado do Acre – O discurso de Enéas Martins. Folha do Norte. Belém, 6 de fevereiro de 1904. p. 01.

Telegramas. Folha do Norte. Belém, 12 de fevereiro de 1904. p. 02.

Telegramas. Folha do Norte. Belém, 20 de fevereiro de 1904. p. 02.

Manifestação Acreana. Folha do Norte. Belém, 28 de março de 1904. p. 01.

Enéas Martins. Folha do Norte. Belém, 01 de abril de 1904. p. 01.

Plácido de Castro. Folha do Norte. Belém, 06 de abril de 1904. p. 01.

Lauro Sodré e a Maçonaria. Folha do Norte. Belém, 07 de maio de 1907. p. 01.

Impressões de arte. Folha do Norte. Belém, 10 de julho de 1909. p. 01.

Impressões de arte. Folha do Norte. Belém, 11 de julho de 1909. p. 01.

Exposição de Servi. Folha do Norte. Belém, 19 de julho de 1909. p. 01.

A Morte do Barão do Rio Branco. Folha do Norte. Belém, 11 de fevereiro de 1912. p. 01.

O Anjo da Paz. Folha do Norte. Belém, 14 de fevereiro de 1912. p. 01.

Exéquias a Rio Branco. Folha do Norte. Belém, 17 de fevereiro de 1912. p. 01.

Associação literária Tobias Barreto. Folha do Norte. Belém, 01 de março de 1912. p. 01.

Monumento a Rio Branco. Folha do Norte. Belém, 01 de março de 2012. p. 01.

Homenagem a Rio Branco. Folha do Norte. Belém, 10 de Março de 1912. p. 01.

Barão do Rio Branco – A Sessão de Pompas Fúnebres da Cosmopolita. Folha do Norte. Belém, 15 de março de 1912. p. 01.

Severino Silva. Visão da Amazônia. Folha Do Norte. Belém, 06 de janeiro de 1914. p. 01.

BIBLIOTECA NACIONAL (Hemeroteca), Rio de Janeiro.

Jornais

A Noite

Apoteose a Rio Branco. A Noite. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1912. p. 01

A República

Sociedade propagadora de ensino. A República. Belém, 29 de janeiro de 1893. p. 1

Notícias. A República. Belém, 27 de maio de 1899. p. 01.

Revisão de tarifas. A República. Belém, 15 de dezembro de 1899. p. 01.

Revisão de tarifas. A República. Belém, 04 de janeiro de 1900. p. 01.

A divisão do universo. A República. Belém, 08 de janeiro de 1900. p. 1.

Imigração. A República. Belém, 24 de janeiro de 1900. p. 01.

Uma autópsia. Archimedes. A República. Belém, 26 de outubro de 1900. p. 01.

O Acre. A República. Belém, 30 de outubro de 1900. p. 01.

O Governo em Cabala. A República. Belém, 31 de outubro de 1900. p.01.

A boa nova. A República. Belém, 02 de dezembro de 1900. p. 01.

A grande nova. A República. Belém, 02 de dezembro de 1900. p. 01.

O Amapá. A República. Belém, 06 de dezembro de 1900. p. 01.

Amapá – apelo ao comércio. A República. Belém, 07 de dezembro de 1900. p 01.

Amapá. A República. Belém, 08 de dezembro de 1900. p. 01

Brasil – Argentina. A República. Belém, 18 de dezembro de 1900. p. 01.

Cidade do Rio

Telegramas. Cidade do Rio. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1897. p. 01.

Correio da Manhã

O Acre. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1903. p. 01.

Tratado de Petrópolis. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1903. p. 01.

Festas à Rio Branco. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1904. p. 01.

Club militar. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1904. p. 01.

Nosso correspondente no Itamaraty. Correio Da Manhã. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1912. p. 02.

O dia de ontem no palácio do Itamaraty. Correio Da Manhã. Rio de janeiro, 10 de fevereiro de 1912. p. 02.

Os funerais ao Barão do Rio Branco. Correio Da Manhã. Rio de janeiro, 12 de fevereiro de 1912. p. 01.

Telegramas. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1904. p. 02.

Correio do Norte

D'A Província do Pará. Correio do Norte. Manaus, 28 de dezembro de 1909. p. 01.

Correio Paraense

Antítese. Correio Paraense. Belém, 06 de novembro de 1892. p. 01.

Diário de Notícias

Subscrição. Diário De Notícias. 07 de julho de 1881. Belém, Pará. p. 03.

Carta a redação. Diário De Notícias. Belém, 15 de julho de 1881. p. 01.

Festas do 15 de Agosto. Diário De Notícias. Belém, 17 de agosto de 1882. p. 2

Notas. Diário De Notícias. Belém, 23 de setembro de 1882. p. 3.

Festejos populares. Diário De Notícias. Belém, 24 de março de 1884. p. 01.

Discussões. Diário De Notícias. Belém, 01 de maio de 1884. p. 01.

Notas. Diário De Notícias. Belém, 15 de julho de 1885. p. 03.

Os padres do Gram Pará. Diário De Notícias. Belém, 06 de abril de 1888. p. 01.

Regabofe. Diário De Notícias. Belém, 31 de Agosto de 1890. p. 01

Correio Geral. Diário De Notícias. Belém, 24 de junho de 1892. p. 2

Estado do Pará

Busto do Barão do Rio Branco. Estado Do Pará. Belém, 13 de janeiro de 1916. p. 1

Festa da Árvore. Estado Do Pará. Belém, 23 de junho de 1917. p. 01.

Gazeta de notícias

O Acre. Gazeta de notícias. Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1903. p. 01.

Continua a moléstia do eminente brasileiro. Gazeta De Notícias. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1912. p. 01

Jornal do Brasil

Telegramas, Belém, 27. Jornal do Brasil. Rio de janeiro, 28 de janeiro de 1897. p. 01.

Amapá. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1897. p. 02.

Notas. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1897. p. 02.

Exposição nacional de 1908. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1908. p. 05.

A questão do Acre. Jornal do Brasil. Rio de janeiro, 22 de janeiro de 1903. p. 01.

O Industrial

Yankees na Amazônia. O Industrial. Cametá, 21 de agosto de 1900. p. 01

General Bittencourt. O Industrial. Cametá, 10 de janeiro de 1901. p. 02.

Zeballos. Industrial. Cametá, 28 de janeiro de 1901. p. 01

Por causa do Acre. O Industrial. Cametá, 29 de maio de 1902. p. 01.

Acre. O industrial. Cametá, 31 de julho de 1902. p. 01.

O novo Acre. O Industrial. Cametá, 31 de julho de 1902. p. 01

O Acre. O Industrial. Cametá, 09 de outubro de 1902. p. 01.

D'A Província do Pará – 22. O Industrial. Cametá, 28 de maio de 1903. p. 03.

O Acre. O Industrial. Cametá, 09 de julho de 1903. p. 01.

O Jornal

O Acre. O Jornal. Belém, 10 de outubro de 1900. p. 01.

Acre – outras notícias. O Jornal. Belém, 24 de outubro de 1900. p. 01.
 Aliança Brasil-Argentina. O Jornal. Belém, 24 de outubro de 1900. p. 02.
 O Acre. O Jornal. Belém, 30 de outubro de 1900. p. 01.
 Expedição ao Acre. O Jornal. Belém, 01 de novembro de 1900. p. 01.
 Galvez. O Jornal. Belém, 02 de novembro de 1900. p. 01.
 A primeira expedição. O Jornal. Belém, 23 de novembro de 1900. p. 01.
 Redação d'O jornal. O Jornal. Belém, 01 de dezembro de 1900. p. 01.
 Os principais telegramas. O Jornal. Belém, 02 de dezembro de 1900. p. 01.
 Procissão cívica. O Jornal. Belém, 02 de dezembro de 1900. p. 01.
 A passeata. O Jornal. Belém, 03 de dezembro de 1900. p. 01.
 Festival. O Jornal. Belém, 03 de dezembro de 1900. p. 02.
 Uma passeata. O Jornal. Belém, 04 de dezembro de 1900. p. 01.
 Amapá. Notícias diversas. O Jornal. Belém, 10 de dezembro de 1900. p. 01.
 Ernesto Mattoso O Jornal. Belém, 10 de dezembro de 1900. p. 01.
 Repórter. O Jornal. Belém, 10 de dezembro de 1900. p. 01.

O Malho

Barão do Rio Branco. O Malho. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1912. p. 03.
 Barão do Rio Branco. O Malho. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1912. p. 15 a 26.

O Pará

Julietta França. O Pará. Belém, 10 de abril de 1898. p. 02
 Divertido. O Pará. Belém, 4 de julho de 1899. p. 01.
 Cacetada. O Pará. Belém, 6 de julho de 1899. p. 01.
 O Acre. O Pará. Galvez em cena. Belém, 13 de janeiro de 1900. p. 01.
 Os acontecimentos no Acre. O Pará. Belém, 24 de janeiro de 1900. p. 01.
 O Acre. O Pará. Belém, 01 de fevereiro de 1900. p. 01.
 Galvez. O Pará. Belém, 19 de fevereiro de 1900. p. 01.
 Cartas do Rio. O Pará. Belém, 15 de março de 1900. p. 01.
 O Acre. O Pará. Belém, 19 de março de 1900. p. 01.

3) Iconografias

GRAVURAS, CARICATURAS E LITOGRAFIAS

a) Acervo da Biblioteca Nacional

Autor desconhecido. **À memória do Barão do Rio Branco, O Estado do Pará.** Desenho, 1912. Barão do Rio Branco. Estado do Pará. Belém, 12 de fevereiro de 1912. p. 01.

Autor desconhecido. **O que mais dói é ver as lágrimas que derramam os crocodilos.** Caricatura, 1912. O Gato, Álbum de caricaturas. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1912. p. 23.

Autor desconhecido. **Momo em funeral. Caricatura, 1912.** O Gato, Álbum de caricaturas. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1912. p. 23

FALCÃO, E. **Dedicatória ao Barão do Rio Branco pela vitória na Questão do Acre.** Desenho, 1907. Álbum do Rio Acre.

b) Acervo da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

FALCÃO, E. **Heroicos defensores do território do Acre.** Desenho, 1907. Acervo do “Álbum do Rio Acre”.

_____. **Exc Sr. Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil**”. Desenho e fotografia, 1907. Acervo do “Álbum do Rio Acre”.

_____. **Ao Barão do Rio Branco, aos heróis da campanha acreana.** Desenho, 1907. Acervo do “Álbum do Rio Acre”.

c) Acervo do setor de microfilmagens da biblioteca Arthur Vianna

Autor desconhecido. **Dor que jamais se apagará.** Gravura, 1912. A Província do Pará. Belém, 14 de fevereiro de 1912. p. 01.

d) Acervo do Centro de Memória da Amazônia

RIGHINI, L. **Largo da Trindade.** Litografia, s/ data. Acervo do Centro de Memória da Amazônia, UFPA.

MAPAS E TOPOGRAFIA

a) Acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna (Setor de obras raras)

RIBEIRO, M. O. N. **Planta da cidade de Belém (1883-1886).** Cartografia, 1886.

CACCAVONI, A. **Álbum Descritivo Amazônico.** 1899. p. 135.

b) Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Autor desconhecido. **Mapa de limites em litígio entre Brasil e França.** Cartografia. O Amapá. O Jornal. Belém, 02 de dezembro de 1900. Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

c) Site oficial da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA

SIDRIM, J. **Planta da cidade de Belém.** Cartografia, 1905. Acervo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA.

NETO, S. **Bairro do Marco**. Topografia, 1955. Acervo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA.

FOTOGRAFIAS

a) Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Autor desconhecido. **O enterro do Barão do Rio Branco**. Fotografia, 1912. O Malho. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1912. p. 18.

Autor desconhecido. **Um aspecto da câmara ardente**. Fotografia, 1912. O Malho. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1912. p. 18.

Autor desconhecido. **O comércio baixa as portas em luto ao Barão**. Fotografia, 1912. O Malho. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1912. p. 19.

Autor desconhecido. **Povo na rua São Cristóvão**. Fotografia, 1912. O Malho. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1912. p. 24.

b) Anais do Museu Histórico Nacional

Autor desconhecido. **A morte do Barão do Rio Branco**. Fotografia, 1966. Rio de Janeiro, Anais do Museu Histórico Nacional.

c) Instituto Moronguetá e Fórum Landi.

Autor desconhecido. **Praça Batista Campos**. Fotografia, 1899. PARÁ, Estado do. Álbum do Pará, 1899. p. 75.

Autor desconhecido. **Parque Baptista Campos** – Pavilhão filarmônico Primeiro de Dezembro. Fotografia, 1904. Belém, Intendência de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15/11/1903 pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos. Belém. A. A. Silva. 1904.

Autor desconhecido. **Largo da Trindade**. Fotografia, 1899. PARÁ, Estado do. Álbum do Pará, 1899.

Autor desconhecido. **Largo da Trindade**. Fotografia, 1901-1902. PARÁ, Estado do. Álbum do Pará, 1902.

Autor desconhecido. **5º Grupo Escolar de Belém**. Fotografia, 1908-1911. PARÁ, Álbum do. 1908-1911.

d) Acervo Iphan

Catálogo da Empresa Saracen Foundry, Walter McFarlane & co. Fotografia, s/ data.

SOARES, E. M. **Largos, coretos e praças de Belém**. Iphan, 2009. p. 84

PINTURAS

BACCHI, C. **Barão do Rio Branco**. Óleo s/ tela, 1912. Belo Horizonte, Acervo do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

BRAGA, T. **A Fundação da Cidade de Nsa Senhora de Belém do Pará.** Óleo s/tela, 226 x 510cm. 1908. Acervo do Museu de Arte de Belém.

PARREIRAS, A. **Conquista do Amazonas.** Óleo s/ tela, 400 x 800 cm. 1907. Acervo do Museu Histórico do Estado do Pará.

SERVI, C. de. **Arte e Pátria.** Óleo s/ tela, 1905. Acervo do Museu de Arte de Belém.

_____. **Barão do Rio Branco.** Óleo s/ tela, 2011. Acervo do Clube Militar do Rio de Janeiro.

_____. **Barão do Rio Branco**, perfil. Óleo s/ tela, 1910. Brasília, Acervo do Ministério das Relações Exteriores.

_____. **Dama.** Óleo s/ tela, 60 x 36 cm. s/ data. São Paulo, Acervo de M. R. S. Leilões.

_____. **A morte do Barão do Rio Branco.** Óleo s/ tela, 1914. Rio de Janeiro, Acervo do Museu da República.

a) Dicionários

BIBLIOTECA CENTRAL DA UFPA

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** FERREIRA, M; B. & ANJOS, M. dos (org.) 5 eds. editora positivo: Curitiba. 2010. p. 720

HOUAISS, A. & VILLAR, M. de S. (2002-2003). **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** 6 vols. Lisboa: Círculo de Leitores.

DICIONÁRIO HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS,
<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA,%20Serzedelo.pdf>>, acesso em: 07 de dez. 2016.

b) Obras raras

BIBLIOTECA CENTRAL DA UFPA

ASSIS, M. de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas:** São Paulo: Martin Claret, 2003.

JURANDIR, D. **Belém do Grão Pará.** EDUFPA, Casa Rui Barbosa – Belém: 2011. p. 157.

LINS, A. **Rio Branco (biografia).** 3 eds. São Paulo: Alfa-Ômega; Brasília: FUNAG, 1995, p. 224-225.

BIBLIOTECA NACIONAL, RIO DE JANEIRO

BARBOSA, R. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública:** Obras completas. Vol. X, tomo I ao IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947[1883]. p. 18.

BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANNA

AZEVEDO, J. E. de. **Literatura Paraense**. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria de Estado da Cultura, 1990. pp. 20-24.

BATES, H. W. (1825-1892) **Um naturalista no rio Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.

BRAGA, T. **A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará**. Estudos e documentos para a execução da grande tela histórica pintada pelo autor e encomendada pelo benemérito intendente municipal de Belém, Exmo. Sr. Senador Antônio J. de Lemos. Belém: secção de obras da Província do Pará. 1908. p. 15.

_____. **A planta brasileira (copiada do natural) aplicada à ornamentação**. Belém-Pará-Brasil, 1905. Manuscrito, enquanto auxílio não só para o paisagismo, mas para outros pintores.

CRUZ, E. **Colonização do Pará**. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. 1958.

_____. **Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações**. Belém; CEJUP, 1992. P. 107

ESTADO DO PARÁ. **Estudos sobre o Pará**. limites do Estado – primeira parte. Limites com o Estado do Amazonas. Relatório apresentado em 1º de setembro de 1898 ao Sr. governador do Estado Dr. José Paes de Carvalho, por Arthur Octavio Nobre Vianna. Belém, Imprensa do Diário Oficial, 1899.

ESTADO DO PARÁ. **Estudos sobre o Pará**. limites do Estado – Segunda Parte. Limites com o Estado do Mato Grosso. Relatório apresentado ao Sr. Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado do Pará por Arthur Octavio Nobre Vianna. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil, 1900.

FALCÃO, E. **Álbum do Rio Acre (1906-1907)**. Typ. Do Annuário Commercial de Lisboa. Belém, Pará. 1907.

GODINHO, V. & ADOLF, L. Norte do Brasil. **Através do Amazonas, do Pará e do Maranhão**. Rio de Janeiro - São Paulo: Laemmert & C, 1906.

KIDDER, D. P. (1815-1891). **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (província do Norte)**. Compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias. São Paulo: Livraria Martins, 1943.

MEIRA, S. **A Epopéia do Acre**. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1973.

MOURA, Inácio. “A Academia de Belas Artes”. In: **A exposição artística industrial do Liceu Benjamin Constant: os expositores em 1895**. Belém: Typ. do Diario Official, 1895, p.103-106.

MOURA, Inácio. **Anuario da cidade de Belém**. Belém: Imprensa Oficial, 1916.

MUNIZ, J. de P. **Estado do Grão-Pará**. Imigração e colonização. 1616-1916. Belém: Imprensa oficial do Estado do Pará, 1916. p. 06-52.

OURIQUE, J. **Estado do Pará na Exposição Nacional de 1908**. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1908. p. 05.

PENTEADO, A. R. **Problemas de colonização e uso da terra na região bragantina do Estado do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1967.

REIS, A. C. F.. **O Seringal e o seringueiro**. [1953] 2 edição revista. Manaus: EdUA- Governo do Estado do Amazonas, 1997. p. 213-227.

SODRÉ, E. **Lauro Sodré na História da República**. Rio de Janeiro: GB, 1970.

TOCANTINS, L. **Brasil: alguns valores essenciais**. Manaus: Edições do governo do estado do Amazonas, 1966.

_____. **Formação histórica do Acre**. 5. reimpressão. Brasília: Edições do Senado Federal, 2009. v. 2.

VERÍSSIMO, J. “**A Amazônia (aspectos econômicos)**” [1892]. In: Veríssimo, José. Estudos Amazônicos. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. p. 202.

VIANA F. L.. **A Vida do Barão do Rio Branco**. Rio de Janeiro: José Olimpio Editora, 1959, p. 114.

WALLACE, A. R. (1823-1913). **Viagens pelos rios Amazonas e Negro**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.

c) Publicações comemorativas ou oficiais

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY, Rio de Janeiro. Despacho para Buenos Aires, 22 nov. 1904. In: BUENO, Clodoaldo. **O Barão do Rio Branco e seu projeto de América do Sul**. CDDH. Funag: Brasília, 2012. P. 377.

BARBOSA, V. **Visconde do Rio Branco**. Fundação Joaquim Nabuco. Biblioteca Blanke Knoppe, Governo Federal. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br//index.php?option=com_content&view=article&id=130%3Avisconde-do-rio-branco-jose-maria-da-silva-paranhos-&catid=56%3Aletra-v&Itemid=1.

BUENO, Clodoaldo. **Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918)**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **O Barão do Rio Branco e a Política internacional de seu tempo**. In: Ministério das Relações Exteriores. **Barão do Rio Branco 100 anos de memória**. In: Cadernos de História e Documentação Diplomática. FUNAG: Brasília. Ano 11, n Especial. 2012, pp. 253-257.

CARVALHO, D. C. de. **História Diplomática do Brasil**. Coleção Memória Brasileira: edição Fac-Similar. Senado Federal. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998, p. 201.

CORRÊA, L. F. de S. **O Barão do Rio Branco: missão em Berlim, 1901-1902**. Brasília: FUNAG, 2009. p. 10

REIS, A. C. F. **Goeldi e a integridade do Amapá**. In: A Amazônia e a integridade do Brasil. Brasília: Senado Federal. Coleção Brasil 500 anos. 2001. pp. 129-134.

KÄMPF, M. N. **Ilha da Trindade: a ocupação britânica e o reconhecimento da soberania brasileira (1895-1896)**. Brasília: FUNAG, 2016. p. 144.

SENADO FEDERAL. **Rio Branco e a questão de fronteiras com a Guiana Francesa**. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria Especial de Editoração e Publicações: Brasília, 2003. P. 28-30.

TORRES, M. G. de P. **O visconde do Uruguai e sua atuação diplomática para a consolidação da política externa do Império**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. 2014. pp. 131-136.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, Rio de Janeiro.

LOPES, G. M. L. **A morte do Barão do Rio Branco**. Anais do Museu Histórico Nacional. 1966. Disponível em:
<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn&pagfis=13594&pesq=> Acesso em 11 de maio de 2016-05-11.

TELLES, A.; HORTA, S. (orgs.). **O Barão do Rio Branco e a alma carioca**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. Disponível em:
http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204429/4101432/barao_rio_branco_alma_carioca.pdf.

FUNAG – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos**: Série de artigos publicados pela Revista Americana, em abril de 1913/org. Fundação Alexandre de Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: Funag, 2002. p. 17

MOURÃO, G. M. Fins de semana em Copenhague: o Barão do Rio Branco e o Prêmio Nobel da Paz – política externa ou política interna?. In: Ministério das Relações Exteriores. Barão do Rio Branco 100 anos de memória. In: **Cadernos de História e Documentação Diplomática**. FUNAG: Brasília. Ano 11, n Especial. 2012.

SANTOS, A. J. **Barão do Rio-Branco: cadernos de notas** – a questão entre o Brasil e a França. Brasília: FUNAG, 2017.

SITE DO IPHAN

BASSALO, C. C.. **Art Nouveau em Belém**. Programa Monumenta (Iphan). Brasília: Distrito Federal. 2008. p. 11.

SOARES, E. N. **Largos, coretos e praças de Belém**. Programa monumenta. Iphan. Brasília: Distrito Federal. 2009.

d) Sites e páginas web e eletrônicos.

CARLO De S. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22453/carlo-de-servi>>. Acesso em: 06 de Mai. 2017.

CMA/UFPA. **A imagem integra a obra** “Panorama do Pará em doze vistas desenhadas por J. Léon Righini” digitalizada por Lucia Mindlin Loeb. Versão disponibilizada no site www.ufpa.com/cma>. Imagem extraída em: 04 de mai. 2017.

GASPAR, L. **Tobias Barreto**. Fundação Joaquim Nabuco, Biblioteca Blanche Knopfe. Governo Federal. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=172&Itemid=1> acesso em: 11 de mai. 2016.

Loja Maçônica 43 de São Paulo <<http://www.lojasaopaulo43.com.br/ilustres.php#brasil>>, acesso em 11 de mai. 2016.

Museu do Judiciário Mineiro. Site oficial. Disponível em: <http://museudojudiciariomineiro.com.br/retrato-do-barao-do-rio-branco/>> acesso em: 07 de mai. 2017.

Tous à la recherche du Paul Verlaine de Cesare Bacchi-Forum du Musée Virtuel de l’Absinthe; E. Benezit, Dictionnaire des peintres sculpteurs dessinateurs et graveurs, tomo I nuova edizione Libreria Gründ 1976; Alfonso Panzetta, Nuovo dizionario degli scultori italiani dell'Ottocento e del primo Novecento, Adarte, Torino 2003. Ver mais em: <http://www.storiaememoriadibologna.it/bacchi-cesare-496273-persona#sthash.7GYKI9p.dpuf>>, acesso em: 07 de mai. 2017. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

Bibliografia

ABREU, R. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco/Lapa, 1996.

_____. História de uma coleção: Miguel Calmon e o Museu Histórico Nacional. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Ser. v.2 p.199-233 jan./dez. 1994. pp. 200.

ALVES, M. Caminhos trançados: a cidade de Belém e as exposições de arte no entresséculos. **19&20**, Rio de Janeiro, v. VIII, n. 2, jul./dez. 2013.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p. 32.

ARIES, P. **História da Morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ARRAES, R. M. L. **Paisagens de Belém: história, natureza e pintura na obra de Antônio Parreiras, 1895-1909**. Dissertação de mestrado. Belém: PPHIST-UFPA, 2006.

BACHELARD, G. **A Poética do Espaço**. 1a . Ed., São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BACZKO, B. “A imaginação social”. In: **Enciclopedia Einaudi. Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Barão de Rothschild e a questão do Acre. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 43, n. 2, p.150-169, 2000;

BARRA, A. C. R. Fragmentos de sonho: Fragmentos de sonho: a arquitetura do ferro em Belém. Universidade Presbiteriana Mackenzie. **Cad. de Pós-Graduação em Arquit. e Urb.** São Paulo, v. 3, n. 1, pp. 9-28, 2003.

BAUMAN, Z. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BAXANDALL, M. **Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. P. 41, 42

BENÉVOLO, L.. **História da arquitetura moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BENJAMIN, W. **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. Vol. 3, 3º Ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BLACK, J. **Mapas e História: construindo imagens do passado**. Bauru: Edusc, 2005.

BORGES, V. L. B. **A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na primeira república**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

BOURDIEU, P.. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, pp. 183-91.

BREFFÉ, A. C. F. Entrevista. In: Pierre Nora ou o historiador da memória. **Revista História Social**. Campinas, SP. Nº 5. 13-33. 1999.

BUFFA, E.; PINTO, G. de A. **Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893/1971**. São Paulo: EDUFSCAR, 2002.

BURKE, P. **A Fabricação do Rei. A construção da imagem pública de Luis XIV**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994, pp. 18, 19, 20.

_____. **Testemunha Ocular**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BORGES, T. C. R. **Do Largo das Mercês à Praça Visconde do Rio Branco: um estudo de gestão do patrimônio histórico em Belém do Pará, 1941-2011**. 2013. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Belém, 2013. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

BURNS, E. B. **A aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações Brasil – Estados Unidos**. Trad. de Sérgio Bath. Rio de Janeiro: EMC, 2003.

CAMPOFIORITO, Q. **História da pintura brasileira no século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Pinakothek. 1983. pp. 52-53

CANCELA, C. D. **A imigração portuguesa no Pará**. Belém: Estudos Amazônicos, 2012.

CAPELATO, M. H. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, F. do S. S. **Entre Conflitos, Negociações e representações: O contestado Franco Brasileiro na última década do século XIX**. Pará, 2003. Dissertação. (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento). Belém: Núcleo de altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará. 2003. p. 20.

CARVALHO, D. **História Diplomática do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. pp. 05-08.

CARVALHO, J. M. **A formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**. Companhia das Letras: São Paulo. 2014.

CARVALHO, M. **Reformas da instrução pública**. In: LOPES, E.; FARIA COELHO.

CARVALHO, M. M. C. de. **Historia social da infância no Brasil** – Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. Organização: Marcos Cezar de Freitas. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.

CASTRO, R. N. de. O quadro Conquista do Amazonas de Antônio Parreiras e a ideia de nação. **19&20**, Rio de Janeiro, v. V, n. 4, out./dez. 2010.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos avançados** 11 (5), 1991.

COELHO, G. M. **No coração do povo: o monumento à República em Belém (1891-1897)**. Editora Paka tatu. Belém, Pará. 2002.

_____. **O IHGB e a República (1889-1881)**. Universidade Federal do Pará. Belém, 1981.

_____. **Anteato da Belle Époque: imagens e Imaginação de Paris na Amazônia de 1850**. Belém, Revista de Cultura do Pará, vol 16, no 2, 2005

COELHO, E. da S. **A Multiforme Obra Artística E Intelectual De Theodoro Braga**. III Encontro De História Da Arte – IFCH / UNICAMP. Campinas, 2007.

_____. Vida intelectual e sociabilidade urbana na Belém da belle époque da borracha (1890-1910). In: **ANPUH – XXIV Simpósio Nacional de História – São Leopoldo**, 2007. pp 01-09.

COELHO, A. W. **A ciência de governar: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST- UFPA). Belém, Pará. 2006.

COELHO, M. de O. **Proclamar cidadãos: moral e civismo nas escolas públicas paraenses (1890-1910)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de História da Educação e Historiografia da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2004.

CORRÊA, R. L. “Monumentos, política e espaço”. **Geo Crítica - Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, vol. IX, nº 183, pp.1-14.

COSTA, C. T. da. **O sonho e a técnica: a arquitetura de ferro no Brasil**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1994.

COSTA, R. C. **A formação de professores da Primeira República no Pará (1900-1904)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Educação, UFPA. 2007.

COSTA, E. da S. **Civilizar a nação pela instrução pública: formação de professores e ensino primário no Pará (1891-1909)**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós Graduação em História (PPHIST- UFPA). 2013.

CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. Na Oficina do historiador: conversa sobre história e imprensa. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do departamento de história da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, n 35, São Paulo: EDUC, dez 2007, pp. 256, 257.

DA SILVA, R. N. De vilão à herói republicano: Veiga Cabral e a política no Pará. In: **Anais do XV Encontro Regional de História Anpuh-Rio**. Rio de Janeiro, 2012.

DERENJI, J. da S. **Arquitetura do ferro: memória e questionamento**. Belém: CEJUP, 1993.

DORATIOTO, F. Escrever a História do grande personagem histórico. In: PRIORI, A. (Org.). **História, memória e patrimônio**. Maringá : Eduem ; 2009; pp. 13-22.

_____. A política platina do Barão do Rio Branco. IN: **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 43, n 2, 2000. pp. 130-149.

DUARTE, C. F. **Belém do Pará, na virada do século XIX: modernidade no plano urbanístico de expansão da cidade**. Dissertação de Mestrado em Urbanismo. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, 1997.

FARIAS, W. G. **O alvorecer da República no Pará (1886-1897)**. 01. ed. Belém: Editora Açai, 2008. v. 01.

_____; SILVA, R. N. Veiga Cabral e os Jogos Políticos na Transição da Monarquia a República. In: Alexandre Amaral, Augusto Oliveira, Dorival Santos, Paulo Cambraia, Sidney Lobato. (Org.). **Do Lado de Cá: Fragmentos da História do Amapá**. 1 ed. Belém/Pa: Editoura Açai, 2011, v. 1, p. 183-200.

_____. **A Construção da República no Pará (1886-1897)**. Tese de Doutorado. Niterói, agosto/2005.

_____. Arte e Política no Pará na Transição do Século XIX ao XX . **Revista Digital & Art-** Ano VI - Número 09 - Abril de 2008.

FIGUEIREDO, A. M. de. Pretérito imperfeito: arte, mecenato, imprensa e censura em Belém do Pará, 1898-1908. In: KUSHNIR, Beatriz (Org.). **Maços na gaveta: reflexões sobre Mídia**. Niterói: EdUFF, 2009. p. 11-34;

_____. Panteão da história, oratório da nação: o simbolismo religioso na construção dos vultos pátrios da Amazônia. In: Neves, Fernando A. de F.; Lima, Maria R. P. (org.). **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu. 2006.

_____. O museu como patrimônio, a república como memória: arte e colecionismo em Belém do Pará (1890-1940). IN: **Antíteses** (Londrina), v. 7, p. 20, 2014.

_____. **Quimera Amazônica: Arte, Mecenato e Colecionismo em Belém do Pará, 1890-1910**. Clio. Recife, n. 28, 2010. p. 41,42

FILHO, L.; VEIGA, C.. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 225.

FRAGO, A. V. **Currículo, Espaço e Subjetividade** – A arquitetura como programa. 2A ed., Rio de Janeiro: DP & A., 2001.

GOMES, A. M. de C.; FERREIRA, M. de M.. Primeira República: um balanço historiográfico. **Revista Estudos Históricos**, [S.l.], v. 2, n. 4, p. 244-280, dez. 1989. ISSN 2178-1494.

GROSEMICK, U. **Mulheres Artistas: século XX e XXI**. Taschen, 2003.

HEINSFELD, A. A relação Brasil-chile: O Pacto ABC de 1915. In: **XXV Simpósio Nacional de História- ANPUH**. Fortaleza, Ceará. 2009.

HEINZ, F. M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOBBSAWM, E. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.

JUNG, C. G.. **Arquétipo e o inconsciente coletivo** (obras completas). 2ª edição. Editora Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro. 2002. p. 299.

KÄMPF, M. N. **Ilha da Trindade: a ocupação britânica e o reconhecimento da soberania brasileira (1895-1896)**. Brasília: FUNAG, 2016. p. 144.

KANT, I. **À paz perpétua**. Porto Alegre: L&PM, 1989. pp. 40-41.

KUHL, B. M.. **Arquitetura do ferro e Arquitetura ferroviária em São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 1998.

LACERDA, F. G. **Migrantes cearenses no Pará, faces da sobrevivência (1889-1916)**. Belém: Editora Açaí, 2010. p. 56.

LAUFER, L. A "bela morte". **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.15-31, June 2012.

LEVI, G.. Usos da Biografia. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (org.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. pp. 167,169.

LUCA, T. R. de.. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 116.

LOPES NETO, J. S.; TAMBARA, E.; ARRIADA, E. Civismo e educação na primeira república. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 279-292, Jan/Abr 2009.

LYNCH, C. E. C. Um saquarema no Itamaraty: por uma abordagem renovada do pensamento político do Barão do Rio Branco. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 15, p. 279-314, Dec. 2014

LYNCH, K.. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 51.

MARTINEZ, A.; MAGALDI, A. M. Educação Escolar na Primeira República. **Revista Tempo**, v 13 n26, 2008.

MELLO, M. T. C. de.. **A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2007.

MOURA, D. de A. **A República Paraense em Festa (1889-1911)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST-UFPA). Belém, 2008

MUÑOZ, L. de R. A política externa de Rio Branco. **Caderno de Relações Internacionais**, V. 2, n 2, 2009.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 21, dezembro de 1993.

_____. Entre Memória e História: a problemática dos lugares In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 21, dezembro de 1993.

NUNES, G. F. **Centralização e descentralização do Império** – O debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai. São Paulo: DCP-USP, Editora 34. 1999, p. 150.

PÉCAUT, D. **Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, R. C. C. **Percepção visual da cidade**: iconografias da natureza urbana de Belém (1808-1908). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST- UFPA). Belém, 2015.

PEREIRA, R. C. C. Fotografia & natureza: A paisagem urbana no álbum do Pará de 1899. **Anais do XXVII Simpósio Nacional da Anpuh**. Natal: 2013. p. 02.

PERROT, M. **História das Minhas Mulheres**. Contexto, 2008.

_____, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, EDUSC, 2005.

RABELO, M. K. O. **Um olhar fenomenológico sobre a morte na sociedade ocidental: Testemunho histórico-antropológico**. Outras Palavras: Revista científica da ESPAM. Brasília, V. 3, p. 71-84, jul.2006.

REIS, J. J. **A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras. 1991. p. 128.

RICCI, M. M. de O.. **Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2002.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROCQUE, C. **Antônio Lemos e sua época: história política do Pará**. 2ª ed. Belém: Cejup, 1996. p. 147.

RODRIGUES, A. M. M. Visconde do Uruguai e a ética do Estadista. **Revista Estudos Filosóficos** nº 7/2011 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967. DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG Pág. 139 – 152.

SANTOS, L. C. V. G. **O Dia em que Adiaram o Carnaval: política externa e a construção do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. v. 1. pp. 189-215.

SANTOS, R. A. de O. “capítulo 9: o grande colapso”. In: **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. pp. 229-258.

SANTOS, A. C. de S. **O que revelar? O que esconder? Imprensa e Maçonaria no final do dezenove (1872-1892)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História social da Amazônia. Belém, 2011.

SARGES, M. de N. **Memórias do Velho Intendente**. Editora Paka-tatu. Belém, 2002. pp 09-10.

_____. **Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-tatu, 2002. pp.19-34.

SCHWARCZ, L. K. M. **Biografia como gênero e problema**. **História Social** (UNICAMP), v. 24, p. 51-74, 2013.

SEVCENKO, N. **História da Vida Privada no Brasil**; 3ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, M. G. **Marco da Léguas: a topografia da (in)diferença e as metamorfoses urbanísticas em um bairro interclassista em Belém**. Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais. PUC: São Paulo. 2016.

SIMIONI, A. P. C. **Souvenir de Ma Carrière Artistique**. Uma autobiografia de Julieta de França, escultora acadêmica brasileira. Anais do Museu Paulista (Impresso), v. 15, 2007. p. 252.

SIMIONI, A. P. C. **Profissão artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras**. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2008.

SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1994.

TARASANTCHI, R. S. **Pintores paisagistas**. São Paulo: 1890 a 1920. São Paulo: Edusp/Imesp, 2002.

WEINSTEIN, B. “Pará versus Amazônia”. In: “**A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**”. São Paulo: Hucitec/ EdUSP, 1993. pp. 219-240.

WILLIAMS, R. A imprensa e a Cultura Popular: Uma Perspectiva Histórica. In: **Projeto História**, São Paulo, n.35, 2007, p.15.